



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

HUGO LEONARDO FONSECA DA SILVA

**CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA PEDAGOGIA DO
CORPO NO TRABALHO**

**CAMPINAS
2017**

HUGO LEONARDO FONSECA DA SILVA

CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA PEDAGOGIA DO CORPO NO TRABALHO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação, na área de concentração de Ciências Sociais na Educação.

Orientadora: Dra. Aparecida Neri de Souza

O ARQUIVO DIGITAL CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO HUGO LEONARDO FONSECA DA SILVA, E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. APARECIDA NERI DE SOUZA

**CAMPINAS
2017**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Si38c Silva, Hugo Leonardo Fonseca da, 1979-
Contribuição à crítica da economia do corpo no trabalho / Hugo Leonardo
Fonseca da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Aparecida Neri de Souza.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Trabalho. 2. Corpo. 3. Formação humana. 4. Processo do trabalho. 5.
Hegemonia. 6. Pedagogia. I. Souza, Aparecida Neri de, 1952-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Contribution to the critic of the pedagogy of body in labor

Palavras-chave em inglês:

Labor

Body

Human formation

Labor process

Hegemony

Pedagogy

Área de concentração: Ciências Sociais na Educação

Titulação: Doutor em Educação

Banca examinadora:

Aparecida Neri de Souza [Orientador]

Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

Ricardo Luiz Coltro Antunes

José dos Santos Souza

Nivaldo Antonio Nogueira David

Data de defesa: 17-05-2017

Programa de Pós-Graduação: Educação

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA PEDAGOGIA DO
CORPO NO TRABALHO**

Autor: Hugo Leonardo Fonseca da Silva

COMISSÃO JULGADORA:

Orientadora: Profa. Dra. Aparecida Neri de Souza

Profa. Dra. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Prof. Dr. José dos Santos Souza

Prof. Dr. Nivaldo Antonio Nogueira David

A Ata da Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta no processo de vida acadêmica do aluno.

2017

DEDICATÓRIA

À LÍlian

Cuando voy al trabajo
pienso en ti,
por las calles del barrio
pienso en ti,
cuando miro los rostros
tras el vidrio empañado
sin saber quienes son, donde
van.

Pienso en ti,
mi vida, pienso en ti.
En ti, compañera de mis días
y del porvenir
de las horas amargas
y la dicha de poder vivir,
laborando el comienzo de una
historia
sin saber el fin.

Cuando el turno termina
y la tarde va
estirando su sombra
por el tijeral
y al volver de la obra
discutiendo entre amigos
razonando cuestiones
de este tiempo y destino,

pienso en ti
mi vida, pienso en ti.
En ti, compañera de mis días
y del porvenir
de las horas amargas
y la dicha de poder vivir,
laborando el comienzo de una
historia
sin saber el fin.

Cuando llego a la casa
estas ahí,
y amarramos los sueños...
Laborando el comienzo de
una historia
sin saber el fin.
(Mercedes Sosa)

À minha filha Helena

Gracias a la vida que me ha dado tanto
Me dio el corazón que agita su marco
Cuando miro el fruto del cerebro humano
Cuando miro el bueno tan lejos del malo
Cuando miro el fondo de tus ojos claros
(Violeta Parra)

Ao meu pai (*in memoriam*) e à minha mãe (*in memoriam*)

Naquela mesa tá faltando eles
E a saudade deles tá doendo em mim
(Nelson Gonçalves)

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas contribuíram de alguma forma para que eu concluísse este trabalho. Gostaria de não esquecer ninguém nestes agradecimentos, porém, a lista se estenderia a ponto de se tornar um *capítulo* à parte. Contudo, não posso me esquivar de reconhecer e oferecer minha gratidão àquelas pessoas que acompanharam, de algum modo, esse momento da minha formação acadêmica.

Agradeço profundamente à professora Aparecida Neri de Souza. Tenho muita gratidão por receber um desconhecido *do Goiás* com tamanho acolhimento, amizade e respeito. Sua paciência diante das minhas inúmeras dúvidas, o cuidado com a orientação, o respeito por minhas escolhas e a autonomia que me confiou, me proporcionaram a tranquilidade necessária para a realização desta tese. Aprendi muito sobre as tramas da vida universitária, o lugar de um “bagrinho” na academia e sobre como levar o trabalho e a luta com leveza. Faço votos de que os laços estabelecidos nunca se rompam.

Ao professor Ricardo Antunes, em primeiro lugar por ser fonte de inspiração teórica, acadêmica e política. Agradeço muito pela generosidade em me acolher em Campinas e pelo aceite em dialogar conosco sobre este trabalho. Suas contribuições atravessam este trabalho em todo o seu conteúdo.

Ao José dos Santos pelo gratificante encontro em Campinas. Professor a quem conhecia apenas pela escrita e textualidade e que, por intermédio destas, já nutria bastante respeito pelo rigor acadêmico e o compromisso político com as classes subalternas. O respeito acadêmico se consolidou. Porém, a amizade cultivada nesse curto e difícil período tem sido algo muito importante para mim.

À professora Liliana Segnini pela interlocução enriquecedora, o rigor na leitura e pela incontestável delicadeza com relação às relações e processos do trabalho acadêmico na Unicamp.

Ao professor, mestre e amigo Nivaldo. Agradeço por aceitar o convite de um velho aluno para “conversar” sobre coisas do mundo do trabalho, da educação e da educação do corpo. A homenagem que eu poderia oferecer a você é retirar-lhe do teu jubramento merecido e o chamar para pensarmos juntos a educação da personalidade viva dos trabalhadores.

Agradeço também à professora Selma Venco, à professora Sandra Valéria e ao professor Marcelo Húngaro por aceitarem compor a banca como membros suplentes. Espero que possamos dialogar mais sobre estes e outros trabalhos.

Agradeço ainda a todos/as professores/as com os quais muito aprendi nesses anos de Unicamp: César Nunes, Jesus Ranieri, Elísio Estanque, Dari Krein, Magda e Débora Mazza. Meu muito obrigado.

Aos amigos de Campinas: Fernando, Liliane, Gi, Poti, Luiz, Ricardo, Patrícia, Mari, Yuri. Obrigado pela amizade e diálogo.

Não posso deixar de agradecer às/aos colegas e amigos/as de FEFD/UFG por garantirem todas as condições necessárias ao desenvolvimento deste trabalho. Sem o suporte institucional que garantiu o afastamento para me dedicar aos estudos, este trabalho não poderia ser realizado. Agradeço especialmente à Aneleyce, Sissília, Ana De Pellegrin, Rúbia-Mar, Marlini, Ricardo e Tadeu pelo apreço e pela interlocução permanente. Agradeço ainda à Iêda, Tálita e Thaise pela atenção dispensada e pelo suporte institucional.

Aos camaradas de amizade e de lutas na universidade: Cássio, Fernando, Diego, Lucinéia, Alexandre, Augusto, Edney, Ana Lúcia, Gene, Alcir, Soninha, Ataíde e tantos outros e outras com os quais compartilho o desejo e a luta por uma universidade livre e popular e uma sociedade emancipada.

Aos velhos amigos de longa data, de caminhos da vida. Mesmo estando distante e enfiado nos livros sempre acharam um espaço para uma boa conversa, uma cerveja gelada e uma palavra de solidariedade: Ernesto e Wesley.

À família linda de Campinas, da qual me sinto parte: Régis, Sarah, Pedro Henrique e Luiz Eduardo.

Aos amigos mais recentes: Caio pela amizade, interlocução e pelo café amigo; ao Lênin pela amizade e apoio espiritual.

A duas pessoas muito especiais: à amiga e mestra Mariana, por ser quem você é! Tamanho astral, sabedoria e generosidade são marcas de sua amizade em nossa vida; à Angela, sempre orientadora (não ex), presente, interlocutora, crítica e amiga. Um agradecimento especial a ti.

Aos integrantes do Núcleo de Estudos Marxistas sobre Sociedade, Educação e Subjetividade.

Ao meu irmão Luciano, minha cunhada Helivânia e meu sobrinho Ryan. Vocês foram e são muito importantes para mim.

Agradeço profundamente à Dona Varlene, minha sogra. Mais do que sogra, tem sido como uma mãe pra mim. Sem seu apoio nada disso seria possível. Obrigado por cuidar da nossa pequena Helena com tanto cuidado, carinho e amor. Esse é um débito ao qual jamais me esquivarei. No nome de minha sogra estendo os agradecimentos ao Léo, Letícia e à pequena Cíntia.

À UFG pela concessão do afastamento e da bolsa PróQualificar.

RESUMO

Este trabalho analisa os modos pelos quais as formas históricas de racionalização do trabalho, promovidas pelo capital, constituíram-se como tipos particulares de organização e administração do processo de produção e de trabalho que se tornaram fundamentos da formação de trabalhadores de novo tipo. Assim se exigiu o desenvolvimento de pedagogias industriais com a finalidade de conformar, nos trabalhadores, o nexos psicofísico adequado aos estágios de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Para tanto, procedeu-se a análise de três momentos fundamentais ao desenvolvimento de uma contribuição à crítica da pedagogia do corpo no trabalho: primeiramente, foi estabelecida a relação entre corpo, trabalho e formação humana em seu duplo caráter, isto é, as mediações humano-genéricas de produção da corporalidade humana como personalidade viva e a mortificação dessa corporalidade determinada pela dominação do capital sobre o trabalho; a compreensão dos modos de organização capitalista da produção e do trabalho como instituidores de um complexo formativo que determina a pedagogia industrial e seus desdobramentos na constituição de uma pedagogia do corpo no trabalho; a análise sobre os modos pelos quais o movimento taylor-fordista criou as condições de gênese de uma pedagogia do corpo no trabalho e como a reestruturação produtiva de caráter toyotista alterou a forma e o conteúdo de tal pedagogia. O objetivo central do estudo foi compreender de que modo as formas de organização e gestão do processo de produção e do trabalho engendram e modificam a relação entre corpo, trabalho e formação humana, por meio da produção de uma pedagogia do corpo no trabalho como componente decisivo na produção da hegemonia do capital. Trata-se de um trabalho teórico-bibliográfico, de natureza histórico-sociológica, com base nos fundamentos teóricos do marxismo. Buscou-se analisar, na literatura das áreas trabalho e educação, educação física, sociologia do trabalho, sociologia do corpo, engenharia da produção e administração, as matrizes e fundamentos da pedagogia do corpo no trabalho como parte constitutiva das estratégias de hegemonia da pedagogia industrial capitalista.

Palavras-chave: trabalho; corpo; formação humana; pedagogia; hegemonia; processo de trabalho.

ABSTRACT

This work analyzes the ways through which the historical forms of labor rationalization promoted by capital were constituted as particular forms of organization and administration of the process of production and labor which became the foundations of the formation of workers of a new type, thus requiring the development of industrial pedagogies with the purpose of conforming in the workers the psychophysical nexus appropriate to the stages of development of the productive forces and relations of production. To do so, we proceeded the analyses of three fundamental moments in the development of a contribution to the critic of the pedagogy of the body in labor: firstly, it was established the relation between body, labor and human formation in its double character, that is, the human-generic mediations of the production of human corporality as a living personality and the mortification of this corporality determined by the domination of capital over labor; the understanding of the modes of capitalist organization of production and labor as the promoter of a formative complex determined by the industrial pedagogy and its unfolding in the constitution of a pedagogy of the body in labor; the analysis of the ways through which the Taylor-Fordist movement created the conditions for the genesis of a pedagogy of the body in labor and the productive restructuring of Toyotist character altered the form and content of such pedagogy. The central objective of the study was to understand how the forms of organization and management of the production process and of labor engender and modify the relation between body, labor and human formation, through the production of a pedagogy of the body in labor as a decisive component in the production of hegemony of capital. It is a theoretical-bibliographic work of a historical-sociological nature based on the theoretical foundations of Marxism. We searched in the literature of the areas of labor and education, physical education, sociology of work, sociology of the body, production engineering and administration, the matrices and foundations of the pedagogy of the body in labor as a constituent part of the hegemonic strategies of capitalist industrial pedagogy.

Keywords: labor; body; human formation; pedagogy; hegemony; labor process

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I	
Prolegômenos à relação corpo, trabalho e formação humana.....	35
1.1 As tramas das relações entre Trabalho e Educação e Educação do Corpo.....	35
1.2 A corporalidade dos trabalhadores no interior do conflito entre capital e trabalho.....	54
1.3 Reestruturação produtiva, recomposição da hegemonia do capital e mudança dos sentidos da educação do corpo no trabalho.....	64
CAPÍTULO II	
Corpo, trabalho e formação humana: contradições entre a formação da personalidade viva e a mortificação do trabalho vivo.....	75
2.1 As relações entre corpo e sociedade na teoria social	75
2.2 Para uma concepção marxista das relações entre individualidade, corporalidade e formação humana.....	79
2.3 A corporalidade dos trabalhadores entre a constituição do trabalho vivo e a “mortificação” do trabalho.....	102
CAPÍTULO III	
Processos de trabalho, corpo e formação dos trabalhadores: a dialética da (de)formação da personalidade viva do homem-que-trabalha.....	133
3.1 O problema da formação dos trabalhadores na produção do conhecimento: entre a escolarização e o processo de trabalho.....	133
3.2 Formação dos trabalhadores: a corporalidade, a subjetividade e o trabalho como mediação educativa.....	140
3.3 Trabalho, processo de trabalho e a conformação da corporalidade dos trabalhadores: dialética entre a formação da personalidade viva e a degradação dos trabalhadores.....	163
3.4 Política de produção, racionalização do trabalho e a constituição de um novo nexó psicofísico dos trabalhadores.....	177

CAPÍTULO IV

Do Taylor-fordismo ao Toyotismo: a pedagogia industrial e a (com)formação da corporalidade dos trabalhadores	206
4.1 Organização racional do processo de trabalho e a gênese da pedagogia do corpo no trabalho	206
4.1.1. Ciência, racionalização de tempos e movimentos, motor-humano e controle dos hábitos: conteúdo taylor-fordista da pedagogia do corpo no trabalho.....	213
4.1.2. Racionalização do trabalho e da vida: a formação do nexó psicofísico dos trabalhadores nas condições do taylor-fordismo.....	222
4.2 Toyotismo e a “nova” pedagogia do corpo no trabalho: a formação de um novo nexó psicofísico dos trabalhadores.....	229
4.2.1. Forma e conteúdo da pedagogia industrial toyotista.....	238
4.2.2. O processo saúde-trabalho-doença na centralidade da nova pedagogia do corpo no trabalho.....	251
Considerações Finais.....	269
Referências.....	277
Anexo.....	309

Introdução

“... quanto mais uma coisa é complexa, tanto mais ilimitado, seja extensivamente seja intensivamente, é o objeto diante do qual se encontra a consciência do homem, de modo que mesmo o melhor saber só pode ser um conhecimento relativo e aproximativo.” (LUKÁCS, 1969, p.17)

O percurso desta investigação envolveu uma série de movimentos de aproximação constante do tema e do objeto problematizado. Ao mesmo tempo em que procuramos nos aproximar teórica e empiricamente do objeto, fomos afastados do mesmo em razão de suas nuances, obscuridades, elementos ocultos e seu caráter de aparência abstrata. Por vezes, o ato de pesquisar tem sido cada vez mais premido pelo controle exterior do trabalho intelectual determinado pela velocidade cronometrada dos prazos exíguos da pós-graduação, em tempos de produtivismo acadêmico (SILVA JÚNIOR; SGUISSARDI; SILVA, 2010), pelo universo multiforme, massificado e confuso da literatura acadêmica produzida ao modo das linhas de montagem da produção, em larga escala, e pela pressão por produção acadêmica padronizada, isto é, o “Leito de Procusto”¹, que torna infernal o labor intelectual com a premissa do “*publish or perish*”. Nesse contexto, resta pouco tempo-espço (hábil?!) para a dúvida, o questionamento, a problematização e a incerteza diante da realidade.

Desde o princípio seria necessário ter clareza e certeza sobre tema, objeto, problema e procedimentos metodológicos para que a *execução* da investigação acontecesse de acordo com os prazos (metas?!) estabelecidos pelos órgãos de financiamento e regulação da pós-graduação e pesquisa no Brasil e pelas próprias universidades. Nem sempre, porém, esta pragmática permite o movimento de aproximações sucessivas de um objeto de investigação, se quisermos compreendê-lo como síntese de múltiplas e variadas determinações e como processualidade histórica; tampouco a dúvida sistemática que alimenta a investigação dos múltiplos e intrincados aspectos que determinam uma realidade.

¹ - Leito de Procusto faz alusão a um personagem da Mitologia Grega, que mantinha o hábito de castigar suas vítimas, esticando ou mutilando-as em seu leito. Procusto representa tanto a intolerância ao outro, como também a imposição de padrões e medidas. Daí sua referência simbólica para expressar a padronização e a imposição do produtivismo acadêmico.

Dúvida não como esquema racional que busca determinar, em última instância, a verdade mesma da razão como em Descartes (*cogito ergo sum*), mas sim como crítica da realidade e autocrítica permanente, exigência do pensamento dialético. Como observa Konder (2006, p. 86): “A dialética intranquiliza os comodistas, assusta os preconceituosos, perturba desagradavelmente os pragmáticos ou utilitários.” A dúvida, princípio fundamental no pensamento de Marx (KONDER, 2006), nesta perspectiva não corresponde ao princípio epistemológico de busca da certeza do *cogito*, mas da imanência com a história, o que implica a apreensão do movimento, da dinâmica, das contradições e das mediações no interior de uma totalidade social.

É nesse quadro que o estudo em questão reivindica a dúvida constante como princípio heurístico da formulação do conhecimento que pretende aproximar o movimento do pensamento ao movimento do real. Não por acaso, ainda agora não podemos considerar este trabalho concluído, mas, sim, expressão momentânea do “máximo de consciência possível” (GOLDMANN, 1980) que nos foi permitido ao tentar aproximar de modo sucessivo e constante do conteúdo da realidade (LENIN, 1973), das relações estabelecidas entre o trabalho nas condições históricas do capitalismo monopolista até as condições de sua crise estrutural e os processos de formação e deformação da corporalidade viva de trabalhadores e trabalhadoras.

O confronto entre a literatura que desenvolve análises da relação trabalho e educação com aquelas que tomam a educação do corpo como seu objeto demonstra as aproximações muito preliminares de uma relação social realmente existente que, no entanto, é pouco problematizada teoricamente. Por outro lado, concretamente, é possível identificar formas de educação do corpo dos trabalhadores preconizadas de modo intencional e sistemático pelos processos de organização e gestão do trabalho e da produção historicamente constituídos. Ao abordar o tema pelo confronto dos elementos contidos numa preliminar revisão bibliográfica com as evidências históricas e empíricas a respeito das relações corpo, trabalho e formação, desdobram-se questões e problemas em aberto para enfrentar tal tema.

A proposta de investigação que deu origem a este trabalho está localizada na interrogação a respeito das relações, conexões e mediações possíveis e necessárias entre trabalho, corpo e formação humana no âmbito de relações sociais do capital. Ao problematizar esse conjunto de questões, procurou-se estabelecer e delimitar um quadro de interrogações a respeito da relação entre trabalho e educação, que é aparentemente improvável: aquele que busca identificar

procedimentos formativos (e deformativos) na dinâmica mesma dos processos de trabalho tendo como objeto o corpo e o movimento de trabalhadores e trabalhadoras.

Tal improbabilidade, ainda que aparente, não se deve ao fato de que seja uma questão intocada pela reflexão e análise teórica e científica, como será demonstrado no decorrer da exposição, mas, sim, porque, entre outras razões, é um tema pouco abordado na produção acadêmica como objeto de problematização significativa no âmbito do mundo do trabalho, especialmente aquela produção que busca apreender, analisar e explicar as relações educativas pela mediação da categoria trabalho. Não obstante a existência de um quase esquecimento da corporalidade dos trabalhadores por parte da produção científico-acadêmica, esta permanece uma questão ontológica, isto é, histórico-social, efetiva e incontornável para os trabalhadores.

Primeiramente, pelo fato de que a existência concreta do indivíduo singular é corpórea e, portanto, a condição, a existência e a ação do indivíduo que trabalha não podem ser apreendidas somente por intermédio de sua cognição, conhecimento ou consciência. Isso pelo fato de que, além de ser socialmente determinado, todo indivíduo sintetiza, em sua singularidade, uma multiplicidade de aspectos e características correspondente às demais esferas do ser, como é o caso da condição ineliminável de que o ser humano é parte constitutiva e constituinte da natureza orgânica e inorgânica.

A corporalidade é também uma condição ontológica por que se constitui como pressuposto e, ao mesmo tempo, resultado da atividade do trabalho. Todo trabalho se materializa pela ação corporal, ou seja, assim como não existe trabalho puramente físico, porque toda atividade laboral exige “atividade intelectual criadora”, como destaca Gramsci (2004, p.18), todo o chamado trabalho intelectual só se efetiva corporalmente². Um terceiro aspecto que baliza esse caráter concreto da corporalidade dos trabalhadores é devido ao fato de que o trabalho, independentemente do modo pelo qual é organizado ou controlado, marca o corpo de quem trabalha.

As marcas do trabalho no corpo de trabalhadores e trabalhadoras se expressam de variadas formas, como, por exemplo, pelo conteúdo do seu *saber fazer*, que envolve gestos, hábitos, aptidões, capacidades, habilidades e sensibilidades. A atividade do trabalho e a sua

² - Sobre o caráter corpóreo do trabalho intelectual, pode-se remeter à análise do processo do conhecer feito por Lênin (1973), em *Materialismo e Empiriocriticismo*. Apesar de conter equívocos a respeito do processo de produção do conhecimento, mercedores de críticas, Lênin é preciso ao afirmar que as atividades psíquicas, a consciência e o pensamento são produtos de um órgão humano material, corpóreo: o cérebro.

aprendizagem possuem uma dinâmica prática, uma inteligência prática, de acordo com Dejours (1993), configurando-se em atividades que envolvem os sentidos, afetos, ações e manipulações que ultrapassam os limites do trabalho prescrito, sem os quais o trabalho não se efetiva. Quem trabalha o faz de *corpo inteiro*.

Até mesmo a morfologia corporal dos trabalhadores, sua anatomia, se adapta aos seus ofícios e profissões³. De outra parte, há marcas que se materializam na dor, fadiga, mutilações e sofrimento, em função do modo como a sociedade organiza, controla e determina o conjunto do trabalho social. Isso assume um quadro singular sobre as condições histórico-sociais em que as personificações do capital dominam e subordinam os processos de trabalho e de produção afetando, muitas vezes, a existência dos trabalhadores e suas condições de reprodução, quando não eliminando a sua própria existência pela morte no trabalho ou decorrente dos adoecimentos causados por condições específicas pelo modo como a produção é organizada.

Além disso, conforme observa Bourdieu (1986, p. 186), o “[...] corpo socialmente objetivado é um produto social que deve suas propriedades distintivas a suas condições sociais de produção.” No interior da totalidade das relações sociais, o corpo e os seus usos sociais são, também, objetos da luta de classes. As propriedades socialmente constituídas da corporalidade humana são como objeto de disputa em torno da definição da identidade de classe, seja impondo a universalização do “estilo de vida” ou dos “usos do corpo” da burguesia, ou como forma de resistência, afirmação de valores e da identidade autônoma das classes populares (BOLTANSKI, 1984; BOURDIEU, 1986). No interior do conflito entre capital e trabalho, portanto, os corpos dos trabalhadores não apenas se constituem em lugar do exercício dos mecanismos de exploração e de extração de mais-valor, mas também em campo político de disputa por hegemonias.

Este também é um aspecto histórico da corporalidade dos trabalhadores, ou seja, os corpos de homens e mulheres que trabalham é lugar de intersecção de relações sociais de dominação. Não existe corporalidade abstraída da realidade histórico-social, pois o “[...] corpo é por excelência o lugar de intersecção das dominações de classe, de gênero e de “raça”; nele se fomentam igualmente diversas táticas de resistência” (HARBER; BERNARD; MOLINIER, 2007, p. 5).

³ - Alguns exemplos disso podem ser verificados empiricamente, como: as deformações da coluna devido a desvios posturais no trabalho, como aqueles em que trabalhadores permanecem sentados durante jornadas extensas; o encurtamento de agrupamentos musculares em função da hipersolicitação em uma atividade de trabalho, cujos

O conjunto de reflexões até aqui arrolado aponta, por si mesmo, questões que justificam a investigação proposta. Porém, outros elementos ajudaram a configurar o problema de investigação. Do ponto de vista empírico, a questão que alimentava as primeiras indagações desta pesquisa era o fato de que, nas últimas duas décadas, vem ocorrendo um crescimento considerável da intervenção de profissionais e estudantes (estagiários) da área da educação física em organizações empresariais, as mais diversas (indústria, comércio, produção agrícola, repartições de serviços públicos e privados), com a finalidade de desenvolver sessões de ginástica laboral associadas a avaliações e intervenções ergonômicas⁴. Acompanhando a ampliação das formas de intervenção profissional direta em ambientes de trabalho por parte dessa área, desenvolve-se também certa literatura acadêmico-científica sobre o tema, porém, fundamentalmente de caráter instrumental e funcional.

Os desdobramentos da inserção de professores e estudantes do curso de educação física no universo da produção, principalmente sob a mediação do Serviço Social da Indústria (SESI) – instituição constitutiva da “tríade pedagógica” do chamado “moderno príncipe industrial”, isto é, do partido ideológico da fração de classe da burguesia industrial no Brasil (RODRIGUES, 1998) –, demonstravam uma dupla ação ideológica em torno da formação do trabalhador adequado aos interesses da fração industrial do capital no país. A primeira ação diz respeito às intervenções direcionadas ao trabalhador do “chão de fábrica” com o intuito de “promover” sua saúde e bem-estar por meio de atividades físicas, de lazer ativo e ações de medicina preventiva, higiene e segurança do trabalho e educação sanitária; a segunda trata da ação dos industriais no ensino superior para formar seus quadros com função técnica e política de hegemonia.

O papel de reprodução das relações sociais hegemônicas por meio do conhecimento e da intervenção dos professores de educação física, antes mediado pela educação escolar fundamentada em suas concepções pedagógicas produtivas, tal como as da teoria do “capital humano” (SOARES, 2001; CASTELLANI FILHO, 2000; BRACHT, 1997a, 1997b), passava agora a ser alocado diretamente na produção. No plano do discurso, um novo léxico (ou um antigo repaginado) passava a fazer parte da linguagem da área: qualidade de vida no trabalho,

exemplos são inúmeros em atividades de montagem monótonas e repetitivas; o aumento de massa muscular em trabalhos pesados, como o de estivadores ou trabalhadores da construção civil etc.

⁴ - Percebi esse movimento de modo mais próximo pelo fato de que atuo como docente na Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás. E, durante o período em que atuei como coordenador de graduação daquela unidade acadêmica, constantemente me deparei com a atuação profissional crescente de estudantes-estagiários e trabalhadores da área em empresas e organizações, demandada, em sua maioria, pelo SESI.

análise ergonômica do trabalho, ginástica laboral, lazer ativo, bem-estar do trabalhador (PIRES; MATTIELLO JR.; GONÇALVES, 1998; GONÇALVES; GUTIERREZ; VILARTA, 2005; VILARTA *et al.*, 2006; VILARTA; GUTIERREZ, 2008; NAHAS, 2008; NAHAS; BARROS; FRANCALACCI, 2000; NAHAS *et al.*, 2010). Todo esse arsenal de discursos e práticas está fundamentado na incorporação de fundamentos teóricos e metodológicos do pensamento gerencialista na educação física.

Teoricamente, foi possível localizar então, na literatura, a emergência daquelas “tecnologias de gestão de recursos humanos” como parte constitutiva dos modelos flexíveis de organização e gestão do trabalho, em oposição ao modelo taylorista-fordista (WISNER, 1987; LAVILLE, 1977; CAÑETE, 2001; SANT’ANNA; KILIMNIK; MORAES, 2011). A ergonomia, a ginástica na empresa e as estratégias de qualidade de vida no trabalho seriam parte constitutiva de um processo difundido pelas teorias gerenciais como estratégias de “humanização do trabalho”. No entanto, estas pareciam revelar um novo ciclo da ofensiva ideológica do capital na produção como parte do novo complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000). Esse novo ciclo acompanha o processo de toyotização da produção, generalizado a partir da década de 1980 como nova “ideologia orgânica” do capitalismo mundializado, materializando-se na adoção de novas tecnologias produtivas baseadas na microeletrônica e na telemática, na promoção da participação e desenvolvimento da democracia na produção, na horizontalização da estrutura gerencial, na descentralização, subcontratação e terceirização, na adoção de técnicas como Círculo de Controle de Qualidade (CCQ), Controle da Qualidade Total (CQT), *Just in Time* (JIT), *KanBan* e outros. Todos esses elementos são característicos dos novos modelos de organização do trabalho baseados na concepção de *lean production*, a produção enxuta.

Tudo isso evidencia que o processo e as relações de trabalho, ao longo da história, determinam um conjunto de conexões e mediações de caráter *pedagógico* que tem como objeto a corporalidade viva dos trabalhadores. Essa questão aponta uma problemática inserida no interior da totalidade social do capital, pois uma pedagogia que objetiva e reifica a corporalidade dos trabalhadores parece se constituir como elemento imanente das estratégias de produção de hegemonia do capital.

Fundamentalmente, este é o mote do presente trabalho, ou seja, a partir do entendimento de que o corpo humano é um produto do conjunto das relações histórico-sociais, investigar de que modo a corporalidade dos trabalhadores se constitui como tempo-espaço atravessado pelas

mediações e contradições do mundo do trabalho. Objetiva-se então identificar, analisar e explicar de que modo formas históricas determinadas de organização e gestão do processo de trabalho materializam determinados mecanismos, técnicas e intervenções pedagógicas sobre a corporalidade dos trabalhadores, no âmbito do processo de trabalho, como parte componente das estratégias de produção de hegemonia do capital, ou de sua pedagogia industrial⁵.

Partindo da consideração de que a problemática envolvendo a relação corpo, trabalho e educação ainda é embrionária, constatou-se a necessidade de uma elaboração teórica substancial capaz de desenvolver instrumentos teórico-categoriais apropriados para apanhar as determinações implicadas naquela relação e suas mediações com a totalidade e as contradições sociais do capital. Nesse sentido, realizou-se o esforço de elaboração de uma investigação teórica de caráter histórico-sociológica, abrangendo revisão de literatura, pesquisa documental e discussão teórica.

Seguindo as observações thompsonianas a respeito da necessidade de estabelecer um diálogo crítico entre as categorias e métodos da história e da sociologia, compreende-se que “[...] os objetos da pesquisa sociológica [e acrescentaria educacional], sem perder seu caráter específico, só ganham inteligibilidade se forem compreendidos em seu movimento histórico” (MÜLLER; MORAES, 2008, p. 5). Nesse sentido, foi necessário buscar compreender o *processo* de gênese e desenvolvimento das formas de intervenção pedagógica que o capital desenvolve sobre a individualidade de trabalhadores e trabalhadoras atuando na produção e articulando os níveis de análise sociológica, histórica e educacional.

Acompanhou-se, desse modo, a advertência de Müller e Moraes (2008) a respeito da necessidade de analisar os fenômenos sociais não como um dado, mas como processos, dando sua necessária dimensão histórica.

Uma sociologia que não contemple em sua reflexão a ideia de *processo* é fadada a ser uma sociologia onde os “fenômenos” sociais já aparecem funcionais, estabelecidos e sem mobilidade, porque parte de um pressuposto sincrônico, ao contrário de relacionar o conjunto de normas, práticas, interesses e condições materiais de determinada sociedade em sua dinâmica. O papel da dimensão histórica nessa equação (em seu teor diacrônico, dialético e comparativo) seria o de apontar as transformações e rupturas nas instituições sociais e nos sistemas de organização social e suas possíveis contradições internas. (MÜLLER; MORAES, 2008, p. 7)

⁵ - A noção de pedagogia industrial aqui elaborada está diretamente relacionada ao conceito ampliado de indústria presente na elaboração teórica de Marx. Nesse sentido, pretende-se alargar o tradicional conceito elaborado por Kuenzer (2002a) de pedagogia da fábrica. A concepção de indústria, em Marx, estende a análise dos processos de exploração do trabalho para além da fábrica, apreendendo a produção de valor e, portanto, das relações de trabalho capitalistas nos diversos ramos da divisão social do trabalho (SANTOS, 2012).

No caso deste estudo, é necessário ressaltar que seu momento predominante é o problema da educação, isto é, dos processos, relações e estruturas diretamente vinculadas à dinâmica da formação humana realizada no interior das relações no trabalho. Ainda que marcada por uma mirada metodológica de caráter histórico-sociológico, isto é, buscando no instrumental categorial da história e, sobretudo, da sociologia, a centralidade deste estudo é orientada pelas mediações educativas que têm seu lugar no interior dos processos de produção e de trabalho, ou seja, o núcleo fundante deste trabalho são os contraditórios processos de formação e deformação humana que ocorrem no mundo do trabalho. Nesse sentido, buscou-se aprofundar teoricamente questões relativas à temática da relação entre trabalho, corpo e formação humana, de modo a melhor delinear o problema e tornar a pesquisa possível, não mais a partir de fontes primárias, mas sob outro procedimento metodológico que fizesse com que o objeto fosse compreendido na sua gênese, conexões e desenvolvimento.

Um dos primeiros movimentos desse processo se orientou pela problematização do pretensível caráter de novidade das tecnologias de gestão de “recursos humanos”⁶, da ergonomia, ginástica laboral e qualidade de vida no trabalho. Embora, no início, a questão se apresentasse como uma aparente novidade, ao buscar na história o processo de configuração dos modelos racionais de organização e administração/gestão do processo de trabalho e de produção, foi possível identificar que, desde o final do século XIX, havia, nos países industrializados da Europa, iniciativas de empresários, empresas e organizações sociais ligadas a este setor, sobretudo das grandes indústrias, no desenvolvimento de atividades recreativas, esportivas e de exercícios físicos entre os trabalhadores para “compensar” o desgaste do trabalhador e da trabalhadora decorrente do processo de produção (BRACHT, 1997b; CAÑETE, 2001; LIMA, 2008).

Nos diferentes momentos do desenvolvimento do modo de produção capitalista, as evidências históricas presentes nas obras dos primeiros intelectuais responsáveis pelo moderno processo de racionalização do trabalho, assim como nos textos e debates de filantropos e reformadores sociais (RABINBACH, 1990), expressavam o fato de que o corpo dos

⁶ - O uso de aspas no termo “recursos humanos” tem o sentido de questionar a própria expressão. Além de remeter à ideia de que homens e mulheres se constituem como recursos da produção como qualquer outra ferramenta, máquina ou insumos empregados no processo produtivo, os conhecimentos e práticas que informam a chamada gestão de

trabalhadores não deveria ser submetido apenas à coerção disciplinar, comum no alvorecer da grande indústria. Na esteira da produção de medidas contratendências em relação ao endurecimento da luta de classes, a burguesia se preocupou com aspectos como alimentação, saúde, reprodução e capacidade de manter viva e forte a força de trabalho. Essas questões tornaram-se objetos de intervenção da burguesia, primeiramente pela adoção de medidas no interior das próprias unidades produtivas, como, por exemplo, a contratação de médicos, dando origem à medicina do trabalho (MENDES; DIAS, 1991; BERCITO, 2011), depois com o desenvolvimento de políticas mais amplas originadas pelas legislações criadas pelo Estado para regular as relações de trabalho (redução da jornada de trabalho; estabelecimento e controle de padrões de segurança e saúde no trabalho - higiene do trabalho-; controle do uso de força de trabalho infanto-juvenil e feminina etc)⁷. Portanto, a preocupação com o corpo no trabalho não tem sido uma novidade em relação às formas históricas de organização e gestão do trabalho. Já na origem da chamada racionalização do trabalho, este era um elemento bastante importante.

O problema da “manipulação” ou “captura” da subjetividade do trabalhador não é algo novo, inaugurado com os modelos flexíveis de gestão e organização da produção. Pelo contrário, a obtenção do consentimento dos trabalhadores, por meio de mecanismos e sistemas de controle objetivos e subjetivos, já está presente nas organizações produtivas desde as primeiras formas de racionalização do trabalho entre finais do século XIX e início do século XX (HELOANI, 2011; TRAGTENBERG, 2006). E mais, os modelos de organização e gestão do trabalho constituem-se como formas de ordenamento da produção com desdobramentos para as demais esferas sociais. Exemplo disso foram as iniciativas desenroladas nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, de controle da vida dos trabalhadores e trabalhadoras fora da jornada de trabalho, afetando aspectos como o consumo do álcool, os hábitos sexuais, higiene, nutrição, tempo livre etc, como parte dos princípios fordistas de organização da produção.

Com base no estudo da trajetória histórica da racionalização do trabalho, identificaram-se dois elementos básicos a serem desenvolvidos: 1) a organização e a gestão do trabalho e da

recursos humanos é, na verdade, a busca pelo engajamento físico e mental dos operários ao processo de produção (SILVA, 2004).

⁷ - O problema agudo de adoecimento e morte em razão das formas muito avançadas e agudas de exploração da força de trabalho vivenciadas pela classe trabalhadora durante o século XIX, entre outras questões, deu ensejo à organização e à luta de resistência do proletariado, num primeiro momento, como destaca Dejours (1992, p.14; *passim*), pelo direito à vida e à organização política. Nesse período, são desenvolvidas as primeiras ações no campo da saúde dos trabalhadores, marcadamente orientadas por noções higienistas e morais com a finalidade de conformar a força de trabalho física e politicamente.

produção são constituídas por uma determinada pedagogia, isto é, elas não apenas portam um projeto político-pedagógico, como também tal projeto é sua condição de existência, sem, no entanto, deixar de ser um elemento fundante da produção do capital; 2) a pedagogia imanente aos modelos de organização e gestão do trabalho tem como finalidade primordial a formação do nexo psicofísico do trabalhador coletivo e individual necessário à produção e reprodução do capital. Para isso, exige um complexo de relações formativas que nasce na “fábrica” e se estende para as demais esferas da vida social, notadamente a educação institucionalizada, o controle do tempo livre e a saúde dos trabalhadores. Este é o sentido da afirmação de Dejours (1992, p. 46), quando afirma que “É o homem inteiro que é condicionado ao comportamento produtivo pela organização do trabalho, e fora da fábrica, ele conserva a mesma pele e a mesma cabeça.”

Por entender que existe um acúmulo significativo de produção teórica a respeito do papel da educação escolar no processo de reprodução da força de trabalho como capital humano (seja na afirmação desta tese ou na sua crítica) e, também, certa elaboração acerca do tempo livre e do lazer do trabalhador como relação necessária à recomposição da capacidade de trabalho ou como exercício de emancipação e liberdade⁸, estabelece-se, nesta tese, a hipótese de que *a pedagogia industrial tem na educação dos corpos dos trabalhadores um importante nexo da reprodução da força de trabalho e na formação do chamado “capital humano”*. Para isso, desenvolve, nos seus diferentes modos de organização do processo de trabalho historicamente produzidos, distintas *pedagogias do corpo no trabalho orientadas por um discurso legitimador de produção e conservação da saúde, que reúne as teorias do capital humano e a do fator humano como fundamentos da formação do tipo de trabalhador adequado à produção do capital*.

Nesse sentido, atualmente desenvolvida como parte da pedagogia toyotista ou flexível (KUENZER, 2002b), uma pedagogia do corpo no trabalho, fundamentada na noção de promoção de saúde e bem-estar dos trabalhadores, compõe o complexo da recrudescida e renovada ideologia do capital humano (SOUZA, 2009; FRIGOTTO, 2010). Além de elementos, tais como empregabilidade, qualidade total, pedagogia das competências, sociedade do conhecimento (FRIGOTTO, 2010), a renovada teoria do capital humano adequada ao processo de reordenamento do mundo do trabalho, já exaustivamente analisada de forma crítica pela

⁸ - Um balanço teórico e analítico crítico do fenômeno do lazer no interior do conflito entre capital e trabalho, buscando determinar os sentidos e as estruturas do tempo livre em disputa no interior da sociabilidade contemporânea do capital, é desenvolvido na tese de doutoramento de Mascarenhas (2005).

literatura, contém ainda a noção de responsabilização do indivíduo não apenas pelas suas competências cognitivas, técnicas e comportamentais, mas também pela sua saúde e aparência⁹.

Porém, as ações de empresas e Estado em torno da noção de promoção da saúde dos trabalhadores entram em franca contradição com o fato de que a produção capitalista, em função da própria natureza de autoexpansão e acumulação incontroláveis do capital (MÉSZÁROS, 2002), intensifica os processos de apropriação e expropriação da força de trabalho, provocando acidentes, adoecimento e até morte no trabalho ou por sua causa. Num modo de produção da vida material, cuja lógica está centrada no consumo intensivo da força de trabalho, a promoção de saúde do trabalhador no processo de trabalho, baseada na mediação educativa de técnicas gerenciais, tende a se constituir como aparência necessária à fetichização da produção de mercadorias fundada na espoliação da própria humanidade contida em cada indivíduo que trabalha. E isso, num contexto de crise do capital em que todas as mercadorias passam por um processo de decréscimo da sua vida útil para que novas mercadorias se efetivem¹⁰, a força de trabalho compreendida como mercadoria também passa por um processo veloz e intenso de desgaste.

Neste caso, não é a relação entre qualificação/desqualificação do trabalho¹¹ mediada pelas novas formas de organização social do trabalho que permeiam a principal problemática em tela neste estudo (embora a pressuponha), mas a contradição entre *elevação/preservação* e *degradação* da força de trabalho como elemento constitutivo da produção capitalista. O movimento contraditório entre *elevação/preservação* e *degradação* da força de trabalho tem a potencialidade de revelar o conflito entre processo de humanização pela mediação do trabalho e relação de coisificação, alienação do trabalhador nessa mesma mediação.¹²

⁹ - Por isso, além dos investimentos pessoais e coletivos (da empresa ou do Estado) na instrução científica e técnica inerente à concepção economicista de “capital humano” (SCHULTZ, 1973), somam-se, como parte do ideário que alimenta as concepções de formação do “novo” tipo de trabalhador, as prerrogativas teóricas e metodológicas que constituem a concepção de “fator humano”, desenvolvidas por engenheiros, engenheiros de segurança de sistemas, projetistas, engenheiros de segurança do trabalho e especialistas em segurança das pessoas e instalações, a respeito do comportamento de homens e mulheres no trabalho (DEJOURS, 2005).

¹⁰ - Sobre isto, ver em Mézáros (2002) a categoria “taxa de utilização decrescente”.

¹¹ - Questão esta central nos estudos sobre a relação entre trabalho e educação e também nas pesquisas no âmbito da sociologia do trabalho que tomam o processo de trabalho como categoria central de análise.

¹² - Rosen (1994) destaca que, com o processo de desencadeamento e desenvolvimento da Revolução Industrial entre o final do século XVIII e o século XIX, a produção econômica foi centralizada no sistema de fábrica e foi necessário deslocar a força de trabalho para as fábricas. Nesse quadro, foi necessário desenvolver uma organização comunitária para proteger a saúde dos trabalhadores como uma questão necessária à reprodução da força de trabalho requerida na produção fabril. Contudo, vários autores destacam as contradições prementes entre a necessidade de preservar a força

Nesse sentido, acrescento à discussão fundada na relação estabelecida entre trabalho e educação a relação entre saúde, trabalho e doença como uma problemática significativa no interior da relação trabalho e educação, procurando desenvolver um campo de análise a partir da prerrogativa teórico-metodológica das determinações recíprocas. Nesse caso, ocorre que o processo de reprodução da força de trabalho envolve diversificadas formas de educação dos indivíduos¹³, no sentido de formar o nexos psicofísico e o ético-político necessários às condições de reprodução social, o que permite localizar a educação em saúde no trabalho como elemento constitutivo das relações hegemônicas (mas, também, contra-hegemônicas) da relação entre trabalho e educação.

A relação saúde, trabalho e adoecimento configura-se como a determinação importante dos processos formativos investidos sobre a corporalidade dos trabalhadores no âmbito da organização do trabalho e nos desdobramentos para as demais esferas da vida social. Nesse sentido, a pedagogia do corpo no trabalho é um dos aspectos centrais pelos quais o capital intervém sobre a relação saúde, trabalho e doença no espaço da produção de mercadorias. Portanto, a problemática presente no processo saúde/doença no trabalho contém, no seu interior, aspectos inerentes à socialização do trabalhador como força de trabalho para o capital e, portanto, em sua formação.

Na relação entre saúde, trabalho e doença, apresenta-se a questão da reprodução e manutenção do trabalho vivo como um limite do próprio capital. Mesmo diante da busca perene de suplantarem a produção o trabalho vivo e substituí-lo por trabalho morto, trabalho passado objetivado em forças produtivas elevadas (MARX, 2013), a relação societária do capital não só não pode extinguir a exploração de força de trabalho, isto é, de homens e mulheres vivos que dependem suas faculdades físicas e mentais na produção de mercadorias, como precisa mantê-la em condições de efetivação.

Trata-se da dialética entre trabalho vivo e trabalho morto no pensamento de Marx que remete não apenas ao processo de desenvolvimento de forças produtivas e de intercâmbio entre

de trabalho viva e em condições de serem usadas no processo de produção e a realidade mórbida do trabalho exercido pelos operários nas condições fabris do período (ENGELS, 2009; MARX, 2013; ROSEN, 1994, 2005).

¹³ - De acordo com Saviani (2000), a atividade educativa medeia as relações entre indivíduo e sociedade, na medida em que ela produz, em cada indivíduo singular, a humanidade produzida histórica e socialmente. Se a educação cumpre esse papel de mediação no seio da prática social global, ela pode tanto colaborar para o processo de humanização, na medida em que amplia a apropriação por parte dos sujeitos da riqueza humana universal, como também ampliar as formas de estranhamento, alienação (exemplo é a formação clivada dos seres humanos a partir das prerrogativas exclusivas da instrução profissional).

os elementos que compõem o processo de trabalho – atividade de trabalho, meios de produção, objeto de produção -, mas, sobretudo, à dinâmica histórica da constituição dos seres humanos em “fatores de produção”, “ferramenta produtiva”, o chamado “fator humano”.

Nesse quadro analisado, ocorre um permanente processo de decomposição do trabalho vivo para a composição do capital. As principais formas de materialização da decomposição do trabalho vivo são: a desqualificação do trabalho e dos trabalhadores por meio das formas históricas de expropriação do saber operário; e a degradação dos trabalhadores efetivada mediante a exploração intensiva e extensiva do mais trabalho; o sofrimento objetivo e subjetivo inerente ao trabalho dominado.

Não obstante a isso, a contradição analisada em seus fundamentos históricos e sociais foi a de que, para que o capital continue a ser produzido e reproduzido como uma relação social, é necessário que, nessa mesma processualidade, *o trabalho vivo seja recomposto*, ainda que a decomposição do trabalho vivo seja imanente ao processo de produção do capital. E, para recompor o trabalho vivo, inúmeras estratégias empresariais são realizadas com as finalidades de reduzir a fadiga e o desgaste do trabalho, de estabelecer condições de trabalho higiênicas e seguras, de promover saúde e bem-estar entre os trabalhadores e de envolvê-los de maneira motivada.

Tomando como base as reflexões supracitadas, num âmbito mais geral e abstrato, o objeto de estudo desta pesquisa é constituído pelas relações estabelecidas entre processo de trabalho e formação dos trabalhadores. De maneira mais delimitada, tomo como objeto de pesquisa as formas históricas de organização e gestão dos processos de trabalho e suas tecnologias gerenciais, que incidem sobre a corporalidade dos trabalhadores, empregadas pelo capital como parte de projeto político-pedagógico de educação para o consentimento.

Nesse sentido, a problemática pode ser assim sintetizada: No interior da relação que se estabelece entre processo de trabalho e a formação dos trabalhadores, as históricas formas de organização do trabalho e da produção e suas tecnologias gerenciais, surgidas a partir de finais do século XIX até o início do século XXI, constituem-se como elementos da educação política do capital sobre a classe trabalhadora? E, como as formas de controlar e disciplinar a força de trabalho engendram formas, conteúdos, mecanismos e dispositivos que têm, na corporalidade dos trabalhadores, um momento importante do seu projeto político-pedagógico de educação para o consentimento?

Dessa problemática, desdobram-se as seguintes questões de apoio: quais são os nexos presentes na relação entre corpo e trabalho que incidem em processos de formação e/ou deformação humana? Os modos pelos quais o capital procura organizar e dirigir o processo de produção constituem-se também como *pedagogias* que buscam educar técnica e politicamente os trabalhadores de acordo com as necessidades da produção capitalista? Qual a natureza das pedagogias políticas que nascem no âmbito da produção? Estas pedagogias objetivam, além da instrução técnica necessária à produção, a constituição do nexo psicofísico adequado, a conformação da corporalidade entendida como personalidade viva subsumida? Diante do quadro de crescimento dos eventos de acidentes, adoecimento e morte laborais no mundo e no Brasil, qual o sentido real do complexo de estratégias empresariais baseado em tecnologias de gestão de recursos humanos da ergonomia, qualidade de vida no trabalho e ginástica e lazer na empresa que se propõe a promover saúde baseada na disseminação de um “novo” estilo de vida? Estas tecnologias compõem uma “nova” pedagogia do trabalho capitalista como elemento constitutivo das “novas” formas de gestão de organização do trabalho baseadas nos modelos de racionalização e modernização flexível do trabalho? Quais são as características do “novo” tipo humano que estas tecnologias pretendem formar?

Obviamente que cada questão de apoio desta poderia se desdobrar em uma pesquisa em profundidade. Entretanto, elas compõem um arsenal de questões que precedeu ou surgiu durante a investigação, demonstrando assim a complexidade da problemática da educação do corpo que acontece no trabalho. Claro está que não foi possível respondê-las na sua integralidade, porém, os elementos que compõem as aproximações sucessivas do objeto possibilitaram elencar traços analíticos que permitiram desenvolver as perguntas supracitadas na medida em que se buscou montar o mosaico de determinações explicativas da relação entre corpo, trabalho e formação humana mediada pelas formas históricas de gestão e organização do trabalho.

A opção por um estudo de caráter teórico teve como finalidade apreender as determinações histórico-ontológicas das estratégias educativas empresariais desenvolvidas para amortecer o conflito entre capital e trabalho desencadeado por causa das contradições que emanam da relação saúde-trabalho-doença.

Para tanto, procurou-se analisar bibliografia na tradição teórica do marxismo que aponta para a dimensão da corporalidade como um elemento que compõe a formação humana e, portanto, o trabalho vivo. O ponto de partida são as considerações de Marx (2013, 2004),

principalmente no volume primeiro de *O Capital* e nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* a respeito das contradições entre formação humana e constituição dos seres humanos em *força de trabalho*, bem como o significado dessas relações como parte dos processos de alienação inerentes à produção e reprodução do capital. Analisam-se também as contribuições de Gramsci (2008) em *Americanismo* e *Fordismo*, em razão da apreensão que este autor faz sobre as alterações na “natureza humana” efetivadas pelas formas de organização social da produção, exigindo novos nexos psicofísicos. Procuo incorporar ainda as contribuições de Lukács (2013) a respeito da constituição do ser social mediado pelo trabalho e, decorrente disso, o processo de “afastamento das barreiras naturais” como processo por meio do qual os homens vão sendo humanizados.

A reflexão sobre as obras desses autores permitiram uma compreensão histórica da formação da corporalidade humana mediada pelo trabalho como categoria ontológica, ou seja, permitiram apreender as determinações de que, por meio da *atividade vital humana*, os seres humanos se objetivam e se apropriam da natureza humanizada e dos elementos constitutivos da sociabilidade exteriorizada como seus “órgãos de sua individualidade”, “forças essenciais humanas”. Porém, observando-se a necessidade de analisar a realidade do trabalho mediada pelo seu duplo caráter, compreende-se também que, sob as determinações do controle do capital acerca do trabalho, ao mesmo tempo em que a humanidade se efetiva pela atividade do trabalho, a propriedade privada, a divisão do trabalho e a alienação constituem-no em um “objeto estranho e não humano (*unmenschlich*)” (MARX, 2004). Nessa dinâmica contraditória entre humanização e alienação, a relação saúde-trabalho-doença acaba por conter um potencial formativo que se torna campo de disputa entre trabalho e capital.

No sentido de dar materialidade às teses levantadas no trabalho, empregou-se uma significativa literatura oriunda de pesquisas teóricas e empíricas que abordam a questão da corporalidade dos trabalhadores no âmbito dos processos de produção, desde os finais do século XIX até os dias atuais. Analisam-se fontes primárias, como os escritos de Taylor, Ford, Amar, Demeny e Tissié, até fontes secundárias oriundas de estudos nos âmbitos da sociologia do trabalho, da área trabalho e educação, saúde do trabalhador, teoria geral da administração. Investigaram-se, também, pesquisas que analisam e/ou realizam experimentos com a ergonomia, qualidade de vida no trabalho e ginástica e lazer no setor industrial durante a primeira década dos

anos 2000¹⁴, no Brasil. Este último material reúne trabalhos publicados, primordialmente, na forma de relatórios de teses e dissertações de mestrado, mas também outros relatórios de pesquisa, artigos publicados em periódicos científicos, artigos de divulgação, matérias jornalísticas, material de associações e organizações que atuam com essas tecnologias.

Em geral, estas pesquisas possuem diferentes tendências, problemáticas, desenhos teórico-metodológicos e conclusões. Por vezes, há um número muito significativo de investigações, em diversos setores da economia, com enfoques que privilegiam, em determinados momentos, os trabalhadores e o modo como as mudanças na organização do trabalho, a inserção da automação e o desenvolvimento de programas e projetos de melhoria das condições de trabalho que refletem sobre sua saúde. Por outro lado, a maioria das investigações possui um enfoque empírico-analítico e instrumental, privilegiando o ponto de vista da empresa¹⁵ ao procurar identificar e/ou desenvolver mecanismos, técnicas e modelos de intervenção que permitam ganhos de produtividade e redução de conflitos por meio de alterações na organização e na gestão da produção e do desenvolvimento dos programas referidos.

Já as pesquisas que têm um enfoque crítico, geralmente nas áreas da sociologia do trabalho, da área trabalho e educação e da saúde do trabalhador, não tratam da questão desta pesquisa como uma problemática significativa. Esses estudos centram-se, respectivamente, nos reflexos das mudanças na produção sobre as organizações político-sindicais, sobre a formação e qualificação dos trabalhadores e a respeito dos acidentes e adoecimento no trabalho. As medidas de contratendência que o capital desenvolve sobre os conflitos e que têm sua origem nos processos de adoecimento e nos acidentes laborais não são analisadas.

Reúnem-se a este material produzido, no âmbito da academia, outras duas fontes: 1) material produzido pela imprensa diária e empresarial que tematiza questões relacionadas ao adoecimento e morte no trabalho e ações e estratégias empresariais e sindicais sobre a questão da saúde dos trabalhadores; 2) documentos formulados pelo SESI, pois este é hoje o principal agente

¹⁴ - Este recorte temporal se deve ao fato de que é nesse período que se pode perceber o crescimento de projetos de promoção de saúde dos trabalhadores desenvolvidos em empresas como parte de sua política interna de relações de trabalho e também por parte dos organismos do setor empresarial, como é o caso da Confederação Nacional da Indústria por intermédio do SESI.

¹⁵ - Vale ressaltar que, na maioria das pesquisas sobre qualidade de vida no trabalho, ergonomia e ginástica/lazer na empresa, predomina o ponto de vista e, portanto, as necessidades do capital. Porém, sua empiria deixa em aberto uma série de contradições promissora de ser analisada. Uma questão que também cabe observação é que parte das pesquisas é feita por demandas das próprias empresas ou dos seus autores que são ou foram agentes das mesmas. Isso é comum, sobretudo, nas pesquisas oriundas das áreas de Engenharia de Produção, Administração e Psicologia Organizacional.

empresarial que desenvolve atividades educativas orientadas para a promoção da saúde e do bem-estar dos trabalhadores no Brasil. É importante ressaltar que essa documentação é coligida com documentos de organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De maneira procedimental, percorreu-se um caminho semelhante àquele discutido por Mills (1975) e por ele classificado como *artesanato intelectual*. Seleção, organização e elaboração de notas de uma vasta bibliografia sobre o tema e o consequente estabelecimento de um arquivo temático, a aproximação de profissionais e pessoas envolvidas com a questão, a identificação das expressões do fenômeno em outras fontes, como as digitais e estético-artísticas (filmes, documentários, literatura). Esses são procedimentos necessários, na interpretação desse autor, à produção de problemas empíricos substantivos baseados num ato criativo de imaginação sociológica.

O estudo acabou por se constituir como uma composição de observações gerais sobre a forma e a tendência do assunto, formulando, desse modo, proposições gerais sobre a questão corpo, trabalho e formação humana. Como afirma Mills (1975, p. 218), “O bom trabalho na ciência social de hoje não é, e habitualmente não pode ser, feito de uma ‘pesquisa’ empírica claramente delineada. Compõe-se, antes, de muitos estudos bons, que em pontos-chave encerram observações gerais sobre a forma e a tendência do assunto.”

A forma como foi desenvolvida a pesquisa envolveu, portanto, um conjunto de procedimentos investigativos que dificulta a classificação do “tipo de pesquisa”, conforme as clássicas tipologias e classificações dos manuais de metodologia da pesquisa. Tratou-se, antes, de examinar a questão da educação do corpo nos processos de trabalho de maneira minuciosa, nos seus contextos históricos, nas suas expressões mais comuns e, também, nas determinações mais efetivas. Buscou-se assim identificar a regularidade apresentada no período de emergência do capitalismo monopolista e, posteriormente, no estágio de desenvolvimento do capitalismo neoliberal. Ambos os momentos são circunscritos por importantes ondas de racionalização dos processos de produção e do trabalho (DEDECCA, 1996), que resultaram na criação do movimento de organização ou administração científica do trabalho e nos modelos flexíveis de organização da produção respectivamente¹⁶.

¹⁶ - Não se ignoraram as teorias e projetos de administração e gestão que foram desenvolvidos durante o século XX, especialmente a chamada Escola de Relações Humanas. No entanto, concordamos com Montmollin (1984), quando afirma que, ainda que essas correntes da administração se desenvolveram combatendo as contradições e os limites do

Em termos objetivos, três momentos caracterizaram o processo de investigação: a revisão de literatura; a pesquisa documental; e a discussão teórica. A revisão de literatura teve tanto um caráter exploratório quanto uma perspectiva de análise dos fundamentos teórico-metodológicos com o objetivo de constituir um complexo categorial capaz de expressar os nexos internos da relação entre corpo, trabalho e formação humana no interior do modo de produção capitalista. Para tanto, num primeiro momento, foi levantada, organizada e sistematizada uma larga bibliografia, que, de algum modo, apreende a relação entre corpo, trabalho e educação no campo das ciências humanas, especialmente estudos no âmbito da sociologia do trabalho, sociologia do corpo, estudos da área trabalho e educação e pesquisas no campo da educação física. Nesse processo, também se buscou apreender, na literatura, as reflexões mais genéricas sobre a dinâmica do desenvolvimento histórico, econômico, político e ideológico do capitalismo e suas correspondentes expressões no avanço das forças e relações produtivas que alteraram a composição dos processos de produção e de trabalho.

A pesquisa documental correspondeu ao levantamento, leitura sistemática, inferência analítica e categorização temática de material jornalístico (seja diário ou empresarial), de informações institucionais e de relatórios de pesquisa, em nível de mestrado e doutorado, que abordam a questão do investimento empresarial sobre a questão da saúde no interior dos processos de trabalho. O material jornalístico foi levantado pelo uso de mecanismos de busca na internet, especialmente o *site* de busca do *Google*, por meio de palavras-chave, tais como: saúde do trabalhador, saúde na empresa, lazer ativo, ginástica laboral, ginástica na empresa, ergonomia e saúde no trabalho, gestão da saúde. O recorte de tempo foi estabelecido pela última década (2000 – 2013), quando a questão do investimento empresarial sobre a saúde dos trabalhadores se tornou mais intensa, em razão do crescimento econômico, maiores taxas de formalização do emprego, ampliação do investimento interno e externo na produção, maior utilização de amadurecimento e ampliação do emprego de técnicas e tecnologias gerenciais flexíveis, alterando pautas empresariais e dos trabalhadores. Encontrou-se material disperso em diversos sítios que vão desde os jornais diários de grande circulação até páginas especializadas em matérias empresariais e/ou sindicais.

taylorismo, suas lógicas internas ainda estão baseadas em princípios que foram ordenados, sistematizados e disseminados pelas proposições de Taylor: organização metódica e sistemática das tarefas, funções e pessoas; aumento da produtividade em níveis elevados, associados à elevação gradual dos salários; divisão técnica hierárquica

Ainda no que diz respeito à pesquisa documental, foram levantadas estatísticas institucionais a respeito do adoecimento e morte no trabalho, por meio de dados da OIT, Fundacentro, IBGE e Revista Proteção. Outras informações documentais são extraídas de documentação pública institucional veiculada pela CNI, pelo SESI e pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Foram consultados e analisados, por meio da leitura e análise dos seus resumos, um conjunto de teses e dissertações das áreas de Engenharia de Produção, Administração, Educação Física, Saúde e Psicologia, cujo conteúdo está diretamente ligado ao tema deste estudo.

O processo de desenvolvimento da investigação se materializou dinamicamente. Nesse sentido, articularam-se revisão de literatura, análise de documentos, análise categorial, reflexão e elaboração de quadros de referências e de categorias, num movimento pendular no processo de orientação do pensamento, com o fito de compreender histórica e socialmente as relações entre corpo, trabalho e formação humana. Portanto, reuniu-se uma análise teórico-categorial de apreensão daquela relação do ponto de vista do materialismo histórico-dialético. Nesse sentido, preteriu-se o debate de crítica às demais concepções teórico-metodológicas que tratam da corporalidade como elemento constitutivo das relações sociais, para dedicar esforços na construção de uma compreensão ontológica e histórica da corporalidade da classe trabalhadora. Desse modo, desenvolveu-se um esforço em construir um debate a respeito da crítica à economia do corpo como forma de desvelar o projeto e a prática pedagógica do capital investidos sobre a corporalidade dos indivíduos que vivem da venda de sua força de trabalho.

O método de exposição não corresponde ao caminho percorrido ao longo da investigação. Ao procurar desenvolver uma exposição capaz de apresentar o percurso de problematizações, análises, reflexões, críticas, elaboração categorial e lógica argumentativa, seguiu-se uma estrutura que fosse capaz de expor o movimento próprio do objeto investigado. É nesse sentido que a exposição é iniciada com a questão da relação entre corpo e trabalho no interior da formação humana, num sentido abstrato-genérico, isto é, no interior do desenvolvimento do ser social e dos indivíduos sociais, para, a partir daí, arrolar formas históricas pelas quais o corpo dos trabalhadores e trabalhadoras é educado no interior da pedagogia fabril do capital.

O modo de apresentação dos capítulos busca expor como a questão da relação entre corpo, trabalho e formação humana tem gênese e desenvolvimento no interior do ser social.

do trabalho; controle de tempos, movimentos e ações dos trabalhadores na operação de uma tarefa; seleção e treinamento sistemáticos e metódicos; e a concepção de mundo conciliatória de forças antagônicas.

Nesse sentido, o primeiro capítulo corresponde à exposição do processo de construção de um problema em *status nascendi*. Portanto, além de examinar as múltiplas determinações que acompanham as relações entre corpo, trabalho e formação humana, procura-se expor de que modo a produção do conhecimento acompanha a questão, ora se aproximando, ora negando sua relevância.

No segundo capítulo, é desenvolvida uma reflexão em torno da questão da corporalidade dos trabalhadores no âmbito da produção capitalista. A trajetória da exposição busca elucidar a gênese e o desenvolvimento daquilo que se procurou categorizar como “pedagogia do corpo no trabalho”, isto é, um conjunto de intervenções do capital sobre a organização e as relações de trabalho com a finalidade de ajustar o trabalhador de acordo com as finalidades da produção e reprodução do capital.

Para tanto, analisa-se a relação entre trabalho e corporalidade humana como fundamento histórico-ontológico do processo de formação humana. Para isso, dialoga-se com obras de Marx, Engels e Lukács, no sentido de apreender o processo histórico-social de desenvolvimento da corporalidade humana como parte constitutiva da personalidade viva dos trabalhadores. Para analisar esta questão, em primeiro lugar buscou-se identificar os limites e avanços da discussão a respeito da formação da individualidade e do lugar da corporalidade nesse processo, no âmbito do pensamento marxista. Depois, discute-se o papel do trabalho como mediação universal entre seres humanos e natureza e os desdobramentos dessa relação na formação da individualidade corporificada, no interior do pensamento marxiano, entrecruzado com as contribuições de Gyorgy Lukács. Discute-se ainda de que modo o duplo caráter assumido pelo trabalho, sob a mediação da relação social capital, põe a corporalidade do trabalhador no interior da contradição entre trabalho vivo e mortificação do trabalho.

No terceiro capítulo, procede-se com a análise sobre a contradição entre a composição/recomposição do trabalho vivo e sua “mortificação” posta no interior dos processos de produção capitalista. Desenvolve-se o debate a respeito da pedagogia do trabalho capitalista e de suas implicações sobre a formação do trabalhador. Para isso, retoma-se a discussão desenvolvida no primeiro capítulo a respeito da relação entre trabalho e corporalidade para demonstrar que o que constitui a categoria trabalho vivo é a genericidade humana presente em cada indivíduo que trabalha. Diante disso, aponta-se que os processos de precarização e

degradação do trabalho significam a decomposição do trabalho vivo, cujas expressões candentes são os crescentes índices de adoecimento, assédios (morais, físicos e sexuais) e morte laborais.

Na parte seguinte, discutem-se os conceitos que fundamentam a natureza educativa da organização e gestão dos processos de trabalho. Apropria-se da noção de política de produção e relações na produção, de Burawoy (1990), no sentido de identificar a efetividade da tese gramsciana de que a hegemonia nasce na fábrica e, a partir daí, se estende para as demais esferas da vida social.

Como toda questão de hegemonia é um problema pedagógico (GRAMSCI, 2004), as mudanças nos modos de organização e gestão do processo de trabalho apontam para diferentes projetos político-pedagógicos que visam produzir no trabalhador o nexos psicofísico necessário à produção e reprodução de capital.

Por fim, no último capítulo, expõem-se os elementos do que chamo de estratégias do capital sobre a relação saúde-trabalho-doença, analisando a literatura que desenvolve e divulga as tecnologias gerenciais empregadas no interior das organizações empresariais com a finalidade de produção do consentimento em torno dos conflitos gerados pela realidade do mundo do trabalho adoecido.

Desenvolve-se, num primeiro momento, a discussão a respeito da produção da pedagogia industrial, que tem sua gênese e desenvolvimento no âmbito da organização dos processos de trabalho que foram produzidos ao longo da história pelo capital. Destaca-se a emergência de uma “pedagogia do corpo no trabalho” como elemento constitutivo da pedagogia industrial. E ainda se demonstra como as mudanças das formas de organização e gestão do processo de trabalho implicaram em diferentes “pedagogias do corpo no trabalho”, elucidando princípios, mecanismos e práticas desses processos educativos, objetivados nos corpos de trabalhadores e trabalhadoras, com a finalidade de formar sujeitos úteis, eficientes e dóceis para a produção capitalista.

Procura-se expor aspectos fundamentais do conteúdo dos valores, regras e dispositivos organizacionais das velhas e novas formas de organização e de gestão do trabalho e suas implicações sobre a corporalidade do trabalhador. Porém, antes de concluir esta parte, duas advertências são necessárias: as passagens de textos em inglês, francês e espanhol foram livremente traduzidas por mim. Em razão do número excessivo de citações, não foi possível transcrever as mesmas na língua original; ao longo do texto, uma série de citações diretas é utilizada, procurando, com isso, demonstrar o conteúdo mesmo do texto dos autores com os quais

são travadas interlocuções, reflexões e críticas. Muitas vezes, preferiu-se utilizar a prosa dos autores do que sintetizar interpretativamente os mesmos.

CAPÍTULO I

PROLEGÔMENOS À RELAÇÃO CORPO, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA

1.1. As tramas das relações entre Trabalho e Educação e Educação do Corpo

Os pressupostos concretos dos quais este estudo parte caracterizam-se pelos modos objetivos de efetivação das relações, processos e estruturas que condicionam a formação humana mediada pela atividade do trabalho e pela organização corporal humana. Tais relações, processos e estruturas não se materializam em abstrato, mas, sim, em condições históricas determinadas. Nesse sentido, sob as condições históricas de dominância do capital acerca do modo de produção da vida material, as dinâmicas formativas mediadas pelos processos de trabalho, com desdobramentos sobre a corporalidade humana, estão assentadas na forma predominante da educação subsumida aos processos de produção e reprodução da força de trabalho que é a pedagogia industrial.

Neste estudo, toma-se a categoria de pedagogia industrial como expressão mais universal das práticas educativas que acontecem no interior dos processos de produção no mundo do trabalho. A partir da noção ampliada de indústria em Marx (2013) e em Marx e Engels (2005), compreende-se que a moderna indústria revolucionada pelo advento da maquinaria fez amadurecer e consolidar a sociabilidade do capital sob a direção hegemônica da burguesia que ascendeu à condição de liderança dos exércitos industriais. A constituição do mercado mundial e o desenvolvimento do comércio, comunicação e transporte revolucionaram os modos de produção e de troca, constituindo, assim, a burguesia como classe hegemônica. Esse quadro socioeconômico criara as condições nas quais “[...] a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno” (MARX; ENGELS, 2005, p. 42).

Sendo assim, a indústria moderna não apenas revolucionou o modo de produção de mercadorias com o avanço das forças produtivas oriundas da aplicação científica na produção, mas, sobretudo, mudou o modo de produção da vida material, as estruturas, processos e relações

sociais e políticas, as formas e o edifício do poder do Estado. O revolucionamento incessante dos meios de produção promovidos pela burguesia alterara as relações de produção e também todas as relações sociais. Nesse sentido amplo, indústria não se assemelha à fábrica ou à produção fabril, mas, sim, ao modo de produção da vida material subsumida ao imperativo da produção e consumo de mercadorias e acumulação do capital.

Do ponto de vista da produção, toda atividade produtiva que gera valor compõe o conceito ampliado de indústria, de acordo com Santos (2012). Toda atividade produtiva que resulta em utilidades materiais submetidas ao modo de produção de mais-valor diz respeito ao capital industrial. “Não são fábricas convencionais apesar da inserção da maquinaria e dos processos tecnológicos, são *indústrias*” (SANTOS, 2012, p. 96). Nesse sentido, a fábrica é apenas uma parte da indústria ou um ramo industrial.

Então, de acordo com essa perspectiva, tem-se que

O termo indústria, em Marx, diz respeito a qualquer ramo explorado segundo o modo capitalista. Se a produção capitalista se apodera dos meios de transporte, estes passam a ser considerados peças subordinadas à indústria de transporte. A indústria tem existência para além da fábrica, e existe no contexto de um modo de produção específico que se valoriza independentemente da natureza útil do resultado da produção. A noção ampliada de indústria na obra de Marx explicita importantes elementos para a compreensão da produção de valor para além da fábrica [...]. (SANTOS, 2012, p. 98)

Nesse entendimento, pedagogia industrial supera a particularidade da pedagogia da fábrica (KUENZER, 2002a) ou pedagogia fabril (MACHADO, 1995), incorporando-a, porém se manifestando no conjunto dos espaços onde a produção de mais-valor se efetiva e se estende para as diversas esferas da vida social. Desse modo, não é a pedagogia da fábrica que é própria pedagogia do capital, como propõe Kuenzer (1991), mas sim a pedagogia industrial em suas diferentes expressões. A pedagogia da fábrica, então, é a expressão da pedagogia industrial no âmbito fabril.

No entendimento aqui apresentado, a pedagogia industrial constitui-se como fundamento da pedagogia política do capital, que corresponde aos mecanismos de conformação ética e moral da classe trabalhadora nos limites e condições das leis do mercado, de acordo com o estágio de desenvolvimento do capital. Na pedagogia política do capital, é o Estado educador o principal mediador do processo de conformação ética e moral da classe trabalhadora às condições de produção e trabalho determinadas pelo capital (SOUZA, 2010).

A pedagogia política do capital ocorre, sobretudo, na esfera da superestrutura.

Faz parte desta pedagogia, também, a disseminação de formas pseudocientíficas de apreensão da realidade social que valorizam o particular, o local, o efêmero, em detrimento de uma compreensão mais objetiva dos elementos que articulam e dão sentido ao Bloco Histórico que comporta as diversas particularidades da vida social. A naturalização da ideologia da “mão invisível do mercado” como reguladora eficiente do cotidiano social também faz parte do conteúdo desta pedagogia política. De modo geral, esta constitui o mecanismo pelo qual a burguesia busca formar as competências necessárias à conformação ética e moral do trabalhador em uma dinâmica renovada de construção do consenso em torno da concepção de mundo burguesa, consolidando, assim, no meio social, por meio da naturalização da lógica de mercado, a subsunção real do trabalho ao capital. (SOUZA, 2010, p. 144)

Em que pese o caráter fundamental da pedagogia política do capital no processo de sedimentação das relações entre a produção da vida material e as superestruturas jurídicas, políticas, ideológicas e culturais, como elemento necessário da produção da hegemonia do bloco histórico capitalista, esta se constitui um momento derivado da e determinado pela pedagogia industrial. Como afirma Gramsci (2004, 2001), todo o problema da hegemonia é também um problema pedagógico e, além disso, a hegemonia do bloco histórico do capitalismo monopolista nasce na fábrica, na produção industrial.

Claro está que não se trata de uma determinação mecânica, mas de um conjunto de nexos formativos que tem, na forma capitalista de organização da produção industrial, o momento predominante da educação que as relações sociais capitalistas dirigem às classes subalternas. Desse modo, compreende-se aqui que a pedagogia do trabalho capitalista (fabril), somada à pedagogia política do capital, tem sua síntese no que aqui é categorizado como pedagogia industrial.

Observa-se ainda que há diferentes expressões da pedagogia industrial nos diversos setores e locais de trabalho, em razão da própria natureza e forma de organização dos processos de produção. Nesse sentido, a pedagogia industrial se realiza de modo distinto na indústria metal-mecânica, nas de processo contínuo, na agroindústria ou na produção agrícola e nos setores de serviços. Porém, onde ocorre a produção de mais-valor, ali se processam formas intencionais e sistemáticas de formação dos trabalhadores como forma de reprodução da força de trabalho e adequação dos trabalhadores aos objetivos e à socialidade do capital.

Há, ainda, no interior de cada uma dessas expressões da pedagogia industrial, níveis específicos pelos quais se efetivam os processos educativos orientados pelo projeto político

pedagógico do capital. A instrução técnica, o ensino profissional, a educação corporativa, a formação de hábitos e comportamentos são níveis dessa pedagogia. Ao se tomar essa perspectiva analítica, é possível identificar, nos modos de organização da produção realizados ao longo da história do capital, uma forma particular de pedagogia orientada para educar a corporalidade dos trabalhadores; pedagogia essa que nasce no interior dos processos de trabalho e deles se estende para diversas esferas da vida social. Assim se pode classificá-la como *pedagogia do corpo no trabalho*.

Desse ponto de vista, a pedagogia do corpo do trabalho não pode ser compreendida como uma particularidade isolada, um acontecimento singular que acontece no interior do trabalho constituindo “micropolíticas”. Ao contrário, entende-se aqui que a pedagogia do corpo no trabalho é um momento fundamental da pedagogia industrial. Fundamental porque ela se remete diretamente a duas dimensões da reprodução da força de trabalho pelo capital: a reprodução das condições e capacidades orgânicas, corporais, de realizar trabalho, o que exige uma formação corporal que promova níveis determinados de aptidão física para realizar trabalho; em segundo lugar, a corporalidade como base fundamental da individualidade humana, da personalidade viva de homens e mulheres. Nessa segunda dimensão, materializa-se um objeto fundamental da ação pedagógica do capital para produção do consentimento ativo dos trabalhadores.

É importante destacar outro traço da construção do tema desta pesquisa: aquele que diz respeito à necessidade de estabelecer sínteses de variados campos do conhecimento, a partir da dimensão particular da realidade expressa pela educação física. Trata-se de outro aspecto da aparente improbabilidade do tema, que diz respeito ao fato de tomar questões-problema da área de conhecimento da educação física como elemento mediador no interior das relações que se estabelecem no mundo do trabalho, notadamente da relação entre trabalho e educação. Nessa perspectiva, este estudo busca contribuir para a construção de um campo de investigação emergente, qual seja, o das relações entre *trabalho e educação física*.

A relação entre trabalho e educação física não possui “cidadania acadêmica”, como o possui o objeto *trabalho e educação* na área da educação, a *sociologia do trabalho* na sociologia e nas ciências sociais, a *economia do trabalho* na economia ou *psicologia do trabalho* na psicologia. A produção acadêmica que trata da relação entre a educação física e o mundo do trabalho é recente e, fundamentalmente, mediada pelos estudos na área da educação que tratam

da relação entre *trabalho e educação* (NOZAKI, 2015; HEROLD JÚNIOR, 2006)¹⁷. Essa produção é dispersa em investigações sobre o trabalho dos professores de educação física, a crítica ao papel do ensino de educação física escolar na reprodução da força de trabalho, as questões em torno do lazer para os trabalhadores, alguns aspectos da saúde dos trabalhadores ou pesquisas sobre história da educação física. Conforme observa Mascarenhas (2005, p. 408),

No âmbito da Educação Física/Ciências do Esporte, contudo, são poucas as pesquisas que buscam apreender, na complexa dinâmica do mundo do trabalho e da produção, os processos de *educação do corpo* em embate, estando concentradas, em sua maioria, em torno da temática da formação profissional em Educação Física, em que o antagonismo de projetos tem se revelado mais incisivo.

Ainda que não seja um campo de estudos consolidado, concorda-se com esses autores sobre a necessidade de desenvolvê-lo, buscando colaborar para esse projeto coletivo.

Ao estabelecer a área da educação física como um feixe pelo qual é possível encontrar os prismas das relações que iluminam os vínculos entre corpo, trabalho e formação humana, considera-se que esta área concentra, na sua *démarche*, as iniciativas e esforços sociais empregados na educação dos corpos. Embora o conceito de educação do corpo possa denotar um reducionismo especializado da referência aos processos formativos, trata-se, na verdade, de dar visibilidade a uma dimensão dos projetos éticos, políticos e pedagógicos e das práticas de formação que se expressam em formas concretas de educação, bem como de controle, domínio e disciplinamento dos indivíduos que atravessam seus gestos, hábitos, anatomias e funções corporais. Além disso, sob o modo de produção capitalista, a educação física é o campo pelo qual irradiam as múltiplas formas de educação do corpo, seja na escola ou em outros tempos-espços sociais (SOARES, 2000; VAZ, 2002; TABORDA DE OLIVEIRA, 2006; GLEYSE, 2007).

Por isso, ao investigar as relações entre corpo, trabalho e formação humana, busca-se apreender o lugar que o corpo ocupa nas tramas da relação entre trabalho e educação. E isso passa, necessariamente, pela interlocução com a educação física, em função de que é ela a

¹⁷ - Uma observação interessante a respeito do condicionamento teórico da produção teórico-metodológica da área da educação na produção acadêmica da educação física é realizada por Húngaro (2008), em sua tese de doutoramento. Embora seu tema seja a respeito da questão do tempo livre, ao refletir sobre a questão da incorporação do marxismo na produção acadêmica na educação física, aponta um dos seus limites no processo de apropriação dos fundamentos teóricos das ciências sociais e humanas: em larga medida, essa produção teórica incorpora teorias, argumentos, hipóteses e conceitos das ciências sociais e humanas pela mediação da produção teórica da educação e deixa de ir diretamente nos autores clássicos para interpretar as questões referentes às problemáticas desta área. Neste trabalho,

instância educativa, social e institucional que incorpora, na sociedade capitalista, o predomínio da função social de educação do corpo.

De forma imanente, parte significativa das práticas e do conhecimento produzido no interior da educação física é condicionada, desde sua origem, pelo modo como a sociedade organiza o trabalho. Certamente poder-se-ia objetar tal afirmação, visto que as sistematizações teóricas e práticas que deram origem à educação física – conhecidas como Sistemas Ginásticos Europeus –, surgidas na ambiência da dupla revolução europeia, materializaram-se como sistematização de práticas corporais constituídas fora do mundo do trabalho, isto é, das práticas de divertimento e lúdicas efetuadas no tempo livre pelas classes populares. Tal sistematização dessas práticas foi realizada por meio da mediação da ciência e da técnica, sob a insígnia da saúde, da moral, do vigor e da defesa patriótica (SOARES, 2000, 1998).

Entretanto, ainda que as práticas gímnicas, que deram origem ao que o hoje se conhece como educação física no mundo ocidental, tenham emergido da sistematização instrumentalizada, pela ciência e pela técnica, da cultura lúdica das classes subalternas que ocorria fora do trabalho, considerado ordinária e estreitamente como trabalho fabril¹⁸, é notável o seu vínculo direto ou o seu condicionamento com aquelas capacidades e habilidades exigidas pelo sistema industrial em amadurecimento. Exemplo desse vínculo é exposto e analisado por Gleyse, Bui-Xuâ e Pigeassou (1999) na interessante análise que fazem sobre as similitudes e as estreitas relações que se podem estabelecer entre os métodos e as práticas preconizadas para a educação do corpo em práticas gímnicas desenvolvidas por Demeny¹⁹ e também nas propostas de Taylor sobre o estudo e o

isso não é um problema, pois se busca justamente determinar aspectos particulares da relação entre trabalho e educação física e trabalho e educação.

¹⁸ - Soares (1998, 2000, 2001), em diversos momentos de sua obra, demonstra que o caráter instrumental da educação do corpo durante o século XIX esteve articulado com o desenvolvimento da industrialização e da produção fabril. Nesse sentido, sua análise está sempre baseada na perspectiva de que o trabalho se resume à atividade fabril e tem sempre um caráter disciplinador e repressor. Em suas reflexões não estão dadas as condições de expressar o duplo caráter do trabalho e, portanto, a efetividade da atividade consciente humana como momento da autoprodução do ser humano, elemento constitutivo e necessário da formação humana.

¹⁹ - Georges Demeny, de origem húngara e radicado em França, é considerado um dos fundadores do moderno movimento ginástico surgido na Europa no século XIX. Esse movimento que constituirá as bases, fundamentos científicos, elementos pedagógicos e diretrizes gerais (largamente amparadas no positivismo) do que passa a ser conhecido como educação física moderna, será formado a partir da elaboração de educadores, médicos, militares, pensadores e cientistas, sobretudo na França, Suécia e Alemanha, que preconizavam uma educação humana que integrasse o corpo como parte da formação do homem moderno para uma sociedade fundada na razão científica e na ideia de progresso. Sua obra é extensa e contém fundamentos pedagógicos e científicos que ainda hoje influenciam o campo da educação física. Demeny compartilhou suas preocupações em estudar cientificamente o movimento humano com Étienne-Jules Marey, médico e fisiologista que inventou a técnica da cronofotografia, posteriormente utilizada por engenheiros que deram prosseguimento ao trabalho de Taylor, especialmente o casal Frank e Lillian

ajuste adequado dos tempos e movimentos dos trabalhadores durante a execução de tarefas determinadas no processo de produção. Ambas eram baseadas numa ideologia do consenso entre as classes sociais na racionalização do trabalho e das relações sociais.

Nesse sentido, a relação entre a educação física e a organização social do trabalho está presente no discurso e nos projetos pedagógicos de importantes precursores do próprio movimento ginástico europeu (SOARES, 1998, 2001, 2000). Obras de autores como Demeny (1904, 1911) e Tissié (1897, 1913, 1919) precisam essa relação de diversos modos. A própria Soares (2000, p. 45) aponta isso ao constatar que

[...] a Ginástica passa a ser vista como prática capaz de potencializar a necessidade de utilidade das ações e gestos e de ensinar o indivíduo a internalizar uma noção de economia de tempo, de gasto de energia e de cultivo à saúde como princípios organizadores do cotidiano.

A educação do corpo pretendida pelas sistematizações conhecidas como ginástica tinha, portanto, como seu pressuposto e seu objetivo, a noção de *homo economicus*. A reprodução da força de trabalho era seu objetivo central. O modo como isso era pensado e planejado se remetia às propostas pedagógicas baseadas na perspectiva de racionalização do movimento corporal por meio da eliminação de gestos e ações inúteis e aperfeiçoamento daqueles movimentos funcionais a uma determinada ação. Tal racionalização significaria uma *economia política do corpo e do movimento*²⁰.

Sua gênese moderna, no seio da Europa do século XIX contornada pela dupla revolução²¹ que então geraria as condições de amadurecimento do capitalismo, apontaria como finalidades primordiais da educação física: a contribuição com a tarefa social de educar trabalhadores de

Gilbreth, como forma de estudar e controlar cientificamente tempos e movimentos na operação de uma determinada tarefa nos processos de produção.

²⁰ - Foucault (2002) observa que os *dispositivos disciplinares* empregados pelas instituições militares, presídios, escolas e fábricas, a partir do século XVII, têm como prerrogativa e objetivo a formação de corpos dóceis politicamente e úteis economicamente, forjando assim uma *economia dos corpos*. Esse mesmo autor ressalta que, nesse quadro, mais do que resultante de leis biológicas, os corpos são objetos de investimento político e devem ser analisados no quadro do estabelecimento de relações de poder. Nesse sentido, no processo de produção capitalista é possível identificar tanto a instrução dos trabalhadores para que produzam de modo eficiente com economia de esforço e de energia – processo esse intensificado com o advento da maquinaria e da automação –, como também formas de controle, disciplinamento e educação que atravessa a corporalidade dos trabalhadores com o objetivo de dominar pelo artifício da força ou de produzir o consentimento ativo na produção.

²¹ - Dupla revolução diz respeito à conceituação desenvolvida por Hobsbawm (2005) para explicar o processo histórico de amadurecimento do capitalismo na Europa, entre 1789 e 1848, desencadeado, de um lado pelo desenvolvimento das forças produtivas e da grande indústria por meio da chamada Revolução Industrial nucleada pela Inglaterra; e, por outro lado, pela organização do Estado moderno resultante da Revolução Francesa.

modo que se tornassem organicamente saudáveis, economicamente produtivos, social e moralmente dóceis; produzir mulheres capazes de reproduzir trabalhadores e soldados fortes física e moralmente ativos para a manutenção e defesa dos interesses da sociedade, do Estado e da nação; educar a moral das crianças por intermédio de seu corpo, educação essa conduzida por pedagogias do corpo racionais e morais, principalmente a ginástica, produzindo um novo tipo humano adequado ao industrialismo (SOARES, 1998, 2001; TISSIÉ, 1897, 1913, 1919; DEMENY, 1904, 1911).

De acordo com Bracht (2001, p. 72), a sustentação teórica e prática da educação física, ao longo dos séculos XIX e XX, esteve baseada nas seguintes condições de possibilidade: 1) “[...] a importância da aptidão física para a produtividade no trabalho, quer dizer, a Educação Física era vista também como uma forma de garantir a produtividade do Estado Nacional, da comunidade [...]”; 2) outro aspecto diz respeito ao crescente papel do Estado sobre a saúde da população com o desenvolvimento da polícia médica²² e a perspectiva de que o “[...] Estado Nacional passa[ria] a ser entendido como o grande responsável pela promoção da saúde da população [...]”; 3) “[...] a predominância da visão médica do corpo, quer dizer, o corpo como máquina [...]”; 4) e, por fim, reforçando o primeiro aspecto, “[...] a ideia do trabalho como dever, isto é, a partir da ética do trabalho como uma ética fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, a população tinha de assumir a ideia de que o que realiza o homem é o trabalho, sendo o lazer mera recompensa.” É notável, portanto, a centralidade do trabalho na determinação da gênese e nos modos ulteriores de pensar e fazer a educação física.

Ao longo do século XX, as finalidades, teorias e práticas da educação física se mantiveram condicionadas pela organização das relações de trabalho e pelo processo de produção, porém, adicionadas às novas demandas, perspectivas e diretrizes, arroladas pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista. Em breves termos, pode-se apontar que a expansão, desenvolvimento e difusão do esporte como prática social institucionalizada tornou esse fenômeno cultural o conteúdo predominante no interior da educação física e somou as noções de performance e de nacionalismo às diretrizes de educação do corpo saudável, produtivo,

²² - Na transição do século XIX para o século XX, o Estado nacional constituiu-se como uma realidade econômica e geopolítica significativa para os fins da reprodução do capital na Europa e se materializa como a instância determinante de organização, controle e reprodução não apenas econômica, mas também da “população”. Nesse ínterim, a instituição médica passa a cumprir um papel fundamental como um dispositivo de poder de controle da população e da urbe (corpo social) e dos indivíduos, sobretudo dos trabalhadores (corpo produtivo), por meio de um

forte e resistente para o trabalho. É também nesse período que se nota o desenvolvimento do fenômeno do lazer, compreendido sob uma ótica funcionalista, como tempo-espaço de compensação, descanso e recomposição da força de trabalho e, por outro lado, como extensão da lógica do trabalho alienado na esfera do consumo (ADORNO; HORKHEIMER, 2006; ADORNO, 1995).

Outro aspecto amplamente generalizado no século XX foi a industrialização da cultura (ADORNO; HORKHEIMER, 2006) que, desde então, vem constituindo um amplo mercado da cultura corporal (esporte, ginástica, dança, lutas, jogos etc) e do próprio corpo como signo, portador e promotor do consumo de mercadorias (VAZ, 2002; SILVA, 2001; BROHM, 1975; 2001; BANDEIRA, 2008; BAPTISTA, 2013; CASTRO, 2001). Trata-se da formação de um “corpo mercador/mercadoria”.

Apesar de se desenvolver histórica e socialmente nucleada pelo mundo do trabalho, mais recentemente a área da educação física tende a abdicar de tal vínculo²³, questão esta expressa em parte significativa de sua produção do conhecimento. Desse modo, suas análises²⁴ localizam-se, predominantemente, nos efeitos da racionalidade técnica e científica sobre a corporeidade humana, mormente aquela da medicina higienista ou neo-higienista (SILVA, 2001; SOARES, 2001, 1998; GOIS JUNIOR; LOVISOLO, 2008; SILVA, 2009), da mercadorização do corpo (BANDEIRA, 2008; SILVA, 2001; VAZ, 2002) ou da legitimidade epistemológica, identidades e lazer (BRACHT, 1997a, 2001).

O processo de reestruturação produtiva levado a efeito, a partir da década de 1970, tem resultado tanto em alterações materiais, no âmbito das forças produtivas e das relações de produção, quanto nas esferas superestruturais, como, por exemplo, a ideologia, a estrutura

conjunto de intervenções políticas sanitárias, educativas e legislativas. Daí o termo polícia médica e, posteriormente, medicina social (FOUCAULT, 2012; ROSEN, 2005).

²³ - Tal recusa se manifesta mais pelo fato de ignorar ou contornar a relação entre educação física e trabalho, em razão de opções teórico-metodológicas e políticas, do que necessariamente uma negação da centralidade do trabalho, como ocorrera nas ciências sociais nas décadas de 1980 e 1990. No entanto, autores influentes da área, como Silva (2001) e Bracht (2001, 1999), fazem tais considerações, destacando que a categoria do trabalho não pode mais sustentar nem as análises sobre a realidade da educação física na atualidade, tampouco um projeto alternativo para seu *status* vigente. Assume, no lugar do trabalho, a prioridade de categorias, tais como ecologia, meio ambiente, natureza, identidades, lazer. Sobre isso, ver Herold Júnior (2006).

²⁴ - É necessário observar que, embora trate genericamente da produção teórica da educação física para ilustrar as aproximações e distanciamentos em relação à categoria do trabalho, esta é uma área de conhecimento constituída de uma natureza multidisciplinar e que aqueles estudos amparados no âmbito das ciências sociais e humanas são minorias em relação àqueles fundamentados pelos aportes teórico-metodológicos das ciências da natureza. Para uma análise dos desdobramentos teóricos, científico-tecnológicos, pedagógicos e políticos do vínculo hegemônico da

jurídica e política, o universo da cultura e, por conseguinte, o conhecimento. Esse processo influenciou as reflexões sobre o mundo do trabalho na área de educação física, implicando na opacização da categoria trabalho na teoria e na prática dessa área. Para Herold Júnior (2006), parte da crítica teórica à instrumentalização da educação física e do corpo pelas instituições hegemônicas com fins de dominação apontava que a superação de tal condição ocorresse pelo contorno às questões do trabalho ou pela negação de sua influência. A categoria do trabalho, nessa produção, era compreendida, fundamentalmente, pela perspectiva do ascetismo e da ética protestante de privação e domínio de si. Contra essa noção de trabalho, alguns autores da área apontam para a necessidade de construção de uma pedagogia não mais instrumentalizada pelo/para o trabalho, mas sim uma pedagogia do ócio, do lazer e para o lazer.

As reflexões e análises propostas na educação física, após a segunda metade dos anos 1990, acolheram, em larga medida, a tese da modernização tecnológica do mundo do trabalho e da sua conseqüente intelectualização. Um exemplo ilustrativo são as considerações de Bracht (2001) acerca da legitimidade da educação física como componente curricular nas escolas. Para esse autor, o projeto moderno liberal-burguês de educação e educação física estaria em via de esgotamento, visto que

[...] a aptidão física é cada vez menos importante como determinante para a produtividade do trabalho. O que se precisa, no atual processo produtivo ou no setor de serviços, é diminuir o *stress* psíquico do trabalho por meio de uma ginástica de pausa ou algo semelhante, mas um alto grau de aptidão física não é muito necessário para apertar botões. Observe-se que estou aqui trabalhando com tendências ou com a perspectiva que é hegemônica. Embora o trabalho manual ainda exista, inclusive escravo, de maneira geral, a tendência é diminuir a importância da aptidão física para a produtividade do trabalhador. Com o desenvolvimento tecnológico, aliás, o corpo (na sua dimensão biológica) tem sido cada vez mais afastado da atividade produtiva, sendo substituído com vantagens pela máquina, na maioria das vezes mais precisa e menos susceptível a erros [...]. (BRACHT, 2001, p. 73)

De acordo com essa leitura, o principal objetivo da educação do corpo no contexto de uma sociedade industrializada fora a formação da aptidão física da população, isto é, o desenvolvimento de capacidades físicas, tais como: resistência, força, agilidade, flexibilidade, velocidade, equilíbrio e coordenação motora²⁵. Com a pretensa superação da sociedade industrial

produção do conhecimento da área com as ciências da natureza de feição biomédica, ver Manoel e Carvalho (2011) e Bracht (1999b).

²⁵ - Bracht (2001), neste e em outros textos, ao realizar uma análise sobre a instrumentalização do corpo por meio de pedagogias orientadas para a formação de aptidão física relacionada às necessidades do trabalho industrial, toma tanto o conceito de aptidão física como uma universalidade inerente ao trabalho capitalista quanto a concepção de

e, conseqüentemente, a alteração da base produtiva para um tipo de trabalho mais intelectualizado, a aptidão física deixaria de se constituir como uma capacidade necessária à reprodução da força de trabalho, alterando assim os princípios e finalidades da educação física ou, num sentido mais amplo, da educação do corpo.

Vaz (2002, p. 89) desenvolve reflexão semelhante ao afirmar que, na atualidade,

[...] cada vez mais as forças e habilidades corporais vão perdendo espaço no mundo do trabalho. Desde muito nossa preocupação, tão *humana*, foi potencializar, pela máquina, o uso da força física, mas também as nossas habilidades. Temos maquinário para quase tudo, seja para levantar toneladas, seja para vermos e ouvirmos mais de perto e melhor, seja ainda para exercer nossa sexualidade. Nossos sonhos parecem ter sido realizados, livres da fadiga do labor – tão estudada já no século XIX – multiplicados pelas antes impensáveis estruturas tecnológicas.

Na continuidade de seu raciocínio, afirma que uma das finalidades de educar o corpo na atualidade seria recuperar os organismos frente ao que ele considera como um inevitável modo de organizar as relações de produção, e não mais produzir aptidão corporal para o trabalho.

Aqui se localiza, talvez, uma das encruzilhadas da educação do corpo. Por um lado pretende-se educá-lo para a recuperação dos déficits promovidos pela produção. Corpos e espíritos já não devem ser formados para o mundo do trabalho rotineiro e estafante, mas sim devem aprender a se recuperar da rotina e do massacre corporal e psicológico que a vida contemporânea impõe cada vez com mais força. Refiro-me àquilo que é popularmente o chamado de “tirar o estresse”. Destaco que não se ousa mais colocar em questão a legitimidade das relações de produção tais como hoje a vivemos, mas espera-se uma forma de melhor adaptar-se a elas, de alguma maneira suportá-las. (VAZ, 2002, p. 90)

Interessante notar que observações como estas, de que a educação do corpo teria como premissa a compensação ou o alívio do estresse, fazem-se deslocadas das mudanças recentes do mundo do trabalho, tendo em vista que é justamente em relação aos processos de flexibilização, intensificação e precarização do trabalho que as noções de compensação e alívio são mobilizadas como estratégias de educação do corpo no e para o trabalho hoje. No entanto, o argumento do esgotamento do trabalho como importante categoria explicativa do conhecimento e das práticas da educação física é sustentado pela lógica do processo de imaterialização do trabalho e, conseqüentemente, de sua intelectualização e de uma pretensa ausência de exigência da corporalidade humana.

trabalho abstrato como inerente a toda e qualquer forma de trabalho. Trata-se de equívoco semelhante àqueles

Tais argumentos partem dos pressupostos de que o trabalho “desmaterializado” ou *imaterial*, conforme as teses sociológicas que polemizam com a centralidade do trabalho (GORZ, 1982; OFFE, 1989; COCCO, 2013; LAZZARATTO; NEGRI, 2013), tornaria obsoleto o corpo do trabalhador²⁶ - ou desmaterializaria a corporalidade no conceito abstrato de subjetividade implicada em processos de trabalho imateriais (COCCO, 2013) – em razão da grandeza das novas tecnologias produtivas. Embora não se verifique em autores da área a incorporação dos referenciais sociológicos que tratam do “fim da centralidade do trabalho”, nem tampouco uma reflexão mais aprofundada sobre esse tema e suas possíveis repercussões sobre a educação física ou sobre a corporalidade dos trabalhadores, considerações como as de Bracht e de Vaz fazem notar a difusão desse entendimento.

Para Bracht, na atualidade, o crescimento vertiginoso do “tempo de não trabalho” determina a vida das pessoas de maneira muito mais significativa do que o trabalho e, portanto, também condiciona, de forma mais significativa, a educação física como prática social e educacional. Seria, então, em torno do universo do “tempo de não trabalho” que as teorias e práticas da educação física deveriam se referenciar (BRACHT, 2001, p. 76). Esse autor não se remete diretamente às teses de Gorz (1982, 2005), porém, seus argumentos acerca do tempo liberado do trabalho, como eixo em torno do qual a vida social e individual estaria se organizando, assemelham-se às teses do “descentramento do trabalho”, defendidas por Gorz, Offe, De Masi e Habermas, conforme as análises críticas de Antunes (2002, 2003).

Uma análise próxima à feita por Bracht é a reflexão realizada por Silva (2001) acerca das transformações sociais encetadas pelo estágio globalizado da modernidade em relação ao corpo e às expectativas objetivas e subjetivas em torno dele. Aprofundando suas análises a respeito dos avanços técnico-científicos (sobretudo da medicina e da biogenética) aplicados à corporeidade humana e sobre a generalização do mercado como mediador universal e seus reflexos na natureza humana (e não humana), esta autora vai afirmar que

identificados por Antunes (2013) em sua crítica sobre as teses sobre o fim do trabalho.

²⁶ - Se os estudos na área da educação física tivessem aprofundado, de modo mais consequente, as mudanças em processo no mundo do trabalho, desde a década de 1970, eles poderiam verificar não o afastamento do corpo das atividades produtivas, mas o permanente deslocamento de trabalhadores e trabalhadoras entre as condições de assalariamento formal, informal e precário. Poderiam verificar também que os corpos dos trabalhadores continuavam sendo hipersolicitados, espoliados, mutilados e exauridos nas condições do trabalho hifenizado (tempo parcial, contratos de duração determinada, empregos casuais ou intermitentes), para usar a feliz expressão de Beynon (2002) sobre o trabalho em mutação.

A tão decantada *dignidade do trabalho* vai *submetendo-se aos avanços tecnológicos* e à ampliação da *mais-valia*. O *corpo* que outrora era *valorizado em função da moral do trabalho*, hoje, precisa incorporar as características da tecnologia para subsistir; *sua valorização dá-se, muito mais pela sua inclusão na esfera da circulação e ao paralelo afastamento da esfera de produção*; a moral do consumo é que o valoriza. (SILVA, 2001, p. 79; grifos nossos)

Percebe-se que, nesses autores da área da educação física, há uma compreensão de que os avanços tecnológicos e científicos recentes determinam os modos de ser da organização social contemporânea, respaldando o entendimento de que o trabalho, como elemento central da produção e reprodução material, vem sendo substituído pelo predomínio da ciência como força produtiva. Esse procedimento de análise acaba por questionar a centralidade do trabalho para se compreender os elementos que constituem a educação física ou, num sentido mais amplo, a educação do corpo. “De acordo com esse raciocínio, ao fato de o trabalho ter explorado as forças expressivas do corpo, somava-se que, na atualidade, com o surgimento das tecnologias flexíveis, o trabalho estaria assumindo cada vez mais uma feição ‘intelectualizada’” (HEROLD JÚNIOR, 2006, p. 13). Ao partir dessas teses, a educação física, o corpo e o movimento seriam deslocados (quando não “expulsos”) do mundo do trabalho.

Diante desse quadro, observa-se que

[...] a questão da corporeidade e da educação deixam de ser estudadas pelas mudanças no mundo do trabalho, vistas demasiadamente distantes uma da outra, ou como desnecessárias em um momento em que o trabalho teria se tornado inteligente, e o corpo ou uma dificuldade frente à virtualidade e à velocidade da informação, ou um assunto a ser estudado somente nas dimensões da cultura, da arte e da psicologia. (HEROLD JÚNIOR, 2008, p. 155)

Desse modo, na área da educação física, as análises sobre as questões da corporalidade no trabalho são bastante reduzidas²⁷, muito embora o potencial explicativo constante nas relações entre corpo, educação e trabalho apresente possibilidades heurísticas para a compreensão concreta de inúmeros “nós” relacionados ao mundo do trabalho, como, por exemplo: as questões raciais; a divisão sexual do trabalho; a aprendizagem no processo de trabalho por meio da

²⁷ - A constatação do processo de descentramento da categoria trabalho e a reduzida incidência do seu uso nas pesquisas da área da educação física têm por objetivo apenas ilustrar a necessidade de desenvolvimento e consolidação de um campo de estudos que articule educação física e trabalho, em razão mesmo dos vínculos históricos dessa relação presente na composição mesma da educação física como um componente do processo formativo e civilizatório da sociedade capitalista. A reduzida incidência do tema não significa, entretanto, a inexistência de estudos sobre o assunto na área. Porém, a maioria dos estudos da área que busca analisar a educação do corpo no trabalho o faz a partir de perspectivas pragmáticas, funcionais e normativas, como demonstra o estado da questão em teses e dissertações desenvolvido por Muller (2008).

incorporação de técnicas, gestos e habilidades necessárias; a emoção e a afetividade no trabalho; o desgaste humano no trabalho; as relações entre tempo de trabalho e uso autônomo e emancipado do tempo livre; e os desdobramentos dos processos e relações laborais na saúde e na vida cotidiana dos trabalhadores. Porém, a problematização do trabalho nessa área tem, quando muito, abordado as questões relacionadas ao universo escolar, ao trabalho do professor de educação física nos âmbitos escolar e não escolar e ao campo mais amplo do lazer (NOZAKI, 2015; SILVA; PIRES; MELO, 2010).

Contraditoriamente, é no interior de um quadro histórico que se observa um complexo dinâmico de reestruturação da produção e de generalização do programa político e econômico neoliberal como resposta do capital à sua crise estrutural. Neste, torna-se possível observar o crescimento da produção acadêmica e de técnicas e/ou tecnologias de gestão do trabalho objetivando o corpo dos trabalhadores sob o mote da promoção da saúde. Não necessariamente na educação física, mas, predominantemente, nos estudos e práticas dos campos de engenharia da produção, ergonomia, administração, psicologia e saúde (MÜLLER, 2008), desenvolveu-se, nas últimas duas décadas, uma plêiade de análises e proposições de promoção da saúde no trabalho, qualidade de vida no trabalho, cuidado com o corpo no trabalho, práticas alternativas de gestão etc., todas elas apontando os diversos modos em que, do ponto de vista das empresas, tem-se difundido uma política de gestão dos corpos dos trabalhadores e de seus usos (URIBE, 2006; LIMONGI-FRANÇA, 2014; VIEIRA, 2005; MARTINS, 2008; DEJOURS, 1992; HELOANI, 2005; ALVES, 2005).

Observa-se então que, excetuando as análises críticas a respeito desse movimento gerencial em torno do corpo e da saúde dos trabalhadores, parte significativa de estudos identificados em nossa pesquisa corrobora a perspectiva de que os cuidados com o corpo e com a saúde também se constituem como elemento-componente da teoria do capital humano²⁸

²⁸ - Campino e Machado (2005, p. 16), por exemplo, afirmam que os investimentos em capital humano devem articular provimento de educação, saúde e nutrição aos indivíduos. Isso teria, em suas análises, implicações não apenas no indivíduo que foi investido, mas também na transferência para gerações posteriores, criando uma cadeia intergeracional de transmissão de capital humano (*sic*). De acordo com os dois autores, a partir da significância estatística identificada em seu estudo, seria possível “[...] afirmar que o investimento feito em um indivíduo, de sua infância à idade adulta, e a renda familiar *per capita* têm um impacto positivo sobre o seu nível de saúde autoavaliado”. Dentro dessa perspectiva, haveria uma relação circular entre investimento em capital humano e provimento de saúde, porque, na medida em que os indivíduos elevam seu capital humano aumentam, conseqüentemente, seus rendimentos e teriam acesso à saúde, condições sanitárias e educação em saúde que retroalimentariam seu capital humano. A curiosa correlação entre investimento em capital humano e altura e compleição física e orgânica da geração que descende de pais com elevado “capital humano” e rendimentos é, como toda a postulação da ideologia do capital humano, muito carente de mediações históricas e da análise das

(RAMALHO; PASSANEZI; SANTOS, 2008; CAMPINO; MACHADO, 2005). E esse seria um movimento de feição internacional, cuja perspectiva é a de que as empresas reúnam práticas de trabalho de alto desempenho com técnicas de integração das gerências de recursos humanos. Isso seria a partir da noção orientadora de “ganho mútuo” entre empregadores e trabalhadores, por meio da viabilização da performance institucional associada com a satisfação no trabalho (STEWART *et al.*, 2005).

Assim, as chamadas “novas estratégias gerenciais”²⁹ seriam entendidas como mudanças que buscam beneficiar os empregados de todos os níveis da organização empresarial e conceder mais poder aos trabalhadores na fábrica, cujos desdobramentos seriam o aumento da produtividade em benefício de todos. A proposta desses modelos seria superar os problemas da produção enxuta, notadamente a questão da coerção no trabalho. Portanto, a origem desse movimento seria uma resposta ao descontentamento emergente dos trabalhadores em razão dos métodos da produção enxuta ou uma estratégia de hegemonia diante das resistências que os processos de flexibilização, intensificação e precarização, inerentes aos modelos flexíveis de organização do trabalho, produzem sobre a classe trabalhadora.

De acordo com essas perspectivas, haveria empresas dispostas a desenvolver “técnicas de integração das gerências de recursos humanos”, constituindo um movimento chamado de “novas estratégias gerenciais” por Stewart *et al.* (2005, p. 165). Essas novas estratégias gerenciais baseiam-se na combinação entre “gestão de recursos humanos” e mudanças organizacionais, que complementam a produção enxuta, cujo enfoque é a economia de custos e a superação da baixa produtividade.

No interior dessas novas estratégias gerenciais, pode-se verificar um *interesse* pelo corpo no trabalho. Isso pode ser observado, tanto numa vasta literatura acadêmica e empresarial³⁰

contradições de uma sociedade dividida em classes. Estudos epidemiológicos que não tomam como centralidade a perspectiva da economia política do capital têm demonstrado que a condição de classe social é o elemento central no processo de determinação social da saúde (GOMES, 2012; NOGUEIRA, 2010).

²⁹ - Stewart *et al.* (2005) fazem uma análise de uma nova onda de novidades gerenciais a partir de um *survey* proposto em montadoras automobilísticas na Grã-Bretanha, Brasil e Itália. Esse estudo destaca a emergência de modelos gerenciais amplos, relacionados ao conjunto das relações de trabalho, gestão da produção, relações comerciais e estratégias de negócio dessas empresas. Tomam-se emprestadas as suas considerações para abordar a questão da gestão do corpo no trabalho não porque os autores abordem esse tema em específico, mas por identificar, na estratégia “qualidade de vida no trabalho” (objeto abarcado no estudo), uma de suas expressões.

³⁰ - A coletânea organizada por Hassard, Holliday e Willmott (2000) busca expor as relações entre corpo e trabalho do ponto de vista das organizações ou do que esses autores chamam de organização corporificada ou incorporação da organização. Trata-se de artigos que buscam analisar as práticas e estratégias de organização empresarial e as objetivações produzidas sobre o corpo de trabalhadores. Ressaltam os autores, organizadores da coletânea, que a

vinculada às teorias e práticas gerencialistas que promovem os chamados modelos flexíveis de organização e gestão do processo de trabalho e de produção, bem como naquela literatura que divulga o discurso de autoajuda gerencial, que, segundo Turmina (2010), exalta o poder dos indivíduos para resolver problemas e aprender a ser um trabalhador de um novo tipo. Exemplo dessas últimas é a literatura (GIVENS, 2011; MATSCHNIG, 2015) que se propõe a refletir a *linguagem do corpo no trabalho* e auxiliar os trabalhadores a cuidarem de seu corpo, de sua imagem e controlar seus gestos (e os dos outros) com a finalidade de empreenderem carreiras de sucesso.

Todo esse quadro de emergência de teorias e práticas de organização e gestão do trabalho e da produção que se ocupa da corporalidade humana deve ser compreendido no contexto da reestruturação produtiva, associado à identificação que alguns autores estabelecem a respeito da exigência de um novo nexos psicofísico baseada na promessa da compressão entre trabalho intelectual e trabalho manual (ALVES, 2005). Promessa essa que, no entanto, se materializa na constituição de relações de trabalho que conformam o corpo do trabalhador como “objeto ou instrumento de e no trabalho” (HELOANI, 2005, p. 21).

De fato, essas problematizações acerca do corpo dos trabalhadores, ainda que incipientes e marginais, têm um maior assento na sociologia do trabalho (ALVES, 2005), na psicologia do trabalho e suas variantes, tais como a psicodinâmica do trabalho (DEJOURS, 1992), as teorias críticas dos estudos organizacionais (HELOANI, 2003, 2005, 2011; FARIA, 2003a, 2003b) e o campo de investigação denominado de saúde do trabalhador (LACAZ, 2013, 2007; MINAYO-GOMEZ, 2011). No entanto, as mudanças no mundo do trabalho e a constituição de um novo nexos psicofísico empreendidas no processo de (re)formação da classe trabalhadora – para tomar a feliz expressão de Weinstein (2000) – no contexto do reordenamento da produção, apontavam para a possibilidade aberta e praticamente não explorada de desenvolver estudos sob a ótica do campo de investigação “trabalho e educação”³¹ e as possíveis conexões com a educação física.

relação entre corpo e trabalho nas organizações tende a expressar, de modo mais agudo, questões afetas às relações de gênero, geração, às questões dos afetos, emoções e sentidos experimentados no trabalho. De acordo com esses autores, essa tem sido uma tendência atual das organizações que vêm procurando prestar atenção ao sentido e ao prazer corporal. No Brasil, Flores-Pereira, Davel e Almeida (2013) analisam a possibilidade de pesquisa e intervenção no campo da administração empresarial, tomando a corporalidade como objeto dos processos de gestão, especialmente em razão do interesse dos empreendimentos empresariais sobre a subjetividade dos trabalhadores.

³¹ - Toma-se aqui a área de pesquisas denominada “trabalho e educação” como um campo abrangente, complexo e multifacetado de investigações que se constituiu em torno do Grupo de Trabalho “Trabalho e Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED). Trata-se de uma instância coletiva de pesquisadores, professores e estudantes que aglutina e socializa conhecimentos relacionados às relações entre o

Na produção de conhecimento sobre a relação entre trabalho e educação, observa-se a tematização dos processos educativos que acontecem no interior da produção (sobretudo fabril), como os importantes trabalhos de Kuenzer (2002a), Machado (1995), Mourão (2006) e Bianchetti (2001), ainda que alguns autores, como Enguita (1993), Arroyo (1991, 1997, 2012) e Minayo-Gomez (2012), reflitam sobre a necessidade de um maior esforço investigativo dos pesquisadores desse campo sobre a questão da educação que ocorre nos processos de trabalho. Porém, o fato de que o tema da pedagogia do trabalho capitalista (KUENZER, 2002a) – isto é, dos projetos e processos educativos que ocorrem de forma imediata e mediada no interior do processo de produção – seja ou não objeto de poucos estudos na área não elimina os limites dessa produção acadêmica em problematizar os processos educacionais que buscam educar, adaptar e disciplinar o corpo dos trabalhadores à maquinaria produtiva. Acompanhando a provocação teórico-metodológica que Taborda de Oliveira (2003, p. 170) faz sobre a negligência do tema da corporalidade nos tempos e espaços escolares, a corporalidade configura-se como um termo ausente no mundo do trabalho e, “Mais do que um termo ausente, parece-me que a corporalidade tem sido historicamente negada como a própria experiência humana no mundo”.

Nos estudos que buscam analisar as relações entre o mundo do trabalho e a educação, observou-se, em levantamento bibliográfico, a existência de cinco publicações em nível de mestrado e doutorado³². Dentre esses trabalhos, destacam-se duas dissertações de mestrado que buscaram compreender, de maneira crítica, uma das manifestações mais comuns da educação do

mundo do trabalho e a educação. De acordo com a caracterização do próprio GT, a área “Trabalho e Educação” tem seu foco em temáticas, tais como: trabalho na sua dimensão ontológica e nas suas formas históricas de trabalho escravo e trabalho alienado sob o capitalismo; formação profissional; formação sindical; reestruturação produtiva; organização e gestão do trabalho; trabalho e escolaridade; trabalho e educação básica; trabalho e educação nos movimentos sociais; trabalho docente; trabalho associado, dentre outras que tomam a relação entre o trabalho e a educação como eixo de análise (ANPED, s.d.). Nota-se que, como supracitado, questões relacionadas à corporalidade dos trabalhadores e/ou à educação do corpo a eles destinada ou por eles produzida não aparecem como uma temática em foco. Isso faz com que campos importantes no processo de socialização e formação da classe trabalhadora, como a recreação e lazer e a saúde, não sejam tomados como problemáticas significativas.

³² - Considera-se aqui apenas os formatos de dissertações e teses, tendo em vista que artigos em periódicos sobre o tema, em larga medida, são derivados desses trabalhos. Foram feitas buscas nos portais do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Banco de Teses & Dissertações – CAPES e nas bibliotecas digitais de Programas de Pós-Graduação em Educação que tinham linhas de pesquisas que tratam do tema Trabalho e Educação. O recorte de tempo foi delimitado entre o período de 1990 até 2013. Estabelece-se o vínculo com a área Trabalho e Educação por meio de duas variáveis: trabalho produzido no interior de linha de pesquisa Trabalho e Educação em programas de pós-graduação em educação; ou trabalho cujo conteúdo remete diretamente à produção de conhecimento baseada na produção acadêmica da área Trabalho e Educação. Nesse sentido, excluíam-se dessas considerações iniciais os numerosos trabalhos vinculados a outros campos que tratam do corpo no trabalho, mormente a engenharia de produção, a saúde e, em menor medida, a educação física mesma. Considerações sobre esse material serão feitas no decorrer deste trabalho.

corpo no trabalho, a ginástica laboral. Em suas análises, os autores identificam, na literatura (MULLER, 2008) e na realidade do cotidiano fabril (SANTOS, 2008), o uso de práticas de exercícios físicos e esporte como forma de adequação psicofísica do trabalhador à produção, cujas justificativas exaradas do ponto de vista do capital baseiam-se numa correlação estabelecida de maneira mecânica entre atividade física-saúde-qualidade de vida e ampliação da produtividade.

Ainda nesse campo, destacam-se a dissertação de mestrado de Inácio (1997) e a tese de doutorado de Sousa (2002), que abordam a disputa que o capital estabelece com o trabalho acerca do controle do tempo livre e do lazer, ao incorporá-los, ao tempo de trabalho, por meio de intervenções educativas com esse mote (lazer na empresa ou no trabalho, *sic!*), durante e após a jornada de trabalho. Por fim, apresenta-se, ainda, a tese de Herold Júnior (2006), que desenvolve uma análise teórica sobre a relação entre corpo e trabalho mediada pelas contribuições das áreas trabalho e educação e educação física, no sentido de desenvolver um amplo projeto de investigação crítica sobre a problemática da corporeidade no trabalho e pelo trabalho.

Não há aqui nenhuma prerrogativa de reivindicar a especialização do conhecimento a partir da consideração de que há poucos estudos na área de trabalho e educação que enfoquem a problemática da corporalidade dos trabalhadores. Trata-se, porém, de situar uma lacuna a ser preenchida³³. Por outro lado, conforme se observa em levantamento bibliográfico, há uma série de estudos e pesquisas de áreas, como medicina e saúde, psicologia, engenharia da produção, administração, educação física e, em menor medida, sociologia, antropologia e história, que problematiza, investiga e analisa as questões acerca das relações entre organização do trabalho, técnicas de gestão e administração, intervenções técnicas, tecnológicas e educacionais sobre o corpo dos trabalhadores. Esses estudos, embora não precisem exatamente a questão da educação, indicam, em suas entrelinhas, projetos formativos do capital (e, em menor medida, do trabalho) que incidem sobre a corporalidade dos trabalhadores³⁴.

³³ - Um exercício analítico, nesse sentido, vem sendo feito por autores que aportam suas pesquisas a partir das contribuições teórico-metodológicas da ergonomia e da ergologia. Cunha (2007), em artigo publicado no encontro anual da ANPED daquele ano, reivindica os estudos da ergologia sobre a atividade humana para compreender o trabalho e aponta a categoria “corpo-si” como elemento constitutivo de tal abordagem do trabalho humano. Essa é uma abordagem recente no Brasil e não possui difusão considerável nos âmbitos teóricos e práticos das problemáticas concernentes à relação trabalho e educação. Por isso, definiu-se por não problematizar essa abordagem neste trabalho.

³⁴ - Ao longo do processo de investigação, identificou-se, nos bancos de teses e dissertações digitais disponíveis, um número significativo de produção acadêmica, formas de intervenção organizativa e gerencial envolvendo a relação saúde, trabalho e doença no cotidiano das empresas. Trata-se de relatórios de pesquisas científicas vinculadas aos

Por isso, compreende-se aqui que problematizar a questão da formação dos trabalhadores, mediada pela relação entre corpo e trabalho, remete às determinações apreendidas no interior da relação entre trabalho e educação e, portanto, no acúmulo de produção de conhecimento dessa área em conexão com estudos de outros campos. A relação trabalho e educação constitui-se como uma categoria que expressa determinações do ser, modos de existência (MARX, 2003) dos processos de formação humana destinados aos trabalhadores pelas mediações de segunda ordem³⁵ do capital e/ou, de maneira contra-hegemônica, produzida de forma autônoma pela própria classe trabalhadora. Nesse sentido, as análises teóricas fundamentadas na área, denominadas trabalho e educação, correspondem a busca em

[...] compreender a pedagogia capitalista, que se desenvolve nas relações sociais e produtivas e na escola, e, a partir dessa compreensão, identificar os espaços de contradição que tornam possível a construção histórica de uma nova pedagogia, ainda não hegemônica, incipiente, comprometida com os interesses dos trabalhadores – a pedagogia socialista. (KUENZER, 2013, p. 55)

Isto porque, no âmbito das relações entre trabalho e educação e, portanto, naquilo que diz respeito à formação no trabalho, para o trabalho e a partir do trabalho, investigar e explicar as

“campos de conhecimento” da Educação Física, Atividade Física e Saúde, Administração, Psicologia, Ergonomia, Medicina do Trabalho e Engenharia da Produção. O levantamento do material foi feito por meio do acesso ao Banco de Teses da Capes e à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com base em três palavras-chave fundamentais (ergonomia; qualidade de vida no trabalho; ginástica laboral), com variações em torno destes termos-chave (ergologia, ginástica na empresa, lazer na empresa, promoção de saúde no trabalho, saúde ocupacional, medicina do trabalho, saúde do trabalhador, estilo de vida do trabalhador, bem-estar no trabalho). No banco de teses da CAPES, foram localizados 322 trabalhos por meio da palavra-chave ergonomia (mestrado acadêmico 207; doutorado 62; mestrado profissional 53), distribuídos em várias áreas do conhecimento. Nesta mesma fonte, foram localizados 64 trabalhos sobre qualidade de vida no trabalho (36 mestrados acadêmicos; 21 mestrados profissionais; 7 doutorados). Doze (12) registros foram encontrados sobre ginástica laboral (9 mestrados acadêmicos; 2 mestrados profissionais, 1doutorado). Tanto os trabalhos sobre qualidade de vida quanto aqueles sobre ginástica laboral resultam de programas de pós-graduação em diferentes áreas. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, foram encontrados 1134 registros para ergonomia, sendo 891 dissertações e 243 teses. Sobre qualidade de vida no trabalho, foram encontrados 393 registros, 326 dissertações e 67 teses. A respeito da ginástica laboral, foram encontrados, nesta base de dados, 44 registros, 39 dissertações e 5 teses. Todos os três temas têm produção em diversas áreas. Esse número apresenta um índice significativo acerca dos investimentos racionais sobre a corporalidade dos trabalhadores na produção, em setores diversos que vão da tradicional indústria automobilística a escolas, bancos e escritórios de serviços. A análise aprofundada dessa produção merece um estudo particular, de modo verticalizado, que não foi possível alcançar neste estudo.

³⁵ - Mediações de segunda ordem do capital é uma sistematização de Mészáros (2002), correspondente ao modo pelo qual o capital determina o metabolismo entre homem e natureza pela mediação das formas sociais de controle e de exploração. Trata-se dos meios alienados de produção e suas personificações, do dinheiro, da produção para a troca, das variedades de formação do Estado pelo capital, do mercado mundial, que se sobrepõem à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e à mediação primária entre os mesmos.

relações educativas de socialização do trabalhador, que têm como objeto o “corpo no trabalho”³⁶ (HEROLD JÚNIOR, 2006; 2012), significa dar relevo às formas materiais de experiências formativas, isto é, do complexo de pedagogias em disputa pelo capital e pelo trabalho em torno da construção e manutenção da hegemonia. Essa perspectiva abre espaço para análises de aspectos que se constituem como importantes elementos de desopacização das formas de intervenção do capital sobre os trabalhadores, no sentido de educá-los para o consentimento ativo e também de elucidação dos modos pelos quais os trabalhadores e trabalhadoras resistem, concebem e efetivam formas de educação corporal de modo autônomo e auto-organizado.

Conforme os apontamentos anteriores, é notável que a questão que envolve a *corporalidade viva dos trabalhadores*, isto é, as dimensões corporais que subjazem à constituição da individualidade social de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho seja secundarizada ou considerada desimportante nos estudos sobre o mundo do trabalho. Porém, considera-se especialmente problemático o fato de que parte considerável das investigações e esforços teóricos e analíticos fundamentados nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético contorna a problemática da materialidade corpórea dos trabalhadores, como observam Herold Júnior (2006, 2009a, 2009b, 2012), Harvey (2004) e Brohm (2007, 1975)³⁷.

1.2. A corporalidade dos trabalhadores no interior do conflito entre capital e trabalho

As dificuldades em enfrentar a questão da corporalidade dos trabalhadores, na tradição teórica do marxismo, expressam uma importante contradição da realidade: aquela em que as questões relativas à corporalidade de trabalhadores e trabalhadoras são secundárias, quando não invisíveis, para as formas de organização política da classe trabalhadora (sindicatos, partidos, movimentos sociais).

Um exemplo disso é o histórico processo pelo qual capital e trabalho travam uma disputa em torno da monetização dos riscos e danos no trabalho. Os sindicatos, atuando numa perspectiva

³⁶ - O conceito de “corpo no trabalho”, elaborado por Herold Júnior (2012, p. 12), refere-se à “[...] presença corporal nas diferentes estruturas e rotinas de trabalho [...]”.

³⁷ - De acordo com Herold Júnior (2009), a falta de estudos sobre a corporalidade, desde um ponto de vista marxiano/marxista, não significa uma impossibilidade, mas um desafio teórico-metodológico e também sociopolítico. A sua própria produção e a de autores, como Harvey (2004) e Eagleton (2012), expõem a necessidade de alguns elementos para tal abordagem. Este trabalho tem justamente a finalidade de discutir esse tema sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético.

econômico-corporativa, historicamente têm acatado a prerrogativa das empresas e do Estado em determinar o “valor” dos adicionais de insalubridade e das pensões, ressarcimentos, multas e indenizações relacionadas a danos e lesões permanentes ou temporárias ou morte³⁸ causadas pelo trabalho (LACAZ, 2013, p. 210). O relatório final da 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora promovida pelo Ministério da Saúde aponta, por exemplo, que a maioria dos sindicatos no Brasil não possui uma secretaria de saúde dos trabalhadores e que a monetização e a judicialização da saúde do trabalhador conformam a maioria das práticas sindicais envolvendo essa questão (BRASIL/MS, 2015, p. 65). Limite este também identificado nas análises que o DIEESE (2015) fez sobre as negociações coletivas e pautas de greve dos sindicatos entre 2010 e 2012.

Essa perspectiva, que orienta as ações políticas dos sindicatos, ainda hoje está sustentada na chamada “doutrina do risco profissional”³⁹, que serve de base jurídica para o estabelecimento de indenizações relativas aos acidentes de trabalho, cujos desdobramentos expressam a objetivação do corpo do trabalhador como mercadoria:

Nesse sentido, as leis sobre o assunto caracterizaram-se fundamentalmente como lei de reparação de danos. E mais: a reparação financeira do dano torna evidente estar em curso, seja no campo jurídico, seja no pensamento médico, uma concepção de corpo como mercadoria, cujo valor se deduz de sua capacidade de trabalho, podendo ser quantificado e transformado em moeda. Em última instância, o corpo humano reduzido à força de trabalho. Reparado o dano, a produção deve continuar e, se o corpo estiver incapacitado para tanto, pode-se substituí-lo. No limite, a vida humana, por esse raciocínio, tem na produção seu valor, e a energia vital transforma-se em moeda de troca. (BERCITO, 2011, p. 389)

Sob essa perspectiva, a ação sindical acaba pautando-se

[...] na violência ao corpo do trabalhador, no que se denomina doenças profissionais ou ocupacionais, deixando de lado a sua invisibilidade que remete a uma outra percepção

³⁸ - Em pesquisa sobre o corpo dos trabalhadores durante o período de desenvolvimento da indústria brasileira, entre 1930 e 1940, Bercito (2011) demonstra o modo como a legislação trabalhista produzida no período amparava a mercadorização do corpo por meio da definição dos valores de indenização em razão do membro ou função do organismo lesado ou perdido em acidentes. Em obra, que pode ser considerada como documento histórico, Paul Zeys (1912), presidente do Tribunal Civil em Senlins na França, apresenta o que pode ser compreendido como “o valor do corpo humano”, descrevendo, de modo detalhado, um modo que se pretende racional e judicioso, os custos patronais devidos aos trabalhadores como indenização em razão das incapacidades permanentes ou parciais causadas por acidentes de trabalho.

³⁹ - No direito positivo, a chamada teoria do risco profissional é aquela na qual o empregador deve responder pelo pagamento de indenização quando o empregado sofre acidentes ou adoece em função dos riscos relacionados ao ambiente ou a característica do trabalho que executa.

do homem no funcionamento ou exercício do poder no interior da divisão e organização do trabalho. (ROSA, 1992, p. 47)

Agindo mediante esse parâmetro, os sindicatos acabam por reproduzir a “[...] percepção do homem como mero feixe de forças a serem direcionadas, pelo exercício da norma(lização), à exploração e utilidade econômica e à docilidade” (ROSA, 1992, p. 43).

Contudo, é preciso ressaltar que houve (e ainda há) experiências no mundo sindical de organização política e luta em torno da saúde do trabalhador que dá um conteúdo educativo distinto para essas questões. Rigotto (1992), em pesquisa sobre o modo como sindicatos sediados na grande Belo Horizonte desenvolveram ações em defesa da saúde entre os trabalhadores, apresenta os traços de uma pedagogia política desenvolvida pelos organismos da classe trabalhadora em torno da questão da saúde. Entre os anos 1970 e 1980, o chamado novo sindicalismo incorporou as referências teóricas e políticas da chamada medicina social latino-americana (mais tarde desenvolvida como Saúde Coletiva) e passou a compreender a relação entre trabalho e saúde pelo processo de “determinação social do processo saúde-doença”. No contexto dessas ações sindicais, emergiu um processo de transformação das representações sobre o corpo, saúde, trabalho e trabalhador, constituindo traços de uma pedagogia política contra-hegemônica, contrárias àquelas comuns na medicina do trabalho e na saúde ocupacional.

Outro aspecto da resistência coletiva dos trabalhadores, nesse campo, foi a influência de uma corrente de mobilização sindical italiana que contribuiu para que alguns sindicatos no Brasil abordassem os problemas relacionados à saúde sob uma ótica autônoma e vinculada a um projeto classista do ponto de vista do trabalho: o chamado Modelo Operário Italiano⁴⁰. No entanto, após a generalização das políticas de corte neoliberal e as mutações recentes no mundo do trabalho, as correntes críticas e autônomas de saúde do trabalhador sofrem refluxos importantes, cedendo espaço para o predomínio da saúde ocupacional ou do emergente campo chamado de saúde corporativa, isto é, as estratégias determinadas pelas empresas e pelo Estado sob a ótica do capital (LACAZ, 2007, 2013; MINAYO-GOMEZ, 2011).

⁴⁰ - De acordo com Laurell e Noriega (1989, p. 82), o chamado Modelo Operário Italiano constituiu-se como uma concepção de organização da luta e dos estudos em torno da relação trabalho/saúde. Esta via foi “originalmente formulad[a] por um grupo de operários e profissionais em Turim, no final dos anos 60. Posteriormente, converteu-se no principal sustentáculo da luta pela saúde, desenvolvida pelo movimento operário italiano, durante os anos setenta.” O Modelo Operário Italiano chegou a se tornar, internacionalmente, um instrumento prático que permitiu aos trabalhadores investigar eles próprios seus centros de trabalho e lutar pela sua transformação. Em relação a sua influência sobre o movimento sindical brasileiro, ver Souza e Mendonça (2013), Lacaz (2013) e Mendes e Dias (1991).

Isso demonstra que, se por um lado, para as forças organizadas da classe trabalhadora a questão da corporalidade daqueles que trabalham seja um problema ainda em aberto e carente de apropriação teórica e prática; por outro, a perspectiva do capital não se descuida dessa dimensão, seja produzindo formas de organização, gestão e controle na/da produção, efetivando múltiplas formas de reprodução da força de trabalho e das condições gerais da produção direcionadas pelos seus objetivos, ou ainda desenvolvendo de modo ampliado e crescente de mercados estruturados em torno do corpo que consome e é consumido.

No interior da produção, a questão da disciplina e do controle do corpo dos trabalhadores é um aspecto constitutivo da fabricação do “[...] tipo de homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade industrial capitalista [...]” (FOUCAULT, 2012, p. 21-22). A subsunção do trabalho ao capital exige mediações econômicas, sociais, políticas e culturais que abarcam não apenas a consciência dos trabalhadores, mas a sua individualidade inteira, o que demanda sua corporalidade.

Ligada à explosão demográfica do século XVIII e ao crescimento do aparelho de produção, a dominação política do corpo que ela realiza responde à necessidade de sua utilização racional, intensa, máxima, em termos econômicos. Mas, por outro lado – e isso é um aspecto bastante importante da análise –, o corpo só se torna força de trabalho quando trabalhado pelo sistema político de dominação do poder disciplinar. (FOUCAULT, 2012, p. 22)

Portanto, toda essa inversão que o capital imprime sobre a corporalidade da classe trabalhadora, no âmbito da produção, não se configura, como se pode notar na citação acima, como um aspecto inédito e inerente aos processos de reordenamento da produção em ação, a partir da década de 1970, quando do desenvolvimento das respostas do capital à sua crise de caráter estrutural. De fato, os primeiros movimentos internacionais de racionalização da produção, entre o fim do século XIX e início do século XX, buscaram estabelecer formas intencionais e sistematizadas de educação do corpo de trabalhadores e trabalhadoras dentro e fora do trabalho no sentido de: produzir aptidão corporal para suportar as tarefas e jornadas (DEMENY, 1911; TISSIÉ, 1919); reduzir os efeitos da sobrecarga de trabalho e evitar ou prevenir a fadiga; selecionar trabalhadores aptos fisicamente para as tarefas prescritas; bem como, conservar e despender energia de acordo com as necessidades industriais (FAYOL, 1978; TAYLOR, 1966; AMAR, 1910, 1923; LAHY, 1921).

De acordo com Weber (1994), Vatin (1999) e Rabinbach (1990), a racionalização do trabalho emprestava das ciências da natureza, notadamente a fisiologia, a física e a química, e das nascentes psicologia e sociologia (ainda muito influenciadas pelos princípios teóricos e metodológicos das ciências da natureza), os instrumentos científicos e tecnológicos de aperfeiçoamento não mais da base técnica da produção, mas da força de trabalho. O instrumental racional da técnica e da ciência pela indústria (iniciativa fortemente apoiada pelos Estados) tinha como pressuposto analisar as condições de realização do trabalho industrial no sentido de fazer acrescentar o rendimento da produção e reduzir o desgaste dos trabalhadores, evitando assim o descontentamento, a perda de produtividade e, principalmente, o conflito.

Sob essas condições, os setores vinculados à produção industrial, as esferas administrativas do Estado relacionadas à economia e à produção nacional e os meios científicos expressavam então uma perspectiva que compreendia o ser humano no trabalho como uma máquina, apoiando tais representações no entusiasmo pela ideologia do “progresso” e das correspondentes ideologias mecanicistas em voga.

O motor humano, como o chamava o engenheiro francês Amar (1923), ou o homem máquina, do médico e filósofo La Mettrie (1749), aparecem nas elaborações teórico-conceituais envolvendo o mundo da produção como metáforas do mundo moderno, especialmente daqueles aspectos relacionados à produtividade e ao progresso, como apontam Rabinbach (1990) e Vatin (1999). De acordo com Bercito (2005, p. 10),

Trata-se de um corpo concebido como ferramenta de trabalho, como máquina de produção. A metáfora imperante, neste caso, é a do corpo como máquina dirigida a homens e mulheres, cujos movimentos deveriam ser ritmados pela cadência da atividade produtiva na indústria de acordo com estratégias pensadas para garantir um saldo positivo na relação esforço/rendimento da máquina humana capaz de levá-la ao seu limite máximo sem, contudo, danificá-la. De um lado procedendo à criação de condições para o aumento do rendimento do homem máquina e, de outro, atuando na correção dos efeitos do trabalho sobre seu corpo.

Não se tratava, então, de compreender os trabalhadores apenas de apêndice da engrenagem produtiva, conforme a insistente e correta crítica de Marx (2013, 2003), mas, sim, de compreender o ser humano como uma máquina ao lado das outras máquinas⁴¹. Como observa

⁴¹ - Certamente que a crítica estabelecida por Marx a respeito das condições em que o ser humano se encontra no processo de produção, como um apêndice dos meios de produção, se assenta em sua análise bastante depurada a

Braverman (1987, p. 156), “O ser humano é considerado nesse caso como um mecanismo articulado por dobradiças, juntas e mancais e esfera etc.”

Mais do que metáfora, trata-se, antes, da configuração maquinal dos trabalhadores, vinculados ao complexo da maquinaria produtiva da indústria em desenvolvimento.

Nisto, percebemos não apenas os termos de uma analogia com a máquina empregados para fins experimentais, não apenas uma metáfora didática ou dispositivo de ensino, mas, no contexto do modo capitalista de produção, uma teoria atuante pela qual pessoas de uma classe são postas em movimento por pessoas de outra classe. É a fórmula redutiva que exprime como o capital emprega o trabalho e o que ele faz da humanidade. (BRAVERMAN, 1987, p. 157)

Nesse processo, que toma seu lugar no movimento histórico de revolucionamento do modo de realizar a produção, efetivado no processo de transição da manufatura para a maquinaria como momento predominante da organização do processo de produção de mercadorias, o capital desloca os trabalhadores da sua condição de elemento subjetivo do processo do trabalho; para isso, organiza modos e meios de fazer avançar as forças produtivas, procurando intervir *cientificamente* sobre o trabalho e sobre os trabalhadores, tornando-os objetos. A personalidade contida na unidade indissociável da corporalidade e da subjetividade do indivíduo que trabalha é rompida e o processo inteiro de organização maquinal do trabalho tende (ou pretende) reificá-lo. Processo esse que, vinculado à dinâmica de constituição das capacidades humanas de trabalho em mercadoria força de trabalho, exteriorizada do ser humano pelas condições históricas e sociais que tornam coisas tais capacidades, complexifica o caráter fetichizado das relações sociais de produção capitalista.

De acordo com Lukács (2003, p. 220), “A separação da força de trabalho e da personalidade do operário, sua metamorfose numa coisa, num objeto que o operário vende no mercado [...]”, apresenta-se, desse modo, nas relações de troca e intercâmbio entre capital e trabalho, mas tem sua origem no processo de trabalho convertido em processo de valorização do valor. Nas condições do trabalho subordinado à produção de mercadorias, sob a égide das determinações das modernas formas de organização da produção – notadamente a manufatura e a maquinofatura – produz-se sobre o trabalhador individual a ruptura de sua unidade orgânica

respeito da relação contraditória estabelecida entre trabalho vivo e trabalho morto na produção capitalista. Entende-se que é oportuno reconhecer que os esforços científicos em torno da formação destinada aos trabalhadores para manter sua “máquina humana” em perfeito “funcionamento” denota o fato de que para o capital, mais do que apêndice, os trabalhadores se caracterizavam (e ainda o são) elementos fundamentais da produção, mesmo que, ou por isso mesmo, reificados na sua condição humana.

constitutiva de sua personalidade viva que só pode ser demonstrada na potencialidade e ativação da atividade vital consciente. O trabalho submetido às determinações da generalização da relação mercantil, analisa Lukács (2003, p. 222-223), transforma tudo em objeto de troca e “[...] não há nenhuma forma natural de relação humana, tampouco alguma possibilidade para o homem fazer valer suas “propriedades” físicas e psicológicas que não se submetam, numa proporção crescente, a essa forma de objetivação.” Com o processo de trabalho submetido ao circuito da valorização, rompe-se então a “unidade orgânica da pessoa” e suas propriedades e faculdades físicas e psíquicas aparecem como coisas (no caso da produção, máquinas) que o homem pode possuir e/ou vender, tal como qualquer objeto exterior.

Ao considerar o ser humano como máquina, o capital tratou de investir, de algum modo, naquele que seria o “fator de produção” mais significativo do processo produtivo, o trabalhador e a trabalhadora que portam em sua corporalidade a força de trabalho. A efetivação desse investimento por parte do capital exigira então uma maneira distinta de organizar e administrar o processo de trabalho; distinta das formas autoritárias imperantes nos primeiros movimentos da indústria capitalista. Era necessário então penetrar “[...] até o ser físico e psíquico mais profundo do homem [...]” (LUKÁCS, 2003, p. 223), para tornar “comum” os objetivos de capital e trabalho e criar as condições de um compromisso entre as classes sociais.

Sabe-se que, nas condições histórico-sociais do modo de produção capitalista, o trabalhador comparece nas relações de intercâmbio mercantil como portador/proprietário da mercadoria força de trabalho e que essa mercadoria é vendida ao proprietário dos meios de produção. Acontece que, ao colocar em ação o valor de uso dessa mercadoria, o capitalista busca efetivar trabalho com o objetivo de produzir valor. Nesse processo, o capitalista, que comprou no mercado a mercadoria força de trabalho, tem o direito, segundo as leis de mercado e a superestrutura jurídica que lhe dá suporte, de utilizar sua mercadoria conforme suas necessidades ou àquelas relativas aos imperativos da autoprodução e acumulação de capital. Mas, como aponta Marx (2013), a acumulação do capital e, portanto, o processo de trabalho convertido em valorização no processo de produção de mercadorias estão fundados na perspectiva da desmedida.

Acontece que o desgaste da força de trabalho determinado pela desmedida da produção de capital gera não apenas fadiga, esgotamento, adoecimento e morte de trabalhadores e trabalhadoras durante o processo de amadurecimento do capitalismo (ENGELS, 2009; MARX,

2013; DEJOURS, 1992; VILLERMÉ, 1988), mas também sua resistência e oposição. E mais, além da oposição sistemática e organizada que provocara lutas em torno da redução da jornada de trabalho, regulação do trabalho infantil e feminino, medidas de segurança nos ambientes de trabalho e as primeiras iniciativas no campo da medicina do trabalho, havia ainda a preocupação do próprio capital em manter, repor e reproduzir sua principal fonte, o trabalho vivo.

No sentido de garantir a reprodução da força de trabalho, condição fundamental da produção de capital, institui-se, no seio das relações sociais de produção e nas relações na produção, um conjunto de ações no âmbito das políticas do Estado e das políticas de produção. No âmbito das ações do Estado, um conjunto de políticas sociais embrionárias no campo da saúde (polícia médica e medicina social), da educação e da regulação das relações de trabalho visava garantir, no interior das condições gerais de produção, a reprodução da força de trabalho. Já no âmbito da produção, desenvolveu-se uma série de princípios, mecanismos, dispositivos e técnicas com a finalidade de disciplinar, controlar, economizar e tornar eficiente o trabalho vivo.

É no contexto do período entre finais do século XIX e a primeira metade do século XX que se originam os movimentos de racionalização do trabalho, notadamente a chamada Organização Científica do Trabalho nos Estados Unidos e a Ciência do Trabalho, que tem sua gênese na Europa, sobretudo Alemanha, França e Inglaterra (VATIN, 1999; RABINBACH, 1990). Em um contexto em que a ciência é tornada capital, quando das alterações capitalistas experimentadas no seu processo de monopolização, institui-se “[...] um modo de produção no qual a ciência e investigações exaustivas da engenharia foram integradas como parte de um funcionamento normal [...]” do capital (BRAVERMAN, 1987, p. 146). Nesse processo, várias são as elaborações no campo científico e técnico, as experiências e as ações com a finalidade de controlar a parcela variável do capital, isto é, a força de trabalho.

Assentadas nas obras científicas e, sobretudo, tecnológicas das comunidades de engenheiros, a prerrogativa desses movimentos de *cientificização* do trabalho, a despeito das diferenças internas, era a consecução da ampliação da produtividade do trabalho por meio de instrumentos, procedimentos e mecanismos que fizessem crescer o rendimento humano no trabalho, associada a uma perspectiva de economia dos corpos, a economia daquelas “máquinas

de carne e osso” (LAFARGUE, 2009, p. 103)⁴², profundamente necessárias à reprodução do capital.

Era necessário reprocessar a percepção da classe trabalhadora sobre o espaço da produção, como reitera Heloani (2003, 2011). E não apenas a percepção ou os sentidos humanos no processo de produção fora *reprocessado*, mas o conjunto de potencialidades e capacidades corporais e intelectuais que constitui o nexos psicofísico constitutivo da práxis humana. Para isso, as teorias e práticas de racionalização gerencial da produção converteram-se em tecnologia cuja finalidade fundamental seria produzir o trabalhador adequado à necessidade da indústria no contexto de expansão do capitalismo e gênese de sua fase monopolista.

Não por acaso, a questão da manipulação da subjetividade dos trabalhadores constitui-se então o objeto destacado da teoria e prática da administração ou gestão da produção já nesse período. Isso estava explícito nos princípios da administração científica de Taylor (1966), que preconizava a identidade de interesses dentre trabalhadores e empregadores, nas propostas de Henry Ford sobre a organização da produção, da sociedade e do modo de vida individual e coletiva da classe trabalhadora com base nos princípios do progresso da produtividade, do ascetismo e de promessa de participação dos trabalhadores na riqueza produzida, no esquema hierárquico e disciplinador proposto por Fayol (1978) e, mais tarde, na psicossociologização das políticas de recursos humanos proposta nos trabalhos de Mayo (HELOANI, 2011; TRAGTENBERG, 2006).

Por isso, as análises que afirmam que as concepções e os procedimentos renovados de organização e gestão do trabalho – que genericamente podem ser denominados de flexíveis⁴³ – tenham sua novidade no caráter manifesto de envolvimento, manipulação ou “captura” da subjetividade dos trabalhadores aos objetivos do capital (ALVES, 2000; HELOANI, 2011;

⁴² - Lafargue (2009, p. 103), ao criticar a subordinação da classe trabalhadora à superexploração do capital, se pronuncia do seguinte modo sobre a relação inversamente proporcional entre investimento e desenvolvimento da maquinaria despendido pelo capital e o empobrecimento e degradação dos trabalhadores alçados à condição de máquina: “A fim de forçar os capitalistas a aperfeiçoar suas máquinas de madeira e de ferro, é preciso aumentar os salários e diminuir as horas de trabalho das máquinas de carne e osso.”

⁴³ - Dadas os inúmeros modelos de gestão e organização da produção que tem gênese, desenvolvimento e difusão desde a emergência da crise estrutural do capital (os chamados “modelos japoneses”, sobretudo o toyotismo, o volvismo, a especialização flexível, a *lean production*), acabamos por não generalizar, neste momento da exposição, a noção de toyotismo como expressão genérica de organização do trabalho. Adotamos, para isso, o termo flexível, em razão de que assim é possível cobrir o caráter multiforme, associado e integrado dos novos modelos de gestão e organização dos processos de trabalho, além de permitir associar, na análise, a complexidade da estrutura econômica e das formas de regulação estatal no contexto de reordenação do capital. No último capítulo do trabalho, analisa-se

ANTUNES, 2003) devem ser historicizadas. Uma análise historicizada deve apreender e analisar aquelas formas de racionalização do trabalho surgidas no alvorecer do capitalismo monopolista, para não incorrer no equívoco analítico do fetiche da novidade no mundo do trabalho. As reais e aparentes novidades devem ser compreendidas na processualidade estabelecida entre mudanças e permanências do capital. De acordo com Druck (2011, p. 55),

Talvez a maior dificuldade, tanto no âmbito da ação política como no campo dos estudos acadêmicos, seja a pressa em identificar, nomear e classificar o que há de novo no mundo do trabalho, a fim de caracterizar as rupturas que anunciam um novo tipo de sociedade – pós-capitalista, pós-moderna, pós-emprego, pós-fordista ou pós-neoliberal –, como se esse processo de mudanças tivesse uma evolução linear.

A recomposição da produção determinada pela Segunda Revolução Industrial, o desenvolvimento do capital monopolizado com a formação dos trustes, cartéis e monopólios de grandes corporações que articulavam capital financeiro e capital industrial, as crises econômicas que se iniciaram no final do século XIX, arrastando-se ao longo da primeira metade do século XX, alteraram significativamente o modo de produção capitalista, exigindo a formação de um “trabalhador de novo tipo”. Para isso, como analisou Gramsci (2001), foi necessário constituir processos educativos com a finalidade de reordenar o bloco hegemônico do capital, situação que implicaria na formação de uma nova sociabilidade e na exigência de um novo “nexo psicofísico” para os trabalhadores⁴⁴.

Esse nexo psicofísico não significaria apenas “homens de músculos de aço”, fisicamente aptos e capazes de suportar uma carga excessiva de trabalho, mas também envolvimento subjetivo com o trabalho, com a higienização dos hábitos e costumes das classes subalternas e com a adoção da noção de progresso e produtividade que permeava a sociabilidade do período. Por isso, a subjetividade do trabalho constituiu-se como objeto de controle por parte do capital desde o desenvolvimento da grande indústria (BRIGHTON LABOUR GROUPS, 1991; MARX, 2013).

Isso se materializa desse modo pelo fato de que, na sociedade capitalista, o processo de valorização se efetiva mediante a extração de trabalho excedente, isto é, “mais-trabalho”

de maneira mais verticalizada o *toyotismo* como expressão orgânica do movimento de reestruturação produtiva que teve gênese na década de 1970 como resposta do capital à sua crise estrutural.

⁴⁴ - Neste momento do texto, acentuo a conformação do nexo psicofísico em razão do exercício de esclarecimento da delimitação do objeto. Não obstante a isso, é preciso indicar, desde já, que o processo mesmo de conformação do nexo psicofísico é também conformação ético-política.

(MARX, 2013) para além daquele tempo necessário à reprodução dos meios de existência por parte de cada trabalhador e do trabalhador coletivo. Nesse processo, o capital precisa pôr a força de trabalho em ação com base nas finalidades da valorização, isto é, maximizar a produção de mais-valor. Para isso, precisa eliminar todo tipo de conflito que tem origem na produção, daí o fato de que o “[...] capital precisa do controle real do processo de trabalho” (BRIGHTON LABOUR PROCESS GRUPO, 1991, p. 17), controle este que passa pela dialética entre dominação e consentimento.

As “relações de produção dentro da produção” constituem-se como condição para que sejam generalizadas as relações econômicas de produção capitalista e sua reprodução ampliada. O desenvolvimento das relações de produção dentro da produção é constituído por vários aspectos e dinâmicas de controle do processo de trabalho pelo capital (controle econômico, político, pedagógico etc). Ou seja, para “[...] que o modo capitalista de produção seja hegemônico, o capital deve estabelecer sua própria forma específica de controle sobre o trabalho dentro da produção, isto é, deve desenvolver formas específicas de coerção” (BRIGHTON LABOUR PROCESS GRUPO, 1991, p. 17).

Por isso, em termos de organização do trabalho, é necessário considerar que “[...] às vezes a história se repete e as relações entre capital e trabalho muitas vezes se desenvolvem em movimentos circulares, em que velhas ideias adquirem nova roupagem e se adaptam às novas circunstâncias históricas [...]” (HELOANI, 2011, p. 23).

1.3. Reestruturação produtiva, recomposição da hegemonia do capital e mudança dos sentidos da educação do corpo no trabalho

Com o reordenamento da produção capitalista em resposta à sua crise estrutural, inicia-se o processo de recomposição de um trabalhador de novo tipo e, portanto, um renovado nexos psicofísico dos trabalhadores, como ocorrera no início do século XX. Portanto, se a subjetividade do trabalho pela lógica do capital se configura hoje como um elemento estratégico do novo tipo de ofensiva do capital na produção, a corporalidade como elemento imanente da individualidade, da personalidade viva de homens e mulheres que trabalham, também se torna objeto de manipulação. O aparente reatamento do nexos psicofísico, quebrado pela lógica de organização taylor-fordista da produção, tende a significar, antes, uma recomposição, em um patamar

superior, da função pedagógica de aprimoramento das capacidades físicas e mentais pelas formas de organização do trabalho e da produção flexíveis.

Alguns exemplos evidenciam que a corporalidade assume um papel importante no interior das estratégias e novos modelos de organização e gestão do trabalho, por meio de investimentos científicos, ideológicos e educacionais da empresa, tais como:

- análises ergonômicas do trabalho para “adaptar” os desenhos produtivos, as máquinas, ferramentas e instrumentos de trabalho e os sistemas ao corpo do trabalhador; as sessões de ginástica laboral que antecedem ou sucedem turnos de trabalho;
- as chamadas ferramentas alternativas de “gestão de pessoas”, tais como o emprego de *tai shi*, *feng shui*, terapias corporais e aromáticas e até mesmo a recorrência à astrologia, tarô e outros (VIEIRA, 2005);
- a realização de atividades esportivas e de “lazer ativo” promovida pelas empresas ou por setores diretamente ligados a elas (Sistema “S”⁴⁵, por exemplo);
- os *workshops* de “saúde do trabalhador” ou, mais recentemente no Brasil, os chamados Programas de Promoção da Saúde no Trabalho (PPST) promovidos pelos departamentos de recursos humanos e departamentos médicos das empresas, centrados em pedagogias higienistas e de responsabilização individualizante;
- as Semanas de Saúde e Segurança dos Trabalhadores promovidas pelas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs);
- além de questões que, aparentemente, se configuram como casos extraordinários e eventuais, como a crescente exigência de uma determinada aparência corporal como requisito a ser contabilizado na contratação de novos trabalhadores⁴⁶ e os numerosos e abusivos eventos de assédio moral baseados na submissão de trabalhadores e trabalhadoras

⁴⁵ - “Sistema S” é um termo que compreende o conjunto de organizações das entidades corporativas que desenvolvem atividades de treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). (BRASIL/SENADO, s.d.)

⁴⁶ - É importante observar que as implicações sobre a corporalidade do trabalhador produzidas pelas formas de organização e gestão do trabalho, baseadas no modelo de regulação da produção e do processo de trabalho toyotista, provavelmente possuem nuances distintas quando se analisam recortes de gênero e de geração. Um indício disso são as próprias exigências ideológicas de um padrão de aparência física na produção como objeto de preocupação do setor de Engenharia de Produção (MUSSELI, 2004). É sabido que as expectativas sociais de um modelo de corpo e de beleza têm seus principais desdobramentos no universo feminino, cuja mediação fundamental é a reificação da mulher.

a rituais de motivação com danças sensuais e “performances” teatrais de imitação de animais⁴⁷ (FORSTER, 2010).

Esse inventário bastante preliminar de técnicas/práticas empregadas sobre a corporalidade de trabalhadores e trabalhadoras, no cotidiano do trabalho nas organizações empresariais na atualidade, identificadas na literatura acadêmica, empresarial e no jornalismo corporativo (ou relacionado ao mundo empresarial), expressa o caráter multiforme, plurifacetado e amplo de ações organizacionais que investem, de algum modo, sobre esse aspecto da individualidade humana nos contextos de trabalho.

Essas questões compõem a construção do objeto e das diretrizes teórico-metodológicas para o desenvolvimento desta pesquisa. Tratou-se de investigar os processos formativos que se materializam na forma de organização do processo de trabalho capitalista, buscando inquirir seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, identificar os sentidos e determinar processos, relações e estruturas e, portanto, os nexos internos inerentes a uma determinada pedagogia fabril, melhor dizendo, pedagogia industrial, que se alterara em razão do reordenamento do mundo do trabalho nos últimos 30 anos. Trata-se da pedagogia industrial toyotista (KUENZER, 2002b), de caráter flexível (MACHADO, 1995) e baseada nas competências (MOURÃO, 2006), que, na aparência, entram em contraposição com a pedagogia da fábrica de feição taylor-fordista (KUENZER, 2002a). Porém, a particularidade da proposta deste trabalho esteve assentada nesta questão pouco desenvolvida nos estudos acerca do

⁴⁷ - Forster (2010), em sua tese de doutorado, apresenta os resultados de uma pesquisa que identifica e analisa ações judiciais no Brasil que explicitam práticas de assédio moral nas empresas envolvendo condutas de humilhação que atentam contra a saúde e a dignidade dos trabalhadores. Tais práticas geralmente associam músicas, brincadeiras, dinâmicas, prendas determinadas pelos gestores em razão de atrasos ou descumprimento de metas. No universo do trabalho reestruturado, o capital não se contenta em “maquinificar” o corpo dos trabalhadores, adoecê-lo ou mutilá-lo; sua desmedida inflige a dignidade de trabalhadores e trabalhadoras humilhando-os e submetendo-os a um universo sádico de dominação. Trabalhador sendo obrigado a usar fraldas em empresas transnacionais no Chile (TRABALHADORAS..., 2007), em Honduras (HONDURAS..., 2013), nos Estados Unidos (MOTORISTAS..., 2014) e no Brasil (MARTINS, 2012), obrigados fazer danças sensuais (DANÇA..., 2015; BRASIL/TST, 2015) entre outras tantas medidas que imprimem controle, dominação e barbarização sobre a corporalidade dos trabalhadores. O recurso a condutas como estas talvez seja aquilo que realmente distingue a organização do trabalho atual daqueles modos que ocorriam nos processos de trabalho durante a vigência da racionalização taylor-fordista do capitalismo do período de transição do século XIX para o século XX.

mundo do trabalho, a da corporalidade⁴⁸ de trabalhadores e trabalhadoras submetidas a práticas pedagógicas no interior do processo de trabalho, uma “pedagogia do corpo no trabalho”⁴⁹.

No interior dos processos de trabalho inerentes ao modelo de acumulação taylorista-fordista, a técnica mais evidente da pedagogia do corpo no trabalho eram a divisão técnica do trabalho e o controle dos tempos e movimentos. No momento atual, o conjunto de mudanças articulado pelos processos de reestruturação produtiva, por meio da integração de tecnologia microeletrônica, da telemática e da organização de novos processos de trabalho, apresenta outras características para o que chamo aqui de pedagogia do corpo no trabalho, complexificando-a e exigindo análises que apanhem o desenvolvimento de novos procedimentos e tendências do processo educativo que ocorre no aparelho de produção.

A primeira daquelas características – evidenciada, sobretudo, pelos estudos sociológicos – objetiva-se na perspectiva de que o atual reordenamento da produção prescindir das exigências corporais no trabalho. Não é mais necessário um trabalhador apto corporalmente para atender às demandas de jornadas de trabalho longas e exaustivas. O que agora caracterizaria o trabalho seria a imaterialidade (GORZ, 2003, 2004; COCCO, 2013; NEGRI; LAZZARATO, 2013), a ampliação das demandas intelectuais, afetivas e de comportamento no trabalho e a redução, senão eliminação, das exigências corporais para as atividades de trabalho. É principalmente com a automação que a promessa de “compressão psicocorporal” (ALVES, 2005), isto é, a reaproximação entre trabalho manual e trabalho intelectual e a tendência de eliminação da divisão sociotécnica do trabalho (KERN; SCHUMANN, 1988) aparecem como horizonte dos novos modelos de produção.

⁴⁸ - Não aponto as determinações do que compreendo por corporalidade, porque, no decorrer do texto, procuro apresentar a construção da compreensão da corporalidade como categoria, isto é, como uma determinação da existência do indivíduo social, de acordo com um fundamento histórico-ontológico.

⁴⁹ - Esta é uma questão que vem sendo tratada por estudos sobre disciplina no trabalho de acordo com a noção de disciplinarização do corpo do trabalhador por meio de tecnologias políticas voltadas para o indivíduo, decorrentes da noção de sociedade disciplinar, conforme elaboração de Michel Foucault (2012, 2006). Embora as reflexões desenvolvidas por Foucault sobre os modos pelos quais os corpos dos trabalhadores são submetidos a tecnologias de controle político com a finalidade de tornar os indivíduos dóceis e produtivos apontem elementos concretos sobre a questão da corporalidade dos trabalhadores, no âmbito das relações fabris (e fora dela), apropriamo-nos de uma perspectiva que se distancia da concepção desse autor (muito embora não a ignore e até a incorpore de modo subordinado à análise dialética), analisando as ações do capital sobre a dimensão corporal de trabalhadores e trabalhadoras como parte constitutiva de uma pedagogia política que compõe seu projeto de hegemonia, comportando tanto as ações disciplinares, como também mecanismos de persuasão dos trabalhadores em torno do consentimento com as relações de produção em presença. Nessa perspectiva, as relações de poder não se manifestam como micropoderes, mas como determinações do capital na esfera da economia e da política.

Os desdobramentos desta tendência materializariam a “ausência” (no limite, menor exigência) das ações corporais dos trabalhadores na produção direta associada a uma maior demanda intelectual ou à emergência de um “vínculo virtuoso” entre trabalho manual e intelectual. Sob essa lógica, o atual momento histórico seria a expressão da utopia de médicos, engenheiros, cientistas, administradores, políticos e, até mesmo, trabalhadores em torno de um trabalho sem fadiga, conforme apontou Rabinbach (1990) em sua análise histórica sobre a metáfora do *human motor* como expressão da utopia da moderna sociedade capitalista.

Outros estudos, na contramão daquelas constatações, têm demonstrado que as atuais formas de trabalho demandam um maior e diferente nexo psicofísico no trabalho. Souza (2005), por exemplo, vai demonstrar que as estratégias de retomadas das taxas de acumulação e de recomposição da hegemonia do capital, em um estágio de crise estrutural, desdobraram-se na mudança da estrutura do Estado e das suas políticas e também da criação de uma nova cultura da produção e do trabalho, estabelecendo assim novos mecanismos de conformação psicofísica e ético-política da classe trabalhadora.

Nesse mesmo sentido, uma outra constatação da literatura diz respeito à crescente demanda do envolvimento e participação dos trabalhadores no interior de organizações, que passam a ser entendidos como sujeito que se desenvolvem e aprendem. Ao analisar vasta bibliografia sobre o tema, Herold Júnior (2006) aponta que vários autores desenvolvem análises que sustentam que o novo paradigma de organização empresarial atribui ao corpo do trabalhador o caráter de *informação/comunicação*. Nessa perspectiva, o modo como a questão do corpo do trabalhador comparece no processo de trabalho se manifesta nos chamados saberes tácitos, isto é, os saberes, conhecimentos e habilidades (in)corporados pelos trabalhadores por meio de sua experiência na atividade laboral. É o que faz Dejours (1993) ao discutir o caráter *prático* da *inteligência operária*.

Mas a evidência mais acentuada de que o corpo do trabalhador não se tornou um epifenômeno no contexto produtivo durante a composição sócio-histórica de uma nova morfologia do mundo do trabalho são os processos de intensificação e de precarização, que, ao invés de reduzirem e aliviarem o desgaste operário, ampliam a degradação da corporalidade do trabalhador (ALVES, 2005; HELOANI, 2005). Talvez o exemplo mais evidente disso seja o fato de que doenças laborais, tais como Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e as Doenças

Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (Dort), tornaram-se uma epidemia no universo do trabalho em escala mundial (NAVARRO, 2006; OLIVEIRA, 2000; RIBEIRO, 1999).

No contexto dessas mudanças no âmbito das relações e processos de trabalho, em processo desde meados da década de 1970, uma série de debates sobre as mudanças nos modelos produtivos foi promovida por empresários, Estado, sindicatos de trabalhadores e também pela academia. Debates estes considerados por Danièle Linhart (1997) sedutores e, ao mesmo tempo, equivocados, em função da supervalorização de elementos que não compõem a centralidade das transformações em processo no mundo do trabalho. Os modelos flexíveis de produção tornaram-se tema privilegiado nos estudos sobre o mundo do trabalho, a partir dos anos 1980, não apenas no âmbito da tentativa de desenvolver conceitos e argumentos capazes de apanhar as características, processos, estruturas e relações que emergiam do mundo do trabalho, mas também para projetarem sobre ele políticas de aprofundamento (no caso do setor empresarial e do Estado) ou resistência a estas transformações (em parcela dos sindicatos e organizações dos trabalhadores).

O entusiasmo com os ganhos de produtividade do chamado modelo japonês de produção, amplamente disseminado como toyotismo, tornara-se expressão da busca do capital por alterar a ordem do trabalho no contexto de uma crise que se desenvolvia desde meados da década de 1970. Surgiu, nesse mesmo movimento, o debate a respeito de alternativas de produção em relação ao taylorismo-fordismo, considerado em esgotamento pelo debate acadêmico, político e econômico. A especialização flexível da terceira Itália e do Vale do Silício (PIORE; SABEL, 1993), a experiência do Volvismo na Suécia e também a ocidentalização e disseminação dos modelos japoneses de produção como um novo paradigma produtivo denominado de *lean production*, ou produção enxuta, pelos engenheiros do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) envolvidos com os desafios da indústria do automóvel dos Estados Unidos (WOMACK; JONES; ROSS, 2004), são expressões desse debate a respeito dos novos modelos produtivos e, conseqüentemente, das novas formas de gestão e organização do processo de trabalho.

Flexibilidade, enriquecimento do trabalho, democracia na produção, qualificação e chances de desenvolvimento do trabalhador, participação e possibilidade de decidir sobre os processos de trabalho, participação nos resultados da empresa, trabalhos sem riscos e “limpos” são elementos que compõem a promessa de uma nova organização produtiva, um “admirável mundo novo” onde o trabalho se tornaria automatizado, enxuto e limpo, e os trabalhadores seriam

valorizados, qualificados e humanizados⁵⁰. Nesse contexto, foi desenvolvido o objeto de interesse desta pesquisa, uma aparente “nova pedagogia do corpo no trabalho”.

Identificadas as formas concretas pelas quais essa “nova pedagogia do corpo no trabalho” se efetiva nas denominadas *novas tecnologias de gestão de “recursos humanos”* e suas expressões mais significativas na atualidade, quais sejam: a ginástica laboral, as análises ergonômicas do trabalho e as estratégias de qualidade de vida no trabalho.

As tecnologias de gestão configuram-se como um conjunto de métodos e técnicas para a organização e gestão do trabalho historicamente implementado e determinado na e pela produção capitalista. As “tecnologias do capital [...] contribuem para a racionalização do processo de valorização do valor” (MUELLER, 2010, p. 26). É nesse sentido que, em primeira instância, elementos que comparecem como um processo de horizontalização, em processos de trabalho humanizados e capazes de promover saúde e motivação, correspondem a tecnologias de controle do trabalho, porque o seu elemento central está na articulação entre a manutenção e o acréscimo da valorização do valor e o controle da força de trabalho.

De acordo com Mueller (2010, p. 26), entende-se

tecnologias gerenciais como sendo um conjunto de métodos e técnicas de organização e controle do trabalho, atuando em nível objetivo (comportamental) e subjetivo (ideológico), da força de trabalho no intuito de intensificar e reduzir o tempo de trabalho necessário para o ciclo de rotação do capital imprescindível para a perpetuação do processo de valorização do valor. Nesse caso, as tecnologias gerenciais atuariam conseqüentemente como ferramentas de contra tendência à queda da taxa de lucro no modo de produção capitalista, independentemente de seu intercâmbio com as tecnologias físicas.

Tal como conceituada por Mueller (2010), a tecnologia gerencial acentua o caráter de contribuição para o processo de valorização do valor e matiza a tendência de sobredeterminar as relações de poder, comumente empregadas nas investigações críticas a respeito da gestão e organização do trabalho. Ao fazer a análise a partir da teoria marxiana do valor-trabalho, o autor

⁵⁰ - Obviamente que ao mesmo tempo em que houve um “entusiasmo” com as mudanças que vinham ocorrendo no mundo do trabalho, este processo também passou por inúmeras e intensas críticas. Linhart (1997), por exemplo, identificava, entre essas críticas, um setor de pesquisadores e sujeitos políticos que ceticamente denunciavam não existir nenhuma mudança significativa nos modelos de produção, senão que uma sofisticação do taylorismo-fordismo, bem como surgiram críticas mais acerbas sobre esses novos modos de organização do trabalho como expressão de novas formas de dominação na produção adequada ao contexto de crise estrutural do capital (ANTUNES, 2002; ALVES, 2000; DRUCK; THÉBAUD-MONY, 2007).

aponta a questão de que as relações de poder, nas organizações empresariais, têm sua gênese e desenvolvimento na efetivação da finalidade econômica do capital de acumulação e expansão.

Não obstante a isso, o fato de que a acumulação de capital seja determinada pela extração de mais-trabalho, portanto pela violência do despojo⁵¹ (VEGA CANTOR, 2013), expõe contradições que exigem medidas de mediação do conflito entre as classes sociais. Obviamente que em um estudo delimitado como este não é possível apanhar a totalidade das mediações que efetivam o papel de amortecer as contradições e fraturas da lógica centrífuga da produção do capital (MÉSZÁROS, 2002). Porém, ao ressaltar o papel central que cumpre o controle das relações e processos de trabalho na materialização dessas mediações, é importante compreender de que modo o aparelho produtivo vai incorporando e/ou desenvolvendo diferentes políticas para mediar os conflitos que têm sua origem na produção imediata, haja vista o fato de que as metamorfoses que o mundo do trabalho vem acumulando, desde a década de 1970, têm demonstrado uma alteração significativa na composição objetiva e subjetiva da classe trabalhadora (ANTUNES, 2002). E um dos aspectos centrais da nova morfologia do mundo laboral é justamente as formas de organização do trabalho.

Esse modo de interrogar a pedagogia industrial – a pedagogia do trabalho capitalista – no contexto dos recentes processos de reestruturação produtiva e de reordenamento do capital, por meio de um enfoque que tem na corporalidade a base de sua problematização, não teria a prerrogativa de se adequar aos “modismos” acadêmicos que hipervalorizam o corpo como objeto de reflexão em razão da sua potencialidade em expressar os processos de individualização tão valorizados pela chamada agenda pós-moderna⁵², tampouco sugeria a divisão entre uma dimensão corpórea separada da instância psíquica.

Portanto, não se trata de adequar a reflexão à “ideologia dominante” do “corpo e da linguagem” (ou do corpo como linguagem), como se refere Alain Badiou (2011). Não há aqui a

⁵¹ - De acordo com Vega Cantor (2013), entre os cinco grandes processos de despojo perpetrados pelo capital ao longo de sua história, a expropriação do corpo de seres humanos para submetê-los ao trabalho forçado (escravagismo) e depois ao assalariamento se constituiu como elemento fundante desse modo de produção. Os demais despojos elaborados pelo autor são: expropriação da terra; expropriação do produto do trabalho; expropriação do tempo dos trabalhadores e de seus costumes; e a expropriação dos seus saberes.

⁵² - De acordo com Wood (1999), o pós-modernismo, antes de ser considerado uma tendência ou corrente do pensamento, constitui-se como uma agenda intelectual baseada no ceticismo em relação à razão e na desconstrução do pensamento teórico crítico. Suas bases intelectuais opõem-se ao intelectualismo universal do iluminismo, adjudicam a noção de que as grandes teorias são apenas discursos totalitários que recusam a diversidade de saberes e experiências e opõem ao método racional científico e filosófico, o jogo de linguagem. Politicamente, significa a adaptação ao ordenamento social do capital e à construção de uma agenda política calcada nas identidades.

tendência em aproximar a análise às concepções pós-modernas que Badiou classifica de “materialismo democrático” ou “biomaterialismo”, no qual “o corpo é a única instância concreta para indivíduos isolados desolados aspirando por prazer [, onde] O ser humano, no regime de ‘poder da vida’, é um animal um tanto triste, que precisa ser convencido que a lei do corpo fixa o segredo de sua esperança” (*Ibidem*, p. 112). A prerrogativa desta investigação é pôr a questão da corporalidade do trabalhador a partir da relação entre o singular e o universal, mediada pela particularidade. Nesse sentido, precisa-se entender que essa dimensão do indivíduo expressa as determinações recíprocas entre ele e a sociedade no interior de uma realidade social historicamente constituída com base em determinadas relações de produção e de classes.

É esse o roteiro que David Harvey (2004, p. 31) propõe, ao analisar os limites dos conceitos de globalização e de corpo em razão de suas raízes ideológicas marcadas pelo estágio atual do capitalismo, e apontar que, ainda assim, é necessário apanhá-los como expressão de uma processualidade histórica em movimento que exige análises para que se estabeleçam os nexos necessários entre ambos e as demais determinações históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais do sistema do capital.

A particularidade do corpo não pode ser entendida independentemente de seu estar situado em processos socioecológicos. Se, como alegam muitos agora, o corpo é uma construção social, não podemos compreendê-lo fora do âmbito das forças que giram em torno dele e o constroem. Um dos determinantes principais disto é o trabalho, e a globalização descreve como esse processo é moldado por forças político-econômicas e por forças culturais associadas de maneiras distintas. Segue-se disso que o corpo não pode ser entendido, teórica ou empiricamente, sem que se compreenda a globalização. Mas, inversamente, decomposta até suas mais simples determinações, a globalização tem a ver com as relações socioespaciais entre bilhões de indivíduos. Aqui reside a conexão fundamental que se tem de estabelecer entre dois discursos que tipicamente permanecem segregados um do outro, em detrimento dos dois.

A problematização da corporalidade dos trabalhadores, como objeto de investigação, não significa constituir um outro campo de análise ou de se aproximar de teorizações que projetam a atual conjuntura como um novo estágio societário “pós” (“pós-moderno”, “pós-industrial”, “pós-fordista”, etc.), no qual o trabalho supostamente tivera fim, assim como as classes sociais e a história. Tal questão está imbuída em problematizar as metamorfoses do mundo do trabalho num estágio de crise do capital sob “um ponto de vista específico para a análise e para o tratamento das questões” (BARATA-MOURA, 1981, p. 11). Como observa esse autor,

Os objectos e os processos poderão ser ontologicamente os mesmos que diferentes ramos do saber tratam; o ângulo ou o prisma de análise é que formalmente não deixará de ser outro. A existência de uma pluralidade de interesses formais não implica uma rotura da identidade material do objecto, nem uma sua eventual multiplicação ontológica. A materialidade (o carácter objectivo) de um processo ou objecto pode perfeitamente fundamentar (e, de facto, fundamenta) toda uma diversidade de interesses que, todavia, não deixam de os ter – na sua materialidade – como polo fundamental de referência. (BARATA-MOURA, 1981, p. 11)

Nesse sentido, o “ângulo” ou “prisma” da corporalidade humana nos processos de trabalho expressa a possibilidade de extrair da análise do mundo do trabalho os elementos “carnais” ou de “organização corporal” de “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86) presentes nas formas sociais de organização da atividade produtiva. Estas se desdobram em processos de educação e socialização do trabalhador, sejam aqueles determinados pelos objetivos do capital e de suas personificações, sejam aqueles organizados pelos próprios trabalhadores.

A emergência do corpo humano como um dos temas mais evidenciados na atualidade tem desdobramentos que podem ser identificados no *mass media*, na divulgação e nas expressões culturais, bem como na produção acadêmica no âmbito das ciências sociais e até mesmo na esfera do cotidiano. Esta evidência do corpo como “tema” emergente da vida social está circunscrita a um conjunto de relações sociais, tais como: o consumo, as identidades culturais, a medicina, a biotecnologia e bioengenharia, as novas tecnologias da saúde, bem-estar e estética, os novos modos de socialização e de individualização etc. Nesse sentido, parece que a problemática da corporalidade, como um elemento constitutivo da sociabilidade, passa ao largo das determinações do mundo trabalho.

No âmbito das ciências sociais, a forte presença de estudos sobre o corpo se localiza em um movimento pendular. De um lado, a apologia acrítica deste tema como emblema da ultrapassagem e crítica de todos os limites da modernidade em função de que no corpo estariam concentradas as questões da individualidade, das esferas do micro e do cotidiano, do campo das experiências “encarnadas” face aos temas da modernidade em dissolução, como a questão das classes, das metanarrativas e da razão⁵³. Por isso, há um vínculo muito acentuado entre o tema da

⁵³ - Breton (2006) e Turner (2014) estabelecem análises demonstrando as abordagens, temas e métodos predominantes em investigações sobre o corpo no âmbito das ciências sociais, notadamente, na sociologia. No argumento de ambos os autores, localiza-se o predomínio de análises a respeito dos processos de individuação, das identidades, das questões de gênero e sexualidade, do consumo e da emergência de uma sociedade organizada pela

corporalidade e a chamada agenda “pós-moderna”, conforme observa Herold Júnior (2009a). Do outro lado do pêndulo, há uma postura de intelectuais e pesquisadores em recusar as problematizações e investigações sobre a corporalidade em razão de considerá-las expressão de “modismo” acadêmico, que simplifica as relações e processos mais complexos, os quais deveriam ser objeto de interesse público e estruturais (HEROLD JÚNIOR, 2006, 2009a).

Essas posturas, entre a apologia e a recusa acrílicas, afastaram a questão da corporalidade humana das problematizações a respeito do mundo do trabalho nas pesquisas no campo das ciências sociais⁵⁴, nas investigações na área da educação, bem como na educação física.

Entretanto, no desdobramento da exposição, demonstrar-se-á que a análise das mediações entre o trabalho e a constituição da corporalidade humana, a partir da tradição teórica marxista, constitui-se como um sólido percurso teórico-metodológico para se compreender tanto os processos de formação humana implicados nesta relação como, também, as formas históricas pelas quais o capital forja pedagogias do corpo no trabalho como elementos constitutivos de sua pedagogia industrial.

égide das experiências individuais baseadas nos sentidos e símbolos que as experiências encarnadas expressam. Nesse contexto, o trabalho é um tema ausente, quando muito, localizado entre uma multiplicidade de experiências.

⁵⁴ - As determinações dessa dificuldade de relacionar essas duas dimensões da realidade são múltiplas e não serão aprofundadas nesta investigação, pois demandariam um estudo que tome essa questão como uma problemática específica. Não obstante, a ausência de investigações sobre o corpo e o mundo do trabalho, bem como os principais motivos desta ausência sentida, é discutida na interessante e substantiva tese de Carlos Herold Júnior (2006). As reflexões de Heloani (2005), Alves (2005), Correa (2010), Brohm (1975, 2007), Moraes (2005), entre outros, a partir de diferentes temas e perspectivas, põem a pertinência e atualidade da questão da relação entre corpo e trabalho em tela questionando a lacuna de pesquisas sobre o assunto.

CAPÍTULO II

CORPO, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA: CONTRADIÇÕES ENTRE A FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE VIVA E A MORTIFICAÇÃO DO TRABALHO VIVO

O que é notável nesta tese sociológica fundamental do marxismo é que ela mostra que o corpo humano e seus órgãos produtivos (é suficiente considerar o papel da mão, cuja importância produtiva foi demonstrada por Engels) é o fundamento da organização social. O materialismo histórico é também um materialismo do corpo. A história social seria assim a história da educação progressiva do corpo, de sua diferenciação, de seu enriquecimento, enfim, de sua socialização histórica. Nesse sentido, podemos dizer que o homem produz historicamente seu corpo assim como ele produz sua sociedade. (BROHM, 1975, p. 138)

2.1 . As relações entre corpo e sociedade na teoria social

De fato, a questão da corporalidade dos trabalhadores tem se caracterizado como um tema ausente nas investigações sobre o mundo do trabalho. No entanto, esse não é um tema estranho às investigações no âmbito da teoria social, sobretudo da sociologia, antropologia, história, filosofia e psicologia social. É justamente no âmbito da teoria social que o corpo humano é analisado sob uma matriz diferente das ciências naturais, sendo-lhe atribuído um papel significativo de “sujeito” e “objeto” nas relações sociais, culturais e históricas. O corpo é “desnaturalizado” e passa a ser compreendido a partir das marcas sociais que ele possui.

Ao buscar estabelecer a estrutura, os problemas e temas, bem como as perspectivas epistemológicas e metodológicas para uma “sociologia do corpo”, Breton (2006, p.7) afirma que:

Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também expressão dos sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. Antes de qualquer coisa, a existência é corporal. Procurando entender esse lugar que constitui o âmago da relação do homem com o mundo, a sociologia está diante de um imenso campo de

estudo. Aplicada ao corpo, dedica-se ao inventário e à compreensão das lógicas sociais e culturais que envolvem a extensão e os movimentos do homem.

Esse mesmo autor chama a atenção para o fato de que é preciso não fetichizar o corpo nas análises sociológicas, tendo em vista que o corpo só existe concretamente em homens e mulheres realmente existentes. Essa consideração expressa a crítica de Breton (2006) a respeito dos procedimentos de investigação sobre o corpo na sociologia, em razão de que é comum, nas pesquisas desse campo, a cisão entre o ser humano e o corpo, como se este último fosse um objeto daquele. Não fetichizar o corpo é uma exigência para as investigações nas ciências sociais que elaboram análises a partir da constituição desse tema, tendo em vista que “O corpo não é uma natureza. Ele nem sequer existe. Nunca se viu um corpo: o que se vê são homens e mulheres. Não se vê corpos” (BRETON, 2006, p. 24).

Outra problemática muito comum no trato da corporalidade, no âmbito da teoria social, é a inversão epistêmica que se expressa na compreensão de que homem é produto do corpo. Tal perspectiva interpreta a condição social de homens e mulheres como produto do corpo (natureza) e o “[...] conduz à legitimação do estado social tal como se apresenta à observação [...]”. Baseada na legitimidade do discurso científico dos séculos XVIII e XIX, a teoria social que incorpora a perspectiva de que o ser humano é produto do seu corpo tende a “[...] submeter à primazia do biológico (mais ainda, de um imaginário biológico) as diferenças sociais e culturais, de naturalizar as diferenças de condição justificando-as por observações ‘científicas’: o peso do cérebro, o ângulo facial, a fisionomia, a frenologia, o índice cefálico, etc” (BRETON, 2006, p. 17).

Tal concepção serviria (e ainda hoje tem essa função) de determinar o destino social do homem por suas características anátomo-fisiológicas:

De imediato, o destino do homem se inscreve na conformação morfológica; a "inferioridade" das populações destinadas à colonização ou já colonizadas por "raças" mais "evoluídas"; justifica-se o destino das populações trabalhadoras por alguma forma de debilidade. Finalmente, a ordem do mundo obedece à ordem biológica cujas provas são encontradas nas aparências corporais. (BRETON, 2006, p. 17)

Quando a teoria social fundamenta suas análises nas representações e discursos da teorização biomédica e veem nela sua realidade objetiva, acaba por separar o homem do seu corpo, tornando este um objeto exterior. Breton (2006) afirma que encarnar o homem exige que

os procedimentos analíticos não distingam o ser humano singular do seu corpo. De acordo com esse autor, “O corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna.” O corpo, portanto, não é um dado inequívoco, “[...] mas o efeito de uma elaboração social e cultural” (BRETON, 2006, p. 26).

Entretanto, mesmo se afastando das determinações teóricas e ideológicas de um biologicismo ou da naturalização das relações sociais, a teoria social contemporânea aborda, a partir de teses contraditórias, a questão da corporalidade humana como seu objeto. Sobre isso, Turner (2014, p. 29) aponta os limites de uma abordagem construcionista no campo da sociologia do corpo. Esta teria se tornado a principal corrente de análise do fenômeno do corpo humano no interior das relações sociais, cuja orientação teórico-metodológica está direcionada para a análise dos discursos, pois parte do princípio de que a “[...] noção de que a realidade social é um texto, uma narrativa.” Essa abordagem fundamenta, por exemplo, as análises de Breton.

Turner (2014) destaca que os estudos no campo da teoria social, que buscam tomar o corpo humano como objeto de análise e explicação, não podem contornar a tradicional controvérsia entre natureza e cultura e devem avançar nas investigações empíricas que deem sustentação à compreensão concreta da “[...] condição carnal como prática e experiência.” Segundo sua perspectiva,

[...] o conceito de condição carnal deve ser situado no cerne mesmo de qualquer imagem adequada da vida social e [...] uma renovação do projeto crítico da sociologia depende de uma integração teórica das conexões entre a vulnerabilidade da condição carnal humana, a precária natureza das instituições sociais e os direitos humanos. (TURNER, 2014, p. 35)

A concepção desse autor de “condição carnal” é fundamentada numa perspectiva fenomenológica de experiência. Porém, importa, neste trabalho, desenvolver elementos para a compreensão concreta da corporalidade humana, fundamentados numa ontologia histórica de caráter marxista. Isso não elimina a necessidade de incorporar os argumentos, análises e teorias de outras tradições teóricas, mas exige a suprassunção das mesmas, com base em uma análise que apreenda a particularidade do objeto no seu movimento contraditório e em sua totalidade histórica.

Ainda sobre o desenvolvimento do tema do corpo na teoria social, é bastante elucidativo o inaugural trabalho de Mauss (2003, p. 401) sobre as *técnicas do corpo*,

especialmente a compreensão aberta por esse conceito que expressa “[...] as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo.” Outro autor das ciências sociais que influencia demasiadamente as pesquisas sociais sobre o corpo é Bourdieu (1986), por meio do conceito de *hexis corporal*, que expressa a incorporação do *habitus* no interior de relações sociais marcadas por disputas e conflitos em que o corpo representa um determinado capital cultural.

Uma obra bastante expressiva no âmbito da sociologia que aborda o corpo no interior das configurações sociais é a de Norbert Elias. São bastante pertinentes suas análises a respeito da sociogênese da civilização ocidental moderna e o papel das mudanças das atitudes em relação às funções corporais na formação de um novo comportamento humano considerado civilizado (ELIAS, 1994).

Contudo, talvez sejam as análises de Michel Foucault (2012, 2002) sobre o desenvolvimento da sociedade disciplinar e seus dispositivos de saber-poder, bem como suas investigações sobre a história da clínica, da medicina e da sexualidade, aquelas que mais influenciam as pesquisas sobre o corpo no âmbito das ciências humanas e sociais.

Observando esse panorama, aparentemente os autores clássicos da teoria social não tomam a questão do corpo humano como um tema de suas investigações, especialmente Durkheim, Weber e Marx. De fato, essa não é uma verdade, pois há, na obra de todos eles, uma série de apontamentos, reflexões e abordagens que permite, a partir dos seus enfoques teórico-metodológicos, ideológicos e políticos, analisar o corpo humano como uma instância da vida social, como esclarecem os estudos sobre a sociologia do corpo de Breton (2006) e Turner (2014).

E, segundo Breton (2006), é sob o ponto de vista da tradição teórica do marxismo que aparecem os primeiros indícios de investigação social da questão da corporalidade mediada pelo mundo do trabalho. Breton (2006) observa que as investigações que deram origem ao campo por ele denominado de sociologia do corpo tiveram como contributo central, entre outros, os estudos de Marx e Engels sobre os processos de exploração capitalista do trabalho humano e a degenerescência da classe trabalhadora devido à chamada condição operária. Brohm (1975, p. 140) também afirmará que a obra de Marx, sobretudo *O Capital*, estabeleceria traços importantes de um “[...] tipo de sociologia do estatuto social do corpo no processo de produção [...]”.

Caracterizando essas primeiras contribuições como uma “sociologia implícita do corpo”, Breton (2006, p. 16) afirma que, no decorrer do século XIX,

Numerosas são as pesquisas sociais que apontam a miséria física e moral das classes trabalhadoras, a insalubridade e a exiguidade das moradias, a vulnerabilidade às doenças, o recurso ao álcool, a prostituição frequentemente inevitável das mulheres, o aspecto miserável dos trabalhadores duramente explorados, a terrível condição das crianças obrigadas a trabalhar desde a mais tenra idade. [...] Em O Capital (1867), Marx faz uma análise clássica da condição corporal do homem no trabalho. Seus estudos têm objetivos mais urgentes que o de encontrar ferramentas suscetíveis de pensar o corpo de maneira metódica, no entanto, contém a primeira condição para a abordagem sociológica do corpo. Corpo que, de fato, não é pensado somente do ponto de vista biológico, mas como uma forma moldada pela interação social.

Os estudos que Marx e Engels e outros autores da tradição teórica do marxismo fizeram a respeito dos processos de exploração e da consequente degradação física dos trabalhadores apontam questões importantes para a compreensão concreta da corporalidade como uma das determinações do conjunto das relações sociais. Porém, no interior dessa vasta e diversificada tradição teórica há argumentos, análises, achados e problematizações sobre este tema que devem ser mais bem exploradas e desenvolvidas.

São fundamentais as elaborações marxianas a respeito do trabalho como determinação fundante da existência do ser social, pois apresentam contribuições significativas para se pensar a relação entre trabalho, corporalidade e formação humana.

2.2. Para uma concepção marxista das relações entre individualidade, corporalidade e formação humana

De acordo com Brohm (1975, p. 136), uma “[...] compreensão marxista do corpo implica em situar o lugar específico do corpo no modo de produção capitalista [...]. Para esse autor, a contextualização da questão da corporalidade humana nos processos históricos de configuração dos modos de produção permite encontrar o lugar específico que ocupa essa dimensão da efetividade humana no capitalismo. Este procedimento implica em buscar apreender a questão da corporalidade humana em uma dupla situação histórica: os processos de apropriação privada, controle, domínio e exploração do corpo humano como mercadoria força de trabalho; e como emancipação progressiva do corpo dos trabalhadores para fora da opressão da produção.

Neste tópico, aborda-se, portanto, a relação entre a corporalidade humana e o trabalho no processo de formação humana, centrando a reflexão em análises e categorias presentes na ontologia marxiana, sobretudo em textos aqui considerados seminais para o tema nas obras de Marx, Engels e Lukács. As mediações da atividade do trabalho permitem ao indivíduo social travar relações com a sociedade e com a natureza, formando assim sua corporalidade humana como resultado da produção histórica humana. Porém, as chamadas mediações do controle do capital sobre o trabalho (MÉSZÁROS, 2006) afetam, de modo decisivo, a corporalidade dos trabalhadores, mortificando suas condições físicas e psíquicas e produzindo aquilo que hoje vem sendo categorizado como “penosidade no trabalho” (LINHART, 2012) e sofrimento no trabalho (DEJOURS, 1992, 2013). Isso demonstra a fertilidade de se analisar as relações entre corpo, trabalho e formação humana sob a mediação do duplo caráter do trabalho na sociedade capitalista, conforme as reflexões postas por Marx (2013).

A temática da corporalidade humana é controversa no universo da tradição teórica marxista. Mas a decisão de enfrentá-la nesse campo teórico se faz necessária na medida em que a correta interpretação da humanidade constituída no homem – a gênese e desenvolvimento do ser social – para essa concepção do mundo não pode se restringir, de modo unilateral, ao universo da consciência, atribuindo ao corpo do ser humano a “barreira natural” a ser superada. Se assim for, a compreensão do processo de humanização tende a se identificar com as formas idealistas de consciência filosófica nas quais o predomínio da consciência especulativa e conceitual reproduz a divisão entre ser e pensamento, matéria e consciência, excluindo a unidade contraditória desses momentos do real.

Se, como observa Mézáros (2006), o “sistema” engendrado por Marx (com a colaboração de Engels) tem como seu conteúdo imanente o programa de emancipação humana, caracterizado pelo pensador húngaro como “transcendência positiva da autoalienação do trabalho”, e que tal programa só pode se efetivar de maneira “prática e revolucionária”, isso expressa que a consciência é um momento decisivo, fundamental, no processo de produção da sociedade e do indivíduo social, mas não o seu todo. É necessário que a consciência – no caso decisivo da luta de classes, a consciência revolucionária de classe – se efetive, se movimente do momento da objetividade do não-ser à objetivação de causalidades postas; somente a posição teleológica de causalidades gera um novo tipo de ser, como analisa Lukács (2013).

Nesse sentido, como observa Lukács (2013) e Sánchez Vásquez (2007), é a *práxis* – ou o trabalho como sua expressão – o momento predominante da constituição do ser social, como totalidade histórica, e das individualidades sociais. A “atividade consciente objetiva”, que caracteriza a *práxis* e, portanto, a atividade criadora, a autoatividade que se objetiva num processo de humanização da natureza exterior e interior, só pode realmente se efetivar como um processo de ativação do nexó psicofísico humano. Sánchez Vásquez (2007), fundamentado na obra de Marx, Lenin e Gramsci, afirma, em diversos momentos de seu texto, que a característica fundamental dos seres humanos é o fato histórico de que eles se constituem, antes de tudo, como seres práticos. Partindo da premissa de que é a atividade prática material que caracteriza os seres humanos, é necessário inferir daí que a condição corporal humana⁵⁵ é uma determinação de sua efetividade como humanidade.

De acordo com Sánchez Vásquez (2007, p. 237), compreende-se por *práxis* “[...] a atividade prática material, adequada a fins, que transforma o mundo – natural e humano [...]”. É essa mesma a afirmação de Marx nas *Teses sobre Feuerbach* (MARX; ENGELS, 2007, p. 533), quando desenvolve a compreensão de que a realidade do autenticamente humano é a “[...] atividade humano sensível, como prática [...]”. Trata-se então, conforme Sánchez Vásquez (2007, p. 51), de uma concepção do mundo, uma filosofia no sentido gramsciano, que concebe o “[...] homem como ser ativo e criador, *prático*, que transforma o mundo não só em sua consciência, mas também em sua prática, realmente.” A atividade prática material, ou o trabalho como expressão da *práxis*, constitui-se como o processo de produção e reprodução do ser social como genericidade humana e dos indivíduos humanizados, portanto, constitui a formação humana. “A produção – isto é, a *práxis* material produtiva – não só é o fundamento do domínio dos homens sobre a natureza, como também do domínio sobre a própria natureza.” (*Ibidem*, p. 51).

A reintegração ou o retorno do homem a si, de que trata Marx (2004) nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*⁵⁶, como parte do processo de transcendência positiva da autoalienação do

⁵⁵ - É necessário observar que Sánchez Vásquez (2007) não se debruça especificamente sobre os processos de formação humana, tampouco a respeito do lugar da corporalidade nesse processo. Sua preocupação é, antes de tudo, apresentar os fundamentos da estrutura interna do pensamento de Marx e de uma fração da tradição marxista como uma Filosofia da *Práxis*, tal como Gramsci (2004) o faz no Caderno 11 dos Cadernos do Cárcere.

⁵⁶ - É importante observar que em Marx (2004) sua reflexão sobre o retorno do homem a si mesmo está decisivamente estabelecida pela superação da ordem do capital e a construção de uma sociabilidade de caráter comunista. Ainda que muito marcada pelo naturalismo de Feuerbach e pela noção de trabalho e de história em Hegel, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* apresentam os traços fundamentais da obra ulterior de Marx, caracterizando

trabalho e, conseqüentemente, da emancipação humana, é não apenas o estabelecer da relação consciente do indivíduo com a generalidade humana, mas também a objetivação da humanidade historicamente constituída como parte constitutiva dos *órgãos dos sentidos* dos seres humanos, isto é, os *sentidos* como “trabalho de toda história do mundo até aqui” (MARX, 2004, p. 110). A realização da corporalidade como força essencial humana é obra e riqueza de toda humanidade posta pelo trabalho.

Apesar dos indícios de que a produção intelectual de Marx, Engels e de outros pensadores da tradição teórica marxista apontem traços de uma concepção histórica da corporalidade humana (SILVA, 2011), as pesquisas de Herold Júnior (2009a; 2009b) apontam para o fato de que a questão do corpo não tem sido objeto de problematização nos estudos que tomam o materialismo histórico-dialético como método de investigação. Como observa esse autor, poucos são os estudos no campo do marxismo que tomam o corpo humano como objeto de análise e reflexão, fato este ocasionado ora pelo posicionamento político e ideológico ante as matrizes irracionistas que se debruçam exaustivamente sobre essa temática, ora pelos escrutínios de uma interpretação mecanicista e fechada ou idealista da obra de Marx.

Não obstante esse quadro supramencionado, aproximamo-nos das posições de Herold Júnior (2009a) e também de Harvey (2004), Brohm (2007), Eagleton (2012) e Baptista (2013), porque estes compreendem que as obras de Marx, Engels e do marxismo apresentam delineamentos importantes para uma compreensão da materialidade corpórea humana. A questão da corporalidade, numa perspectiva histórico-ontológica, está localizada na posição da problemática da individualidade humana mediada pela subjetividade. Ou, como apontam Harber e Renault (2007, p. 9),

Contra o que propõem algumas ideias herdadas, Marx pertence claramente aos filósofos que fazem do corpo uma aposta fundamental: seu materialismo é um materialismo da prática e a prática não pode ser pensada de modo não idealista sem que corresponda um papel determinante ao corpo.

Mas por que este seria um tema a ser enfrentado nesse campo teórico? Temas e objetos da realidade tão singulares não significariam apenas resposta aos modismos acadêmicos ou resultado de uma postura própria do individualismo metodológico ou do irracionismo

aquilo que Mészáros (2006) denominou de sistema *in statu nascendi*. Disso resulta sua crítica ao comunismo ético apontado por Moses Hess e a constituição de sua compreensão como superação positiva da propriedade privada e do

vigente na teoria social? Penso que a resposta para estas questões remete a elementos teórico-metodológicos e político-ideológicos, que devem ser demonstrados no próprio tratamento do seu conteúdo.

Do ponto de vista teórico-metodológico, trata-se de demonstrar os limites daquelas concepções que veem na história ou na natureza uma teleologia própria, buscando nessas explicações a determinação de uma essência humana universal. Isso porque, no limite, o processo de hominização e humanização do corpo humano⁵⁷ explicita o caráter histórico da autoprodução do ser social. Conforme observa Moraes (2005, p. 41):

A questão de saber se há ou não uma essência universal do homem não afeta a dedução das formas do valor a partir da relação simples de troca ($xMa = yMb$). Mas afeta muito o modo de encarar a hominização do macaco, a “racionalidade” da história, a “necessidade” da revolução social contra o capital, a “emancipação” do homem, sua “essência comunitária” etc. Afeta muito, portanto, o materialismo histórico.

Nesse ponto destacado por Moraes (2005), mas também por Fracchia (2005), apreender a corporalidade como uma dimensão constitutiva do processo histórico concreto de formação humana torna explícita a concepção histórica do desenvolvimento da humanidade como objetivação genérica que instaura a legalidade histórica, uma condição absolutamente nova na estrutura geral do ser por um lado e, por outro, os múltiplos e intrincados processos de formação dos indivíduos humanos, de suas personalidades vivas como parte desse processo histórico. Portanto, como alega Fracchia (2005), o corpo humano é tanto produto da história quanto produtor de história, na medida em que a práxis humana passa, necessária e incontornavelmente, pela mediação da corporalidade humana.

Como ressalta Herold Júnior (2009a), assim como os estudos sobre a corporalidade podem ser enriquecidos pelo marxismo, essa tradição teórica pode ser dotada de horizontes mais largos ao abordar problemáticas de que é acusada de incapacidade heurística, como, por exemplo:

trabalho alienado.

⁵⁷ - Compreende-se a diferença entre hominização e humanização a partir de dois eixos de análise: 1) diz respeito ao longo processo filogenético de formação das espécies hominídeas, que seguiram leis do desenvolvimento evolutivo, isto é, da história natural até o ponto decisivo de criar uma determinada organização corporal capaz de trabalho (ENGELS, 1977; FONSECA, 1988). Esse processo coincide com a constituição de características da espécie *homo* (*faber, habilis, sapiens sapiens*) e, portanto, da hominização; 2) a constituição dos seres humanos como seres sociais, processo de ruptura ontológica instaurado pelo trabalho (LUKÁCS, 2013). Nessa dinâmica, o indivíduo social vai se constituindo pela dinâmica de apropriação e objetivação da riqueza universal produzida pela humanidade, sob a mediação dos modos de produção e formações socioeconômicas. Processa-se então, sob as determinações da legalidade histórica e social, o processo de humanização de cada indivíduo singular e da sociedade.

subjetividade e individualidade, raça e etnia, gênero e sexualidade, ecologia e meio ambiente. Todas essas questões, ontológicas, teóricas e políticas, precisam ser equacionadas em razão do programa de emancipação do trabalho e consideradas naquilo que Mészáros (2007) caracterizou como necessária renovação da ofensiva socialista. O universo desses problemas tem, no corpo humano, um aspecto inescapável, pelo fato historicamente concreto de que todas essas problemáticas da vida social têm, na corporalidade humana, uma determinidade decisiva que se expressa tanto na materialidade corpórea humana como nas formas sociais de uso, domínio, exploração e ideologização dessa dimensão humana no conjunto da totalidade social.

Nesse sentido, entende-se que a polêmica em torno da questão “se a corporalidade é um tema pertinente ao marxismo” é semelhante àquela controvérsia a respeito de “se essa tradição teórica teria o que dizer sobre as questões da individualidade e da subjetividade”.

Em um estudo rigoroso sobre a questão da subjetividade ancorado na teoria de Marx, Resende (2009) chama a atenção exatamente para a questão do reducionismo presente em parte significativa do marxismo ao tratar deste tema. Tal reducionismo é marcado pelos traços positivistas e mecanicistas que foram incorporados a essa tradição teórica. Ao recusar o fato de que tal mecanicismo encontra-se no pensamento do próprio Marx, a autora faz a seguinte crítica: “A herança positivista e o marxismo mecanicista haviam construído um legado que oscilava entre concepções de uma sociedade sem indivíduos concretos e de indivíduos abstratos sem referência histórica e social”, o que acabou por postular “uma compreensão da sociedade que excluía a subjetividade do campo válido do conhecimento” (RESENDE, 2009, p. 10).

Duarte (1999) também problematiza a questão da necessária fundamentação marxista de uma concepção histórica da formação da individualidade humana, cujos pressupostos são desenvolvidos pelo autor a partir dos delineamentos da ontologia do ser social, fundamentados, principalmente, em Marx e na chamada Escola de Budapeste (Lukács, a primeira Agnes Heller e Gyorgy Markus). O autor desenvolve uma rica análise da gênese e desenvolvimento da individualidade humana como conteúdo imanente do processo de constituição do ser social e identifica que o tratamento teórico da subjetividade, como algo diverso da objetividade, é um entrave à compreensão correta do processo de formação do gênero humano e do indivíduo social como unidade contraditória, cuja suprassunção (*Aufhebung*) não é a exclusão do outro termo, mas a sua incorporação e elevação a um nível superior.

Trabalhos como os de Duarte (1999) e Resende (2009), bem como a coletânea de textos que apresenta alguns *Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade*, organizada por Silveira e Doray (1989), buscam, nas elaborações de Marx e do marxismo⁵⁸, os traços essenciais para se compreender a individualidade humana como unidade na diversidade, síntese de múltiplas determinações. Todas essas reflexões apresentam o trabalho (e a práxis) – a atividade produtiva consciente por meio da qual os homens estabelecem relações de intercâmbio com outros homens e com a natureza, modificando-a e alterando a si mesmos – como a determinação fundante da objetividade e da subjetividade sociais. Por meio das reflexões no campo do marxismo, esses autores recusam a “aparência estética [...] das pequenas e grandes robinsonadas” (MARX, 2008, p. 238) presentes em variadas vertentes da teoria social, expondo essas inflexões como meras representações. Procuram, com isso, apreender a categoria da individualidade como atividade real, sensível, objetiva.

Embora o debate sobre a individualidade⁵⁹ no interior do pensamento marxista já contenha elementos bastante avançados para a sua concreta compreensão, entende-se que o conteúdo dessas análises ainda é demonstrado e determinado como o conjunto das construções ou significados subjetivos e espirituais do homem. Ou seja, busca-se explicar a individualidade pelo conteúdo da consciência entendida como subjetividade⁶⁰. Nesse sentido, quando esses estudos se referem ao processo de produção do indivíduo socialmente determinado, a sua dimensão corporal

⁵⁸ - É importante destacar que, nesta coletânea, é recorrente a ideia de que a ausência de uma teoria da subjetividade no pensamento marxista precisa ser suprida por teorias da subjetividade que tenham uma determinada interpretação dialética do psiquismo humano. Nesse sentido, buscam-se, no pensamento de Freud, os elementos categoriais para superar o suposto limite da teoria marxista ao tratar do tema da subjetividade. Bertrand (1989), Doray (1989) e Rozitchner (1989) fazem esta articulação, mas também é possível identificá-la em estudos como os de Resende (2009) e Alves (2011). Essa não é uma novidade na teoria social crítica, haja vista que é o mesmo percurso que Adorno, Marcuse e Horkheimer, entre outros, percorreram no sentido de entender a dialética da subjetividade nos marcos da sociedade administrada. Não obstante, consideram-se pertinentes as observações de Duarte (1999, 2004) sobre os limites dessa articulação e a sua afirmação de que no marco teórico-metodológico do pensamento de Marx – e não na busca de citações ou aforismos em seus escritos – estão presentes as condições de elaboração de uma teoria histórico-dialética da subjetividade (ou da formação histórica da individualidade humana), cujos desdobramentos mais fecundos podem ser vistos na *Ontologia*, de Lukács, e na vasta produção teórica da chamada *Escola de Vigotski* ou *Psicologia Histórico-Cultural* (sobretudo em autores como Vigotski, Luria e Leontiev).

⁵⁹ - Doravante, os conceitos de subjetividade e individualidade serão tratados como correlatos, conforme sugere a elaboração de Duarte (1999, 2004) e Saviani (2004). Embora não os compreenda como idênticos, nem no plano da experiência, tampouco das representações e conceitos, os autores marxistas que se debruçam sobre o tema da subjetividade o fazem buscando analisar e expor esse elemento da vida individual na sua relação com a objetividade. Para os autores aqui citados, em Marx a categoria da *individualidade* determina a forma de ser da unidade entre objetividade e subjetividade, indivíduo e sociedade, pois sua determinidade é a sua efetivação como práxis, os indivíduos produzindo em sociedade e a produção do indivíduo socialmente determinado.

é, senão excluída, lançada ao mundo da natureza suprassumida pela socialidade, mencionada apenas como suporte de uma consciência elevada e capaz de idealizar as objetivações que o trabalho faz aparecer na realidade.

Ao pôr entre parênteses a dimensão corporal da individualidade humana, mesmo análises marxistas podem incorrer no erro de determinar a consciência de forma autônoma em relação ao corpo, dissolvendo, no plano das ideias, a insuprimível unidade ontológica objetiva desses elementos da individualidade humana, como criticou Lukács (2013).

O universo das problemáticas relativas à corporalidade humana, mediado pelo conjunto das determinações sociais, não comparece no pensamento marxista ou é abordado apenas de modo alusivo, relacionado a outras questões. Bröhm (2007) afirma que o alheamento em relação a essa temática é sintoma da fossilização de um marxismo demarcado pelo formalismo científico que se desdobra numa carência política importante.

Porém, o autor compreende que se há essa lacuna na tradição marxista, no interior do pensamento marxiano, isto é, na obra do próprio Marx (e de Engels), é possível identificar elementos necessários para superar essa ausência. De acordo com Brohm (2007, p. 341), de maneira contrária a todo idealismo filosófico e científico, “Marx e Engels desde muito cedo afirmaram a *materialidade do trabalho para o corpo* enquanto processo de engendramento do homem por si mesmo e ao mesmo tempo processo de alienação, de exploração e de sofrimento também para si.”

Tais elementos estão presentes, sobretudo no processo de elaboração da concepção filosófico-“antropológica” marxiana do ser humano, ou, para ser mais correto, na ontologia marxiana do ser social assentada na compreensão do trabalho como protoforma do ser social (MÁRKUS, 2015). Brohm (2007, p. 341), sobre isso, diz que:

Eles [Marx e Engels] não cessaram de proclamar que é o trabalho o grande educador da humanidade sofredora que pensa e da humanidade pensante que sofre. Friedrich Engels chegará a avançar a ideia de que o processo de hominização é feito pela mediação do trabalho que deu forma humana ao corpo. A história “natural” e depois cultural do corpo é, portanto, a história do trabalho no corpo e do corpo para o trabalho.

⁶⁰ - É compreensível que seja assim, na medida em que foi (e, em certa medida, ainda é) necessário combater os esquematismos teóricos que viam na vida subjetiva a expressão de “quimeras individuais desprovidas de qualquer significação universal e histórica”, conforme observa Resende (2009, p. 17).

Há, nos textos de Marx, tanto em sua obra amadurecida como nos denominados escritos de juventude, a indicação de *delineamentos* do processo de formação histórica da corporalidade humana. No livro *O Capital*, Marx (1996), ao analisar o processo de trabalho, observa que os homens põem as forças pertencentes à sua *corporalidade*⁶¹ para efetivar o intercâmbio com a natureza, colocando em ação a produção e a reprodução do ser social. Nos *Manuscritos de Paris*, Marx (2004) expõe, na esteira de Hegel, os fundamentos da compreensão histórico-ontológica da gênese e desenvolvimento do gênero humano pela mediação fundante do trabalho. Desse modo, explica as formas pelas quais a sensibilidade humana se constitui como produto das objetivações históricas que resultam da *atividade vital humana*, analisando o fato de que a alienação do trabalho significa também a alienação da dimensão humana da *sensibilidade*. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) analisam o processo de produção da história como ato consciente e recíproca dos homens e observam que a atividade que põe em movimento esse processo torna-se possível por meio de uma *organização corporal* que permite a realização da atividade vital não como adaptação às condições naturais pré-existentes, mas como transformação ativa e criação do novo por meio da ação transformadora, isto é, por meio da *práxis*.

Engels (1977), partindo das premissas do materialismo histórico, encontra, na atividade do trabalho, a chave de compreensão da transformação de espécies antropoides no gênero humano. Observa, para isso, como o trabalho modifica e é modificado pelas ações manuais postas em ação para alterar a natureza de acordo com as necessidades socialmente elaboradas. Em sua análise, o autor estabelece que o processo de gênese e desenvolvimento do gênero humano está presente no condicionamento recíproco das relações entre *hominização* e *humanização*, entre desenvolvimento filogenético e ontogenético na natureza e o devir da história social, entre o contínuo processo de organização corporal e de formação da consciência.

⁶¹ - A compreensão de corporalidade aqui apresentada se distancia das construções elaboradas a partir das mediações teórico-metodológicas da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, conforme se pode verificar nos estudos de Vaz (2004) e Tabora Oliveira e Oliveira (2006), que enxergam a corporalidade como *tecnologização somática* que resulta, necessariamente, no empobrecimento da experiência humano-formativa. Aqui se toma a noção de corporalidade da tradução de *O Capital*, de Marx, feita por Régis Barbosa e Flávio Kothe (MARX, 1996a). Cômico de que este não é um tema sobre o qual Marx se debruça em sua extensa obra, entende-se que, na categoria da práxis (complexo social gerado pelo trabalho), se encontra o cerne de uma compreensão da realidade corpórea humana.

Além de Marx e Engels, é possível identificar os *delineamentos* de uma compreensão histórica da corporalidade humana em outros autores marxistas⁶². Talvez o mais importante, depois dos fundadores dessa tradição teórica, seja Lukács (2013, 2007, 2010). Este autor apresenta as bases ontológicas da atividade e do pensamento do homem, a partir das mediações, permanências e rupturas entre as esferas do ser, indicando as determinações existentes entre a esfera da vida e a esfera do ser social, ponto de mediação necessário à compreensão objetiva da relação entre o biológico e o cultural, a natureza e a história e o corpo e a consciência (questões pouco exploradas na compreensão materialista e histórica da corporalidade humana).

Destacam-se ainda as contribuições que a psicologia histórico-cultural apresenta para essa reflexão, sobretudo categorias como a de atividade (LEONTIEV, 1978), a concepção histórica do psiquismo humano (VIGOTSKI, 1998) e também a gênese e o desenvolvimento da particularidade do comportamento humano como desdobramento do trabalho (VYGOTSKY; LURIA, 1996)⁶³.

Ao buscar as categorias que traçam os delineamentos da compreensão histórica da corporalidade humana na formação do indivíduo social, desenvolvo reflexões trabalhando os seguintes textos: de Marx e Engels, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, a parte sobre Feuerbach da *Ideologia Alemã* e *Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*; de Lukács, o capítulo *O Trabalho da Ontologia do Ser Social e As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. No interior desses escritos, é possível identificar os elementos do conteúdo interno da corporalidade humana como parte constitutiva do indivíduo social, sua legalidade e suas relações de oposição com outras categorias internas e externas do indivíduo social, da história e da natureza.

⁶² - Trata-se de autores como: Gramsci (2001, 2004), que, ao tratar da fundamentação do que ele denomina de *filosofia da práxis* como visão social de mundo que cimenta o bloco histórico do trabalho e quando analisa as modificações históricas que o modelo de acumulação do taylorismo e fordismo desempenharam sobre o modo de produção da vida, explicita a existência de um *nexo psicofísico* ineliminável na condição de existência humana. Lenin (1973), ao estabelecer uma polêmica teórica e política com correntes filosóficas formalistas e idealistas que são incorporadas entre intelectuais do partido bolchevique, busca elucidar o caráter material da consciência. Para isso, parte da unidade entre corpo e consciência, ao discutir que sensação e pensamento são derivados da matéria, especialmente aquela que ele considera mais desenvolvida, o cérebro humano. Embora sejam referências importantes para o tema em discussão, a obra desses autores não será objeto de reflexão neste trabalho.

⁶³ - O objetivo deste capítulo é fundamentar a análise dos desdobramentos da formação que ocorre no trabalho sobre a corporalidade humana. Em razão disso, não desenvolvo as possibilidades do trato das categorias supracitadas e de suas potencialidades na compreensão da questão do corpo no processo de humanização, tampouco percorro a heterogênea e complexa cadeia categorial de todos os autores mencionados.

A reflexão sobre a constituição humana do corpo no interior da formação do indivíduo social mediado pelas determinações que compõem o processo de gênese e desenvolvimento do ser social em sua totalidade não pode ser realizada, como asseverou Lukács (1981), pela investigação empírico-experimental. Mesmo as sistematizações teóricas advindas das ciências particulares, como aquelas que reúnem registros fósseis, primatologia comparativa, teorias bio-evolucionárias, paleontologia, paleantropologia, antropologia física etc, carecem de uma concepção teórico-metodológica que estabeleça a relação e a síntese desses resultados como uma totalidade compreensível (RUYLE, 1976).

Ao refletir sobre o que Marx desenvolveu a respeito do “afastamento das barreiras naturais” como parte do processo de desenvolvimento do ser social, Lukács (2013, p. 42-43) afirma que

nesse ponto está excluído de antemão o recurso experimental às passagens da vida predominantemente orgânica à socialidade. É exatamente a penetrante irreversibilidade do caráter histórico do ser social que nos impede de reconstruir, por meio de experiências, o *hic et nunc* [agora ou nunca] social desse estágio de transição. Portanto, não temos como obter um conhecimento direto e preciso dessa transformação do ser orgânico em ser social. O máximo que se pode alcançar é um conhecimento *post festum*, aplicando o método marxiano, segundo o qual a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconstruído – intelectualmente – a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de seu desenvolvimento.

Para a exposição das categorias específicas do ser social que demonstram as determinações do mundo dos homens, é necessário, portanto, iniciar a análise pelo trabalho (LUKÁCS, 2013). Porém, a exposição da gênese e desenvolvimento do ser social (assim como de qualquer nível do ser) precisa ser desenvolvida no “interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata” (LUKÁCS, 2013, p. 41), porque versa sobre o que o autor caracteriza como complexo de complexos. Desse problema metodológico – que na verdade é um problema ontológico, dado o caráter de unidade contraditória do real – deriva-se a dificuldade de que nenhuma categoria pode ser compreendida adequadamente de forma isolada. Se essa advertência de György Lukács se referia ao próprio proceder de suas reflexões sobre o complexo do trabalho, cujas mediações já foram bastante elucidadas pela filosofia, ciência e mesmo a arte, quando se trata da dimensão corpórea no e pelo trabalho a dificuldade tende a ser ampliada.

Trata-se inicialmente de um problema, porque o lugar indeterminado do corpo no processo de gênese do ser social caracteriza-se pelo modo como a relação entre seres humanos e natureza comparece nas representações imediatas presentes na vida cotidiana – e mesmo no pensamento científico sistematizado – como uma antinomia. E, como “não podemos obter um conhecimento imediato e preciso dessa transformação do ser orgânico em ser social” e, portanto, da passagem do “corpo natural” à corporalidade que se manifesta como unidade entre corpo e mente na *práxis*, faz-se necessário recorrer ao percurso ontológico-genético como método no qual se busca “identificar as transições capilares de um nível ontológico mais simples a um nível ontológico mais complexo, fixando com precisão as ligações intermediárias” (TERTULIAN, 2009, p. 383). Busca-se ainda elucidar essas transições como saltos que só podem “ser esclarecido[s] conceitualmente através do experimento ideal” (LUKÁCS, 2013, p. 43) das chamadas abstrações razoáveis.

Compreender a questão do corpo no processo de formação humana exige o estabelecimento da correta compreensão da unidade contraditória entre corpo e consciência, trabalho intelectual e trabalho manual e indivíduo e gênero humano, numa abordagem que apreenda a materialidade presente nessa relação por intermédio da atividade que coloca em ação o processo de humanização, isto é, o trabalho. Para tanto, a caracterização dos elementos fundamentais ao “método” de Marx⁶⁴, e dos seus desdobramentos categoriais⁶⁵, observa como pressuposto metodológico e ontológico a existência de indivíduos reais que, por meio de sua ação objetiva, cria as condições materiais de existência e toda a sua superestrutura jurídica, política, científica, moral, portanto ideológica, pela qual os diferentes sujeitos tomam consciência dos conflitos e contradições que constituem a dinâmica da reprodução social.

Além da premissa histórica da existência de indivíduos humanos concretos, que autoproduzem a vida material por meio do trabalho, as categorias de modo de produção da vida material, da totalidade e da contradição inerentes às relações entre o avanço das forças

⁶⁴ - No pensamento de Marx, não se deve entender por método um conjunto de princípios, normas e orientações prévio e logicamente estabelecido a priori. A partir da incorporação da dialética hegeliana, das formas de orientar o pensamento de modo que a unidade entre ser (ontologia) e pensamento (epistemologia) é pressuposta e permite a reprodução ideal do movimento do real na sua contradição e totalidade, Marx desenvolve suas análises do processo de produção e reprodução do Capital. Sobre os débitos metodológicos de Marx com Hegel, ver Ranieri (2011).

⁶⁵ - As categorias são, para Marx, formas do ser, isto é, determinações da existência, elaboradas a partir da unidade contraditória entre o lógico e o histórico. Na “Introdução à crítica da economia política”, Marx dispõe o significado das categorias de análise como a possibilidade de elevar o objeto à condição de concreto pensado, totalidade do pensamento, síntese de múltiplas determinações. Sobre as categorias, Marx (2009) afirma que estas se constituem em formas de existência, condições de existência determinadas.

produtivas, as relações sociais de produção e a luta de classes formam o complexo de determinações postas entre o trabalho e o conjunto da práxis humano-social. Lukács (2013) categoriza esse complexo por reprodução social.

Tal complexo categorial é necessário para a compreensão da problemática referente às mediações presentes na relação entre corpo e formação humana sob uma compreensão histórico-concreta. No caso deste estudo, as formas mais complexas da corporalidade humana, no interior da reprodução social, são consideradas como proposição que deriva dos elementos que determinam (e são determinados pelo) trabalho na sua forma originária.

No interior de toda a obra de Marx, é possível verificar certa preocupação em relação a essa dimensão da individualidade humana, desde seus estudos de juventude até a sua obra mais amadurecida⁶⁶. Em suas reflexões sobre a individualidade humana, são elucidativas as diversas passagens que apresentam certa preocupação a respeito do corpo humano na dinâmica contraditória de humanização e alienação posta na realidade concreta do sistema do capital. Não é sem razão que, quando trata da educação da classe trabalhadora, Marx associa ao ensino intelectual e à instrução tecnológica a educação corporal como elemento constitutivo de uma concepção de educação que avance para uma formação *omnilateral*⁶⁷ (MARX, 1983; MANACORDA, 1991).

No pensamento de Marx, a consciência não se constitui como o único elemento determinante da existência humano-genérica (nem do indivíduo humano), ao contrário, é a própria existência, a produção da vida material, que determina as formas de consciência.

De acordo com Marx e Engels (2007, p. 87): “O primeiro ato *histórico* desses indivíduos, pelo qual eles se diferenciam dos animais, é não o fato de pensar, mas sim o de começar a *produzir seus meios de vida*”. Esse é o primeiro pressuposto de toda a história.

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas

⁶⁶ - Cf. Duarte (1999) e Resende (2009).

⁶⁷ - A formação onilateral significa o pleno desenvolvimento do homem sobre as forças da natureza e a exteriorização de suas faculdades criativas. Como assevera Manacorda (1991, p. 81), “a onilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho”.

necessidades, a produção da própria vida material e este é, sem dúvida, *um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história*, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 33)

O segundo pressuposto é a produção de novas necessidades. Por isso, ao satisfazer um carecimento através da efetivação dos meios de produção que têm a prerrogativa de mediar intercâmbio entre ser humano e natureza a fim de suprir suas necessidades primárias, o homem produz objetivações históricas materiais e não materiais, culturais e institucionais, que se conformam como mediações histórico-sociais geradoras de necessidades cada vez mais elevadas. Como escreve Duarte (1999), na produção da vida material, os homens realizam um *ato histórico que se supera*.

A terceira condição que intervém no desenvolvimento histórico é “que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam a criar outros homens” (MARX; ENGELS, 2007, p. 38). Esses três aspectos da atividade social, três momentos, coexistiram desde os primórdios da história, desde os primeiros homens e ainda hoje se fazem valer na história. Essa é a base terrena para a história, o fato ontológico de que os homens produzem a história, ou seja, o mundo humano, o ser social.

A história como processo não pode ser compreendida a partir da atividade singular de cada homem no seu produzir e reproduzir-se, mas deve ser apreendida na sua totalidade orgânica, cuja categoria, determinação do ser e forma de existência, é o modo de produção da vida.

O homem é um indivíduo social e a produção e reprodução da vida material só pode se efetivar em sociedade e, portanto, na história. Como afirma Marx (2009, p. 237), a produção da vida material se manifesta como o modo pelo qual “os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos socialmente determinada”.

É necessário, portanto, evitar expressar e fixar a sociedade como uma abstração em relação ao indivíduo, do mesmo modo que é importante não abstrair o indivíduo do conjunto das relações sociais.

O indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com os outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal*. (MARX, 2004, p. 107)

Na produção da vida material, os homens, independentemente da vontade consciente, contraem determinadas relações sociais constituídas pela unidade entre forças produtivas desenvolvidas e as relações sociais de produção, formando um determinado modo de organizar o trabalho e a vida social. Nesse processo, os homens travam relações com a natureza e com outros homens, relações essas que se manifestam como a conexão social e histórica que condiciona o ser, uma forma de cooperação que se constitui em força produtiva e determina o modo de ser da história da humanidade.

Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma “história”, sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 34)

É, pois, o caráter terreno e prático da história que condiciona a produção das formas ideais de pensamento e reflexão, tanto nas suas formas mais sistematizadas, como a ciência, a filosofia e a moral, quanto também naquele campo geralmente muito indefinido e indeterminado denominado de subjetividade.

Criticando todo o idealismo, sobretudo o de Hegel e dos neo-hegelianos de esquerda, Marx e Engels observam que, apenas após determinarem os quatro aspectos das relações históricas originais, é possível determinar que o homem tenha, também, consciência. E mais, que esta consciência jamais é um fato puro, pois o “‘espírito’ sofre, desde o início, a maldição de estar ‘contaminado’ pela matéria, [...]. Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34-35).

Se é a produção e a reprodução da vida material que determinam as formas de consciência ulteriores, tal fato tem como base ineliminável o corpo, ou, como afirma Lukács (2013, p. 130),

o homem, membro ativo da sociedade, motor de suas transformações e de seus movimentos progressivos, permanece, em sentido biológico, um ente ineliminavelmente natural: sua consciência, em sentido biológico – apesar de todas as decisivas mudanças de função no plano ontológico –, está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo; considerando o fato universal dessa ligação, a base biológica da vida permanece intacta também na sociedade. Todas as possibilidades de

prolongar esse processo, por exemplo, através da aplicação do conhecimento etc., não podem alterar em nada essa vinculação ontológica em última instância da consciência com o processo vital do corpo.

Lukács (2013, p. 131) assevera ainda que a compreensão da individualidade, da personalidade humana, na sua concreticidade é determinada pela unidade entre corpo e consciência:

em primeiro lugar [pelo] fato objetivamente ontológico, onde percebemos que a existência e ação da consciência estão ligadas de modo indissolúvel ao curso biológico do organismo vivo, e por isso cada consciência individual – e não existem outras – nasce e morre junto ao seu corpo. Em segundo lugar, a função dirigente, de guia, determinante, que provém do processo de trabalho, da consciência diante de seu corpo; este último, nessa precisa conexão, aparece como órgão executivo a serviço dos pores teleológicos, que só podem provir da e ser determinados pela consciência.

Esse fato do domínio da consciência sobre o corpo, isto é, o corpo a serviço das posições teleológicos determinadas pela consciência, é considerado por Lukács legalidade interna do ser social. Entretanto, pelo fato de que na práxis a consciência dirige a ação corporal, essa condição faz com que no pensamento predomine a aparente representação de que a consciência humana mantém autonomia em relação ao corpo. Essa representação se constitui como uma aparência, na medida em que não há possibilidade de demonstrar no mundo concreto nenhuma prova da existência autêntica da consciência cindida do corpo.

O ser humano, como indivíduo, como personalidade, constitui-se por uma “insuprimível unidade ontológica objetiva, na qual é impossível o ser da consciência sem o ser simultâneo do corpo.” Por isso, “Ontologicamente, se pode dizer que é possível a existência de um corpo sem consciência quando, por exemplo, em consequência de uma doença ela deixa de funcionar, *ao passo que uma consciência sem base biológica não pode existir*” (LUKÁCS, 2013, p. 131; grifos nossos).

Marx e Engels (2007, p. 87) precisaram que uma determinada organização corporal foi uma condição necessária para que o trabalho se instaurasse como uma possibilidade (*dynamis*) ontologicamente nova na estrutura geral do ser. Afirmaram eles que o “primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos”. Ao expor essa condição como carecimento que gera a história, Marx e Engels pressupõem que a existência de determinadas espécies hominizadas como potência (*dynamis*) para a humanização foi uma condição do desenvolvimento da natureza.

Tanto a natureza exterior (condições geológicas, hidrográficas, ambientais) como a natureza corpórea do homem são pressupostos e, ao mesmo tempo, condição de efetivação do trabalho: “O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. [...] Toda historiografia deve partir desses *fundamentos naturais* e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87; grifos nossos).

Esse *fundamento natural* da organização corporal dos indivíduos humanos configura-se como uma determinação do processo de humanização do homem, pois permite que o trabalho apareça como uma potência criadora de um novo tipo de ser. A corporalidade humana conforma-se então como fonte e produto da história, conforme as reflexões de Fracchia (2005) e, especialmente, Bhrom, ao afirmar que “A historicidade do corpo está, pois, antes de toda historicidade das forças produtivas. Concebendo, portanto, o corpo como força produtiva, pode-se da mesma maneira periodizar sua história em função de critérios técnico-objetivos” (BHRUM, 2007, p. 343).

Se, na gênese do processo de hominização, a historicidade do corpo estivera presente na *história da natureza*, por outro lado, a *história social*, ou *história dos homens*, de acordo com Marx e Engels (2007), passa a se constituir como o momento predominante da determinação da corporalidade humana a partir do salto ontológico que o trabalho efetiva na estrutura geral do ser. Como advertem Marx e Engels (2007), enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens condicionam-se-ão reciprocamente. Desse modo, o corpo humano é tanto pressuposto quanto objeto do trabalho. “No trabalho o homem produz seu próprio corpo e interpondo entre si mesmo e a natureza (a matéria resistente) seu corpo-ferramenta ele desenvolve sua tecnologia corporal, o conjunto de suas técnicas do corpo” (BHRUM, 2007, p. 343).

O recuo das barreiras naturais e, conseqüentemente, o desenvolvimento da socialidade do homem não significam a supressão completa das condições naturais, tanto da natureza externa quanto do próprio corpo como dimensão da natureza. A corporalidade constituída como “organização corporal” e como “tecnologia corporal” deve ser compreendida como “o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito”, conforme observa Marx (2004, p. 107) ao analisar o modo como a sociedade se configura como uma segunda natureza no homem. Nesse sentido, corpo e consciência se efetivam como unidade no trabalho, no processo de produção da vida material.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87)

A produção da vida imediata aparece nessa passagem como momento do processo de efetivação da existência social. A “organização corporal” é condição para a efetivação da produção dos meios necessários à reprodução material da vida e, portanto, também da consciência como corolário da vida concreta.

Segue-se, no entanto, que a produção imediata da existência física, isto é, a reprodução da corporalidade própria e a do outro como manifestação do trabalho vivo, caracteriza-se como um momento particularizado da produção de um modo de vida, do gênero humano, mas não o seu todo.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com a sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87)

Ao se objetivar na natureza pelo trabalho, o ser humano cria um mundo humanizado, que determina a sua própria vida física, sua corporalidade. A organização corporal humana não pode mais ser compreendida apenas em termos de evolução biológica e herança genética, mas a partir do contínuo processo de domínio consciente de si de que fala Lukács (2013). Tal compreensão só pode se efetivar se tivermos em conta a noção do salto ontológico na estrutura geral do ser.

O ser social, portanto, não se caracteriza pela evolução das esferas orgânicas e inorgânicas, isto é, uma forma superior determinada como etapa do movimento evolutivo e natural das formas pretéritas do ser. A passagem das esferas orgânicas do ser⁶⁸ para o ser social

⁶⁸ - Lukács (2007, 2010) observa que as categorias que determinam uma esfera do ser, que explicitam o movimento de suas determinidades é o momento predominante da reprodução. Se na esfera inorgânica a reprodução é um eterno tornar-se outro, na esfera orgânica há uma permanente reposição de si. Ambas se movimentam em torno de leis e

implica um salto ontologicamente necessário de um nível de ser para outro, qualitativamente diferente. “A essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser” (LUKÁCS, 2013, p. 46).

Afirma Lukács (2013) que toda tentativa de fazer compreender essa ultrapassagem de uma esfera do ser a outra, por meio da comparação entre as formas de ser anterior e as mais desenvolvidas numa perspectiva evolutiva, só poderia resultar em erro. Não cabe aqui uma análise das formas de transição das esferas inorgânicas e orgânicas do ser para a efetivação do ser social⁶⁹. Interessa, neste momento, “o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem” (MARX, 1996, p. 297-298).

O princípio metodológico de que a chave para a compreensão das formas de transição está presente nas formas humano-sociais mais desenvolvidas é a base pela qual é possível compreender a unidade contraditória entre socialidade e natureza na formação do ser social. Diz Lukács (2010, p. 32) que:

Não precisamos de conhecimentos eruditos para ter a certeza de que o ser humano pertence direta e – em última análise – irrevogavelmente também à esfera do ser biológico, que sua existência – sua gênese, transcurso e fim dessa existência – se funda ampla e decididamente nesse tipo de ser, e de que também tem de ser considerado como imediatamente evidente que não apenas os modos do ser determinados pela biologia, em todas as suas manifestações de vida, tanto interna como externamente, pressupõem, em última análise, de forma incessante uma coexistência com a natureza inorgânica, mas também que, sem uma interação ininterrupta com essa esfera, seria ontologicamente impossível, não poderia de modo algum desenvolver-se interna e externamente como ser social.

Na reflexão sobre a gênese e o desenvolvimento do ser social, Lukács considera a coexistência das três esferas do ser (inorgânica, orgânica e social) nas suas conexões, inter-

causalidades naturais e a passagem de uma para outra exige o amadurecimento das categorias preparatórias de sua reprodução, até que seu momento predominante se torne uma categoria central nessa esfera de ser. Esse processo também se manifesta no ser social. O salto qualitativo é tanto o acúmulo quantitativo como a instauração de um tipo de ser que é determinado pela permanente produção de coisas que possuem função social e que não existem na natureza. Essas coisas são produzidas pelo metabolismo entre homem e natureza mediado pelo trabalho, atividade vital que se caracteriza pela relação entre pôr teleológico e a cadeia de causalidades postas.

⁶⁹ - Alguns traços interessantes do processo de constituição da espécie humana como momento evolutivo e, ao mesmo tempo, como expressão de uma ruptura operada pelo surgimento da atividade do trabalho a partir do prisma do corpo e do movimento humano podem ser encontrados no trabalho de Fonseca (1988). A análise que Baptista (2013) realiza sobre a constituição da forma do corpo na sociedade capitalista também apresenta elementos sobre traços dessa transição. De todo modo, uma investigação mais pormenorizada desse processo exigiria uma

relações e distinções internas como um fundamento invariável do ser social e, portanto, de toda práxis humana. Sobre o assunto, ele acrescenta:

Os três tipos de ser existem simultaneamente, entrelaçados entre si, *e exercem também efeitos muitas vezes simultâneos sobre o ser do homem, sobre sua práxis*. É preciso ter sempre em mente que uma fundamentação ontológica correta de nossa imagem de mundo pressupõe as duas coisas, tanto o conhecimento da propriedade específica de cada modo de ser como o de suas interações, inter-relações etc com os outros. Nas duas direções, o desconhecimento da verdadeira relação (unidade na diversidade, por meio dela a separação e a oposição nas interações homogêneas etc.) pode conduzir às maiores distorções do conhecimento daquilo que é o ser. *O ser humano pertence ao mesmo tempo (e de maneira difícil de separar no pensamento) à natureza e à sociedade*. Esse ser simultâneo foi mais claramente reconhecido por Marx como processo, na medida em que diz, repetidas vezes, que *o processo do devir humano traz consigo um recuo das barreiras naturais*. É importante enfatizar: *fala-se de um recuo, não de um desaparecimento das barreiras naturais, jamais sua superação total*. (LUKÁCS, 2010, p. 37-38; grifos nossos)

Portanto, natureza e socialidade, embora diversas, mantêm uma unidade insuprimível e se condicionam reciprocamente no permanente devir da formação do ser social. A condição humana presente em cada indivíduo social é resultado de uma processualidade histórica, cuja unidade contraditória entre natureza e sociedade não pode ser rompida, mas sintetizada na forma da humanidade genericamente constituída. Observa-se, contudo, que as funções que permanecem sempre fundamentadas na natureza tornam-se cada vez mais sociais.

O homem nunca é, de um lado, natureza humana e social, e, de outro, pertencente à natureza; *sua humanização, sua sociabilização, não significa uma fissura de seu ser em espírito (alma) e corpo*. De outro lado, vê-se que, também, aquelas funções do seu ser que permanecem sempre naturalmente fundadas, no curso do desenvolvimento da humanidade se sociabilizam cada vez mais. Basta pensar em alimentação e sexualidade, nas quais esse processo deve ser evidente para cada um. (LUKÁCS, 2010, p. 38; grifos nossos)

No homem, a universalidade da relação sociedade e natureza e a individualidade posta na relação entre corpo e consciência mantêm uma insuprimível unidade ontológica, unidade essa cuja origem se encontra no trabalho e se desdobra na produção histórica de individualidades sociais (*personas*).

apropriação dos estudos mais avançados no campo da paleontologia, da antropologia física, da arqueologia e da biologia evolutiva.

O trabalho permite a emergência de uma objetividade não existente no movimento das causalidades naturais. Essa objetividade, além da própria atividade do trabalho, é a própria humanidade constituída como história autoproduzida. Nesse processo, o homem faz da natureza seu “corpo inorgânico”, elabora um mundo objetivo e nele se confirma como ser genérico.

A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem [é] do que o animal, tanto mais universal é o domínio da natureza inorgânica da qual ele vive. Assim como plantas, animais, pedra, ar, luz etc, formam teoricamente uma parte da consciência humana, em parte como objetos da ciência natural, em parte como objetos da arte – sua natureza inorgânica, meios de vida espirituais, que ele tem de preparar prioritariamente para a fruição e para a digestão –, formam também praticamente uma parte da vida humana e da atividade humana. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo *inorgânico* tanto na medida em que é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo *inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é o corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2004, p. 84)

Nessa longa passagem dos *Manuscritos de Paris*, Marx aponta alguns elementos importantes no que diz respeito ao processo de humanização da espécie, identificando os germens da compreensão da passagem do corpo natural à corporalidade humana. O primeiro aspecto diz respeito ao fato de que a universalidade da vida genérica humana resulta do domínio consciente que o ser humano faz da natureza por meio do trabalho. Esse domínio não é apenas o reflexo da natureza na consciência humana, mas também parte da sua vida e da atividade. Marx demonstra a impossibilidade de dissolução do nexos entre sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, consciência e coisa, pois é na atividade que move a relação ente o homem e a natureza que a determinidade de cada um desses momentos é demonstrada. Mas, apesar da unidade estabelecida entre sujeito e objeto, presente no intercâmbio entre homem e natureza, não há aqui uma relação de identidade. O que subsiste dessa relação é uma nova conexão; o corpo orgânico do homem deve travar uma relação de produção com a natureza, seu corpo inorgânico, fazendo dela sua vida física e espiritual.

Nessa perspectiva, a natureza é o corpo real do homem.

É com este corpo real, não orgânico, que ele mantém um processo ininterrupto de trocas, graças às quais ele conserva com a vida seu corpo orgânico, seu corpo subjetivo, sua carne. E é este metabolismo incessante entre corpo não orgânico (a natureza) e o corpo orgânico (a carne) que é o fundamento histórico da produção do corpo humano, tanto no processo de produção propriamente dito, como no processo de consumo. (BHRUM, 2007, p. 342)

Ou seja, é na práxis que o corpo humanamente constituído é produzido. No que diz respeito à gênese do ser social e do indivíduo como *indivíduo socialmente determinado*, o trabalho como protoforma do ser social produz um conjunto de determinações que torna o corpo, num primeiro momento, natureza organizada conforme cadeias de causalidades, e, num segundo momento, causalidades postas pela consciência, *corporalidade* organizada com base em finalidades e valores. Este é o fundamento da categoria de corporalidade, “o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito” (MARX, 2004, p. 107), a natureza do indivíduo tornada ser social pela mediação do trabalho.

Ao fazer da natureza o seu corpo inorgânico, o ser humano elabora um mundo objetivo onde ele se efetiva como ser genérico. Ao produzir historicamente um complexo de instrumentos, símbolos, relações, instituições, cultura etc, pelo sociometabolismo entre seres humanos e natureza, dos seres humanos uns com os outros, um complexo de complexo na acepção de Lukács, a humanidade se generifica e efetiva na história uma segunda natureza. A sociedade produzida historicamente torna-se o *órgão da individualidade humana*, a sua “natureza”:

[...] o homem produz o homem, a si mesmo e ao outro homem assim como [produz] o objeto, que é o acionamento (*Betätigung*) imediato da sua individualidade e ao mesmo tempo a sua própria existência para o outro homem, [para] a existência deste, e a existência deste para ele. Igualmente, tanto o material de trabalho quanto o homem enquanto sujeito são tanto resultado quanto ponto de partida do movimento [...]. Portanto, o caráter *social* é o caráter universal de todo o movimento; *assim como* a sociedade mesma produz o *homem* enquanto *homem*, assim ela é *produzida* por meio dele. A atividade (*Tätigkeit*) e a fruição, assim como o seu conteúdo, são também os modos de *existência* segundo a atividade social e a fruição *social*. A essência humana da natureza está, em primeiro lugar, para o homem *social*; pois é primeiro aqui que ela existe para ele na condição de *elo* com o *homem*, na condição de existência sua para o outro e do outro para ele; é primeiro aqui que ela existe como *fundamento* da sua própria existência *humana*, assim como também na condição de elemento da vital efetividade humana. É primeiro aqui que a sua existência *natural* se lhe tornou a existência *humana* e a natureza [se tornou] para ele o homem. Portanto, a *sociedade* é a unidade essencial completada (*vollendete*) do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo realizado do homem e o humanismo da natureza levado a efeito. (MARX, 2004, p. 106-107)

Destacam-se, na textualidade supracitada de Marx (2004, p. 106), traços fundamentais da compreensão da corporalidade como elemento constitutivo das individualidades sociais. Ao dizer que “o homem produz o homem, a si mesmo e ou outro homem”, e que estes efetivam na natureza o objeto que medeia suas relações, acionando a sua individualidade no produto exteriorizado pela atividade vital humana, este pensador expõe aquilo que é o fundamento mais geral da categoria da corporalidade humana, isto é, que esta é produção histórico-social. Se o homem produz a si mesmo e aos outros homens e se não há existência humana *desencarnada*, a corporalidade é efetivada como resultado das ações recíprocas dos homens, como natureza socializada e como socialidade naturificada.

Como condição e resultado da história, a corporalidade humana corresponde ao critério de que a “essência humana” da natureza é existente apenas para o homem socialmente determinado, o ser social. A natureza tornada humana, o corpo biológico humanizado, é imanente à efetividade do ser social. Como condição de “elemento da vital efetividade humana”, a sociedade se constitui como unidade completada do homem com a natureza, e não a recusa da natureza humana. Desse modo, pode-se compreender que a corporalidade humana reflete o fato de “que a sua existência *natural* se lhe tornou a existência *humana* e a natureza [se tornou] para ele o homem” (MARX, 2004, p. 107).

Quando diz que “tanto o material de trabalho quanto o homem enquanto sujeito são tanto resultado quanto ponto de partida do movimento”, Marx (2004, p. 106-107) demonstra que natureza inorgânica, exterior, modificada pela atividade do trabalho (material de trabalho), quanto o próprio ser humano humanizado pelo trabalho são condições necessárias para o desenvolvimento da história (sociedade) como universalidade. Universalidade esta que determina a humanidade de cada ser, como também é constituída como tal pela ação recíproca dos seres humanos, ou seja, “o caráter *social* é o caráter universal de todo o movimento; *assim como* a sociedade mesma produz o *homem* enquanto *homem*, assim ela é *produzida* por meio dele”.

Por isso, afirma Marx (2004), o indivíduo é o ser social e a forma como sua vida se manifesta coincide com a objetivação da vida social. Para ele, “a vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que também [...] o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou universal” (MARX, 2004, p. 107).

O processo de individuação do homem coincide com a dinâmica histórica de desenvolvimento do modo de produção da vida material. Na constituição da individualidade do homem, seu corpo não é uma anatomia inerte, fixada pela causalidade natural, não se reduzindo à experiência sensível. O corpo é uma atividade prática, *humano-sensível*. Este é o sentido atribuído à corporalidade humana como condição e resultado da formação humana. A corporalidade humana é, pois, o corpo tornado instrumento pelo domínio de si.

Para Marx (2013, p. 242), este complexo de elementos que caracterizam o ser humano, especialmente as capacidades constitutivas da “personalidade viva”, é formado pela unidade psicofísica que existe na corporalidade dos seres humanos. Essas capacidades saem da condição de potência, de possibilidade para o estado de efetividade, de realidade existente na história pela atividade social do trabalho. Há, nesse sentido, uma unidade entre corporalidade e personalidade, ou subjetividade, que caracteriza a base constitutiva da formação da humanidade em cada indivíduo singular.

2.3. A corporalidade dos trabalhadores entre a constituição do trabalho vivo e a “mortificação” do trabalho

Ainda que traço constitutivo da esfera orgânica, isto é, da natureza, o corpo humano, ou a natureza corpórea humanizada, resulta do processo de produção da história e da sociedade. Nesse sentido, mais do que uma construção cultural - tese que predomina nos estudos sociológicos e antropológicos sobre o corpo, de acordo com Turner (2014) –, a condição humana instalada na natureza corpórea dos seres humanos se constitui como síntese mediada da multiplicidade de objetivações criadas pelo trabalho de gerações, o processo de produção histórico-social da vida. E aqui se entende o processo de produção histórico-social como “[...] a produção em um determinado grau do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais” (MARX, 2009, p. 239). Esse é um ponto de partida obrigatório para toda a compreensão da gênese do humano que se quer materialista, histórica e dialética. A produção da sociedade é, no mesmo momento e processo, a produção de indivíduos sociais e, conseqüentemente, da corporalidade humana como uma de suas dimensões.

É, pois, o processo de produção do corpo humano no curso do desenvolvimento histórico, que constitui o ponto de partida obrigatório de toda antropologia marxista. Ao se aceitar esta tese fundamental do materialismo histórico, admite-se, ao mesmo tempo,

certo número de consequências teóricas muito importantes que permitem delimitar aquilo que é hoje, no modo de produção capitalista, o trabalho no corpo e o corpo para o trabalho. (BHRUM, 2007, p. 342)

Compreende-se uma “antropologia marxista”, ou uma “ontologia do ser social” segundo Markus (2015)⁷⁰, como a concepção histórica da constituição da humanidade nos indivíduos e dos indivíduos como produtores da humanidade pela mediação do trabalho no interior de uma processualidade histórica. Em tal concepção, o processo histórico de humanização, determinado pelo trabalho, tem, na constituição humana do corpo, um ponto de partida fundamental, expresso pela relação entre “trabalho no corpo e o corpo no trabalho.”

Conforme a argumentação de Moraes (2005), o fato de o processo de humanização se efetivar no momento em que os seres humanos produzem, pelo trabalho, os seus meios de existência material não esgota o entendimento de tal processo. Esse autor faz a seguinte interrogação: “Mas de onde viria esta virtude antropogenética do trabalho, irreduzível aos processos por meio dos quais os outros viventes reproduzem sua existência?”. Tal pergunta se funda no questionamento de que o enunciado filosófico do materialismo histórico de que, “[...] ao se tornar produtor de instrumentos de produção de seus meios de subsistência, o homem se autoproduziu [...]” (MORAES, 2005, p. 33) pode não ultrapassar o horizonte da metafísica ao atualizar a noção de um princípio autossuficiente que dispensaria toda fundamentação objetiva posterior, se exposto como um atributo essencial.

Antes, porém, de determinar o trabalho como “protoforma do ser social” (LUKÁCS, 2007) é necessário ressaltar que determinadas evoluções naturais do organismo de algumas espécies hominídeas criaram uma “organização corporal” que permitiram que o trabalho se tornasse possível, acompanhando as análises de Marx e Engels (2007), Fracchia (2005) e Fonseca (1988). De acordo com Marx (2004, p. 112), “A história mesma é uma parte *efetiva* da *história natural*, do devir da natureza até o homem.”

⁷⁰ - Markus (2015) faz uma análise da noção de “essência humana” na obra de Marx, sobretudo nos *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844. Para tanto, busca encontrar, nessa obra, os nexos entre uma “antropologia filosófica” presente nesse autor e sua concepção materialista da história. Nessa perspectiva, o autor define “[...] a essência humana como o ‘conjunto das relações sociais’ existentes não só nos contatos pessoais efêmeros entre os indivíduos, mas também nos sistemas de produção objetivados, costume, linguagem, instituições e cultura [...]” (*Ibidem*, p. 18). A partir dessa abordagem, o autor observa que identificar, analisar e expor a concepção filosófico-“antropológica” (cuja expressão correta para Markus seria a de *ontologia do ser social* cunhada por György Lukács, ao invés da tradicional antropologia filosófica) de Marx em conexão com a concepção materialista da história tem como finalidade superar as leituras mecanicistas e idealistas no interior dessa tradição teórica, bem como as críticas feitas

No processo de desenvolvimento do ser social, o pressuposto da constituição de certa organização corporal de espécies hominídeas e antropoides foi condição para que a atividade do trabalho se tornasse possível. Como observam Marx e Engels (2007, p. 87), “O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza.”

A partir do momento em que a atividade do trabalho se efetivou na esfera geral do ser, teve início um conjunto de condicionamento e determinações recíprocas que fez com que o corpo humano se desenvolvesse com o trabalho e, no mesmo movimento, o trabalho se tornasse cada vez mais desenvolvido com o aperfeiçoamento das capacidades físicas e mentais humanas.

Engels (1977), em suas considerações acerca da gênese e desenvolvimento dos seres humanos, observara exatamente o papel que teve o trabalho na constituição humana do corpo de determinadas espécies de hominídeos que deram origem aos seres humanos. Esse autor assevera que o trabalho é “[...] condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, 1977, p. 63).

A extraordinária capacidade das mãos humanas em produzir obras está diretamente relacionada ao papel que o trabalho desempenhou no estabelecimento de qualidades sociais sobre o organismo humano. A síntese entre trabalho, linguagem e socialidade, que institui a humanidade, conforme Engels (1977), determina a dinâmica da humanização do organismo humano:

Vemos, pois, que a mão não é apenas o órgão do trabalho; **é também produto dele.** Unicamente pelo trabalho, pela adaptação a novas e novas funções, pela transmissão hereditária do aperfeiçoamento especial assim adquirido pelos músculos e ligamentos e, num período mais amplo, também pelos ossos; unicamente pela aplicação sempre renovada dessas habilidades transmitidas a funções novas e cada vez mais complexas foi que a mão do homem atingiu esse grau de perfeição que pôde dar vida, como por artes de magia, aos quadros de Rafael, às estátuas de Thorwaldsen e à música de Paganini. (ENGELS, 1977, p. 64)

Na continuidade dessa argumentação, Engels observa que a mão não é independente do organismo inteiro e complexo e que os processos de desenvolvimento das funções da mão se

pelo pensamento burguês ao pensamento de Marx, acusando-o de subsumir o ser humano e a individualidade aos mecanismos da estrutura social e econômica.

desdobravam em todo o corpo. Observando as determinações recíprocas que as conquistas do desenvolvimento das mãos exercem sobre as demais partes do corpo, Engels (1977, p. 65) afirma que “O aperfeiçoamento gradual da mão do homem e adaptação dos pés ao andar em posição erecta exerceram indubitavelmente [...] certa influência sobre outras partes do organismo.”

O desdobramento necessário do ato de manipular e transformar a natureza com as mãos foi o surgimento da necessidade de comunicação das conquistas sobre o domínio da natureza e, conseqüentemente, o desenvolvimento da linguagem. A constituição dos órgãos da linguagem, por sua vez, teve papel fundamental no desenvolvimento do sistema nervoso.

Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro humano [...]. E à medida em que se desenvolvia o cérebro, desenvolviam-se também seus instrumentos mais imediatos: os órgãos dos sentidos. (ENGELS, 1977, p. 66)

Engels (1977, p. 65) considera ainda que, diante de cada novo progresso do organismo, “[...] o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas.” Isso fica mais preciso na medida em que esse autor, baseado na apreensão do desenvolvimento do indivíduo social com base nas determinações recíprocas, aponta que, se o trabalho das mãos desenvolveu a materialidade do cérebro e dos órgãos dos sentidos que permitem o alargamento do psiquismo humano, estes órgãos passaram a se constituir como elementos de desenvolvimento da capacidade de trabalho:

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento. (ENGELS, 1977, p. 66-67)

Portanto, uma determinada organização corporal legada pela “história da natureza” foi condição para a instauração do trabalho na estrutura geral do ser, condição necessária para a formação do ser social. Não é necessário detalhar essas conquistas evolutivas de caráter filogenético (biológicas, de caráter adaptativo e, posteriormente, transmitido geneticamente),

mas, em larga medida, o antropomorfismo⁷¹ pode ser assim resumido: complexificação motora e anatômica da mão; desenvolvimento do polegar opositor, de pluriarticulação dos dedos e palma das mãos e surgimento da função de manipulação; postura bípede e liberação dos membros superiores para a manipulação; alargamento do cérebro, convergência dos olhos e regressão da mandíbula projetada são alterações que permitiram o desenvolvimento de um sistema nervoso complexo; desenvolvimento dos aparelhos sensórios-motores, etc (FONSECA, 1988).

O processo de humanização não se concretiza unicamente pelas conquistas do devir evolutivo inscrito da dinâmica da filogênese, mas na efetivação do trabalho que se expressa na conexão entre cérebro e mãos.

O “salto qualitativo” das formas pré-humanas à forma humana do trabalho constitui o elo decisivo da hominização: o *homo* se tornou *sapiens* ao se tornar *faber*. Do ponto de vista da filogênese, as duas transformações são coetâneas e complementares: o esquema mental da forma útil é inseparável da destreza manual, que o toma por paradigma para moldar o objeto de trabalho. Mão e cérebro são igualmente decisivos, a tal ponto que, parodiando um preceito célebre do aristotelismo, podemos afirmar que nada há no cérebro que não tenha antes passado pelas mãos. Todas as demais formas que o homem veio a produzir (para o “bem” ou para o “mal”), notadamente a linguagem articulada, têm sua matriz nesta conexão originária. (MORAES, 2005, p. 28)

Essa conexão entre mãos e cérebros põe, na materialidade da história, uma efetividade até então não existente no interior do devir da “natureza muda” (HEGEL, 1995), a potencialidade da teleologia, da ação intencional, pensada, planejada sobre a realidade. A atividade vital que efetiva o intercâmbio com a natureza passa a ser distinta nos seres humanos em relação às demais espécies da natureza. Nos demais animais, a atividade vital segue leis biológicas de interação e adaptação ao ambiente natural. Nos seres humanos, a atividade vital passa a ter um sentido genérico e universal:

A vida produtiva é, porém, a vida genérica. É a vida engendrada de vida. No modo (*Art*) da atividade vital encontra-se o caráter inteiro de uma species, seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem. A vida mesma aparece só como *meio de vida*. (MARX, 2004, p. 84)

⁷¹ - De acordo com Fonseca (1988), os antropomorfos são espécies que correspondem ao estágio final da evolução que liga grandes símios e a humanidade. Compreende, assim, todos os antropomorfos que dominam a postura vertical bípede e suas consequências morfofuncionais. O antropomorfismo expressa esse processo de transição.

A conexão entre cérebro e mãos evidencia, de maneira ineludível, duas transições importantes na constituição do ser humano como trabalho vivo. A primeira transição diz respeito ao fato de que a consciência, como resultado tardio do desenvolvimento humano, tem sua gênese nos estágios iniciais de utilização de instrumentos por determinadas espécies antropoides, quando a mão predomina sobre o cérebro. Quando a transição das formas pré-humanas para as humanas amadurecem, é o cérebro que passa a assumir uma função predominante em relação às mãos. Conforme observa Moraes (2005, p. 44), cérebro e mãos passam a se reforçarem reciprocamente: “na totalidade articulada do organismo, nenhuma parte precede a outra.”

É o corpo o primeiro “instrumento”⁷², que posteriormente se torna “meio de produção”, isto é, ferramenta de que o ser humano se serve para intervir e alterar a natureza para satisfazer seus carecimentos. O reconhecimento e domínio de si mesmo, de suas potencialidades, ou seja, o “[...] domínio da consciência do homem sobre o seu próprio corpo [...]” é uma necessidade à efetivação do trabalho. Tal domínio se “[...] estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos [...]” (LUKÁCS, 2013, p. 129) como condição elementar, primordial, das formas primevas do trabalho.

Mas, a partir do momento em que a atividade do trabalho aparece no transcurso da história natural, um salto ontológico é produzido na estrutura geral do ser e inicia-se o processo de gênese e desenvolvimento do ser social. O trabalho se materializa como a única efetividade que possui o caráter intermediário entre socialidade e natureza, daí sua centralidade no processo de gênese do ser social. Sobre isso, afirma Lukács (2013, p. 44):

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, interrelação que pode até estar situada em pontos determinados da série a que nos referimos, mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.

⁷² - Toma-se aqui o significado que Moraes (2005, p. 44) atribui ao instrumento: objetos naturais utilizados como meios para obter um bem de consumo. Por *ferramenta*, por outro lado, compreendem-se os instrumentos autonomizados em relação à situação biológica concreta, produzida para satisfazer os fins do produtor. Na ferramenta, os seres humanos impõem formas úteis aos objetos naturais e tornam-se capazes de elaborar a imagem abstrata da forma instrumental. A diferença decisiva entre utilização do instrumento e a produção de ferramenta é que nesta última os traços da intervenção humana ficam gravados em sua materialidade, dando-lhe um caráter de riqueza universal, um caráter cultural.

Ainda que de fato o trabalho se constitua como esse elemento de transição da esfera da natureza para o ser social, combinando evolução do organismo e conquista/domínio consciente da natureza, estabelecendo a fundamental característica humana e humanizadora da conexão entre cérebro e mãos, esta transição só se completa com a sociedade. Para Engels (1977, p. 67),

Quando o homem se separa definitivamente do macaco esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos e as diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando em seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: **a sociedade**.

A partir do momento em que a transição se completa, ou o salto ontológico se efetiva, o desenvolvimento humano, isto é, a formação humana, os seres humanos passam a ter como momento predominante da sua *démarche* humanizante a vida social, sua historicidade, implicações e contradições. O ser humano, em seu nexos psicofísico, tende ao desenvolvimento pelo afastamento constante (mas nunca supressão) das barreiras da natureza (LUKÁCS, 2013).

No ser humano, o trabalho funda uma nova legalidade na “medida em que a realização de uma finalidade torna-se um princípio transformador e inovador da natureza”. O ser social “ultrapassa a simples adaptação ao ambiente [...] e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis” (LUKÁCS, 2013, p. 63).

Na realização de posições teleológicas, os homens buscam os meios necessários para a realização do trabalho. Na forma originária do trabalho, a posição dos fins regula os meios em cada processo de trabalho singular. Porém, na “continuidade e desenvolvimento histórico no interior dos complexos reais do ser social, teremos certa inversão nesta relação hierárquica [...] de extrema importância para o desenvolvimento da sociedade e da humanidade” (LUKÁCS, 2013, p. 57). Nesse processo, o trabalho no corpo passa a assumir o caráter de produção do corpo para o trabalho.

É esse o sentido que Marx e Engels (2007) dão ao afirmarem que o primeiro ato histórico-humano é a produção dos meios de satisfação dos carecimentos humanos. Engels (1977), nesse mesmo sentido, afirma que o trabalho só começa a se diferenciar da atividade vital das demais espécies viventes quando começa a elaborar ferramentas. Os meios de produção da vida material, as ferramentas, são os instrumentos autonomizados em “[...] relação à situação biológica concreta, [são] produzida[s] para satisfazer os fins do produtor” (MORAES, 2005, p.

43). É a produção de ferramenta que “pressupõe a representação abstrata da função no cérebro do produtor” (*Ibidem*, p. 47).

As ferramentas de trabalho, ou seja, as objetivações dos meios de produção, manifestam-se como mediação entre homem e natureza e fixa o resultado modificado desta última como uma função social. A continuidade da atividade de produção e reprodução da vida material passa a requerer o processo de apropriação dos meios produzidos anteriormente. Esses meios se fixam e se cristalizam na realidade social como realização histórico-social materializada em cultura material e não material. Afirma Leontiev (1978) que, com a efetivação do trabalho por meio da criação dos meios de produção da vida material, o processo de hominização termina caracterizado nas mudanças essenciais da organização física do homem e surge a história social da humanidade.

Pela sua atividade, os homens não fazem senão adaptar-se à natureza. Eles modificam-na na função do desenvolvimento de suas necessidades. Criam objetos que devem satisfazer às suas necessidades e igualmente os meios de produção destes objetos, dos instrumentos às máquinas mais complexas. Constroem habitações, produzem as suas roupas e os bens materiais. Os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura dos homens; o seu conhecimento do mundo circundante deles mesmos enriquece-se, desenvolvem-se a ciência e a arte. (LEONTIEV, 1978, p. 283)

Esse mundo de objetos humanos criados pelas gerações precedentes caracteriza aquilo que Marx (2009) compreende como relações determinadas nas quais os indivíduos contraem na produção de sua vida material. Para que se humanize, o ser humano deve se apropriar “[...] das riquezas deste mundo participando no trabalho, na produção e nas diversas formas de atividade social e desenvolvendo assim as aptidões especificamente humanas que se cristalizaram, encarnaram nesse mundo” (LEONTIEV, 1978, p. 284).

Para esse autor,

[...] no decurso da atividade dos homens, as suas aptidões, os seus conhecimentos e o seu saber-fazer cristalizam-se de certa maneira nos seus produtos (materiais, intelectuais, ideais). Razão porque todo o progresso no aperfeiçoamento, por exemplo, dos instrumentos de trabalho pode considerar-se, deste ponto de vista, como marcando um novo grau do desenvolvimento histórico das aptidões motoras do homem; também a complexidade da fonética das línguas encarna os progressos realizados na articulação dos sons e do ouvido verbal, os progressos das obras de arte, um desenvolvimento estético etc. (LEONTIEV, 1978, p. 284)

Ao compreender que, no transcurso do desenvolvimento da atividade humana, isto é, do trabalho, a subjetividade humana – as aptidões, conhecimentos, saber-fazer, modos de ser – é exteriorizada e “cristalizada/encarnada” na obra humana, depreende-se disso que toda esta obra passa a ser a riqueza geral indispensável à formação humana. O trabalho é “a experiência cardinal do corpo em movimento” (BROHM, 1975, p. 137).

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho⁷³, portanto, significa, também, a possibilidade do desenvolvimento das capacidades físicas e mentais que existem na corporalidade, na personalidade viva dos seres humanos, que, de acordo com Marx (2013), põem em movimento quando produzem valores de uso de um tipo qualquer. “O homem integra totalmente seu corpo nas relações com a natureza” (BROHM, 1975, p. 137).

Dentre as formas de objetivações que são efetivadas pela atividade do trabalho, as adaptações corporais constituem-se nas formas primitivas de meios de produção da vida material. O desenvolvimento de habilidades sensório-perceptivas, físico-motoras e psico-comportamentais desenvolvidas socialmente constituem as formas primeiras de ferramentas, tratando-se do que Alves (2012b) denominou de técnicas orgânicas. Brohm (1975, p. 137) aborda essa questão do seguinte modo:

O homem (seu corpo) é a principal força de produção, e seu corpo é o principal vetor tecnológico. Em todos os modos de produção a necessidade do trabalho social faz com que as técnicas do corpo dominantes sejam as técnicas do trabalho. O homem aprende essencialmente a caçar, pescar, atirar, empurrar, transportar, puxar a cada vez que o corpo participa diretamente como força material.

Se uma determinada organização corporal resultante dos complexos e longos processos evolutivos, inerente às ações filogenéticas e ontogenéticas, se constituiu em condição para a realização do trabalho no momento da transição entre as esferas do ser orgânico e do ser social, no interior do ser social já materializado na história, a corporalidade humana suprassume a organização corporal como produção social. De condição para o trabalho, o corpo torna-se

⁷³ - A categoria forças produtivas do trabalho é muito mais ampla do que a noção de técnica, tecnologia e ciência aplicada à produção. De acordo com Marx (2013, p. 118), a “[...] força produtiva do trabalho é determinada por múltiplas circunstâncias, dentre outras pelo grau médio de destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais.” Nesse sentido, a capacidade de trabalho de homens e mulheres é a aquela mais determinante entre as forças produtivas do trabalho, por ser ela a principal fonte de valorização do valor.

produto do trabalho. Marx (1996a, p. 297) deixa claro isso ao expor a categoria do processo de trabalho:

o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. *Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.* Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, *ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.* Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (Grifos nossos)

Ao modificar a natureza externa, o homem modifica a sua própria natureza. Seu corpo torna-se objeto de sua atividade consciente. Diz Marx (2013, p. 577) que:

Em seu ato individual de apropriação de objetos da natureza para suas finalidades vitais, ele [o trabalhador] controla a si mesmo. Mais tarde, ele é que será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem o emprego de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Assim como no sistema natural a cabeça e as mãos estão interligadas, também o processo de trabalho conecta o trabalho intelectual ao manual.⁷⁴

No processo de trabalho, há uma transformação interna e externa do indivíduo social. Ele se humaniza ao efetivar o domínio consciente de si, do seu corpo e dos seus afetos para realizar o trabalho. Lukács (2013, p. 129) assevera que “o homem que trabalha *deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos, e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano*, se quer obter o melhor resultado concreto possível” (grifos nossos). Nesse processo, há um “domínio da consciência do homem sobre o seu próprio corpo, que também se estende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma condição elementar inclusive do trabalho mais primitivo”.

O corpo deixa de ser um fenômeno meramente biológico e passa a se constituir como um momento essencial do ser social. Nas palavras de Lukács (2013), o recuo das barreiras naturais manifesta-se como contínuo movimento de ligação da consciência com o processo vital do corpo.

É na relação de permanente domínio consciente do corpo no processo de realização da atividade vital humana que se encontra o sentido da afirmação feita por Marx (2004, p. 110) de

⁷⁴ - Nessa passagem, Marx já faz alusão ao fato de que, sob a determinação do processo de produção do capital, o trabalhador que é controlado e o trabalho manual e intelectual se contrapõem como potencialidades antagônicas.

que a “*formação* dos cinco sentidos humanos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui”. As funções orgânicas do homem são determinadas pelas relações humanas engendradas pelo e no trabalho: “cada uma das suas [do ser humano] relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar” constituem-se como “órgãos da sua individualidade” (MARX, 2004, p. 108). E conclui que

[...] assim como a música desperta primeiramente o sentido musical do homem, assim como para o ouvido não musical a mais bela música não tem *nenhum* sentido, é nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas forças essenciais, portanto só pode ser para mim da maneira como a minha força essencial é para si como capacidade subjetiva, porque o sentido de um objeto para mim (só tem sentido para um sentido que lhe corresponda) vai precisamente tão longe quanto vai *meu* sentido, por causa disso é que os *sentidos* do homem social são sentidos *outros* que não os do não social; [é] apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruições humanas todas se tornam *sentidos* capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas*, em parte recém cultivados, em parte recém engendrados. Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do seu objeto, pela natureza *humanizada*. (MARX, 2004, p. 110)

Como se pode notar, a questão do corpo caracteriza-se como um importante objeto de discussão na obra de Marx e no marxismo. Ao propor analisar a relação entre trabalho e a corporalidade humana na gênese e desenvolvimento do ser social, torna-se possível identificar e expor, em linhas gerais, reflexões da tradição teórica marxista a respeito da materialidade corpórea no processo de produção da vida.

O corpo, em sua materialidade, configura-se como produto da história e como fonte da história, pois a organização corporal caracteriza-se como elemento necessário para a realização daquilo que Duarte (1999), baseado em Marx, vai denominar de “ato de nascimento que se supera”. Nas potencialidades do corpo orgânico, estão dadas as condições naturais para a realização do trabalho, que, por sua vez, conforma a corporalidade a novas condições e necessidades. Convém ressaltar que, nas necessidades e nos limites do corpo, estão materializados elementos necessários para a compreensão do processo de produção da história.

A formação da corporalidade humana é, pois, pressuposto e resultado do trabalho. Conforme essa compreensão, entende-se que, na dinâmica de humanização, a relação entre apropriação e objetivação, que expressa a dinâmica do trabalho (DUARTE, 1999), determina e é

determinada pela conformação do corpo. Nesse sentido, o corpo unido à categoria do trabalho é elemento indissociável do movimento histórico e contraditório de humanização.

O elemento fundante da formação histórica do ser humano se expressa pela dinâmica viva do trabalho, trabalho vivo, produtor de valor de uso, conforme Marx (2013). Para tanto, a atividade vital dos homens se difere da atividade vital das demais espécies existentes. Essa condição define que “[...] a característica central dessa atividade vital humana reside justamente na relação entre os processos de objetivação e apropriação e que essa relação é geradora do processo histórico de formação do gênero humano” (DUARTE, 1999, p. 27).

A atividade vital humana não apenas assegura a existência física e imediata dos indivíduos como também gera o movimento da reprodução das características fundamentais do gênero humano. Entretanto, conforme observa Marx (2013) a respeito do duplo caráter do trabalho, a realização da atividade vital humana sob as determinações e condicionantes de uma formação histórico-social alienante e alienada, fundada em relações de dominação e na reprodução do valor de troca, torna-se um meio de reprodução da existência mais imediata e empobrecida (égide do trabalho assalariado).

Sob as determinações das mediações do controle do capital, o trabalho passa a assumir o caráter de atividade exterior, heterodeterminada, produtora de estranhamento e alienação. Mesmo em condições favoráveis, o trabalho determinado pela sua forma assalariada decompõe o homem que trabalha. A “consequência necessária para ele [o trabalhador] é, portanto, o sobretrabalho e morte prematura, descer à [condição de] máquina, de servo do capital que se acumula perigosamente diante dele, nova concorrência, morte por fome ou mendicância” (MARX, 2004, p. 27).

A alienação do trabalho produzida pelas determinações do modo de produção capitalista torna a atividade vital humana um elemento estrutural da degradação humana. Seu caráter de finalidade, de objetivação da humanidade genérica, é substituído pela condição de meio de ganhar a vida. E esse meio de ganhar a vida passa a ser materializado de forma que nesse mesmo processo os homens e mulheres percam-na com o “sacrifício de seu espírito (*Geist*) e de seu corpo” (MARX, 2004, p. 27).

Esse processo de alienação como sacrifício, degradação e mortificação da classe trabalhadora é exaustivamente descrito, analisado e demonstrado por Engels (2009) e Marx (2013). É importante destacar que as análises desses autores também conseguem expressar que

essa situação atinge, de forma mais aguda, as crianças e as mulheres empregadas nos empreendimentos capitalistas, que vão das fábricas têxteis até as padarias de Paris.

Os relatos singulares feitos a partir da análise dos relatórios das comissões médicas de fiscalização dos locais de trabalho explicitam as condições exaustivas e fatigantes de trabalho em que a quase totalidade da classe trabalhadora está submetida com o processo de amadurecimento da grande indústria. As jornadas de trabalho extremamente alongadas, os ritmos intensos, a pressão e a violência dos capatazes sobre os operários e operárias são fatos que causam a corrosão da saúde desses trabalhadores e exaurem suas forças vitais. E mais, os níveis elevados de degradação do trabalho em razão dos níveis elevados de extração de mais-valor e, conseqüentemente, de exploração se materializam no local do trabalho e se desdobra para o modo de vida das massas operárias.

Engels (2009, p. 136) examina esses fatos e denuncia que a forma social da produção capitalista acaba por se materializar como um processo de assassinato social. Diz o autor que

[...] na Inglaterra a sociedade comete, a cada dia e a cada hora, o que a imprensa operária designa, a justo título, como assassinato social; que ela põs os operários numa situação tal que não podem conservar a saúde nem viver muito tempo; que ela, pouco a pouco, debilita a vida desses operários, levando-os ao túmulo prematuramente.

Na continuidade de suas análises, Engels demonstra o fato de que as condições degradantes da exploração do trabalho no capital afeta o corpo e a saúde dos trabalhadores não apenas na imediatividade do trabalho, em razão de condições insalubres, não higiênicas e perigosas de trabalho ou da organização do processo de produção intensificada extensiva e intensivamente, mas também de um modo de vida marcado pela pobreza material e moral. Com isso, afasta toda pretensão moralista a respeito, por exemplo, do alcoolismo nos meios operários e demonstra como o consumo patológico de álcool é a extensão de um trabalho esvaziado de sentido, que mortifica o espírito e o corpo dos trabalhadores.

Outros fatores debilitam a saúde de um grande número de operários. Todas as ilusões e tentações se juntam para induzir os trabalhadores ao alcoolismo. A aguardente é para eles a única fonte de prazer e tudo concorre para que a tenham à mão. O trabalhador retorna à casa fatigado e exausto; encontra uma habitação sem nenhuma comodidade, úmida, desagradável e suja; tem a urgente necessidade de distrair-se; precisa de qualquer coisa que faça seu trabalho valer a pena, que torne suportável a perspectiva do amargo dia seguinte. Fica acabrunhado, insatisfeito, sente-se mal, é levado à hipocondria; esse estado de ânimo se deve principalmente às suas más condições de saúde, à sua má alimentação e é exacerbado até o intolerável pela incerteza de sua existência, pela

absoluta dependência do acaso e por sua incapacidade de pessoalmente fazer algo para dar alguma segurança à sua vida. Seu corpo enfraquecido pela atmosfera insalubre e pela má alimentação requer imperiosamente um estimulante externo; a necessidade de companhia só pode ser satisfeita numa taberna, porque não há nenhum outro lugar para encontrar os amigos. Nessas circunstâncias, como poderia o trabalhador deixar de sentir a atração da bebida, como poderia resistir à tentação do álcool? Em tais circunstâncias, ao contrário, a necessidade física e moral leva uma grande parte dos trabalhadores a sucumbir ao álcool. E, prescindindo das condições físicas que induzem o trabalhador a beber, o exemplo da maioria, a educação deficiente, a impossibilidade de proteger os mais jovens contra essa tentação, a frequente influência direta de pais alcoólatras (que oferecem aguardente aos próprios filhos), a certeza de esquecer, ainda que por algumas horas de embriaguez, a miséria e o peso da vida – esses e cem outros fatores que operam tão fortemente não nos permitem, na verdade, censurar aos operários sua inclinação para o alcoolismo. Nesse caso, o alcoolismo deixa de ser um vício de responsabilidade individual; torna-se um fenômeno, uma consequência necessária e inelutável de determinadas circunstâncias que agem sobre um sujeito que – pelo menos no que diz respeito a elas – não possui vontade própria, que se tornou – diante delas – um objeto; aqui, a responsabilidade cabe aos que fizeram do trabalhador um simples objeto. Assim como é inevitável que um grande número de operários se torne alcoólatra, também é inevitável que o alcoolismo provoque efeitos destrutivos sobre os corpos e os espíritos de suas vítimas, agravando todas as predisposições às doenças derivadas das condições gerais de vida dos operários e favorecendo ao máximo as enfermidades pulmonares e abdominais, sem esquecer a eclosão e a propagação do tifo. (ENGELS, 2009, p. 142-143)

Para além do alcoolismo, a voracidade da exploração da força de trabalho associada aos níveis de pobreza muito elevados criara um quadro de homens e mulheres frágeis fisicamente, com pouca resistência orgânica e moral, além de uma duração de vida média sensivelmente reduzida. Isso foi uma realidade tanto na Inglaterra como na França no século XIX, o que levou as autoridades estatais a investir em estratégias de controle da reprodução da força de trabalho por meio de políticas médico-higienistas e medidas educacionais com o mesmo teor (SOARES, 2001; FOUCAULT, 2012).

Portanto, o trabalho submetido à exploração extrema da produção capitalista no século XIX estava baseado num processo de consumo sem controle e regulação das forças vitais de trabalhadores e trabalhadoras como classe e também como indivíduos.

A consequência de tudo isso é o enfraquecimento físico geral dos operários. É raro encontrar entre eles – pelo menos entre os operários fabris, dos quais tratamos aqui e que trabalham quase sempre em ambientes fechados – homens robustos, vigorosos e de boa constituição. São quase todos frágeis, com ossatura angulosa, mas pouco resistente, magros, pálidos e seu corpo, excetuados os músculos exigidos pelo trabalho, apresenta-se flácido. Quase todos têm problemas gástricos, quase todos são mais ou menos hipocondríacos e seu humor é melancólico e irritadiço. Seu organismo debilitado tem poucas chances de resistir às doenças, que os vitimam com frequência – por isso, envelhecem prematuramente e morrem jovens. Provam-no irrefutavelmente as estatísticas de mortalidade. (ENGELS, 2009, p. 144)

Formam-se, nessas condições, “[...] gerações de seres humanos atrofiados, de vida curta, que se substituem uns aos outros rapidamente e são, por assim dizer, colhidos antes de estarem maduros.” Nas circunstâncias históricas de amadurecimento das relações de produção capitalista, procede-se uma selvageria sobre a classe trabalhadora, desperdiçando suas forças vitais e degenerando toda a população industrial (MARX, 2013, p. 341).

Nesse quadro de *assassinato social* realizado pelas condições de produção e reprodução do capitalismo, as feições da mortificação da classe trabalhadora no trabalho, e em decorrência das formas sociais de controle capitalista do trabalho, manifestam-se como interposição de múltiplas formas de servidão. Além do esgotamento das forças vitais e do rebaixamento moral latente impetrado pelas relações de produção envidadas nas condições do trabalho industrial moderno, o contrato da propriedade da corporalidade de trabalhadores e trabalhadoras extrapola os níveis formais de realização de tarefas produtivas e invade a intimidade, sobretudo das trabalhadoras. A fábrica torna-se, assim, o harém dos industriais, que se tornam proprietários não só da capacidade de trabalho de suas trabalhadoras, mas dos seus corpos e encantos.

De resto, compreende-se que a servidão na fábrica, como qualquer outra e mais que qualquer outra, confira ao patrão o *jus primae noctis*. O industrial é o senhor do corpo e dos encantos de suas operárias. A ameaça de demissão é uma razão suficiente em 90%, senão em 99%, dos casos para anular qualquer resistência das jovens que, ademais, não têm muitos motivos para preservar sua castidade. Se o industrial não tem escrúpulos (e o relatório da comissão de fábricas relata vários exemplos do gênero), sua fábrica é, ao mesmo tempo, seu harém. O fato de nem todos os industriais fazerem uso de seu “direito” não altera a situação das moças; de qualquer maneira, nos inícios da indústria manufatureira, na época em que a maior parte dos industriais eram novos ricos, ignorantes e sem respeito à hipocrisia social, não renunciavam nunca a desfrutar desse “direito adquirido”. (ENGELS, 2009, p. 186)

É demasiadamente longo e extenso o quadro exposto por Marx (2013) e Engels (2009) a respeito daquilo que estou denominando de processo de mortificação dos trabalhadores no trabalho. São muitos os exemplos de como a avidez por mais trabalho da burguesia dos séculos XVIII e XIX se manifestam de várias maneiras, especialmente nas formas sociais, revolucionamento permanente dos modos de produzir mercadorias, por intermédio da produção de mais-valor absoluto ou mais-valor relativo. Nessa perspectiva, o capital alterna as bases materiais e sociais de organização do trabalho e da produção por meio da luta encarniçada pela

manutenção das longas jornadas de trabalho (mais-valor absoluto) ou pelo emprego de ciência e tecnologia desenvolvida como maquinário ou como forma racional de disposição de meios e objetos de produção e força de trabalho de modo a economizar o tempo de trabalho necessário, isto é, a quota parte do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução dos trabalhadores como força viva de trabalho (mais-valor relativo). Ambas as ações têm a finalidade de expandir o tempo de trabalho excedente responsável pela efetivação do mais valor.

Desde a perspectiva da disputa em torno do alargamento das jornadas de trabalho como uma exigência da exploração capitalista ou da resistência da classe trabalhadora em relação à extorsão e ao despojo de seu tempo de vida e, com isso, de suas forças e capacidades vitais, isso ainda hoje é uma questão presente no interior das relações entre capital e trabalho. Não obstante às metamorfoses da anatomia das lutas em torno da jornada de trabalho, é preciso compreender que as primeiras manifestações dos conflitos relacionados a essa questão trazem, em seu interior, os traços fundamentais do sacrifício do espírito e dos corpos de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho.

Para o capital, a jornada de trabalho não corresponde apenas às 8, 10, 12, 16 ou mais horas em que o trabalhador executa seu trabalho conforme a mediação de um contrato jurídico de compra e venda. Mais do que isso, a jornada corresponde às 24 horas do dia. Para isso, o capital organiza formas de trabalho, jornadas contínuas, turnos de revezamento de modo a extrair o máximo de mais-trabalho do trabalhador coletivo.

Porém, é necessário compreender que o trabalhador coletivo é uma realidade aparente, uma abstração, na medida em que ele só se efetiva pelo emprego de homens e mulheres reais. O trabalho de Paulo, Maria, José ou Nazaré se torna uma abstração e na contabilidade geral capitalista se torna expressão particular do trabalho em geral ou trabalho abstrato, parte componente do trabalhador coletivo. O trabalho combinado socialmente, sob o controle capitalista, dá a forma do trabalhador coletivo; forma essa que dá materialidade histórica à realidade do trabalho abstrato, a geleia de trabalho humano indiferenciado, puro dispêndio de força de trabalho humana sem consideração pela sua forma e seu conteúdo.

A combinação social do trabalho e a busca constante de evolução dos meios de produção do ponto de vista do processo de valorização demonstram que, na produção capitalista,

se procura constantemente contornar os limites de extensão da jornada de trabalho, isto é, os limites físicos e morais que possuem o trabalho vivo⁷⁵.

O capital constante, os meios de produção, considerados do ponto de vista do processo de valorização, só existem para absorver trabalho e, com cada gota de trabalho, uma quantidade proporcional de mais-trabalho. Se não fazem isso, sua simples existência constitui uma perda negativa para o capitalista, uma vez que, durante o tempo em que estão ociosos, eles representam um desembolso inútil de capital, e essa perda se torna positiva tão logo a interrupção torne necessária a realização de gastos adicionais para o reinício do trabalho. O prolongamento da jornada de trabalho além dos limites do dia natural, adentrando a madrugada, funciona apenas como paliativo, pois não faz mais do que abrandar a sede vampírica por sangue vivo do trabalho. Apropriar-se de trabalho 24 horas por dia é, assim, o impulso imanente da produção capitalista. Mas como é fisicamente impossível sugar as mesmas forças de trabalho continuamente dia e noite, ela necessita, a fim de superar esse obstáculo físico, do revezamento entre as forças de trabalho consumidas de dia e de noite, o qual admite métodos distintos, podendo, por exemplo, ser organizado de tal modo que uma parte dos operários realize numa semana o trabalho diurno, noutra o trabalho noturno etc. Sabemos que esse sistema de revezamento, essa economia de alternância, prevalecia no florescente período juvenil da indústria inglesa do algodão etc. (MARX, 2013, p. 329)

Pode-se interpretar essa passagem pelos seguintes argumentos: a produção ampliada do valor, ainda que empregue máquinas, ferramentas, técnicas e tecnologias avançadas, depende sempre do trabalho vivo, pois é este que coloca em ação a atividade de trabalho. O trabalho vivo é responsável pela articulação e ativação dos meios e objetos de produção para produção de mercadorias. A máquina, abandonada a si mesma, não produz trabalho, logo, não efetiva mercadorias e não pode ativar o processo de realização do capital. O prolongamento da jornada de trabalho é, no entanto, um paliativo. É necessário fazer com que a produção ocorra continuamente, 24 horas diárias, sem obstáculos físicos ou morais. Para isso, emprega-se o revezamento da força de trabalho, distribuída nas 24 horas do dia. E mais, distribui-se a jornada

⁷⁵ - Ao expor as determinidades da categoria jornada de trabalho, Marx, não por acaso, parte justamente dos limites objetivos e subjetivos que possui o ímpeto do capital em estendê-la sem limites. Ao demonstrar o caráter necessariamente variável da jornada de trabalho, esse autor afirma que sua determinação indeterminada é condicionada pela relação entre trabalho necessário e trabalho excedente. E, embora o trabalho necessário não possa ser reduzido ao mínimo, pois compõe o tempo de trabalho necessário à autoconservação dos trabalhadores. Se o limite mínimo se remete ao tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, por outro lado o limite máximo também corresponde a essa parte variável do capital: “[...] a jornada de trabalho possui um limite máximo não podendo ser prolongada para além de certo limite. Esse limite máximo é duplamente determinado. Em primeiro lugar pela limitação física da força de trabalho. Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despende apenas uma determinada quantidade de força vital. Do mesmo modo, um cavalo pode trabalhar apenas 8 horas diárias. Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer

de trabalho para toda a família do trabalhador, empregando seus filhos e esposas sob condições mais degradantes, piores tarefas e funções, salários mais diminutos e submetidos a condições de trabalho mais perigosas.

Numa longa passagem em *O Capital*, Marx (2013, p. 337-338) sintetiza os desdobramentos do prolongamento das jornadas de trabalho pelo capital sobre os trabalhadores, demonstrando o modo como esse processo afeta sua corporalidade viva.

“Que é uma jornada de trabalho?” Quão longo é o tempo durante o qual o capital pode consumir a força de trabalho cujo valor diário ele paga? Por quanto tempo a jornada de trabalho pode ser prolongada além do tempo de trabalho necessário à reprodução da própria força de trabalho? A essas questões, como vimos, o capital responde: a jornada de trabalho contém 24 horas inteiras, deduzidas as poucas horas de repouso sem as quais a força de trabalho ficaria absolutamente incapacitada de realizar novamente seu serviço. Desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital. Tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, para o livre jogo das forças vitais físicas e intelectuais, mesmo o tempo livre do domingo – e até mesmo no país do sabbatismo 104 – é pura futilidade! Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoração da força vital, é reduzido pelo capital a não mais do que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido. Não é a manutenção normal da força de trabalho que determina os limites da jornada de trabalho, mas, ao contrário, o maior dispêndio diário possível de força de trabalho, não importando quão insalubre, compulsório e doloroso ele possa ser, é que determina os limites do período de repouso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho. Ele atinge esse objetivo por meio do encurtamento da duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que obtém uma maior produtividade da terra roubando dela sua fertilidade.

Engels (2009, p. 189, *passim*) expõe e analisa inúmeros relatórios das Comissões de Inquéritos de Fábricas na Inglaterra, apontando os resultados do “excesso civilizado de trabalho” sobre a corporalidade de homens, mulheres e crianças empregadas nas fábricas inglesas. O trabalho intermitente, por horas a fio, suprimindo repouso noturno e diurno se reflete sobre os

as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época.” (MARX, 2013, p. 306)

trabalhadores de modo a criar “[...] uma superexcitação nervosa e um esgotamento do corpo, que se acresceram ao enfraquecimento físico preexistente.” Era comum o uso de jornadas de trabalho de 30 e 40 horas a fio, muitas vezes na semana por parte dos industriais. O resultado muito comum dessas relações era o estropiamento e aleijamento dos trabalhadores. Colunas e membros deformados, mutilações de adultos e crianças eram um fato comum.

A prolongada e contínua permanência de pé, associada à atmosfera – em geral, má – própria das fábricas, produz o exaurimento das forças físicas e ocasiona mais males genéricos que doenças singulares. Habitualmente, a atmosfera própria das fábricas é ao mesmo tempo úmida e quente (mais quente que o necessário) e, se a ventilação não for muito boa, insalubre, pesada e pobre em oxigênio, carregada de pó e vapores do óleo das máquinas, que suja e penetra o piso; por causa do calor, os operários vestem-se sumariamente, tão sumariamente que sentiriam frio se a temperatura ambiente não se mantivesse alta e, por isso, a menor corrente de ar é desagradável e os operários preferem trabalhar com as janelas fechadas (o que se explica, também, porque o enfraquecimento progressivo que diminui as funções do organismo reduz o calor animal que o corpo fornece ao ambiente externo). (ENGELS, 2009, p. 192)

Associados ao esgotamento físico, à fadiga provocada por causa da exaustão a que são levados os trabalhadores pelas exigências da produção, reúne-se também o impedimento do exercício da ação humana no trabalho, com a totalidade de seu organismo, isto é, o corpo, os gestos, os movimentos, a musculatura, o sistema nervoso. O trabalho torna-se apenas a reprodução dos gestos repetitivos demandados ou a vigilância uniformizada desprovida de gestos. Resultam então dessas relações produtivas a debilidade da corporalidade viva dos trabalhadores, o esgotamento de suas potencialidades físicas e orgânicas e a depreciação de suas capacidades intelectuais e morais.

E se se leva em conta que, com tudo isso, o trabalho fabril não solicita e não faz exercitar integralmente nenhum músculo do corpo (exceto dos membros inferiores) e não requisita nenhuma atividade que possa frear o exaurimento por ele causado, antes desestimulando qualquer movimento que dê vigor aos músculos e elasticidade ao corpo; se se leva em conta que, desde a juventude, faltam absolutamente aos trabalhadores quaisquer condições para exercícios ao ar livre, então não há nenhuma razão para espanto em face da afirmação praticamente unânime dos médicos, em seus relatórios sobre as fábricas, segundo a qual encontraram nos operários uma notável falta de resistência às doenças, um estado depressivo geral que afeta todas as funções vitais e um progressivo debilitamento das energias espirituais e físicas. (ENGELS, 2009, p. 193)

Para os industriais, por outro lado, o trabalho fabril, diferentemente daquele comum no campo, seria uma atividade “leve” em razão do emprego de máquinas, ferramentas e da redução das tarefas dos trabalhadores a uma operação simplificada. Por outro lado, o peso da

“leveza” do trabalho industrial capitalista para a classe trabalhadora tende a significar o sacrifício da integridade de seus corpos no trabalho. As longas jornadas diárias em pé, relacionadas ao ambiente marcado por elementos tóxicos, temperaturas variáveis, pouca ventilação, pouca iluminação, degradam o corpo e a vitalidade dos trabalhadores.

Nessas condições, a busca desmedida pelo prolongamento da jornada de trabalho resultara em formas organizadas de resistência e luta da classe trabalhadora. O boicote na produção, a quebra de máquinas e equipamentos somaram-se à organização sindical, ações de greve e sistematização de programas políticos claros por parte da classe trabalhadora, tais como a redução das jornadas de trabalho, o controle estatal das condições de trabalho, a regulação do mercado de trabalho etc. O surgimento da chamada “questão social”, isto é, a expressão política da classe trabalhadora organizada, nascida das condições de exploração, pobreza e miséria que experimentavam nesse período, gerou a reação de frações da burguesia assentada no Estado, com a criação de Comissões de Inquérito sobre o estado físico e moral da classe operária, bem como das primeiras legislações de regulação da jornada de trabalho, da exigência de condições de higiene no trabalho, da necessidade do emprego de serviços médicos nos locais de trabalho, entre outras.

No interior da produção, a organização política e sindical da classe trabalhadora associada à concorrência interna entre os capitais gerou a necessidade de reorganização das formas de organização e controle do trabalho de modo a extrair dos trabalhadores tanto os saberes relacionados ao processo de produção quanto o domínio e o controle dos tempos, ritmos e modos de fazer a produção. Um primeiro movimento, historicamente importante no processo de subsunção do trabalho ao capital, é a emergência da cooperação de trabalhadores em unidades produtivas sob o comando do capital.

A reunião de trabalhadores sob o comando de um capitalista em um só lugar, numa só grande oficina, com o objetivo de efetivar o trabalho combinado, estabelece as bases da cooperação, tornando a força produtiva dos trabalhadores individuais em uma força produtiva social do trabalho. Esse processo materializa a cooperação como um primeiro estágio avançado de organização do trabalho e da produção, de modo a estabelecer, no plano das relações sociais, a dependência do trabalhador individual em relação ao trabalhador coletivo empregado pelo capital. “Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital se

converte num requisito para a consecução do próprio processo de trabalho numa verdadeira condição da produção” (MARX, 2013, p. 406).

A cooperação dá início a um processo de formação de um “corpo produtivo total” que subsume a corporalidade dos indivíduos sociais à finalidade máxima da produção capitalista de maior autovalorização possível do capital.

Todo trabalho imediatamente social ou coletivo em grande escala requer, em maior ou menor medida, uma direção que estabeleça a harmonia entre as atividades individuais e cumpra as funções gerais que resultam do movimento do corpo produtivo total em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos. (MARX, 2013, p. 406)

O comando do capital sobre a produção não é, como observa Marx, um efeito natural do processo social do trabalho, mas uma função de exploração do processo social do trabalho, por isso, determinada pelos antagonismos e conflitos entre aqueles que exploram a “matéria-prima” de sua exploração. A cooperação dos assalariados na produção se apresenta aos trabalhadores como efeito do capital que os emprega coletiva e simultaneamente em processos de produção de mercadorias determinados. Desse modo, a “[...] interconexão de suas funções e sua unidade como corpo produtivo total reside fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos” (MARX, 2013, p. 407).

O ordenamento da produção sob o comando do capital implica então em subordinação e até mesmo incorporação do corpo orgânico dos trabalhadores e trabalhadoras ao corpo social mediado pelo corpo produtivo. Sobre essa questão, Deleule e Guéry (1975, p. 9) afirmam que

O trabalho desta mediação, longe de levar o corpo biológico ao estado socializado no qual o corpo social o conterá como elemento, só consegue hipertrofiar o corpo intermediário e retardar a fusão, até chegar a inverter a tendência, já que a socialização prevista cede lugar à privatização das funções sociais. Se um corpo se define tanto por sua unidade como por suas divisões, não é a divisão social do trabalho – que afeta o corpo social – aquela que leva a cabo as tarefas reformadoras e repressivas, objetivamente identificadas, em prejuízo do corpo biológico. Quem cumpre essa função é a divisão técnica, herdeira da divisão manufatureira, ao afetar o corpo produtivo. A divisão técnica não fragmenta o corpo biológico, mas sim o esquarteja ao separá-lo de seus poderes, ao voltar contra ele os poderes da cabeça, seu extrato, seu resumo.

É o corpo produtivo, nestes termos, não o corpo do indivíduo que trabalha, mas o conjunto das forças produtivas mediado pela propriedade privada capitalista, pela divisão social do trabalho e pela economia de mercado. Trata-se da potência social de produção e reprodução da

vida sob o domínio e o controle das mediações secundárias e históricas da forma social do capital. Nesse sentido, corpo produtivo corresponde ao conjunto das forças produtivas empregadas na produção de mercadorias e na extração de mais valor.

No plano das relações sociais capitalistas, o corpo produtivo é efetivado como manifestação fetichizada da produção, na medida em que se materializa como uma força humanamente produzida pela ação recíproca dos seres humanos que se volta contra eles como uma força natural. O corpo produtivo, assim, submete e incorpora a corporalidade dos indivíduos como sua parte, seu elemento, um órgão dependente de um organismo vivo.

A força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é, assim, força produtiva do capital. A força produtiva social do trabalho se desenvolve gratuitamente sempre que os trabalhadores se encontrem sob determinadas condições, e é o capital que os coloca sob essas condições. Pelo fato de a força produtiva social do trabalho não custar nada ao capital e, por outro lado, não ser desenvolvida pelo trabalhador antes que seu próprio trabalho pertença ao capital, ela aparece como força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força imanente. (MARX, 2013, p. 408)

E como a acumulação e a autovalorização do valor estão fundadas na desmedida, pois se concretiza como uma relação social de produção cujo sentido é “[...] a maior produção possível de mais-valor e, portanto, a máxima exploração possível da força de trabalho pelo capitalista” (MARX, 2013, p. 406), o corpo produtivo aparece como um enfermo “[...] e também como uma enfermidade que ataca o corpo biológico submetendo-o à tortura” (DELEULE; GUÉRY, 1975, p. 27).

Se a cooperação simples do trabalho dá um passo à frente no histórico processo de transformação do trabalho em produção de mercadorias e do trabalhador em força de trabalho, a manufatura consolida a subsunção formal do trabalho ao capital. A manufatura combina os trabalhos individuais dos artesãos de um modo distinto da cooperação simples. Se na cooperação simples os artesãos e companheiros eram reunidos num local de trabalho unificado e compunham, a partir da natureza de seus diferentes ofícios, o trabalhador coletivo, na manufatura cada ofício passa por um processo de unilateralização, fragmentação em operações simples e desprovidas de conteúdo profissional. A manufatura introduz a divisão do trabalho no processo de produção, constituindo assim a divisão técnica do trabalho. A manufatura forja então um “[...] mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 2013, p. 413).

A divisão técnica do trabalho empregada pela manufatura compreende, pois, os seguintes aspectos: 1) análise e decomposição dos processos de produção em suas fases particulares, dividindo uma operação produtiva em diversas operações parciais; 2) ainda que simplificada ou composta, a execução permanece dependendo da destreza, habilidade, força e segurança do trabalhador individual no manuseio do seu instrumento; 3) o trabalho artesanal permanece sendo a base, mas uma base técnica parcial porque dependente do trabalho parcial do trabalhador; 4) cada trabalhador se dedica a uma função parcial e sua força de trabalho se transforma em órgão vitalício da função parcial a que se dedica; 5) essa divisão do trabalho é um tipo particular de cooperação.

Na perspectiva de compreender o processo de formação da corporalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, importa destacar que, nas condições de organização manufatureira da produção, o trabalhador coletivo combinado, “[...] que constitui o mecanismo vivo da manufatura, consiste de muitos [...] trabalhadores parciais e unilaterais.” A força produtiva do trabalhador coletivo é elevada em razão de que a repetição contínua de uma mesma ação e a concentração da atenção e inteligência em uma única e simplificada ação tende ao aumento da eficiência, isto é, da produtividade, produzindo maior efeito útil com menor dispêndio de energia. Porém, sob essa forma de organização do trabalho, “[...] um trabalhador que executa a mesma operação simples durante toda sua vida *transforma seu corpo inteiro num órgão automaticamente unilateral dessa operação [...]*” (MARX, 2013, p. 414; grifos nossos).

O crescente dispêndio de energia determinado pela cadência e ritmo imposto pela produção de tarefas simplificadas, pelo fechamento dos poros durante a jornada de trabalho, representa um aumento da intensidade do trabalho que implica em produtividade elevada, na medida em que mais mercadorias resultam de uma mesma ou menor quantidade de trabalho. Esse processo de trabalho uniforme, padronizado e contínuo, “[...] aniquila a força tensional e impulsiva dos espíritos vitais [...]” (MARX, 2013, p. 415).

O domínio intelectual do conjunto do processo de trabalho faz com que o capital, segundo Deleule e Guéry (1975, p. 44), encarne a relação entre corpo produtivo e produtividade, ou melhor, submete o corpo produtivo, que reúne certo estágio de avanço das forças produtivas, e as relações sociais de produção e os submete à perspectiva da produção capitalista de mercadorias. “A manufatura leva mais distante a tendência de especialização do ofício, isto é, acentua ao máximo a possessão do corpo biológico pelo corpo produtivo”.

O corpo produtivo, nas condições da manufatura, organiza um determinado conjunto de trabalhadores como “[...] um corpo articulado de trabalho, enquanto o mecanismo total é formado pela repetição ou multiplicação desses organismos produtivos elementares” (MARX, 2013, p. 421). Sob as condições do trabalho organizado na forma de manufatura, o capital consegue estabilizar a dependência orgânica dos trabalhadores. Expropria seus saberes, suas habilidades e seus gestos contidos no trabalho de ofício e os objetiva na força produtiva do trabalho combinado, que só existe como força produtiva do capital, por ser empregada e ativada por ele. O aperfeiçoamento do trabalhador coletivo ocorre na proporção inversa em relação à qualificação do trabalhador individual que se torna um órgão natural do mecanismo vivo, total, da manufatura.

Os trabalhadores adaptados ao mecanismo vivo da manufatura têm sua corporalidade reduzida a uma maquinaria. A manufatura empreende uma pedagogia fabril, uma adequação do trabalhador ao modo manufaturado de produzir. O princípio perseguido pelas personificações do capital que dirigem o processo de produção é o de um trabalhador cuja corporalidade é esquartejada, permanecendo apenas o corpo maquínico autonomizado de suas faculdades intelectuais, afetivas e morais, enfim, de sua subjetividade.

Deleule e Guéry (1975, p. 51) chegam mesmo a tecer uma observação de que a classificação da manufatura como um organismo de produção não pode fundamentar o trabalhador coletivo desse tipo de organização da produção, na medida em que seus “[...] membros já não são homens, mas elementos maquinizados, onde o corpo produtivo deixa de ser uma metáfora biológica.”

A manufatura materializa-se então como o corpo produtivo do capital, submetendo o trabalhador ao comando, à disciplina e a uma estrutura hierárquica determinada pelo capital.

Na manufatura, tal como no regime de cooperação simples, o corpo de trabalho em funcionamento é uma forma de existência do capital. O mecanismo social de produção integrado por muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. Por isso, a força produtiva que nasce da combinação dos trabalhos aparece como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente como também cria uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores. (MARX, 2013, p. 434)

A manufatura revoluciona a cooperação simples na medida em que se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Nesse sentido, não apenas coloca os trabalhadores

numa mesma unidade produtiva, como também consolida a subsunção formal dos trabalhadores ao capital na medida em que, por meio do parcelamento e fragmentação dos ofícios e, conseqüentemente, da desqualificação de uma fração muito significativa dos trabalhadores, produz dependência dos mesmos em relação ao capital, sem o qual não podem produzir e reproduzir a vida material.

A personalidade viva do trabalhador, a corporalidade que contém a capacidade de trabalhar, é, então, corroída. De acordo com Marx (2013, p. 434), a manufatura “[...] aleija o trabalhador, converte-o numa aberração, promovendo artificialmente sua habilidade detalhista por meio da repressão de um mundo de impulsos e capacidades.” Não apenas “[...] os trabalhos parciais específicos são distribuídos entre os diversos indivíduos, como o próprio trabalho, o próprio indivíduo é dividido e transformado em motor automático.”

A manufatura estabelece então as bases da organização do trabalho e da produção que tem implicação direta com a educação do corpo no trabalho. Essa forma de organização exige um novo nexos psicofísico dos trabalhadores oriundos dos ofícios artesanais, despojando-os de suas qualificações, saberes, habilidades e costumes no trabalho e transferindo tais características para o trabalhador coletivo hierarquicamente dividido e controlado pelo capital. A manufatura efetiva uma “pedagogia do corpo no trabalho”, que atrofia espiritual e corporalmente os trabalhadores, intensificando, na produção, a tendência de unilateralização dos seres humanos já posta pela divisão social do trabalho. Desse modo, a organização manufatureira do trabalho consegue “[...] alcançar o indivíduo em suas raízes vitais [na medida em que a divisão técnica do trabalho] fornece o material e o impulso para a patologia industrial” (MARX, 2013, p. 437).

Do ponto de vista da organização do trabalho e da produção sob a dominância do capital, a manufatura assume a feição de momento predominante, tendo em vista que, a partir dos princípios, métodos e também experiências concretas em um universo muito diversificado de unidades produtivas, seus aspectos predominantes tornaram-se ponto de partida para o desenvolvimento das formas ulteriores de organização da produção. O fato de que o momento predominante da organização do trabalho manufaturado é a disposição, controle e disciplinamento do trabalho manual, de modo a aperfeiçoar sua performance produtiva, contribuiu para o desenvolvimento do que mais tarde foi denominado de organização científica do trabalho. Esse aspecto foi analisado cuidadosamente por Moraes Neto (1989), que, ao polemizar com parte das análises sociológicas e econômicas sobre o processo de trabalho, busca

demonstrar que o taylorismo e o fordismo não se conformam ao estágio amadurecido de desenvolvimento da maquinaria, mas, antes, se caracterizam como aperfeiçoamento da exploração do trabalho manual surgida com a manufatura.

O desenvolvimento da grande indústria e maquinaria constituiu um revolucionamento embrionário no contexto da análise de Marx, do modo de produção por meio da evolução dos meios de trabalho. Como qualquer outra força produtiva, a maquinaria tem como finalidade fundamental a otimização do processo de extração de mais-valor.

Marx analisa as diferenças históricas entre ferramentas e maquinaria a partir da identificação do elemento movente da produção quando mediada por uma ou outra. Observa então que o emprego de ferramentas tem o ser humano como força motriz. Por outro lado, a maquinaria é posta em movimento pelo emprego das forças naturais que não as humanas (animais, água, vento, energia mecânica, elétrica etc).

Marx (2013) destaca ainda que a maquinaria é composta por três partes integradas: a máquina-motriz, que atua como força motora do mecanismo inteiro, gerando sua própria força ou recebendo o impulso de alguma força natural; o mecanismo de transmissão que possui a função de regular o movimento e transmiti-lo à máquina-ferramenta; e a máquina-ferramenta que se apodera dos objetos de trabalho e os modifica conforme uma finalidade produtiva. É a máquina-ferramenta que, de acordo com esse autor, faz nascer a revolução industrial no século XVIII.

A máquina-ferramenta subverte as condições de trabalho, na medida em que faz elevar a capacidade de realização de trabalho do ser humano. O trabalhador, por mais habilidoso ou polivalente que seja, possui um limite concreto para o uso de ferramentas, as condições naturais de seu organismo. A máquina não possui limites orgânicos e, por isso, tende a operar um número maior de ferramentas do que o ser humano, aumentando a eficiência do processo de trabalho.

Um processo de trabalho mediado pela máquina-ferramenta explicita o fato de que o capital incorpora toda a capacidade física e intelectual dos trabalhadores ao encarnar na maquinaria suas funções. Ao trabalhador subsumido à maquinaria, resta, “[...] além do novo trabalho de vigiar a máquina com os olhos e corrigir os erros dela com as mãos, o papel puramente mecânico de força motriz” (MARX, 2013, p. 448).

A maquinaria tende a suplantiar o elemento subjetivo da produção, tornando-o apenas um apêndice do mecanismo produtivo. O resultado da maquinaria como uma relação social de

produção implica num conjunto de custos sociais para a classe trabalhadora. O emprego de toda a família na produção em razão do rebaixamento das exigências de qualificação no trabalho e, conseqüentemente, a redução dos salários, o avanço das taxas de acidentes e de morte no trabalho ou em razão dos níveis elevados de exploração, a intensificação do trabalho, a alteração das jornadas de trabalho e a criação de uma rigorosa disciplina mediada pela dependência do trabalhador face ao movimento contínuo e uniforme da máquina são algumas das expressões dos efeitos da maquinaria sobre a classe trabalhadora.

Diferentemente do que se possa imaginar, sob o capital a maquinaria não reduz a penosidade e o sofrimento da labuta do trabalho. Sua função é reduzir o trabalho necessário à reprodução dos trabalhadores, aumentando o trabalho excedente, a produção de mercadorias e reduzindo o preço da força de trabalho. A redução da jornada de trabalho provocou o aumento na intensidade do trabalho danoso à saúde dos trabalhadores.

O sistema de máquinas se materializa então como o corpo da fábrica, ampliando em escala significativa a exploração da força de trabalho. De acordo com Marx (2013, p. 491),

a maquinaria, apropriando-se do trabalho de mulheres e crianças, aumenta o material humano sujeito à exploração pelo capital, de que maneira ela confisca todo o tempo vital do operário mediante a expansão desmedida da jornada de trabalho e como seu progresso, que permite fornecer um produto imensamente maior num tempo cada vez mais curto, acaba por servir como meio sistemático de liberar, em cada momento, uma quantidade maior de trabalho, ou de explorar a força de trabalho cada vez mais intensamente.

No processo de produção da fábrica automatizada, a capacidade de rendimento das ferramentas se autonomiza em relação às limitações orgânicas, intelectuais e morais da força humana de trabalho. O mecanismo automatizado se torna, então, sujeito da produção “[...] e os operários só são órgãos conscientes pelo fato de estarem combinados com seus órgãos inconscientes, estando subordinados, juntamente com estes últimos, à força motriz central” (MARX, 2013, p. 491).

O trabalhador torna-se peça do mecanismo e passa a cumprir um papel de serviçal do mecanismo maquinal. Como o sujeito da produção é o mecanismo automático, os trabalhadores são objetivados, reificados, e seus gestos, movimentos, habilidades, sentimentos, afetos e emoções, pensamentos devem seguir a ordem da determinação dos ritmos, cadências e funções desencadeadas pela maquinaria. Nas condições da produção moderna se expressa a mais elevada

feição da mortificação do trabalho vivo, na medida em que na fábrica “[...] tem-se um mecanismo morto, independente deles e ao qual são incorporados como apêndices vivos” (MARX, 2013, p. 494).

Na continuidade dessa afirmação, Marx sintetiza o processo de coisificação dos trabalhadores no trabalho determinado pela moderna produção fabril automatizada:

Enquanto o trabalho em máquinas agride ao extremo o sistema nervoso, ele reprime o jogo multilateral dos músculos e consome todas as suas energias físicas e espirituais. Mesmo a facilitação do trabalho se torna um meio de tortura, pois a máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas seu trabalho de conteúdo. Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador; porém, apenas com a maquinaria essa inversão adquire uma realidade tecnicamente tangível. Transformado num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva. A cisão entre as potências intelectuais do processo de produção e o trabalho manual, assim como a transformação daquelas em potências do capital sobre o trabalho, consoma-se, como já indicado anteriormente, na grande indústria, erguida sobre a base da maquinaria. A habilidade detalhista do operador de máquinas individual, esvaziado, desaparece como coisa diminuta e secundária perante a ciência, perante as enormes potências da natureza e do trabalho social massivo que estão incorporadas no sistema da maquinaria e constituem, com este último, o poder do “patrão” (master). (MARX, 2013, p. 494-495)

O trabalho de fundamento do processo de humanização é convertido pelas mediações sociometabólicas da propriedade privada, da divisão hierárquica do trabalho, do controle, dominação e disciplinarização dos trabalhadores na produção, da exploração da força de trabalho e da alienação em “trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de *autossacrifício*, de *mortificação*” (MARX, 2004, p. 83; grifos nossos). A repressão das energias físicas e espirituais esvazia o trabalho de conteúdo e de sentido e, com isso, torna coisa a corporalidade dos trabalhadores e trabalhadoras.

A corporalidade, como atividade prática sensível, como práxis, se constitui como o complexo de capacidades físicas e mentais que existem na personalidade viva dos homens e mulheres que trabalham. Esse complexo de capacidades e potencialidades resulta, pois, de toda a história humana⁷⁶, pois contém, no seu interior, a síntese da humanidade objetivada em sentidos,

⁷⁶ - E mesmo da unidade entre história natural e história humana, conforme análise de Marx e Engels (2007), ainda que, no interior do ser social, o afastamento permanente das barreiras naturais torne a história humana o momento predominante em sua relação com a processualidade evolutiva da natureza.

percepções, pulsões, capacidades, afetos, paixões, emoções, consciência, enfim, as *forças essenciais humanas* (MARX, 2004), ainda que de forma limitada pelas determinações da sociabilidade do capital. E é esse complexo que todo ser humano põe em ação na produção de qualquer valor de uso. Na medida em que o trabalho passa a ser determinado pelas relações sociais assentadas na produção e reprodução da mercadoria, o trabalhador se torna mercadoria e sua corporalidade passa a ser consumida pelo capital na produção, assim como sua personalidade viva, sua individualidade humana.

Como o capital não pode ser produzido e reproduzido sem que faça o trabalho vivo entrar em ação, como força de trabalho empregada na produção de uma determinada mercadoria, tem-se um processo permanente de decomposição do trabalho vivo por meio de seu consumo e exploração e, conseqüentemente, a necessidade de sua recomposição para que o ciclo produtivo permaneça em movimento. A questão é que, pelo lado do trabalho, a decomposição do trabalho vivo significa o desgaste operário, a degradação de sua própria vida, quando não a morte.

A recomposição do trabalho vivo, isto é, dos trabalhadores e trabalhadoras que põem em ação o ciclo produtivo do capital corresponde a um conjunto de necessidades formativas que deve ser realizado a fim de que a força de trabalho seja reproduzida. Tais necessidades implicam desde as condições básicas de reprodução do organismo humano por meio da alimentação, do abrigo, do descanso e da procriação, até as formas mais complexas que envolvem a elevação e a conservação da condição humana. É preciso considerar, no entanto, que, ao mesmo tempo e de forma contraditória, a satisfação destas necessidades atende aos imperativos da produção capitalista de acordo com as exigências postas pelos avanços das forças produtivas. Estas últimas envolvem formação intelectual, instrução técnica e tecnológica, educação corporal, cuidados com a saúde, formação ético-política e estética, enfim, formação humana.

As necessidades formativas que respondem à dinâmica da reprodução dos trabalhadores e trabalhadoras como força de trabalho e, ao mesmo tempo, contribuem para a formação humano-genérica são materializadas ao longo da história pela mediação de uma multiplicidade de instituições. O Estado e seus aparelhos privados de hegemonia (as escolas, igrejas, sindicatos e partidos, mas também hospitais, centros culturais, centros recreativos e de lazer, etc.) são aqueles mais evidenciados quando se busca compreender a dinâmica da reprodução da força de trabalho no âmbito das sociedades capitalistas. No entanto, no âmbito da produção mesma, ocorrem importantes mediações educativas que precisam ser apreendidas

concretamente se se quer compreender a cadeia de determinações implicadas no processo de reprodução dos trabalhadores como mercadoria força de trabalho.

Para além da apropriação do *métier* inerente ao ofício, das técnicas envolvidas na produção e dos hábitos subjetivos necessários à produção, aprende-se a ser trabalhador e trabalhadora assalariados nas diversas formas de processo de trabalho.

Como afirma Brohm (1975, p. 141), com o advento do sistema capitalista, o corpo muda fundamentalmente de estatuto social e passa a ser concebido como força produtiva, como tecnologia. O corpo assume seu significado em razão do lugar que ele ocupa no processo de produção. Desse modo, com o processo de produção capitalista, pela primeira vez é sistematizada a ideia de uma preparação do corpo no trabalho, de uma aprendizagem tecnológica. “Isto se opera por meio de uma formalização dos gestos e uma racionalização do movimento.”

Sob uma perspectiva analítica distinta, Gleyse (1992) aponta também que o modo de organização do trabalho incide nos discursos sobre os corpos e nas práticas corporais. Exemplifica o argumento demonstrando o fato de que a manufatura nascida no século XVIII condicionou largamente a reificação do corpo, transpondo a manufatura para o nível da corporeidade. No decorrer de racionalização do trabalho, do emprego da maquinaria e da evolução da tecnologia empregada na produção, são desenvolvidos discursos e práticas de educação do corpo dentro e fora do trabalho.

A corporalidade dos trabalhadores submetida aos processos de trabalho organizados pelo capital, seja no contexto da manufatura ou da grande indústria e da maquinaria desenvolvidas, expressa concretamente um caráter maquinal, constituindo a base objetiva de discursos, elaborações pretensamente científicas e ideologias que compreendem os seres humanos, sobretudo aqueles e aquelas que vivem da venda de sua força de trabalho, como “máquinas humanas”. A figura do “motor humano” é constitutiva de um significativo investimento político e científico entre o final do século XIX e início do século XX, representativa da forma corrente de emprego da força de trabalho na produção industrial do período. É essa mesma representação do ser humano como máquina animada capaz de produzir trabalho que vai sustentar, também, discursos e práticas de educação do corpo (GLEYSE, 1992, p. 8).

A corporalidade dos trabalhadores se torna alvo de ações educativas que nascem na fábrica, como parte do projeto hegemônico burguês. Há uma homologia entre projetos educativos

surgidos no período, notadamente a educação física, e as formas de organização e administração do trabalho e da produção. Como observa Brohm (1975, p. 141),

A educação física, enquanto transmissão de técnicas do corpo, é tornada preparação do corpo no trabalho. A tecnologia do corpo, sistematizando as formas fundamentais do movimento e os racionalizando, se torna uma necessidade: racionalização da utilização de energia, racionalização dos gestos, racionalização de sua aprendizagem (ergonomia, learning, taylorismo, etc.).

E essa aprendizagem envolve, além dos elementos acima aludidos, um conjunto multifacetado de incorporação de gestos, atitudes, comportamentos, habilidades e hábitos, bem como de exigências de cuidados com a saúde e de educação corporal que permeiam desde a forma autônoma dos trabalhadores “cuidarem de si” na produção até os modos pelos quais o capital dispõe um conjunto de tecnologias para educar os trabalhadores para a produção. Portanto, nas formas de organização do processo de trabalho originam-se pedagogias do corpo no trabalho como base importante da pedagogia industrial do capital.

CAPÍTULO III

PROCESSOS DE TRABALHO, CORPO E FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES: A DIALÉTICA DA (DE)FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE VIVA DO HOMEM-QUE-TRABALHA

3.1. O problema da formação dos trabalhadores na produção do conhecimento: entre a escolarização e o processo de trabalho

A formação dos trabalhadores constitui-se como objeto histórico de conflito entre as classes sociais e suas frações por intermédio de mediações fundamentais, tais como as condições do desenvolvimento do conjunto das forças produtivas, a dinâmica interna da sociabilidade particular das formações socioeconômicas concretas com seus diversificados estágios de socialização da política (SOUZA, 2005), a correlação de forças entre as classes em presença e o estágio geral da riqueza produzida pelo gênero humano. Além das mediações fundamentais, isto é, estruturais, no processo de determinação das formas sociais de educação dos trabalhadores, concorrem para sua efetivação as expressões historicamente situadas no âmbito da especificidade das formações socioeconômicas particulares e as suas formas de regulação da reprodução interna da força de trabalho, as chamadas mediações específicas, como, por exemplo, as políticas e práticas dos sistemas educacionais; as estratégias de profissionalização; os mecanismos de assistência social; políticas de integração e de emprego etc. É nesse sentido que a problemática da formação das classes trabalhadoras tem sido pensada, desde pontos de vista distintos e, frequentemente, antagônicos.

Portanto, quando se problematiza a questão da formação dos trabalhadores, tanto o debate teórico-metodológico quanto as alternativas políticas são pensados a partir das contradições presentes nos processos de divisão sócio-técnica do trabalho, no plano da qualificação e desqualificação da força de trabalho, na relação entre escolarização e educação/ensino profissional. Questões estas que expressam os limites e possibilidades do desenvolvimento das relações entre trabalho e educação e trabalho e conhecimento (ou teoria e prática).

A formação da classe trabalhadora é apreendida, assim, em larga medida, seja na afirmação de que tais relações são fundadas numa divisão estrutural e na relação funcional entre

educação, mercado de trabalho e produtividade, seja de modo a apanhar o estabelecimento da unidade contraditória entre aqueles polos no plano da totalidade social.

A compreensão correta do processo de formação da classe trabalhadora precisa apanhar um conjunto de relações, processos e estruturas que extrapolem o sentido “restrito” de formação para o trabalho (SOUZA, 2005) e, portanto, ultrapassem a compreensão de educação como escolarização e/ou educação/ensino profissional como elementos determinantes da formação dos trabalhadores para o trabalho assalariado.

No entanto, parte significativa dos estudos sobre a relação entre trabalho e educação, ao abordar as relações entre mundo do trabalho e a formação da classe trabalhadora, trata, predominantemente, das implicações que os modelos de organização da produção e de sua gestão, oriundos das mudanças nas bases tecno-científicas e dos processos de reestruturação produtiva, produzem sobre as políticas educacionais, a qualificação profissional, a educação escolar e o trabalho pedagógico (KUENZER, 2002b; FRIGOTTO, 1998, 2002; SILVA JÚNIOR, FERRETTI, 2004). Outra vertente comum nesses estudos são as análises de como a nova morfologia do mundo do trabalho (complexo, heterogêneo, fragmentado e precarizado) provoca mudanças, tanto no estatuto teórico de análise das relações entre trabalho, economia e educação, como também na reconfiguração do sistema de ensino público (GENTILI, 1998, 2002; FRIGOTTO, 1995). Essa tendência de investigar os impactos das metamorfoses do mundo do trabalho na educação escolar (em suas diferentes modalidades e etapas) acaba por secundarizar, ou tornar menos recorrentes, investigações que problematizam as dinâmicas formativas presentes no interior do próprio processo produtivo.

Investigações que fizeram o balanço da produção científica da área trabalho e educação corroboram o fato de que as pesquisas orientadas por essa relação tratam predominantemente das problemáticas relacionadas à relação escola e trabalho (BOMFIM, 2006; MORAES, 2012; TREIN; CIAVATTA, 2009; HANDFAS, 2007). A produção do conhecimento sobre a relação entre trabalho e educação ainda permanece predominantemente centrada nos reflexos da produção capitalista (e de suas mudanças) na educação escolar, muitas vezes reproduzindo o que Arroyo (1991) analisou criticamente como escolacentrismo.

Mais recentemente, os estudos desta área se aproximaram e estabeleceram diálogos mais profícuos com pesquisas e temas da sociologia do trabalho, da economia do trabalho e da administração, muitas vezes acusando uma perda de identidade da problemática educativa face às

questões da reestruturação da produção, mundialização do capital e transformações no campo da teoria, como observam Kuenzer (2013) e Bomfim (2006). No entanto, ainda assim predominam na área os reflexos e/ou demandas do mundo do trabalho sobre a escolarização da classe trabalhadora, seja no ensino regular ou no profissional.

Silva Júnior e Ferretti (2004), chamando a atenção para a necessidade de um retorno à escola dos estudos sobre trabalho e educação, identificam que, durante a década de 1990, houve um movimento nesse campo temático de pesquisa em direção a investigações no local de trabalho alterado em função do reordenamento do mundo do trabalho. Tais iniciativas, segundo os autores, buscavam, no diálogo com a sociologia do trabalho, a economia do trabalho, as teorias da gestão e administração e da sociologia política, as explicações da mudança nas exigências educacionais diante de uma realidade social em mutação. Entretanto, compreende-se que a chamada ao retorno é descontextualizada, tendo em vista que esse deslocamento para o trabalho não tomou a proporção aludida pelos autores. Muitas dessas pesquisas buscavam, como principal objetivo, compreender de que modo as exigências de formação e qualificação, que nasciam da produção reestruturada, tinham desdobramento sobre as instituições escolares⁷⁷.

É compreensível essa verticalização sobre a instituição escolar na área trabalho e educação em função, dentre outras questões, do delineamento do próprio objeto de investigação na área de educação e da predominância da forma escolar como expressão moderna da prática educativa (SAVIANI, 2000; 2012; LIBÂNEO, 2010). Entretanto, é preciso destacar que esse procedimento de problematização e análise do processo de formação e qualificação dos trabalhadores determinado pela escola tende a embotar a perspectiva de compreendê-lo no conjunto e na hierarquia das suas determinações. Isto significa, inclusive, ir de encontro com a perspectiva de análise que passou a orientar hegemonicamente as pesquisas nesse campo, a partir da década de 1980, qual seja, a do trabalho como fundamento ontológico e histórico da formação do ser social (KUENZER, 1991; TREIN; CIAVATTA, 2009; HANDFAS, 2007).

Dos desdobramentos que o predomínio da educação escolar como principal tema dos estudos da relação trabalho e educação, destacam-se duas problemáticas: 1) a identificação da

⁷⁷ - Essa é uma questão central no próprio estudo que inaugura as análises da educação nas relações sociais de produção (KUENZER, 2002a). Outros estudos também apresentam a mesma questão, isto é, a busca da relação entre as mudanças no plano da organização e gestão dos processos de produção e de trabalho, o uso intensivo de tecnologias de comunicação e informação e da microeletrônica na produção e os reflexos disto na escolarização da classe trabalhadora. Estudos como os de Cruz e Bianchetti (2001), Campos (1996, 2002), Bianchetti (2001) são exemplares nesse sentido.

formação dos trabalhadores como um problema predominantemente articulado ao conteúdo da cognição e da consciência, compreendendo assim que, no âmbito da educação, a questão central está na distribuição igualitária dos conhecimentos que, por causa da sociabilidade capitalista, são apropriados de forma privada; 2) e, em decorrência da primeira, o entendimento da alienação do trabalhador é identificado com o processo de desqualificação, isto é, a expropriação do saber operário por intermédio da divisão técnica do trabalho e da subordinação do trabalhador aos meios de produção automatizados.

Evidentemente, os dois aspectos acima aludidos compõem a questão da formação dos trabalhadores, mas não constituem seu núcleo central. Ou seja, ainda que a formação dos trabalhadores exija o enriquecimento cultural por meio da apropriação de conhecimentos e saberes, e que, nesse processo, seja necessário suprassumir as relações sociais que imprimem a divisão hierárquica do trabalho, esses dois aspectos não esgotam e nem determinam o eixo central das contradições envolvidas na disputa pela educação da classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, porque, sob a ótica do capital, a reprodução da força de trabalho como trabalho assalariado exige mediações educativas que envolvem não apenas a adequação cognitiva e o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas uma complexa adaptação psicofísica que exige disposições, hábitos, interesses, gestos, afetos, sentimentos, comportamentos, valores, aptidões e capacidades que envolvem a corporalidade e a subjetividade do trabalho, como individualidade e coletividade.

Segundo, porque este nexos psicofísico é formado por um conjunto de relações sociais, cujas mediações envolvem, além das experiências coletivas e individuais no trabalho e fora da esfera do trabalho, a organização econômica, política e cultural da sociedade. As mediações institucionais são fundamentais para isso, notadamente aquelas que compreendem o Estado ampliado, isto é, a sociedade política que educa para a vida regulada pelo contrato ou pela força e coerção do aparato jurídico-militar e os aparelhos privados de hegemonia que nascem da sociedade civil e têm como função educar para a hegemonia no quadro de um bloco histórico determinado (GRAMSCI, 2001).

Portanto, a compreensão concreta da educação como processo de formação humana não pode partir da identificação entre educação e escola. De acordo com Enguita (1993, p. 12), a compreensão da formação dos trabalhadores, a partir da identificação abstrata entre educação e escola, constitui-se como uma plataforma ideológica na medida que apresenta o entendimento

que reduz a educação “em termos de *inculcação*, seja esta positiva e necessária ou negativa e arbitrária”. Nesse sentido, todas as análises que tomam o trabalho como categoria ontológica determinante dos processos de formação humana devem apanhar a escolarização como um momento importante, significativo, que tem implicações decisivas sobre a socialização dos trabalhadores de acordo com as necessidades da produção de mercadorias e também com a sociabilidade do capital; porém, a escolarização é, no interior da cadeia de determinações que caracterizam a sociedade do capital, um momento determinado do modo como essa mesma sociedade organizada administra os processos de produção e de trabalho.

Partindo de uma compreensão “antropológica do trabalho”⁷⁸, conforme a elaboração de Marx, Enguita (1993) afirma que o trabalho constitui-se como centro da relação do homem com a natureza e com os outros seres humanos. É o trabalho, portanto, o metabolismo entre homem e natureza, atividade eterna e necessária no processo de humanização do homem e da própria natureza. Desse modo, as formas sociais de organização do trabalho tendem a desencadear determinados processos formativos para formar o “tipo humano” necessário à produção e reprodução da sociedade e do indivíduo. Porém, no interior das relações societárias do capital, o processo de objetivação da humanidade posta pelo trabalho é, ao mesmo tempo, alienação e estranhamento face às mediações da subsunção do trabalho ao capital.

É assim que Minayo-Gomez (2012), ainda no final da década 1980, chamava atenção para o fato de que os estudos do campo trabalho e educação precisam investir em investigações sobre a educação que ocorre no processo de trabalho para dar consequência às aspirações de análises que apanham a totalidade das relações, processos e estruturas que condicionam a formação da classe trabalhadora para a produção capitalista e, também, as formas de resistência e luta dos trabalhadores no campo da formação humana. Para esse autor,

Existem alguns estudos em áreas do conhecimento como a Sociologia, Antropologia, Engenharia de Produção, Administração, entre outras, que abordam, a partir de diversos ângulos, questões relativas à dominação que tem lugar no processo de trabalho. Nesses estudos encontramos elementos valiosos para interpretar as consequências que derivam, para o trabalhador, da organização capitalista do trabalho: disciplina, desqualificação, monotonia, competição etc. Consideramos de suma importância trazer essa produção intelectual para o terreno da educação e trabalho, de forma a se constituir uma linha de estudo e pesquisa referida ao embate que se dá no interior dos diversos processos de

⁷⁸ - A expressão concepção “antropológica do trabalho”, em Marx, apresentada por Enguita (1993), parece um contrassenso nesta tradição teórica. Porém, conforme apontamentos anteriores, Markus (2015) se utiliza da noção de antropologia para conceituar o fundamento histórico-materialista da concepção filosófico-“antropológica” da formação do ser humano em Marx.

trabalho existentes na produção de bens e serviços. Isso supõe que, além de considerar o processo de socialização para o trabalho veiculado na escola, é necessário ter em conta que é no próprio processo de trabalho que tem lugar essa socialização imediata, através das diferentes expressões de resistência e subordinação da força de trabalho. (MINAYO-GOMEZ, 2012, p. 59-60)

O trabalho de Acácia Kuenzer (2002a), que resultou de sua tese de doutoramento defendida em 1984, percorreu essa trilha e abriu o caminho para importantes pesquisas sobre a educação dos trabalhadores nas relações de produção. Os resultados do trabalho dessa autora identificaram que as determinações do processo produtivo mediado pelas formas de organização e gestão inerentes ao modelo fordista-taylorista de acumulação (re)produzia uma determinada pedagogia, formas educativas tendo gênese e se desenvolvendo desde o chão da fábrica.

No entanto, as investigações de como as mudanças nos padrões de acumulação e nos modelos produtivos afetam a subjetividade do trabalhador permaneceram como objeto predominante da Sociologia do Trabalho, da Economia do Trabalho, da Engenharia de Produção, Administração e da Psicologia do Trabalho, evidenciando campo aberto à exploração investigativa nos estudos da área trabalho e educação⁷⁹.

É possível notar essa dificuldade dos estudos da área trabalho e educação em desenvolver e aprofundar pesquisas a respeito do processo de trabalho e de suas formas de organização na literatura sociológica e econômica que tratam do assunto. Exemplo disso é a coletânea de textos organizada por André Gorz (2001), na segunda metade dos anos 1970, que, sob o mote da crítica à divisão do trabalho, analisa as estratégias operárias, os desdobramentos da manufatura e da automação sobre a composição e identidade da classe trabalhadora, a relação entre fábrica e escola, o papel opressor dos técnicos e dirigentes nas fábricas e as lutas pelo controle e democratização da produção. Nessa coletânea, a questão da educação aparece, mas como algo que contorna o processo de trabalho. A socialização no trabalho, assim como em boa parte dos estudos em sociologia do trabalho, é apresentada nos textos dessa coletânea como um processo educativo informal que ocorre pelo fato de que as relações que acontecem no espaço produtivo, de algum modo, formam os trabalhadores.

⁷⁹ - Por meio de consulta à produção do GT Trabalho e Educação das reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) desde o ano 2000 até 2012, aos resumos de teses e dissertações disponíveis no banco de teses da CAPES (<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses.do>) do mesmo período, a periódicos da área da educação e à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br/>), verificou-se a quase inexistência de estudos sobre as dinâmicas educativas presentes no processo de trabalho na produção acadêmico-científica da Educação.

Outra obra interessante para verificar a ausência de pesquisadores do campo da educação no debate sobre o processo de trabalho é o livro publicado pela Conferência de Economistas Socialistas sobre o *Processo de trabalho e estratégias de classe* (VV.AA., 1982), que também veio a público em meados de 1970. Nesse livro, economistas, sociólogos, historiadores, cientistas políticos e sindicalistas discutem o desenvolvimento dos processos de trabalho, suas mudanças e os reflexos disso sobre a organização política da classe operária. Uma ampla discussão interdisciplinar é estabelecida, porém, dentre as diversas disciplinas envolvidas, a educação se situa como aquela que não se apresenta no debate.

O exemplo dessas duas coletâneas que debatem o processo de trabalho e, de algum modo, traçam perspectivas analíticas sobre o problema educacional expressa uma dupla questão: a primeira é a de que os trabalhos no campo da sociologia e economia do trabalho, embora tratem da educação numa perspectiva ampla e vinculada aos seus objetos e problemas, não conseguem apanhar as especificidades das pedagogias do trabalho que acontecem no espaço produtivo, isto é, as formas sistematizadas, metódicas e intencionais de educar os trabalhadores na produção; a outra é que a contribuição que as investigações da área da educação podem dar sobre a pedagogia do trabalho no espaço produtivo exige ainda maior desenvolvimento e uma interlocução mais efetiva com os estudos do trabalho⁸⁰.

Como se pode notar, apesar de a área denominada de trabalho e educação compreender que os processos formativos desenvolvidos nas relações de produção devem ser analisados como parte constitutiva da questão da educação dos trabalhadores, esta ainda é uma problemática tangenciada em pesquisas educacionais⁸¹. Essa é uma lacuna que interfere diretamente na capacidade da área de estudos trabalho e educação compreender corretamente os processos

⁸⁰ - A questão aqui apontada merece maior desenvolvimento, exigindo um esforço que não é possível realizar neste estudo. Porém, é perceptível que muitas vezes se processa um diálogo truncado entre as áreas de investigação que desenvolvem sobre os estudos do trabalho, especialmente no que diz respeito à temática da educação. Em sociologia e economia do trabalho, a questão da educação geralmente é tomada a partir da problemática da qualificação para o trabalho ou da relação entre educação, trabalho e emprego, excluindo as pertinentes descobertas das pesquisas educacionais sobre as pedagogias do trabalho que ocorrem no universo da produção. Na área da educação, ou ocorre uma predominância da questão da escolarização ou uma “colonização epistemológica” dos estudos da sociologia e da economia do trabalho na área – como observam criticamente Kuenzer (2012) e Arroyo (2012) – perdendo assim seu objeto central, a formação humana e seus modos concretos de efetivação. Um diálogo mais efetivo e de mútua contribuição entre esses campos tende a enriquecer a compreensão do multifacetado e complexo mundo do trabalho.

⁸¹ - Para uma análise interessante sobre como os estudos na sociologia da educação se identificam com a investigação sociológica dos tempos, espaços e relações que acontecem na escola e os limites dessa abordagem para se compreender os processos educacionais que se efetivam no interior do complexo de relações sociais realmente existentes, ver Sposito (2003). Sobre a mesma questão, relacionando diretamente com o mundo do trabalho, ver Ropé e Tanguy (1997).

formativos da classe trabalhadora, pois perde a mediação fundamental do *trabalho como processo educativo*⁸². Por outro lado, as pesquisas sobre o processo de trabalho também acabam por carecer de uma perspectiva educacional em suas análises, capaz de identificar as práticas intencionais e sistematizadas de formação dos trabalhadores desenvolvidas no interior da produção, sob a mediação do conflito entre capital e trabalho. É, sobretudo, no processo de trabalho que se originam fenômenos como os da alienação, do fetichismo e da reificação que determinam a constituição de homens e mulheres em mercadorias. Por outro lado, é também nos processos de trabalho que a solidariedade de classe tem seus primeiros momentos, quando trabalhadores se identificam no sofrimento comum e começam a perceber o que ou quem os inflige e por que o fazem, e, em consequência, se educam politicamente como classe.

3.2. Formação dos trabalhadores: a corporalidade, a subjetividade e o trabalho como mediação educativa

Considerada a problemática sobre a produção do conhecimento e a formação dos trabalhadores no âmbito da área da educação e da sua ambivalência entre a escola e os processos de trabalho, neste tópico passa-se a considerar os avanços daquelas investigações que tomam as relações de produção como relações educativas e o trabalho como processo educativo. Busca-se apreender o rico desenvolvimento categorial dos estudos educacionais sobre as pedagogias do trabalho capitalista e suas implicações sobre a formação da individualidade humana, especialmente a questão da unidade entre corporalidade e subjetividade.

O predomínio das investigações a respeito das relações entre trabalho, educação e escolarização da classe trabalhadora não impediu, no entanto, o florescimento de investigações que procuraram ampliar as problemáticas significativas que envolvem a formação dos trabalhadores a partir de sua manifestação nas relações de produção e no conjunto da prática social, especialmente em movimentos sindicais e sociais (KUENZER, 1991). Da perspectiva que interessa neste trabalho, são as investigações sobre o processo de trabalho como tempo-espaço

⁸² - Usa-se a expressão *trabalho como processo educativo* como categoria ainda em processo de construção. Tal categoria não possui a intenção de polarizar com outra, bastante polêmica e de larga tradição nos estudos sobre trabalho e educação fundamentados no marxismo, qual seja, o *trabalho como princípio educativo*. Pensar o trabalho como *processo educativo* é entendê-lo como realidade histórico-material em que, no metabolismo entre seres humanos e natureza, homens e mulheres se educam e são educados. Tal processo, por ter uma efetividade histórica, é mediado por muitas determinações, dentre as quais a forma predominante de organização social da produção.

fundamental da formação dos trabalhadores inauguradas pelo polêmico ensaio teórico escrito por Salm (1980).

O trabalho de Salm (1980), embora produzido como tese no campo da economia, teve repercussão significativa no âmbito do debate educacional. A tese fundamentada na textualidade teórica de Marx buscava demonstrar que a necessária fragmentação e simplificação do processo de trabalho pelo capital exigia a composição de uma força de trabalho desqualificada, tornando a escola uma instituição não funcional à lógica de acumulação do capital. O eixo de seu argumento era o de que o capital tem, no processo de trabalho, a sua principal “escola” de formação da força de trabalho necessária. A partir da demonstração desse argumento, o autor busca invalidar as teorias do capital humano em voga naquele período.

A polêmica gerada pela tese de Salm (1980) abriu um debate a respeito da função econômica da educação escolar. Frigotto (2001), em trabalho clássico nesta área, reexamina as relações entre a educação escolar e a estrutura socioeconômica capitalista fundamentadas no mesmo referencial teórico (com mediações conceituais oriundas do pensamento de Gramsci), demonstrando que a produtividade da educação escolar se materializa justamente na sua improdutividade.

A prática educativa, para Frigotto (2001), não estabelece uma relação imediata com as relações de produção, porque sua atividade frequentemente não produz mais-valor. A relação entre prática educativa escolar e relações sociais de produção é mediada pelas dimensões técnicas e políticas da educação. Do ponto de vista da reprodução da força de trabalho com níveis de qualificação rebaixados, a escola de má qualidade, improdutiva pela mediação da socialização rebaixada do saber, é indiretamente produtiva para o capital.

Esse debate desenvolvido entre o final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980 estabeleceu a tendência fundamental do conhecimento produzido acerca das relações entre trabalho e educação, qual seja, as relações entre escola e trabalho. É importante observar que esse não é um debate que se realiza apenas no universo da produção acadêmica, pois expressa o conteúdo e a forma de parte significativa das políticas educacionais, de qualificação profissional e de emprego promovidas pelo Estado ou pelas frações organizadas do empresariado e mesmo dos sindicatos dos trabalhadores⁸³. Obviamente que não é objetivo deste trabalho estabelecer uma

⁸³ - Segnini (2000) problematiza as relações lineares e causais que organismos internacionais, Estados e o setor empresarial estabelecem entre educação, trabalho e desenvolvimento. Demonstra que as mediações relacionadas às mudanças na organização da produção, nos mercados de trabalho, na composição da força de trabalho, nas questões

análítica das linhas temáticas e dos principais problemas tratados nesse campo, mas demonstrar o caráter secundário, ainda que importante, da educação no trabalho nas investigações educacionais.

Na perspectiva de pesquisar as ações educativas que ocorrem no âmbito dos processos de organização do trabalho e da produção, a investigação que Acácia Kuenzer realizou na década de 1980 acerca das ações educativas materializadas no contexto da produção fabril se tornou o ponto de partida para as pesquisas ulteriores. A partir de um desenho investigativo comum à sociologia industrial e do trabalho (o estudo de caso no chão de fábrica, com observação sistemática, entrevistas e questionários propostos a diferentes sujeitos implicados na produção, análise de documentos etc.), Kuenzer (2002a) estabeleceu um paradigma de investigação sobre as relações educativas na produção.

A qualidade, a riqueza e a multiplicidade de estudos que surgiram na área a partir desse trabalho precursor demonstram as condições de possibilidade da investigação sobre os processos de formação que ocorrem no interior do trabalho, a partir das problemáticas relativas à questão da formação da classe trabalhadora. Estudos em diversos setores foram desenvolvidos, buscando apreender os processos e projetos de educação dos trabalhadores no âmbito das formas de organização do trabalho, como as mediações entre a formação no trabalho e as exigências para a educação escolar.

A diversidade de temas e setores demonstra um conjunto de investigações importante sobre os processos de formação dos trabalhadores no universo da produção. É possível identificar alguns deles, no sentido de demonstrar a continuidade e o desenvolvimento das pesquisas sobre os processos educativos nas relações sociais de produção.

A pesquisa desenvolvida por Machado (1995) busca apreender de que modo as mudanças nas formas de organização e gestão da produção implicam na alteração do conteúdo e da forma da pedagogia fabril, especialmente em torno do problema da qualificação entendida como uma relação social e um campo de disputa no interior da relação entre capital e trabalho. A pesquisa realizada em uma indústria multinacional eletrônica, instalada em Minas Gerais, identifica um processo de reordenamento educativo imanente às estratégias de reestruturação produtiva na empresa.

de gênero são constitutivas da relação entre educação, trabalho e desenvolvimento e que, sem o estabelecimento correto dessas mediações, cria-se uma tendência a fetichizar o campo educacional como gerador de emprego e desenvolvimento econômico.

Outra investigação que busca compreender as metamorfoses na pedagogia do trabalho capitalista foi realizada por Mourão (2006) em empresa de Manaus. Tendo como instância empírica uma multinacional, a autora busca analisar a noção de empresa qualificante e a ideologia da formação por competências como parte da pedagogia do trabalho reestruturado.

Já a formação dos trabalhadores em empresa agroindustrial é objeto de estudo de Cruz e Bianchetti (2001). Nesse estudo, os autores analisaram os processos de formação e escolarização dos trabalhadores mediados pelas transformações tecnológicas, organizacionais e gerenciais da empresa Sadia, sediada em Santa Catarina. Os resultados dessa pesquisa demonstram a vinculação direta das escolas onde os trabalhadores dessa indústria estudavam e a sua instrumentalização por parte da empresa.

Segundo Bianchetti (2001), as relações entre o emprego das novas tecnologias de base microeletrônica e digitais refletem em mudanças substanciais na qualificação dos trabalhadores de uma empresa telefônica que passou pelo processo de privatização. O estudo estabelece uma rica análise sobre a dinâmica entre saberes tácitos dos trabalhadores e aqueles conhecimentos vinculados à qualificação formal e demonstra que as empresas (organizações qualificantes) se tornaram elas mesmas locais sistematizados de qualificação. Conclui sobre o novo nexos entre escola e empresa, mais integrado e funcional com relação aos objetivos das corporações.

Um outro conjunto de pesquisas procurou analisar as novas técnicas, procedimentos, mecanismos e estruturas de gestão e organização do trabalho reestruturadas como parte da recomposição da pedagogia do capital na produção. As pesquisas de Lombardi (1999), na indústria metal-mecânica e eletrotécnica, de Stein (2007), no setor petroquímico, de Pellegrini (2010) e de Tomizaki (1999), numa indústria de linha branca produtora de eletrodomésticos, analisam, a partir de diferentes problemáticas e análises, que o desenvolvimento de novas pedagogias disciplinares, intensivas, de produção do comprometimento, corporativa e manipulativa são constitutivas da nova feição da pedagogia industrial do capital.

Essas investigações demonstram que a relação entre trabalho e educação se constitui numa esfera mais larga no interior da totalidade do ser social do que a tradicional compreensão relacionada aos investimentos públicos e privados em escolarização, treinamento e profissionalização e seus vínculos com os níveis de produção, riqueza, rendimentos e desenvolvimento econômico; vínculos estes estabelecidos pelo pensamento econômico

hegemônico do capital, cujas expressões ideológicas e políticas mais sensíveis são materializadas pela chamada teoria do capital humano⁸⁴.

Uma concepção ampliada da relação entre trabalho e educação é constituída, a princípio, na crítica teórica e prática da lógica, orientação e ações fundadas na perspectiva da economia da educação⁸⁵. Tal crítica se orienta pela negação da negação do projeto pedagógico das relações capitalistas de produção; negação da negação porque busca superar o projeto e a prática educativa burguesa que nega o conteúdo da educação como processo de humanização e socialização da riqueza cultural, científica e técnica produzida pelo gênero humano e subsume a formação dos trabalhadores à condição restrita de *fator de produção*.

É a partir da crítica à relação entre trabalho e educação que se desenvolve no interior da sociabilidade burguesa, que se pode compreender que a educação da classe trabalhadora é materializada sob a determinação de dois aspectos: um sentido ampliado e outro restrito de formação para o trabalho. A esse respeito, Souza (2005, p. 16-17) afirma o seguinte:

No primeiro aspecto [ampliado], a formação para o trabalho refere-se às ações educativas da sociedade capitalista contemporânea que têm em vista a conformação técnica, política e cultural da força de trabalho às necessidades da civilização urbano-industrial presididas pela lógica científica da organização do trabalho e das relações de produção.⁸⁶ [...] Já no sentido estrito, a formação para o trabalho no mundo

⁸⁴ - Theodore Schultz (1973, p. 79), um dos mais importantes e influentes teóricos da teoria do capital humano, expõe a compreensão de educação subsumida à necessidade de formação de força de trabalho, afirmando que aquela se constitui como “[...] uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo.” E, a partir desse pressuposto, determina a função social da educação: “Proponho, por isso mesmo, tratar a educação como um investimento e tratar suas consequências como uma forma de capital. Dado que a educação se torna parte da pessoa que a recebe, referi-me-ei a ela como *capital humano*.”

⁸⁵ - De acordo com Kuenzer (1991), a economia da educação é uma área de investigações surgida na década de 1960, com a finalidade de avaliar, investigar e propor ações no campo das políticas educacionais com base na teoria do capital humano. Suas fontes teóricas e ideológicas são fundamentadas na economia neoclássica, no positivismo e no estrutural-funcionalismo, no comportamentalismo behaviorista e na teoria liberal. O desenvolvimento dessa teoria tem se vinculado, de acordo com a autora, ao processo de generalização do processo de racionalização da produção e do conjunto da vida social por meio do desdobramento e enraizamento social da tecnologia e da administração científica.

⁸⁶ - A análise da formação dos trabalhadores, desenvolvida por Souza (2005), fundamenta-se na apreensão das concepções sustentadas pelo capital e pelo trabalho no interior da luta de classes e da disputa pela manutenção da hegemonia num quadro de crise orgânica do bloco histórico do capitalismo assentado nas bases monopolistas do século XX. Nesse sentido, o autor estabelece os limites das concepções em disputa e aponta, ainda, a incoerência presente do lado da ótica do trabalho, quando algumas de suas expressões políticas e ideológicas afirmam sua concepção de educação assentada num projeto humanista e abstrato, criticando a “educação para o trabalho”. Numa perspectiva ampliada de educação para o trabalho, isto é, na perspectiva histórica de concepção de educação organizada a partir do “trabalho como princípio educativo”, é necessário localizar a educação básica e, portanto, a escolarização, como tempo e espaço estratégico de socialização da capacidade de produção do conhecimento científico e tecnológico exigido ao estágio da racionalização do trabalho e às dinâmicas da sociabilidade em vigor,

contemporâneo refere-se a um ramo do sistema educacional destinado à permanente qualificação e atualização técnico-política e cultural da força de trabalho escolarizada, após o seu engajamento potencial ou efetivo no mundo da produção. [...] Nesta perspectiva, formação para o trabalho identifica-se com ensino técnico-profissionalizante ou, conforme o discurso oficial, educação profissional.

O desdobramento necessário de uma concepção ampliada da relação entre trabalho e educação significa, portanto, a superação do projeto burguês de formação dos trabalhadores, em razão de que seu fundamento histórico é a reprodução da divisão técnica e social do trabalho em cada indivíduo que trabalha. Por isso, em primeira instância, tal concepção ampliada se materializa como crítica à relação entre trabalho e capital subsumida às determinações da mercadoria e da acumulação de capital.

A reprodução educacional da divisão técnica e social do trabalho produz e é produzida por uma concepção rompida da unidade orgânica constitutiva de cada indivíduo social, negando assim a compreensão da educação como processo de humanização, de formação humana. Por outro lado, uma concepção ampliada da relação entre trabalho e educação também carece da superação da perspectiva de que o vínculo social entre trabalho e educação se localiza fundamentalmente nas determinações do desenvolvimento das forças produtivas, do estágio histórico da organização do trabalho e do conjunto das relações sociais de produção sobre a forma e o conteúdo da educação escolar⁸⁷. A relação entre trabalho e educação compreende a totalidade das “[...] formas através das quais o trabalhador, contraditoriamente, se educa/deseduca, no interior das relações de produção, com ou sem a mediação da escola” (KUENZER, 1991, p. 19)⁸⁸.

assim como pela apropriação de objetivações humanas apropriadas privadamente pelo capital e seu vínculo com a luta pela redução da jornada de trabalho e elevação intelectual e moral da classe trabalhadora.

⁸⁷ - Arroyo (2012, 1991), Minayo-Gomez (2012) e Enguita (1993) tecem críticas à produção teórica que tende a “escolarizar” a relação entre trabalho e educação, reduzindo a complexidade do processo amplo de formação e degradação humana determinada pela forma capitalista de organização do trabalho às determinações econômicas e tecnológicas sobre a política e a prática educativa escolar. Frigotto (2001) e Kuenzer (2002a; 1991) também observam que a relação entre trabalho e educação tem como seu corolário a centralidade do trabalho e a perspectiva da totalidade, o que significa localizar tal relação num complexo de mediações que envolvem a escola, mas também um conjunto de mediações mais amplas como as relações de produção, o trabalho mesmo, a família, as atividades culturais e de lazer e o papel exercido pelas instituições e o Estado na socialização da classe trabalhadora.

⁸⁸ - Ainda que, no âmbito da produção teórica, parte significativa dos autores que se fundamentam no materialismo histórico dialético para analisar, compreender e explicar a relação entre trabalho e educação aponte a necessidade de pensar a formação dos trabalhadores a partir de um conjunto de mediações que ultrapasse o universo escolar, é predominante esse enfoque sobre os reflexos da composição e dinâmica do mundo do trabalho sobre o universo escolar. Moraes (2012, p. 16), em balanço feito sobre a relação trabalho e educação na produção teórica brasileira, afirma que: “Grande parte das pesquisas dirige-se, hoje, à análise teórica da relação entre educação e trabalho e das políticas públicas relacionadas, em particular, ao ensino médio, geral e técnico, no interesse, sobretudo, da

A concepção hegemônica da formação dos trabalhadores, isto é, o projeto burguês de educação para as classes trabalhadoras, toma como referência “antropológica”, em larga medida, a noção de *homo economicus* vinculado ao *homo faber* distanciado, o quanto necessário, do *homo sapiens*. Daí a noção, supracitada, de unidade orgânica rompida do indivíduo social, pois a unidade entre pensamento e ação constitutiva do trabalho é intencionalmente clivada pelas formas de organização do trabalho subsumidas à *ratio* do capital, desde a cooperação simples até a forma social da maquinaria e da grande indústria ou às condições do trabalho mediado pelas tecnologias da informação e da comunicação.

A concepção de ser humano cindido em razão da divisão social e técnica do trabalho projeta e desenvolve a educação daqueles que operacionalizam o trabalho produtivo (seja ele manual ou intelectualizado) baseado na perspectiva restrita da instrução. A educação reduzida à instrução busca instrumentalizar homens, mulheres e crianças para a produção imediata de mercadorias, visto que os mesmos são compreendidos a partir de sua *função* no conjunto das relações econômicas do capital. Tal função é substanciada pelo fato de que os trabalhadores mesmos sejam objetivados e reificados pela relação social do capital como mercadoria força de trabalho.

Do ponto de vista histórico, essa concepção sofre diversas alterações movidas pela correlação e determinação recíproca entre o desenvolvimento das condições técnicas e científicas da produção, a organização social que dá suporte ao processo de produção capitalista e as lutas e conflitos sociais. Não obstante suas alterações e metamorfoses, a perspectiva da *economia política do capital*⁸⁹ (MÉSZÁROS, 2009) determina os projetos, instituições, políticas e práticas de formação *destinadas* às classes subalternas.

construção de uma proposta de organização escolar que retome as concepções de educação integrada ou politécnica no ensino de nível médio – tanto na idade adequada quanto na modalidade EJA – e possa promover a integração entre trabalho, ciência, técnica/tecnologia e cultura.”

⁸⁹ - De acordo com Mézáros (2009), as teorias predominantes na era do capital continuam a ter como referência de classe a personificação do capital. É a situação histórica dessa classe como força hegemônica consolidada da formação social dominada pelo capital que se definem as características metodológicas fundamentais das teorias surgidas na referência de classe da burguesia. Sua tese fundamental, neste texto, é demonstrar os nexos e determinações recíprocas entre a estrutura social do capital e as formas de consciência expressas no plano do conhecimento. No interior dessa análise, o autor destaca o ponto de vista da economia política do capital como expressão teórica das estruturas e dinâmicas do capital. O ponto de vista da economia política naturaliza e eterniza as relações sociais capitalistas e tem seu método socialmente determinado pelos seguintes pressupostos: 1) orientação programática para a ciência; 2) tendência geral ao formalismo teórico; 3) a perspectiva da individualidade isolada; 4) determinação negativa da filosofia e da teoria social; 5) supressão da temporalidade histórica; 6) matriz categoria dicotômica e dualista sobre a filosofia e a teoria social; 7) postulado da unidade e da universalidade como elementos que transcendem a necessidade de apreensão das mediações reais.

Por isso, no âmbito da aparência, o conteúdo da formação das classes trabalhadoras se metamorfoseia, é modificado e adequado de acordo com as necessidades da configuração produtiva. Metamorfoses, como observa Castel (2008, p. 26), significam a “[...] dialética do mesmo e do diferente [...]”, isto é, é um processo que evidencia transformações históricas de uma determinada relação social, sublinhando que as principais cristalizações comportam o “[...] novo e [o] permanente, ainda que sob formas que não as tornam imediatamente reconhecíveis.” Aquilo que é apresentado, em determinadas conjunturas, como uma nova realidade, uma nova legalidade no interior das relações sociais que comportam a formação de trabalhadores e trabalhadoras, tem um caráter de aparência, de um *fetichismo da novidade* (DRUCK, 2011). Concretamente, a forma da educação dos trabalhadores se metamorfoseia, mas seu conteúdo permanece relacionado ao modo de produção do capital e suas necessidades em termos de reprodução de força de trabalho.

As realizações históricas nesse campo podem ser apreendidas pelo debate em torno de sínteses conceituais, tais como educação/ensino profissional, formação técnica/profissional, qualificação, competências, capital humano etc.; sínteses conceituais estas que expressam, na história da sociedade do capital, a predominância da perspectiva hegemônica de socialização dos trabalhadores e trabalhadoras de acordo com as necessidades da organização social produtiva do capital, no sentido de “[...] fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes [...]” (MÉSZÁROS, 2005, p. 35). Trata-se de organizar a educação como parte constitutiva das relações sociais de reprodução do trabalhador coletivo necessário à produção, do ajustamento do trabalhador assalariado à ordem social capitalista, como observa Moraes (1990).

A formação dos trabalhadores como assalariados assujeitados ocorre, de acordo com Moraes (1990), em todos os tempos e espaços nos quais as relações de produção capitalista se materializem. Para essa autora, a constituição e socialização do trabalhador assalariado é uma síntese de determinações sociais, políticas, econômicas, culturais, educacionais etc. A análise de tais processos de socialização dos trabalhadores assalariados exige, portanto, o estabelecimento das dimensões mediadoras de sua realização. Nesse sentido, tanto a escola como o tempo livre, a organização sindical, a experiência no bairro e familiar, bem como os processos de trabalho e as relações sociais na produção se configuram como dimensões mediadoras do processo socializador da classe trabalhadora.

Entretanto, os trabalhadores impõem resistência e luta frente ao capital. Além das determinações econômicas da luta de classes, isto é, do conflito que ocorre no interior da produção de mercadorias e das relações sociais de produção, a classe trabalhadora também se organiza politicamente em torno das demandas pelo domínio da produção, do conhecimento e de si mesmo como seres humanos nas formas históricas de lutas, resistências e formulações políticas e teóricas (ENGUIA, 1993; PONCE, 2003; MANACORDA, 1991). Quando as forças do trabalho impõem resistência face às relações de dominação, elas formulam seus próprios projetos e práticas educativas, uma educação que tem o trabalho como princípio formativo.

Concretamente, a formação dos trabalhadores se materializa no interior dos vínculos e conexões entre o conjunto das *relações sociais de produção* e das *relações sociais de educação*. No interior do vínculo entre *relações sociais de produção* e *relações sociais de educação* há uma hierarquia de determinações incontornável, haja vista o caráter estrutural que cumpre, no interior da totalidade das relações sociais, a produção da vida material. Como afirma Marx (2009), as relações sociais de produção consistem numa totalidade de relações correspondente à produção da vida material e a sua expressão no âmbito institucional, ideativo e cultural. Diz o autor:

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2009, p. 47)

O complexo histórico e dinâmico, que estrutura as formas sociais como os seres humanos produzem e reproduzem sua vida material, isto é, as relações sociais de produção, ao condicionar a vida social, política e intelectual, condiciona também as formas como as sociedades concebem e materializam os processos de educação. Nesse sentido, o processo de formação humana (e suas derivações estranhadas) é sempre um processo de produção de homens e mulheres, efetivados sob as mediações das condições econômicas de produção e das formas ideológicas correspondentes. É necessário considerar, ainda, que os condicionamentos entre quaisquer esferas da vida social e, portanto, nas relações que se estabelecem entre economia (no sentido amplo da categoria, ou seja, de intercâmbio entre homem e natureza) e educação, se manifestam no interior

de vínculos de reciprocidade. Sendo assim, trabalho e educação cumprem, ambos, um caráter ontológico no interior da legalidade de ser social (MÉSZÁROS, 2005).

Uma questão significativa na relação entre a formação dos trabalhadores e as relações sociais de produção é que aquela se constitui, ao longo da história da sociedade capitalista, como objeto de disputa entre as classes sociais não apenas no ambiente escolar, mas na totalidade das relações sociais mediadas pela produção da vida material. Desse modo, todo o processo de reordenamento do processo geral de produção implica num conjunto de mudanças no interior das relações sociais, tendo como referência primordial destas mesmas relações os modos de organização social do trabalho. Consequentemente, o reordenamento da produção e das relações sociais tem como seu corolário central a formação de um “um novo tipo humano”, como destacou Gramsci (2001, p. 248) acerca das mudanças operadas no contexto estadunidenses no início do século XX.

Este é um processo que pode ser constatado, por exemplo, na expulsão dos camponeses de suas terras e na expropriação violenta dos trabalhadores ainda no princípio do capitalismo, processo esse denominado por Marx (2013) de acumulação primitiva. A expropriação dos meios de produção da vida material para a classe trabalhadora criou a compulsão para o trabalho assalariado⁹⁰, que geraria uma nova forma de sociabilidade. No entanto, a compulsão econômica⁹¹ exigia a ação conjunta do Estado no processo de formação da força de trabalho necessária à produção. A repressão à “vagabundagem” (que expressava uma infinidade de quadros sociais, como indigentes, inválidos, estrangeiros, andarilhos, mendigos, pessoas sem trabalho, crianças órfãs etc.), a formulação de legislações e regulamentos de obrigação ao trabalho nas chamadas *workhouses* na Inglaterra, o controle ou regulação da circulação de mão de obra são expressões mais ou menos impostas pelo Estado, pelas instituições sociais e religiosas e pelas próprias unidades de produção (MARX, 2013; ENGELS, 2008; CASTEL, 2008).

⁹⁰ - O processo histórico de constituição daquilo que Castel (2008, p. 41; *passim*) denominou de sociedade salarial, cujo trabalho assalariado se torna eixo central da sociabilidade burguesa, constituindo mediação que determina identidades pessoais e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, foi um processo de longa duração no interior da sociedade capitalista. No início mesmo da sociedade burguesa, o trabalho assalariado era compreendido como atividade indigna de quem não possuía um ofício e por isso deveria se submeter à venda de suas faculdades intelectuais e físicas para sobreviver.

⁹¹ - A compulsão econômica ao trabalho assalariado pode ser melhor compreendida pelo carecimento existencial de homens e mulheres que não podem reproduzir sua vida material senão vendendo sua própria vida reificada em força de trabalho.

O que, a princípio, tem um claro conteúdo coercitivo e disciplinador⁹², como o demonstra Perrot (1985) ao analisar as consequências das mudanças técnicas sobre o trabalho e a força de trabalho, é também (em menor medida naquele período) baseado em medidas de consenso caracterizadas por uma rede de instituições – alojamentos, alimentação, as *workhouses*, escolas, caixas de segurança, sociedades de lazer – com uma face de “aparente filantropia” cuja finalidade era, já no século XIX, “assegurar a estabilidade do pessoal, torná-lo devotado à empresa, afastá-lo do sindicato, criar um bom espírito na oficina” (PERROT, 1985, p. 22).

Ocorre então um lento processo de mudança dos “costumes” dos trabalhadores, entendendo-se costumes no sentido amplo de modo de vida e cultura, tal como análise desenvolvida por Thompson (1998). Os hábitos, comportamentos, formas de sentir, pensar e agir aos quais os trabalhadores precisam se adequar com o amadurecimento do modo de produção capitalista envolve um complexo de relações sociais que vai desde a internalização do tempo disciplinado da mecânica do relógio – expressão, no tempo social, do mecanismo fabril – até a disciplinarização de si mesmo e da vida em razão da produção fabril. Trata-se de um processo em que os trabalhadores *incorporem/encarnem* – tornem parte de sua corporalidade, de sua personalidade viva – as necessidades do trabalho assalariado e, por conseguinte, do capital. Esse processo passa por uma dinâmica de educação dos “costumes”, de tornar a sociabilidade do capital uma segunda natureza, como o demonstra Thompson (1998, p. 14) ao analisar o debate entabulado pelos escritos de Francis Bacon e Bernard Mandeville⁹³ a respeito dos costumes e educação dos trabalhadores:

Nos séculos precedentes, o termo “costume” foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra “cultura”. O costume era a “segunda natureza” do homem. Francis Bacon escreveu sobre o costume como a conduta inercial, habitual e induzida: “Os homens professam, protestam, comprometem-se, pronunciam grandes palavras, para depois fazer o que sempre fizeram. Como se fossem imagens mortas,

⁹² - “Obrigar esta mão-de-obra recalcitrante, indócil, habituada a controlar o seu processo de trabalho, à regularidade dos horários e dos ritmos, ao respeito pela ordem e pela hierarquia, à economia dos gestos e das palavras, à fixidez do corpo, operar uma verdadeira ‘domesticação’ industrial através da disciplina: tal é a função principal da fábrica, filha da manufactura. Para tal, ela apoia-se sobre todo um arsenal regulamentar, que prescreve os horários das entradas e saídas, as pausas, as interdições, a colocação de cada um e sanciona com multas cada falta à ordem.” (PERROT, 1985, p. 22).

⁹³ - Francis Bacon (1561-1626), filósofo inglês, considerado um dos precursores da ciência e da teoria política modernas. Bernard Mandeville (1670-1733), filósofo, médico, escritor anglo-holandês, intelectual que difundia em seus escritos a ideia de que os homens possuem tendências naturais ao egoísmo. Ambos podem ser considerados intelectuais orgânicos das classes dominantes, conforme Gramsci (2004), pois suas ideias e elaborações intelectuais serviram (e ainda servem) para cimentar as relações entre a estrutura das relações econômicas e sociais e suas expressões culturais, jurídicas e políticas.

instrumentos movidos exclusivamente pelas rodas do costume”. Para Bacon, portanto, o problema consistia em induzir melhores hábitos o mais cedo possível: “Como o costume é a principal diretriz da vida humana, que os homens procurem ter bons costumes. [...] O costume é mais perfeito quando tem origem nos primeiros anos de vida: é o que chamamos de educação, que, com efeito, não passa de um costume cedo adquirido.” Bacon não estava pensando na classe trabalhadora, mas cem anos depois Bernard Mandeville, tão convencido quanto Bacon da “tirania dos costumes que prevalece sobre nós”, estava muito menos inclinado a aceitar a educação universal. *Era necessário que “toda uma multidão [...] habituassem seu corpo ao trabalho”, tanto em seu próprio benefício como para sustentar o lazer, o conforto e os prazeres dos mais afortunados.* (Grifos nossos)

Em que pese o debate e as controvérsias da burguesia ascendente e de sua *intelligentsia* sobre a pertinência ou não de universalizar a educação como um bem universal necessário à constituição de uma nova ordem social que rompesse com a organização social feudal, estava claro que era necessário efetivar processos educativos, institucionalizados ou não, de modo que reproduzisse, entre as diferentes classes sociais, a divisão social do trabalho como parte constitutiva da natureza humana (MANACORDA, 2010; PONCE, 2003). Isso porque “A divisão capitalista do trabalho é a expressão e o instrumento de uma luta pelo poder concreto sobre a produção” (FREYSSINET, 1989, p. 76). Não por acaso, a força física, a capacidade de suportar corporalmente o trabalho, o estabelecimento dos corpos e mentes dos trabalhadores habituados em suas habilidades manuais, sensibilidades e comportamentos ao trabalho produtivo deveriam ser as bases fundamentais de toda a instrução dirigida à classe trabalhadora.

Trata-se, então, de educar os trabalhadores por meio do processo mesmo de trabalho, pela sociabilidade do tempo restringido ao relógio e ao apito da fábrica, da disciplina do corpo – portanto, o controle das habilidades, emoções, afetos e sentidos – ao trabalho mecânico, exaustivo e degradante e o controle moral da vida íntima, da sexualidade, dos lazeres e dos consumos. Ao observar o movimento concreto de objetivação do ser humano em força de trabalho como processo necessário à produção de capital, de modo que a não propriedade dos meios de produção da vida material é o solo concreto que impele a classe trabalhadora à compulsão do trabalho assalariado, percebe-se o significado objetivo do fato de que na relação social que se expressa no trabalho abstrato produtor de valor, o ser humano, “[...] quando muito, é carcaça do tempo” (MARX, 2009, p. 68).

Uma parte do poema de Mandeville, citado por Thompson, expressa, com fina cruzeza e clarividência cínica, a histórica e permanente concepção de educação restringida, empobrecida intelectual e moralmente, a que a classe trabalhadora deveria ser submetida.

Para que a sociedade seja feliz e o povo tranquilo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que grande parte dele seja ignorante e pobre. O conhecimento não só amplia como multiplica nossos desejos [...]. Portanto, o bem-estar e a felicidade de todo Estado ou Reino requerem que o conhecimento dos trabalhadores pobres fique confinado dentro dos limites e suas ocupações e jamais se estenda (em relação às coisas visíveis) além daquilo que se relaciona com sua missão. Quanto mais um pastor, um arador ou qualquer outro camponês souber sobre o mundo e sobre o que é alheio ao seu trabalho e emprego, menos capaz será de suportar as fadigas e as dificuldades de sua vida com alegria e contentamento. (MANDEVILLE, 1970 apud THOMPSON, 1998, p. 15)

Manacorda (2010) chega a afirmar que o sentido histórico do conflito em torno da formação dos trabalhadores é a luta pela manutenção ou superação da divisão social e técnica do trabalho por meio da educação e que as disputas em torno dos objetivos, finalidades e meios de efetivação da educação precedem o capitalismo. Compreende-se que, assim como as demais esferas da vida social, “[...] o processo educativo pelo qual a humanidade elabora a si mesma, em todos os seus vários aspectos [...]” (MANACORDA, 2010, p. 16), é nucleado pela determinação ontológica do trabalho e pelas formas sociais que lhe dão o seu caráter.

O confinamento do conhecimento dos trabalhadores pobres nos limites de suas ocupações, a aprendizagem restrita ao saber suportar fadigas e dificuldades da existência com alegria e contentamento, enquanto sustenta pelo suor e esforço do seu labor o conforto, lazer e prazeres dos afortunados, constitui a educação subordinada às mediações de segunda ordem do capital⁹⁴, notadamente a divisão hierárquica do trabalho. No interior dessa ordem de relações, a unidade entre subjetividade e corporalidade, entre teoria e prática, socialidade e individualidade constitutiva do trabalho sofre ruptura mediada pelas relações sociais. Aquilo

[...] que é inseparável no homem passa a ser separado nas relações sociais, desqualificando-se e desumanizando-se o trabalho através de sua divisão técnica; destituído de suas qualidades de criação e reflexão, o trabalho perde sua característica fundamental, igualando-se ao trabalho animal, no momento em que se converte num conjunto de ações repetitivas, fragmentadas e desinteressantes. Estabelece-se, então, uma hierarquia no trabalho coletivo, que diferencia os níveis de criação, supervisão e execução [...]. (KUENZER, 1991, p. 25)

⁹⁴ - Por ser um tipo de mediação de caráter destrutivo em relação ao metabolismo social entre os seres humanos e as condições vitais para sua reprodução, a natureza, as mediações de segunda ordem do capital, possui um caráter totalitário e se reflete em todas as esferas da vida social. Tanto o trabalho é subsumido à forma alienada de assalariamento coagido e explorado, como a formação humana tende a ser instrumentalizada como meio de educar os quadros técnicos necessários à produção e difundir as formas sociais de consciência condicionadas às estruturas do capital. (MÉSZÁROS, 2002, p. 179; *passim*).

Tanto a teoria como a prática educativa não podem ficar alheias aos processos educativos determinados pela produção material da existência (ARROYO, 1991). Esse mesmo autor, parafraseando a noção de Gramsci de pequena e grande política, observa que a pequena pedagogia escolar deve ser apreendida nas suas relações com a grande pedagogia do trabalho e da práxis social.

A arena principal (mas não única, evidentemente) onde acontece a educação dos trabalhadores é o trabalho concreto, acontecendo no universo multifacetado em que ocorrem as atividades produtivas e reprodutivas – nas fábricas, empresas de serviços, agricultura, serviços públicos e mesmo no lar.

É "no" e "para" esse trabalho, com suas formas peculiares de fragmentação e organização, que o trabalhador vem sendo educado; é ele que determina, a partir das necessidades da acumulação capitalista, o saber necessário e as formas de comportamento convenientes que deve ter o trabalhador. O fundamento da pedagogia do trabalho capitalista, portanto, deverá ser buscado nas relações sociais e técnicas de produção, as quais, no modo de produção capitalista, se caracterizam pela divisão e heterogestão. (KUENZER, 1991, p. 57)

No interior da grande pedagogia do trabalho e da práxis social, a formação da classe trabalhadora se situa num conjunto multideterminado de mediações sob a predominância dos processos produtivos. Nos processos de trabalho e produção da moderna indústria, ocorrem variadas formas de aprendizagem que percorrem a relação com o avanço das forças produtivas e avança sobre as contradições presentes nas relações sociais de produção. Isso significa que a formação da classe trabalhadora desenvolvida nos processos produtivos e fora deles, ainda que mediados pela forma capital de organização do trabalho, não implica apenas em subordinação, domínio e controle dos trabalhadores e trabalhadoras. Arroyo (1991) argumenta que a classe trabalhadora está presente no seu processo de formação e age, debate, resiste e conquista espaços de educação autônoma contra o capital.

De acordo com Arroyo (1991, p. 214), “[...] a divisão do trabalho trouxe uma complexidade e universalidade nova aos instrumentos de produção.” O autor constata que nesse processo, além da mutilação da personalidade do trabalhador, a divisão do trabalho é também preenchida de contradições na medida em que “Trouxe a necessidade de uma associação universal dos trabalhadores e de sua apropriação coletiva. Trouxe a necessidade de superar

qualquer entrave e limite individual, qualquer concepção e prática unilateral de apropriação dessa massa de instrumentos de produção.”

Nessa perspectiva, as relações de trabalho determinadas pela mediação de segunda ordem do capital têm, no seu interior, a tendência e potencialidade de estabelecer as condições para o desenvolvimento universal das capacidades humanas, tanto do gênero humano como dos indivíduos. De acordo com Arroyo (1991, p. 214),

Toda essa realidade material onilateral dos processos produtivos e toda a complexidade e onilateralidade social a qual a obrigam, e, sobretudo, as formas de apropriação coletivas dessas forças materiais e sociais põe os trabalhadores em práticas sociais e em formas de existência que determinam nova consciência, novo saber, novos valores e concepções: a possibilidade de formação de novas dimensões nos seres humanos. A prática social tão complexa de apropriação das forças materiais e socioculturais em que participam os trabalhadores modernos é o processo mais eficaz na formação de um novo ser humano.

A organização social da produção, tanto no processo imediato de produção como no conjunto do trabalho social total, efetiva o processo de conformação psicofísica e ético-política da classe trabalhadora de acordo com as necessidades da produção e do trabalho. A formação de um novo tipo de trabalhador, engendrada por essas condições, refere-se à formação não apenas da força de trabalho necessária à demanda da produção, mas de um novo tipo humano (GRAMSCI, 2001).

No entanto, são as mesmas mediações de segunda ordem, isto é, a propriedade privada dos meios de produção, a alienação, a divisão técnica e social do trabalho, a produção social submetida à autovalorização e acumulação do capital etc que clivam a unidade entre desenvolvimento do gênero humano e a formação dos indivíduos, impedindo o enriquecimento universal desses últimos em razão das relações sociais de exploração e dominação que predominam no modo de produção do capital.

As mediações da sociabilidade do capital fizeram emergir novas necessidades em relação à educação, tornando esta uma exigência à reprodução da força de trabalho em nível institucional e exterior ao processo de trabalho. Diferentemente da forma como a formação para o trabalho ocorria nos modos de produção antecedentes (SAVIANI, 2012), a educação escolar passou a cumprir um papel central na reprodução da força de trabalho contribuindo para a conformação psicofísica e ético-política da classe trabalhadora. Entretanto, a atividade produtiva continua cumprindo papel formativo destacado no âmbito da sociabilidade burguesa.

O trabalho como condição para a existência humana, isto é, o trabalho útil, concreto, na acepção que Marx (2013, p. 120) dá a essa categoria, além de “[...] eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, e, portanto, da vida humana [...]”, é também condição de produção da vida social e do processo de se tornar ser humano. No entanto, de acordo com Doray (1981, p. 68), “[...] as formas naturais do trabalho, tais como o modo de produzir o presente, são aquelas de um trabalho já assujeitado e modelado pela valorização.”

Por isso, a concepção “antropológica de trabalho”, em Marx, é constantemente submetida às mediações históricas que revelam o modo como o trabalho é socialmente organizado.

Se o trabalho é parte integrante e fundamental da formação do homem – insistimos em que coletiva e fundamentalmente, tanto para a espécie como para cada homem – as diferentes formas de organização do trabalho darão como resultado diferentes tipos de homens, tanto na história como se consideramos transversalmente a sociedade. Daí, que toda a análise das formas históricas da produção, e concretamente do capitalismo, possa e deva ser enfocada também como uma análise do processo de formação do homem, quer dizer, de sua educação, com ou sem escola. (ENGUIITA, 1993, p. 13-14)

O trabalho assalariado e produtivo – isto é, trabalho que realiza mais-valor – se constitui como o princípio educativo predominante da sociedade burguesa. A necessidade de reeducar a classe trabalhadora nos novos hábitos de disciplina do tempo, do trabalho, da economia e do esforço levou a burguesia a construir mecanismos de educação, reformação e conformação dos trabalhadores, tomando o trabalho fabril como principal escola onde trabalhadores e trabalhadoras “[...] aprenderia[m] a trabalhar e a amar o trabalho experimentando os frutos do trabalho” (ARROYO, 2012, p. 120). O lugar predominante do educativo, da educação como processo de produção dos “tipos humanos” necessários a uma determinada ordem social, seria pensado e realizado fora da escola, no trabalho.

Esse processo não se constituiu apenas como uma necessidade do processo de produção de mercadorias sob a dominância do capital, mas também como uma decisão política de classe. A burguesia que fora forjada no universo do trabalho artesanal e de comercialização, que se descobriu como classe no trabalho, “[...] redescobriu um novo sentido para o mundo e para a sociedade no trabalho, e que precisava produzir trabalhadores, poderia inventar a *pedagogia do trabalho* e dar-lhe a centralidade que a velha concepção do educativo sempre lhe negara” (ARROYO, 2012, p. 121).

A ordem social burguesa, caracterizada por se constituir como uma sociedade produtora de mercadorias, também foi historicamente desenvolvida como uma ordem social e econômica que produz seres humanos, trabalhadores adequados ao modo de produção e trabalho capitalista. Para isso, o trabalho torna-se a “[...] verdadeira escola, o verdadeiro espaço para a produção e formação do trabalhador” (ARROYO, 2012, p. 122).

A evidência histórica do trabalho como relação educativa pode ser localizada nas diferentes formas de organização e gestão da produção concebidas ao longo da história do capitalismo. Seja nos modelos autoritários, disciplinares ou paternalistas presentes no interior das formas de transição da organização do trabalho concentradas pelos recursos do capital nas formas da cooperação simples e da manufatura, seja nas primeiras orientações racionalizadas pelo conhecimento sistemático do campo da economia e da mecânica presentes na maquinaria e na grande indústria ou ainda nos múltiplos e variados modelos do movimento de racionalização científica do trabalho nascidos entre final do século XIX e início do século XX, todas elas tinham como perspectiva formar um determinado tipo de trabalhador e, em consequência, um tipo humano no, pelo e para o trabalho.

A educação entendida como formação humana compreende, portanto, um campo mais amplo do que o da escola e da instrução, embora as contenha em seu interior. É esse o sentido das análises desenvolvidas na pesquisa educacional que toma a relação entre trabalho e educação como objeto de problematização, produção do conhecimento e intervenção política e pedagógica. A pesquisa sobre a relação entre trabalho e educação, quando se remete aos processos de trabalho, busca abordar a educação dos trabalhadores nas variadas expressões concretas de organização industrial do trabalho (MACHADO, 1995; MOURÃO, 2006; ARAÚJO, 1999; KUENZER, 2002a).

No Brasil, Kuenzer (2002a) inaugura, em meados da década de 1980, as investigações sobre as relações sociais de educação que acontecem no interior da produção, a partir da problemática particular do universo educacional. A educação compreendida pela mediação da categoria do trabalho extrapola as atividades pedagógicas escolares e vai buscar, nos processos de trabalho e nas práticas dos movimentos sociais relacionados ao mundo do trabalho (sindicatos, partidos, movimentos sociais), a educação política desenvolvida pelo capital sobre os trabalhadores e também aquelas que contrapõem projetos contra-hegemônicos das classes subalternas. O pressuposto fundamental dessas análises é que “[...] o homem se educa, se faz

homem, na produção e nas relações de produção, através de um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto, momentos de educação e deseducação, de qualificação e desqualificação e, portanto, de humanização e desumanização” (KUENZER, 2002a, p. 11).

As análises dos processos e relações pedagógicas que se realizam no interior da produção devem, no entanto, ser diferenciadas das problematizações e investigações que ocorrem no âmbito da sociologia industrial ou do trabalho. Se, desde a perspectiva da totalidade social, é necessário o diálogo com os resultados das pesquisas de campo, como sociologia, antropologia, economia, história e outras disciplinas científicas que investigam o mundo do trabalho, por outro lado, a particularidade dos estudos educacionais que investigam a pedagogia do trabalho capitalista tem a formação e/ou deformação humana como problemática central. Como afirma Kuenzer (1991, p. 19), “as pesquisas na área de Educação e Trabalho investigam as formas através das quais o trabalhador, contraditoriamente, se educa/deseduca, no interior das relações de produção, com ou sem a mediação da escola.”

Do ponto de vista das problemáticas educacionais, a análise dos processos educativos que ocorrem no interior do mundo do trabalho se ocupa da compreensão sistemática da educação, isto é, dos atos educativos, das práticas formativas que concretamente são realizadas na sociedade. A compreensão de educação, nesse sentido, é mais ampla do que a noção de escolarização. Ela corresponde aos processos complexos de formação humana, como afirma Arroyo (2013). É a partir dessas questões que se desenvolvem análises e reflexões sobre os processos de trabalho e de produção.

Quando nos voltamos para os vínculos entre trabalho e educação, percebemos que o mundo da produção de bens, os processos de trabalho e as relações sociais mudam e nessas transformações os seres humanos se transformam, se formam e aprendem, se individualizam como seres históricos. (ARROYO, 2013, p. 145)

A partir desse recorte investigativo no interior das pesquisas sobre trabalho e educação, foi desenvolvida a categoria *pedagogia da fábrica* (KUENZER, 2002a), que expressa as formas sistematizadas, organizadas e orientadas de formação, qualificação e instrução dirigidas aos trabalhadores pelo capital, com a finalidade de garantir as condições técnicas e funcionais de realização do trabalho, bem como reproduzir as bases ideológicas de construção da hegemonia no interior da produção. A noção de pedagogia como categoria necessária à apreensão do trabalho como processo educativo tem a perspectiva de apreensão dos processos educativos, métodos,

maneiras de ensinar, contextualizados no interior da “[...] problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, [estabelecer] uma diretriz orientadora da prática educativa” (LIBÂNEO, 2010, p. 30).

O pedagógico, nesse sentido,

[...] refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa. Nesse entendimento, o fenômeno educativo apresenta-se como expressão de interesses sociais em conflito na sociedade. É por isso que a Pedagogia expressa finalidades sociopolíticas, ou seja, uma direção explícita da ação educativa. (LIBÂNEO, 2010, p. 30)

As unidades de produção capitalistas constituem-se como aparelhos de produção que cumprem um papel fundamental na composição da hegemonia burguesa. Nessa interpretação, os aparelhos de produção constituem-se como parte dos aparelhos privados de hegemonia e têm a função de produção do consentimento ativo entre os trabalhadores por intermédio das formas de gestão e organização do trabalho, bem como pela difusão da ideologia da empresa (ANDRADE, 2009). Os processos pedagógicos que ocorrem no âmbito do aparelho de produção concretizam relações hegemônicas que ocorrem no nível mais amplo das relações sociais; trata-se de uma pedagogia que se fundamenta na articulação entre política e produção e cumpre um papel efetivo na mediação dos conflitos entre trabalho e capital.

Dentro desta perspectiva,

O espaço da produção fabril é ele também [...] um locus atravessado pela luta de classes e, portanto, também onde o capital realiza um processo determinado de “educação” da classe operária no sentido da construção de uma identificação desta frente à concepção de mundo dominante onde aquele governa. Não se trata “apenas” da produção de um consenso interno ao ambiente de realização do trabalho, senão de um movimento de conformação do conjunto da sociedade a partir dos valores e práticas que definem uma dada ideologia. Valores e práticas estes que emanam também (e talvez privilegiadamente) do aparelho de produção fabril. (ANDRADE, 2009, p. 4)

De acordo com Kuenzer (2002a), a pedagogia da fábrica se materializa a partir das *estratégias pedagógicas no âmbito da produção*, que reúne ações administrativas, divisão técnica do trabalho, distribuição e controle do saber, mecanismos de gestão de recursos humanos, oferta de assistência social, econômica, de saúde e até orientação psicológica. É uma ação pedagógica proposta com o objetivo de “[...] conter antagonismos gerados pela contradição capital/trabalho”

e “[...] se justifica tanto pela necessidade de educar a força de trabalho e retê-la, como também pelo seu poder de desmobilização dos trabalhadores” (KUENZER, 2002a, p. 62).

Cumprir um papel importante na efetivação da pedagogia da fábrica a ação de intelectuais intermediários, com função de organização e direção intelectual, física e moral. Engenheiros, gerentes, administradores, chefes, assistentes sociais, médicos do trabalho, técnicos em segurança e higiene do trabalho, entre outros quadros técnico-científicos, desempenham ações pedagógicas variadas, transmitindo valores e moldando atitudes, comportamentos e competências elaborados segundo as necessidades do capital.

Além do controle pedagógico que o capital promove organizando a produção e o trabalho, Kuenzer (1991) destaca também as formas pelas quais o trabalho organizado educa o trabalhador, constituindo uma rede de saberes, habilidades, conhecimentos e relações de caráter prático. Ao realizar o trabalho na produção, as pessoas empregadas se formam trabalhadores.

Independentemente de sua condição subalterna, de mero executor de tarefas parciais pré-determinadas pela divisão técnica do trabalho, o trabalhador se defronta com questões concretas que a sua prática cotidiana lhe coloca, as quais ele tem que resolver. Neste processo, através da observação dos companheiros, da ação dos instrutores, de treinamentos eventuais, ele vai experimentando, analisando, discutindo, refletindo, descobrindo e, desta forma, desenvolvendo um conjunto de modos próprios de fazer e de explicar esse fazer, que extrapola o âmbito do próprio trabalho, a partir das necessidades determinadas pela vida em sociedade. Assim, o trabalhador vai elaborando um saber eminentemente prático, fruto de suas experiências empíricas, que, sendo parciais em função da divisão técnica do trabalho, originam um saber igualmente parcial e fragmentado. (KUENZER, 1991, p. 16-17)

É interessante notar que o aprender a ser trabalhador nos processos mesmos de trabalho passa, necessariamente, por uma *incorporação* dos usos de máquinas e ferramentas, do autocontrole diante das cadências e ritmos de produção, dos gestos finos e habilidades, da percepção do espaço de trabalho com os cinco sentidos humanos e dos hábitos de trabalho que exigem um “tirocínio psicofísico” no processo de adaptação ao trabalho. A aprendizagem prática do trabalho é mediada pela corporalidade viva de trabalhadores e trabalhadoras.

Essa aprendizagem tende ser penosa e produz sofrimentos corpóreos e psíquicos quando baseada na desmedida intensiva e extensiva da produtividade do capital, como se pode notar os ricos detalhes descritos por Weil (1996) em seus diários sobre a experiência pessoal que teve como operária. Essa questão também pode ser apreendida na rica narrativa de Linhart (1978, p.

14-5) sobre sua experiência operária em uma unidade de produção de automóveis da Citroën na França, no ano de 1968.

Nos interstícios desse deslizar cinzento, entrevejo uma guerra de usura da morte contra a vida e da vida contra a morte. A morte: a engrenagem da linha de montagem, o imperturbável deslizar dos carros, a repetição dos gestos idênticos, a tarefa jamais terminada. Um carro está pronto? O seguinte ainda não está e apresenta-se logo para ser soldado, exatamente no lugar onde se acabou de soldar, rugoso, exatamente onde se acabou de polir. A solda está feita? Não, precisa ser feita; feita definitivamente, desta vez? Não, deve ser feita de novo, nunca está acabada – como se não houvesse movimento, nem os gestos contassem, nem existissem mudanças, mas apenas um simulacro absurdo de trabalho que se desfaz logo após terminado, sob o efeito de uma maldição qualquer. E se nos dissermos que nada disso tem importância, que basta habituar-se a fazer os mesmos gestos de uma maneira idêntica, num tempo sempre idêntico, aspirando unicamente a plácida perfeição da máquina? Tentação da morte. Mas a vida revolta-se e resiste. O organismo resiste. Os músculos resistem. Os nervos resistem. Alguma coisa, no corpo e na cabeça, defende-se contra a repetição e o nada. A vida: um gesto mais rápido, um braço que cai inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade, um movimento em falso, o “avanço”, o “afundamento”, a tática de posto; tudo o que nesse irrisório reduto de resistência contra o vazio eterno que é o posto de trabalho faz com que ainda haja acontecimentos, embora minúsculos, que haja ainda um tempo, mesmo se monstruosamente prolongado. Esta imperícia, este deslocamento supérfluo, esta subida aceleração, esta solda imperfeita, essa mão que refaz duas vezes, esta careta, esse “desligamento” – é a vida que se aferra. Tudo o que, nos homens da linha de montagem, grita silenciosamente: “Eu não sou máquina!”

Por outro lado, ela também é rica de aprendizagens como se pode observar nas análises que Pillon (2014) faz sobre as narrativas literárias feitas por operários mediante suas experiências no trabalho.

Sobretudo nos primeiros movimentos de aprendizagem de um determinado trabalho, por mais simplificado, fragmentado e unilateral que possa ser a tarefa, os operários “descrevem seus corpos [...] tecendo uma ligação permanente entre eles próprios, os objetos, os materiais e aqueles com quem esta experiência é vivida.” “É um pouco como se os círculos perceptivos, diz Pillon, concedidos às coisas e ao grupos dos pares, conferissem à expressão física do trabalho uma dimensão imediatamente cultural e política.” Nesse processo, os trabalhadores e trabalhadoras compartilham “[...] a sensação física do espaço de trabalho; igualmente de aprendizagem do gesto e de sua penosa repetição; enfim da incorporação do ambiente nas profundezas do corpo, indissociavelmente privado e partilhado” (PILLON, 2014, p. 96-97). A experiência da incorporação do trabalho suporta e fortalece, de acordo com esse autor, as identidades coletivas dos trabalhadores.

Monteiro (2010) também destaca esse processo de aprendizagem que atravessa a corporalidade dos trabalhadores, fazendo com que eles incorporem esquemas práticos de ação, de visão, de percepção do mundo fabril e adquiram a competência social de trabalhador.

A experiência pessoal dos processos objectivos de recomposição do espaço social da fábrica e da comunidade compreende uma cadeia de processos de incorporação e de efeitos de somatização que torna falaciosos dualismos que oponham irredutivelmente “objectivo” e “subjectivo”, “singular” e “colectivo”, “corpo” e “mente”. (MONTEIRO, 2010, p. 16)

Aprender o trabalho no processo mesmo de trabalho implica no envolvimento inteiro da corporalidade dos trabalhadores, o que significa a participação de sua completa personalidade viva, o nexu psicofísico característico do trabalho humano.

A iniciação ao ofício é realizada de modo prático, adquirindo, por incorporação directa, um controlo prático dos esquemas corporais, emocionais, visuais e mentais. É esta aquisição de uma competência corporal infra-consciente que define o agente conhecido e reconhecido em qualquer universo social. Tornar-se trabalhador fabril significa apropriar-se, por impregnação progressiva, visceralmente, da memória colectiva da oficina. (MONTEIRO, 2010, p. 17)

Ressalta-se com isso que, de maneira sincrônica, o processo de trabalho permite aos trabalhadores a aprendizagem do trabalho e o estabelecimento de laços de solidariedade e identidades coletivas e, contraditoriamente, domina, controla e explora sua corporalidade.

Essas considerações permitem esclarecer que a formação dos trabalhadores perpassa um conjunto multideterminado de relações, instituições e processos que concorrem para a adequação a um modo de produzir, mas comporta também mediações importantes na dinâmica de humanização dos mesmos. Nesse quadro multideterminado, porém, as formas sociais de organização do trabalho e da produção possuem centralidade no processo de formação da classe trabalhadora, exigindo assim o esclarecimento da natureza da pedagogia que se institui nas relações de trabalho.

E mais, a formação dos trabalhadores constitui-se como um campo de conflitos e disputas em torno das diretrizes, formas e conteúdos destinados ao processo de socialização das classes subalternas no conjunto da vida social. Sob as mediações de segunda ordem do capital, tal disputa situa a educação no interior da luta de classes e dos projetos em confronto. Ao caráter de instrumentalização, reprodução da divisão social e técnica do trabalho e da educação para a

heteronomia que configura o projeto burguês de formação para a classe trabalhadora, opõe-se a perspectiva de formação humana, tecnológica e política como base do projeto de emancipação elaborado historicamente a partir do ponto de vista da classe trabalhadora organizada.

Há de se ressaltar que, para ambas as classes fundamentais, o trabalho é princípio educativo. O que dá o caráter substancial que diferencia ambas as concepções é que o trabalho do ponto de vista do capital é apenas fator da produção capitalista e, portanto, o trabalho é elemento componente do capital. Do ponto de vista da classe trabalhadora, o trabalho não se limita à condição coisal de força de trabalho empregada assalariadamente na produção de mercadorias, mas se constitui como produção da vida material, criação e autocriação humana.

Destaca-se então que o ponto de vista da classe trabalhadora preconiza, como seu projeto, uma formação humana integrada, ampliada, substantiva, que, por meio da apropriação coletiva da riqueza humana histórica e socialmente produzida, estabeleça as bases de uma educação omnilateral na qual o ser humano integre, de modo consciente, sua individualidade com a totalidade histórica e social, unifique teoria e prática, corpo e mente. Projeto este que não se desvincula da superação positiva das condições históricas do capitalismo, sem a qual não há condições de plena realização do ser humano em todas as suas necessidades e capacidades.

Não obstante a isso, a educação burguesa também promete tal integração, mediada pela artificialidade da ação educacional ou política de integração numa ordem social marcada pela estrutura social clivada pela propriedade privada dos meios de produção da vida material, pela divisão hierárquica do trabalho, pelo trabalho alienado e pela ação do Estado como regulador das condições de produção e reprodução do capital. Nessas condições, a unidade entre indivíduo e sociedade é marcada por uma visão utilitarista em que as relações sociais serviriam aos interesses de indivíduos privados. O vínculo entre teoria e prática, pensamento e ação teria uma função pragmática de aplicação do pensamento na prática produtiva. A unidade entre corporalidade e subjetividade é apenas o resultado artificial da subsunção do indivíduo inteiro às demandas da produção e do consumo de mercadorias. Dentro dessa perspectiva, o capital também preconiza uma omnilateralidade, porém, invertida: uma omnilateralidade às avessas.

3.3. Trabalho, processo de trabalho e a conformação da corporalidade dos trabalhadores: dialética entre a formação da personalidade viva e a degradação dos trabalhadores

No tópico anterior, foi desenvolvida uma análise que recupera a centralidade do trabalho nos processos de formação e conformação da classe trabalhadora. Apontou-se que a educação da classe trabalhadora compreende um conjunto complexo, multifacetado e dinâmico de um conjunto de mediações, relações, processos e estruturas inseridas na luta de classes. Desde essa perspectiva, a luta pela manutenção ou superação da estrutura social do capital compreende também a disputa em torno dos projetos de formação humana distintos entre as classes sociais fundamentais em presença. “A luta fundamental capital-trabalho, que é primeiramente uma luta pela sobrevivência material, é também uma luta por outros interesses, dentre esses, o acesso ao saber social elaborado e sistematizado [...]” (FRIGOTTO, 2001, p. 225).

A *démarche* da formação da classe trabalhadora foi exposta em alguns dos seus traços constitutivos no sentido de demonstrar a centralidade do trabalho na educação da classe trabalhadora e, mais especificamente, a centralidade dos processos de trabalho concretos como lugar de desenvolvimento de uma pedagogia do trabalho capitalista. A pedagogia do trabalho capitalista cumpre uma mediação educativa fundamental na medida em que ela não determina apenas a formação de habilidades, técnicas e comportamentos necessários às demandas da produção capitalista, mas realiza a formação da corporalidade dos trabalhadores, isto é, sua personalidade viva se torna objeto de ações educativas sistemáticas, intencionais e institucionalizadas nas formas pelas quais a produção e o trabalho são organizados.

Neste tópico, busca-se apresentar de que modo o processo de produção capitalista, que resulta da articulação entre processo de trabalho e processo de valorização, conforma a corporalidade dos trabalhadores. A exposição da questão apanha a dinâmica da formação no trabalho a partir da dialética entre formação da personalidade viva no trabalho e degradação e precarização da personalidade dos trabalhadores.

As investigações que analisam a formação dos trabalhadores, realizadas no interior dos processos de trabalho, tendem a identificar, como elemento central da desqualificação do trabalhador, a expropriação do seu saber e do conhecimento. Essa formação assenta-se na divisão sociotécnica hierárquica do trabalho, no parcelamento das tarefas, na transferência do conhecimento para a gerência e de parte da capacidade de trabalho para a máquina-ferramenta, bem como pelos regimes despóticos de gestão e organização do trabalho (BRAVERMAN, 1987;

FRIEDMANN, 1983; KUENZER, 2002a, 2002b; MORAES NETO, 1989)⁹⁵. Com exceção de Kuenzer (2002a), parte significativa desses estudos não apreende de modo explícito os projetos político-pedagógicos presentes nas relações *na* produção. Por isso, não consegue apreender que fenômenos sociais como os do fetichismo, da reificação e da alienação compõem a pedagogia do trabalho capitalista para *ensinar* o trabalhador a se tornar assalariado produtivo, útil e dócil.

Se de fato a produção de capital, desde a cooperação simples, passando pela manufatura até a maquinaria e grande indústria (MARX, 2013), expressa o movimento histórico de expropriação do trabalhador em relação aos meios de produção – portanto, não apenas das ferramentas ou das chamadas condições materiais de produção, mas também dos saberes, habilidades e valores – e da subsunção formal e real do trabalho ao capital, a separação entre saber e fazer, entre cérebro e mãos, é apenas um aspecto do “destroçamento da subjetividade” (RESENDE, 2009) do trabalhador, ou da sua “captura”/manipulação, como analisam Alves (2000) e Heloani (2011)⁹⁶.

Nessa mesma processualidade histórica, o trabalhador não é apenas despojado dos seus saberes e habilidades, mas *a própria vida se torna estranhada* diante da alienação de sua atividade vital (MARX, 2004). Por isso, a análise da formação humana, no interior dos processos e relações de trabalho, exige, além das tradicionais apreciações e críticas sociológicas, psicológicas e educacionais sobre a qualificação do trabalho e dos trabalhadores, a compreensão da dinâmica de socialização e educação como expressão da relação contraditória entre humanização e alienação/estranhamento.

Nesse sentido, torna-se importante desenvolver reflexões que problematizem a própria noção de precarização do trabalho, tão presente hoje em análises teóricas e empíricas, que caracterizam esse fenômeno, como a *perda da razão social do trabalho*⁹⁷ (DRUCK; FRANCO,

⁹⁵ - A exposição genérica dos elementos da regulação fordista como universais são passíveis de críticas, quando confrontadas com realidades empíricas que entrecruzam formas diferentes de organização do processo de trabalho, sejam elas baseadas na chamada “Organização Científica do Trabalho”, na “Escola de Relações Humanas”, no despotismo fabril presente na gênese da grande indústria, na produção flexível ou mesmo nas formas pré-capitalistas de exploração da força de trabalho (ver: BURAWOY, 1990; SILVA, 2004; HELOANI, 2011).

⁹⁶ - É importante observar que “destroçamento”, “manipulação” ou “captura” da subjetividade do trabalhador, embora conceitos distintos, explicam relações semelhantes, quais sejam, a permanente subordinação da subjetividade antagonista da classe trabalhadora à subjetividade produtiva do capital.

⁹⁷ - Sobre a noção de *precarização social do trabalho* como resultado dos processos de reordenamento do mundo do trabalho no contexto de uma crise de caráter estrutural, é muito elucidativo o debate organizado por Graça Druck e Tânia Franco (2007). A noção de precarização social do trabalho está, sobretudo, assentada na desestruturação do mercado de trabalho, do rebaixamento do estatuto de proteção social e do trabalho e o enfraquecimento das alternativas coletivas de enfrentamento (DRUCK, 2013). Antunes (2007) caracteriza o processo de precarização do

2007), ou seja, a desconstrução da relação salarial construída no pós-guerra, especialmente no centro do capitalismo avançado. Embora essa seja a forma mais visível da precarização em escala global, as análises sobre a degradação da *sociedade salarial* (CASTEL, 2008) tendem ser desenvolvidas a partir da consideração da perenidade da categoria força de trabalho compreendida como mercadoria, isto é, trabalho assalariado. Tais análises negligenciam, com isso, que a capacidade de trabalho é apenas um aspecto da personalidade viva humana, cuja conversão em mercadoria intercambiável no mercado de trabalho é a expressão da sua forma histórica no conjunto das relações sociais do capital.

Desse modo, a crítica à erosão da sociedade salarial e a busca pela sua restauração são duas facetas da *economia política do reformismo* (BIANCHI, 2004; BRAGA, 2003), tendo em vista que não abordam o fato de que a própria relação salarial tem como seu corolário a constituição do homem como mercadoria. É nesse ponto que a compreensão do processo de formação humana é um elemento necessário às análises sobre as mudanças no mundo do trabalho, pois estas afetam não apenas as relações salariais, mas a própria individualidade humana⁹⁸.

De acordo com Marx (2013, p. 242): “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade⁹⁹ [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. A força de trabalho ou a sua capacidade é conformada na relação social do capital em propriedade, geralmente a única, que o trabalhador possui para dispor no mercado para que tenha condições de reproduzir sua vida material. Porém, a subsunção das capacidades humanas de trabalho pelo capital não pode suprimir o caráter

trabalho como elemento *estrutural* do sistema do capital e parte da nova morfologia do trabalho em razão das profundas mudanças que abalaram o mundo produtivo nas últimas décadas. Alves (2013) vai compreender o processo de precarização como uma nova condição da classe trabalhadora, assentada na multiplicação e complexificação das formas de exploração da força de trabalho. Tal processo, para esse autor, estaria precarizando não apenas as relações industriais, mas o próprio ser social, os homens e as mulheres que trabalham.

⁹⁸ - Estas relações se expressam no contexto de uma das problemáticas mais centrais da teoria social, qual seja, as relações entre indivíduo e sociedade.

⁹⁹ - Na tradução de *O Capital* aqui utilizada (MARX, 2013), o conceito de corporeidade e não de corporalidade é utilizado como tradução do termo *Leiblichkeit*. Porém, em outra tradução (MARX, 1996, p. 285), o conceito utilizado é o de corporalidade. Embora tenha utilizado, neste texto, a versão mais recente da tradução de *O Capital*, permaneço usando o conceito de corporalidade por dois motivos: 1) o termo *Leiblichkeit* é usualmente conhecido como corporalidade na língua alemã, seja na linguagem cotidiana ou especializada (filosofia, sociologia); 2) o conceito de corporeidade está vinculado à tradição teórico-metodológica da fenomenologia, comportando outro entendimento a respeito dessa dimensão da existência humana.

ineliminável da personalidade viva do homem e da mulher que trabalham, a condição de trabalho vivo.

A força heurística da análise de Marx sobre a composição da força ou capacidade de trabalho como a própria personalidade viva de homens e mulheres desnuda as condições históricas em que, sob as determinações do capital, não apenas as relações sociais dos produtores privados se fetichizam na produção e intercâmbio de mercadorias, mas a própria condição humana do trabalhador é coisificada. Conforme Silveira (1989, p. 74), a força de trabalho “[...] constitui-se num conjunto de disposições e habilidades que envolvem cérebro, músculos, nervos, etc, portanto, *materializa-se* no próprio *corpo* e na *estrutura psíquica dos sujeitos*.”

A força de trabalho é o “operário vivo”, diz Engels (2010, p. 26) em introdução escrita, em 1891, ao texto *Trabalho assalariado e capital*, de Marx. Em sua reflexão, Engels observa que a adequação da força de trabalho à forma mercadoria se desdobra em transformação da própria personalidade humana em mercadoria, tendo em vista que “[...] essa força de trabalho incorpora-se indissolivelmente ligada a sua pessoa [do trabalhador] e é inseparável dela.” Sob a forma social do capital, portanto, os indivíduos sociais são formados numa relação social contraditória, efetivando assim o caráter *coisal* de sua força de trabalho. O fetichismo da mercadoria, cujo mecanismo é a forma da necessidade aparente da personificação das mercadorias e de coisificação dos produtores, tem sua expressão mais sensível no fato de que, no interior das relações de troca, a pessoa do trabalhador e da trabalhadora é tornada mercadoria força de trabalho e esta a forma central pela qual eles e elas estabelecem relações sociais.

Porém, a força de trabalho é apenas a potência, a possibilidade de realização de trabalho que existe nas faculdades físicas e psíquicas humanas. Somente quando esta entra em ação, a força de trabalho se materializa em trabalho, resultando na objetivação de valores de uso e no sujeito que trabalha como trabalhador. Em ação, a força de trabalho torna-se *atividade vital* do trabalhador, autocriação que, sob o constrangimento da mediação da valorização do valor, constitui-se em estranhamento/alienação.

Mas a força de trabalho em ação, o trabalho, é a própria atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. E é essa *atividade vital* que ele vende a um terceiro para se assegurar dos *meios de vida* necessários. A sua atividade vital é para ele, portanto, apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele nem sequer considera o trabalho como parte de sua vida, é antes um sacrifício a sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro. Por isso, o produto da sua atividade tampouco é

o objetivo de sua atividade. O que o operário produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o *salário*; e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se, para ele, a uma determinada quantidade de meios de subsistência, talvez a uma roupa de algodão, a umas moedas, a um quarto de porão. E o operário – que, durante 12 horas tece, fia, perfura, torneia, constrói, cava, talha a pedra e a transporta etc. – valerão para ele essas 12 horas de tecelagem, fiação, de trabalho com o arco de pua, ou com o torno, de pedreiro, ou escavador, como manifestação da sua vida, como sua vida? Ao contrário. A vida, para ele, começa quando termina essa atividade, à mesa, no bar, na cama. As 12 horas de trabalho não têm, de modo algum, para ele, o sentido de tecer, de fiar, de perfurar etc., mas representam unicamente o meio de *ganhar* o dinheiro que lhe permitirá sentar-se à mesa, ir ao bar, deitar-se na cama. Se o bicho de seda fiasse para manter sua existência de lagarta, seria então um autêntico operário assalariado. A força de trabalho nem sempre foi uma *mercadoria*. O trabalho nem sempre foi trabalho assalariado, isto é, *trabalho livre*. (MARX, 2010, p. 36)

De fato, o elemento característico da individualidade humana é que ela é produto e, ao mesmo tempo, produtora¹⁰⁰ de *atividade sensível humana*, de prática. E mais, a *práxis*, atividade sensível, vital e consciente dos seres humanos sobre a natureza e sobre outros humanos, não pode abstrair a natureza da individualidade humana do conjunto das relações sociais. Se, portanto, o indivíduo social é a manifestação da existência singular de um ser humano, isso não significa que tal singularidade se efetive abstraída as relações sociais que medeiam a relação entre indivíduo e gênero humano. Marx (2013, p. 129), ao analisar o movimento de efetivação da mercadoria e do modo como o próprio homem toma a identidade social da mercadoria como sua, exprime magistralmente o conteúdo social da individualidade:

De certo modo, ocorre com o homem o mesmo que com a mercadoria. Como ele não vem ao mundo nem com um espelho, nem como o filósofo fichtiano – Eu sou Eu –, o homem espelha-se primeiramente num outro homem. É somente mediante a relação com Paulo como seu igual que Pedro se relaciona consigo mesmo como ser humano. Com isso, porém, também Paulo vale para ele, em carne e osso, em sua corporeidade paulínea, como forma de manifestação do gênero humano.

O indivíduo singular, para se objetivar como ser humano (ser genérico), precisa se inserir na história já existente, das condições objetivas e subjetivas herdadas das gerações precedentes. Nesse sentido, para que o indivíduo se constitua como um ser singular, para que se forme um

¹⁰⁰ - Concretamente, o trabalho em geral, ou o trabalho coletivo, é a forma social de efetivação do trabalho de numerosos indivíduos sociais, cuja conexão é condicionada pela divisão do trabalho. O fato de que o poder social que emana da “cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho” (MARX; ENGELS, 2007, p. 38) tenha uma aparência real de um “movimento natural”, uma “potência estranha” determinada pelo condicionamento da produção dos indivíduos privados pela forma mercadoria, não elimina a necessidade e a realidade de que o trabalho seja resultado e, ao mesmo tempo, produtor de indivíduos sociais.

indivíduo, precisa se apropriar dos resultados da história e fazer desses “órgãos de sua individualidade” (MARX, 2004). No interior da tradição teórica do marxismo, portanto, a concepção de indivíduo humano é baseada em três fundamentos: “o indivíduo como parte da natureza, como objeto; o indivíduo como parte da sociedade, no sentido da explicação das suas concepções, opiniões e juízos de valor; e, finalmente, o indivíduo como fruto da autocriação” (SCHAFF, 1967, p. 78).

Além das determinações recíprocas entre indivíduo, história e sociedade que concorrem para o processo de formação do indivíduo social, é necessário destacar a relação entre a base estrutural biológica, natural, do indivíduo e os elementos sociais e subjetivos de sua composição. Retomando o que foi exposto e desenvolvido anteriormente, a herança biológica do desenvolvimento filogenético e ontogenético que está presente em todo indivíduo humano passa a ser condicionada pela legalidade histórica na medida em que o ser social se desenvolve. Isso significa que, embora insuprimível, o corpo biológico e suas funções naturais passam a ser cada vez mais condicionados por necessidades socialmente produzidas.

Sève (1989, p. 160-161) sintetiza essa prerrogativa do seguinte modo:

[...] a personalidade tem como suporte a individualidade biológica; em outras palavras, a personalidade recebe dessa individualidade – isso é incontestável e importante –, tanto *condições gerais de possibilidade* como *condições particulares de realidade* – das leis gerais de seu neuropsiquismo às suas singularidades idiossincráticas. Mas a característica da humanidade desenvolvida se refere ao fato de que as suas capacidades historicamente adquiridas se acumulam no mundo social e não mais no organismo biológico, *o que muda tudo*. [...] Na humanidade desenvolvida [...] próprio biológico está intimamente socializado. [...] Todo o destino histórico da humanidade provém do fato de que a base histórico-social tomou progressivamente o lugar da base biológica, doravante reduzida ao papel de suporte.

Para Marx (2004, p. 127), “o homem é um ser *corpóreo*, dotado de forças naturais, vivo, efetivo, objetivo, sensível significa que ele tem *objetos efetivos, sensíveis* como objeto de seu ser, de sua manifestação de vida (*Lebensäusserung*), ou que ele pode somente *manifestar (aussern)* sua vida em objetos sensíveis efetivos (*wirkliche sinnliche Gegenstände*)”. Como é um ser *corpóreo*, o homem efetivo põe suas forças essenciais em ação e produz, com isso, um mundo objetivo, o mundo humano.

A individualidade social e, portanto, a subjetividade são, concreta e historicamente, o resultado de numerosas determinações sociais. Sendo assim, a apreensão da individualidade como expressão de processos históricos de constituição e desenvolvimento do ser social exige uma heurística capaz de apanhar as determinações recíprocas e as sínteses provisórias presentes na relação entre subjetividade (indivíduo) e história (sociedade), corpo e mente. Desse modo, a individualidade envolve tanto a objetividade sócio-histórica como também não se esgota apenas no psiquismo do indivíduo, pois se articula ineliminavelmente à corporalidade viva.

É nesse sentido que é possível compreender a corporalidade como fundamento da personalidade viva, da individualidade concreta que se põe na história. Nessa perspectiva, a corporalidade é o fundamento de toda subjetividade que subjaz à atividade humana genérica, ou o trabalho. O ato do trabalho “é a subjetividade de forças essenciais *objetivas*, cuja ação, por isso, tem também que ser *objetiva*” (MARX, 2004, p. 126).

A corporalidade, no sentido histórico-ontológico que essa categoria expressa e que se pode deduzir em diversos momentos da obra de Marx, significa a síntese da *práxis* humana como elemento constitutivo da efetivação do ser humano como uma personalidade viva. O trabalho, expressão da *práxis*, constitui-se como o processo generalizado por meio do qual o homem humaniza o mundo natural, social e a si mesmo.

O trabalho é um processo mediado entre homem e natureza. O ser humano, homens e mulheres, coloca em ação um conjunto complexo de regulação, controle e mediação do seu processo metabólico com a natureza. No interior desse metabolismo, o ser humano “[...] se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturemacht*]”. Como observara Marx (2004), a natureza é o corpo inorgânico do homem e, para viver, este deve se apropriar da natureza exterior e fazer dela sua própria natureza, porque o ser humano mesmo é natureza. A capacidade de trabalho, isto é, “[...] as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos [...]” (MARX, 2013, p. 219), deve ser posta em movimento por cada trabalhador individual e pelos coletivos de trabalhadores para que deem à matéria natural uma forma útil à vida.

Nesse sentido, há uma dupla característica sobre o papel do trabalho no desenvolvimento e na formação humana. O primeiro é que, como elemento constitutivo do processo de hominização, o trabalho é a atividade necessária ao longo processo de filogênese e ontogênese do ser humano, isto é, de hominização.

A segunda característica se materializa quando, em determinadas relações produtivas, o comprador da força de trabalho a utiliza fazendo com que trabalhadores coloquem em ato o que antes era potência, isto é, a força de trabalho em ação, em processos de trabalho singulares, aqueles que envolvem a atividade mesma do trabalho, as matérias-primas e os meios e ferramentas de trabalhadores singulares envolvidos na produção de determinados bens ou serviços numa determinada fábrica, organização ou empresa. Nestes, os trabalhadores “[...] desenvolve[m] as potências que [na natureza exterior e interior] jazem latentes e submetem o jogo de suas forças a seu próprio domínio” (MARX, 2013, p. 255). O desenvolvimento das potências latentes, orientadas por finalidades postas, cujo domínio da natureza exterior e o domínio de si mesmo é a própria realização do movimento do trabalho, constitui-se como dinâmica de objetivação humana no mundo exterior, criação de um mundo humano, e autoprodução de si mesmo como ser humano. Nesse sentido, o processo mesmo do trabalho se manifesta como tempo e espaço de formação humana.

O trabalho só se efetiva, portanto, na medida em que o trabalhador põe em ação suas capacidades de trabalho, essas forças naturais que pertencem à sua corporalidade. As forças naturais ou forças essenciais em ação, para as quais Marx chama a atenção, constituem o trabalho vivo¹⁰¹.

Por trabalho vivo compreende-se a força de trabalho em ação, é, pois, a atividade vital humana em *actu*, a produção de valores de uso em resposta aos carecimentos e necessidades humanas. Nesse sentido, trabalho vivo expressa o caráter ontológico da *práxis humano-genérica*, como observa Alves (2013). De acordo com esse autor,

[...] a dimensão do *gênero vivo*, que, segundo Marx, está presente na pessoa, “na medida em que [ela] se relaciona consigo mesma como um ser [*Wesen*] *universal* e por isto *livre*.” A dimensão do “gênero vivo” é produto do processo civilizatório do trabalho como atividade vital (por isso denominamos de “trabalho vivo”, em contraposição ao “trabalho morto”, categoria negativa da construção categoria marxiana). Essa dimensão humano-genérica da individualidade pessoal é o *principium movens* da socialidade humano-genérica. (ALVES, 2013, p. 106)

¹⁰¹ - Marx (2013, p. 222) esclarece: “Uma máquina que não serve no processo de trabalho é inútil. Além disso, ela se torna vítima das forças destruidoras do metabolismo natural. O ferro enferruja, a madeira apodrece. O fio que não é tecido ou enovelado é algodão desperdiçado. O trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas e despertá-las do mundo dos mortos, convertê-las de valores de uso apenas possíveis em valores de uso reais e efetivos. Uma vez tocadas pelo fogo do trabalho, apropriadas como partes do corpo do trabalho, animadas pelas funções que, por seu conceito e sua vocação, exercem no processo laboral, elas serão, sim, consumidas, porém segundo um propósito, como elementos constitutivos de novos valores de uso, de novos produtos, aptos a ingressar na esfera do consumo individual como meios de subsistência ou em um novo processo de trabalho como meios de produção.”

A cisão entre força de trabalho como mercadoria e trabalho vivo resulta das determinações histórico-ontológicas que constituem as individualidades pessoais de classe próprias da particularidade da sociedade do capital, fazendo do trabalhador assalariado, por um lado, mercadoria, força de trabalho, por outro, ser humano genérico.

Desse modo, a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força-de-trabalho como mercadoria; mas seria também “precarização do homem-que-trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. (ALVES, 2013, p. 86)

Ao tomar a precarização do trabalho como elemento constitutivo do processo de formação de seres humanos restringidos à força de trabalho e como ser humano-genérico, procura-se ilustrar as condições contemporâneas de formação humana ante o aprofundamento dos modos de estranhamento implicados nas relações sociais do capitalismo mundializado, financeirizado e em crise estrutural.

Marx (2013, p. 120), já nas condições de desenvolvimento da moderna indústria capitalista no século XIX, expôs o duplo caráter do trabalho e identificou que a *atividade vital humana* é tanto “condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”, como também, sob determinadas circunstâncias históricas, é rebaixado o trabalho “à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria”, uma atividade estranhada na qual o homem “mortifica sua *physis* e arruína seu espírito” (MARX, 2004, p. 79, 82).

A partir dessa análise, é possível apreender as relações, processos e estruturas sociais nas quais a formação humana se realiza – seja o desenvolvimento do ser social ou do indivíduo humano –, entendendo-a como resultante do trabalho como protoforma do ser social, uma vez que “No trabalho estão contidas *in nuce* todas as determinações que constituem a essência do novo no ser social. Desse modo, o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social”¹⁰² (LUKÁCS, 2013, p. 44).

¹⁰² - O trabalho compreendido como complexo gerador de complexos não é compreendido por Lukács como o único elemento que constitui os traços fundamentais do gênero humano, mas sim como a atividade que põe no ser em geral algo então não existente, a *teleologia*, e, portanto, a ação consciente, transformadora e autotransformadora do homem sobre a natureza. Porém, o mesmo autor chama atenção de que “não se deve exagerar de maneira esquemática esse

Esta compreensão do trabalho como protoforma do ser social, Antunes (2002, p. 19-20), baseado em Mészáros, caracteriza como mediações de primeira ordem, “cuja finalidade é a preservação das funções vitais de reprodução individual e societal” que não “necessitam do estabelecimento de hierarquias estruturais de dominação e subordinação que configuram o sistema de metabolismo societal do capital e suas mediações de segunda ordem.”

Porém, a análise concreta do mundo do trabalho exige também a apreensão das determinações históricas das chamadas *mediações de segunda ordem* como dinâmica, modo e meio totalizante e dominante de controle da mediação reprodutiva que subordina o trabalho à valorização do valor e converte a produção do capital em propósito da humanidade.

A formação humana, portanto, se constitui como um problema fundamental quando se interroga, analisa e explica o mundo do trabalho. Fundamentalmente porque o que os homens são corresponde com o modo pelo qual eles produzem e reproduzem os meios necessários à sua vida. Nessa perspectiva, a forma que assume a atividade do trabalho – mediada por relações históricas, sociais, culturais, políticas, ideológicas, etc, próprias à formação social em que ela se realiza, ou mediações de segunda ordem –, o modo de produção, significa a forma mesma de exteriorização da vida, da constituição de um *modo de vida* em que os indivíduos se localizam, se produzem e se reproduzem. A exteriorização da vida, portanto, exprime o que são os indivíduos ou “O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o *que* produzem como também com o *modo como* produzem” (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Se o que os homens são coincide com o *resultado* da produção e com o *modo* como produzem, se sua reprodução como indivíduo social efetivada no trabalho significa a exteriorização de um *modo de vida*, a compreensão das metamorfoses do mundo do trabalho exige a articulação de análises que apreendam e expliquem as alterações e mudanças na regulação social do trabalho (a relação salarial), portanto, dos modos em que capital e Estado se articulam para reordenar as determinações do uso, contratação e remuneração do trabalho com as formas. Assim, os homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho vivenciam, na cotidianidade, a dimensão da precarização do trabalho nas condições do capitalismo flexível e em crise.

caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; precisamente a consideração das diferenças bastante importantes mostra a afinidade essencialmente ontológica, pois exatamente nessas diferenças se revela que o trabalho pode servir de modelo para compreender os outros pores socioteleológicos, já que, quanto ao ser, ele é sua forma originária” (LUKÁCS, 2013, p. 47).

Desse modo, compreender as atuais formas das relações laborais – e a formação humana no seu interior – exige um esforço de apanhar o duplo caráter do trabalho, isto é, como mercadoria força-de-trabalho e também como trabalho vivo, tendo em vista que

A nova precariedade salarial, ao alterar a dinâmica da troca metabólica entre o espaço-tempo de vida e espaço-tempo de trabalho, em virtude da “desmedida” da jornada de trabalho, *corrói o espaço-tempo de formação de sujeitos humano-genéricos*, aprofundando, desse modo, a autoalienação do homem-que-trabalha. Nesse caso, transfigura-se a cotidianidade de homem e mulheres que trabalham com a redução da vida pessoal a mero trabalho assalariado. (ALVES, 2013, p. 87; grifos nossos)

No contexto de um novo e precário mundo do trabalho, emergem processos de (des)sociabilização que afetam a individualidade humana, buscando impedir, anular, incorporar ou mesmo destruir a subjetividade antagônica dos trabalhadores por meio de estratégias de captura/manipulação da sua vontade, produzindo formas multideterminadas de consentimento ativo na produção e nas demais esferas da vida social.

Mais grave ainda é que, nessas condições históricas, os processos de intensificação do trabalho (ROSSO, 2006), as exigências de produtividade e competitividade, a disseminação de formas subproletarizadas de exploração do trabalho (ANTUNES, 2003), a elevação dos níveis de desemprego crônico e a adoção de ciência e inovação tecnológica na produção associados às novas tecnologias de gestão degradam a corporalidade humana, ou seja, corroem, por meio dos acidentes e adoecimentos laborais, a personalidade viva de homens e mulheres que trabalham (ALVES, 2012; NAVARRO, 2006).

Exemplo elucidativo disso são os índices crescentes de adoecimento e mortes no trabalho. De acordo com relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013a; 2003b), em 2013: “acontecem 2,34 milhões de mortes em decorrência do trabalho em todo o mundo, sendo 2,02 milhões (86,3%) causadas por diversos tipos de doenças profissionais e 321 mil em consequência de acidentes. São 6.300 mortes diárias relacionadas ao trabalho, 5.500 causadas por doenças” (NUZZI, 2013).

Segundo o mesmo estudo divulgado pela OIT, a cada 15 segundos um trabalhador morre de acidente ou de doenças relacionadas ao trabalho. Também aponta que, a cada 15 segundos, 115 trabalhadores sofrem um acidente laboral. Esses números indicam ainda a ocorrência de uma média diária de 5.500 mortes relacionadas ao trabalho em todo o mundo, ainda que esses dados

sejam sempre sub-representativos da realidade, tendo em vista que muitos países não possuem sistemas de notificação e sistematização de informações sobre acidentes e mortes relacionados ao trabalho.

No estudo apresentado pela OIT, as informações têm apontado que o quadro é mais agravante nos países considerados em desenvolvimento, em função do grande número de atividades frequentemente relacionadas às condições de perigo e risco para os trabalhadores, como agricultura, construção civil, pesca e mineração. Essa é a realidade do Brasil, muito embora a avaliação das causas desses acidentes, adoecimentos e mortes por parte da OIT subestima que o próprio modo de organização do trabalho, sob a ordem do capital, tende a expropriar a saúde de trabalhadores e trabalhadoras.

Ao localizar os fatores externos, como a ausência de regulação, vigilância e combate ao trabalho precário ou à falta de políticas de prevenção de acidentes no local de trabalho ou mesmo as características da economia de um determinado país (baseado na produção primária, por exemplo), a OIT não aborda, por exemplo, o caráter particular do desenvolvimento capitalista dependente de países como o Brasil, cuja base de acumulação é a superexploração do trabalho (ANTUNES, 2002; ALVES, 2000).

É interessante observar que, embora demonstre o quadro endêmico dos acidentes e adoecimentos do trabalho no mundo, a OIT não ultrapassa o limite estrutural que determina o “ponto de vista da economia política” do capital em suas análises. A tendência em atribuir a questão da epidemia mundial de adoecimento e morte no trabalho a um problema de ordem técnica, cuja não resolução tem desdobramentos econômicos, é patente, por exemplo, na seguinte observação: “A OIT estima que os acidentes de trabalho e doenças resultam em uma perda de 4% do produto interno bruto (PIB) mundial, ou cerca de 2,8 trilhões de dólares, em custos diretos e indiretos por lesões e doenças” (OIT, 2003b).

De um ponto de vista muito próximo ao da OIT, isto é, o da economia política do capital, José Pastore (2011) afirma que, no ano de 2009, as empresas brasileiras acumularam despesas¹⁰³ da ordem de R\$ 41 bilhões com acidentes de trabalho. Nas observações de Pastore (2011), o país gastou, naquele mesmo ano, o equivalente a R\$ 71 bilhões com despesas relacionadas aos

¹⁰³ - É preciso evidenciar que Pastore entende que o seguro pago pelas empresas é uma despesa que deve ser diluída ou distribuída com os próprios trabalhadores.

“custos” das doenças e acidentes de trabalho – custo este partilhado entre empresas e Estado -, o que então equivalia a quase 10% de toda a massa salarial no Brasil.

Sob uma argumentação semelhante, isto é, a dos custos dos acidentes e adoecimentos no trabalho para o capital e para o Estado, uma matéria do *Valor Econômico* apontava os números do que em 2013 o periódico econômico nomeava de mal-estar no trabalho:

Segundo o Ministério da Previdência Social, o pagamento de benefícios de afastamentos previdenciários (por causa de doença adquirida ou acidente sofrido sem relação direta com o emprego) registrou elevação anual média de 7,5% entre 2008 e 2011, para R\$ 13,47 bilhões - de janeiro a novembro de 2012, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) desembolsou R\$ 13,69 bilhões com essas obrigações. Já os gastos com auxílios-doença acidentários passaram de R\$ 1,51 bilhão em 2008 para R\$ 2,11 bilhões em 2011, apontando crescimento médio anual de 12% - no acumulado de 2012, até novembro, o valor pago chega a R\$ 2,02 bilhões. Os casos de aposentadoria por invalidez (por motivações diversas) também têm crescido dois dígitos. Entre janeiro e novembro de 2012, o INSS bancou R\$ 30,86 bilhões para apoiar profissionais que nunca mais poderão exercer suas atividades normalmente. (MÁXIMO, 2013)

A posição da questão relacionada ao adoecimento e morte no trabalho do “ponto de vista da economia política” do capital (MÉSZÁROS, 2009) evidencia elementos importantes para a análise correta sobre o porquê de as empresas se preocuparem em investir em tecnologias de gestão de recursos humanos com o objetivo de desenvolver programas de promoção da saúde e de estilo de vida na empresa. Está em questão o aumento dos custos de reprodução da força de trabalho.

No Brasil, apesar da reconhecida subnotificação dos casos de acidentes e adoecimentos laborais, as relações de trabalho se comportam como uma verdadeira guerra civil, matando e mutilando milhares de trabalhadores todos os dias. Os dados divulgados pelo Ministério da Previdência, no ano de 2012, expressam o quadro grave de agravos à saúde dos trabalhadores. O número de acidentes, no ano de 2012, superou 700 mil casos pelo quinto ano seguido, somando-se mais de 2.700 mortes no ano.

De acordo com Fernandes e Nuzzi (2013): “Se o período comparado for o dos últimos 25 anos, o número de acidentes cai quase 30%: de 992 mil, em 1988, para 705 mil em 2012. Mas o total de doenças relacionadas ao trabalho sobe 200%: de 5 mil para 15 mil”.

Em boa medida, esses números estão relacionados ao surgimento das chamadas “doenças modernas no trabalho” (LER, DORT, estresse, burnout, acometimento de doenças cardiovasculares, sofrimento psíquico e outras), todas elas relacionadas à aceleração do processo

produtivo posto em ação pelas formas flexíveis de acumulação e pelas novas tecnologias de gestão e organização do trabalho (NAVARRO, 2006; ALVES, 2013; HELOANI, 2005).

O quadro esboçado até aqui explicita um conjunto de relações que pode ser apanhado no que se denomina de dialética entre trabalho vivo e mortificação do trabalho. O trabalho permanece, como afirma Marx (2013, p. 261),

apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais.

No entanto, sob o controle do capital, o trabalhador desce à condição da mais miserável das mercadorias (MARX, 2004). Sob a forma capital de exploração do trabalho, diz Ribeiro (2014, p. 31), “o trabalhador continua a ser de carne e osso, consumindo e sendo consumido pelo trabalho”. Para esse autor, o trabalho na produção capitalista

toma a espécie humana como simples animal que produz e gasta energia ao vender trabalho. Assim, o trabalho é uma mercadoria, objeto de compra e venda no mercado livre, cujo valor toma por base o gasto calórico ao repor força de trabalho consumida, para no dia seguinte o trabalhador continuar a vendê-la e gastar no outro. (RIBEIRO, 2014, p. 32)

Como afirma Ribeiro (2014), é próprio da produção capitalista querer esgotar a força de trabalho viva, humana, ainda que de tempos em tempos os ciclos de reordenamento da produção e de automação da produção procurem substituir frações da classe trabalhadora por maquinaria. Porém, esses mesmos ciclos de reestruturação produtiva reduzem efetivos de mão de obra, diminuem o uso do trabalho manual na produção, mas aumentam as taxas de desemprego, subcontratação, expandem jornadas de trabalho e degradam ofícios, profissões e ocupações.

A “morbidez coletiva do trabalho”, e conseqüentemente o adoecimento e morte de trabalhadores e trabalhadoras, é determinada por um tipo de metabolismo social fundamentado em relações de trabalho e de classe baseadas na apropriação e na expropriação. São estas as apropriações e expropriações, como fundamentos do modo de produção capitalista, segundo Ribeiro (2014), os principais determinantes da desqualificação e degradação do trabalho.

É frente a esse quadro de destruição da força de trabalho e, portanto, de corrosão do trabalho vivo que as empresas desenvolvem medidas contratendências de prevenção do conflito, por meio de ações educativas que compõem as políticas de produção. Essas ações se manifestam como parte das *políticas de produção* que compõem as estratégias de racionalização do trabalho ao longo da história. As tecnologias de gestão que incidem sobre a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, tais como lazer para os trabalhadores, ginástica laboral, avaliações e prescrições ergonômicas do trabalho e estratégias de qualidade de vida no trabalho, ao comporem as políticas de produção, constituem-se como parte da pedagogia do trabalho capitalista com o objetivo de educar os trabalhadores para o consentimento¹⁰⁴.

3.4. Política de produção, racionalização do trabalho e a constituição de um novo nexó psicofísico dos trabalhadores

Nas diferentes formas sociais de produção pelas quais o sistema do capital produziu revolucionamentos nos processos produtivos, os donos dos meios de produção, articulados às ações desenvolvidas no âmbito Estado, procuraram adequar o trabalhador coletivo e individual à produção de valor, de diferentes maneiras, objetivando educar o ser humano inteiro, isto é, todas as suas faculdades e potencialidades físicas e intelectuais, disponíveis para o trabalho assalariado e dedicado à valorização do capital por meio de pedagogias para a docilização, a submissão e a subserviência. A formação de força de trabalho, portanto, jamais pode se desenvolver a partir de uma fragmentação real do indivíduo humano, pois, por mais que o trabalho de frações da classe trabalhadora seja dedicado a operações manuais, predominando o exercício de atividades que poderiam ser denominadas como físico-muscular, “[...] em qualquer trabalho físico, mesmo no

¹⁰⁴ - Evidentemente que as políticas de produção que são desenvolvidas pelas organizações empresariais sofrem inúmeras formas de resistências por parte dos trabalhadores. Tais formas de resistência assumem perspectivas individuais e coletivas: as formas individuais de resistência apresentam-se como o absentéismo, o *turn-over*, os macetes para roubar tempo das máquinas e dos chefes e mesmo a fuga do trabalho. Hoje, existe também o caso de trabalhadores que se recusam a participar de sessões de ginástica laboral ou das reuniões de avaliação ergonômica do trabalho. Ou o caso de ações trabalhistas vencidas por trabalhadores cobrando pelo período em que realizaram atividades como estas de modo a exceder sua jornada normal de trabalho (ver: <http://www.ardanazsa.adv.br/News/ginastica-laboral-da-direito-a-hora-extra>). Porém, há pouco pronunciamento, senão um silêncio, das organizações sindicais sobre tais tecnologias de gestão. Essas questões não serão desenvolvidas aqui, pois mereceriam uma análise mais detida e com fontes empíricas que fogem ao escopo deste trabalho; por outro lado, as formas coletivas de resistência em relação às políticas de gestão e de organização do trabalho vão desde a organização político-sindical até as lutas pelo controle da organização do trabalho, as paradas e travagens da produção, as operações de redução da velocidade dos ritmos de produção e as greves.

mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (GRAMSCI, 2004, p. 18).

A formação da força de trabalho ou de homens e mulheres que vendem sua força de trabalho como trabalhadores assalariados envolve o conjunto de sua individualidade social, de sua *personalidade viva* (MARX, 2013). Isso significa, de acordo com Brohm (1975, p. 141), “[...] a imbricação total do trabalho [e dos trabalhadores], a integração ao complexo maquínico da produção.” Esse processo ocorre pela assimilação dos trabalhadores, de modo profundo¹⁰⁵, às engrenagens complexas da máquina-ferramenta e do processo de produção.

Obviamente que as iniciativas do capital em controlar e disciplinar os trabalhadores tiveram (e ainda têm) resistências por parte destes. Não obstante a isso, são justamente as formas de resistência do trabalho à dominação do capital no âmbito da produção – e no conjunto da vida social – que têm levado as personificações do capital a reordenar suas táticas, estratégias, instrumentos e técnicas de mediação dos conflitos de classe. Desse modo, lançam mão de mecanismos de dominação, mas também, e de modo significativo, de estratégias e ações políticas (e pedagógicas) de hegemonia que procuram formar os trabalhadores de acordo com as prerrogativas predominantes da produção de mercadorias e em consonância com um *modo de vida* condicionado pela sociabilidade do capital.

Como se observou anteriormente, a formação dos trabalhadores tem como seu traço central a reprodução da divisão técnica e social do trabalho, por meio de processos educacionais dualizados em razão do lugar que os indivíduos ocupam no conjunto das relações sociais no interior de uma sociedade de classes. A formação restringida para o trabalho manual é largamente destinada às classes laboriosas, enquanto a burguesia e os seus quadros médios são orientados a processos formativos que combinam os elementos técnicos e políticos com a finalidade de formar dirigentes.

O caráter manual ou intelectual do trabalho não diz respeito à natureza mesma do processo de trabalho em ato ou ao modo singular em que um trabalhador específico ou um coletivo de trabalhadores executa uma ou mais operações produtivas. O que distingue o caráter intelectual ou manual do trabalho deve ter como critério de distinção o “[...] conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no

¹⁰⁵ - Profundo no sentido que Lukács (2013, p. 223) atribui ao discutir como os princípios da mecanização, do cálculo e da divisão do trabalho se fazem *racionalidade* e penetram até o ser físico e psíquico mais profundo dos seres humanos, reificando-os.

conjunto geral das relações sociais.” (GRAMSCI, 2004, p. 18). Nesse sentido, a característica do trabalho realizado pelas classes trabalhadoras não se refere ao fato de ser manual ou instrumental, mas por exercer o trabalho em determinadas condições e relações sociais.

A formação para o trabalho manual, portanto, não é apenas formação de habilidades técnicas manuais, cujas exigências estariam vinculadas, sobretudo, a aptidões neuromotoras e musculares. A formação para o trabalho manual significa a constituição de uma personalidade marcada pela objetividade reificada da mercadoria, o que envolve tanto as aptidões neuromotoras, força muscular, habilidades finas de manipulação, quanto a capacidade criativa, cognitiva e envolvimento afetivo. Isso porque o lugar subalterno do trabalho manual na divisão hierárquica do trabalho é definido pelas relações sociais que medeiam suas finalidades, seu conteúdo e suas formas.

Portanto, o fato de que nas últimas décadas tenha ocorrido um encolhimento importante do operariado tradicional no mundo todo em razão da queda das taxas de emprego no setor industrial e o deslocamento de parcelas significativas da População Economicamente Ativa (PEA) em praticamente todas as nações no mundo (ANTUNES, 2003; POCHMANN, 2012; MATTOSO, 1996) não significa a mudança substantiva¹⁰⁶ nem nas condições e relações sociais fundamentais em que o trabalho se realiza – aquelas determinadas pela valorização do valor e pela acumulação de capital –, tampouco na natureza mesma do trabalho no interior do conjunto de relações sociais. O que as pesquisas têm demonstrado é que as mudanças atingem a morfologia do mundo do trabalho e, portanto, sua expressão fenomênica, deixando intocado o complexo que fundamenta o conteúdo da relação social do capital, qual seja, a exploração do trabalho vivo para extração de mais-valor.

Tal raciocínio não nega as mudanças morfológicas nas relações de trabalho, nas formas de organização do trabalho ou nas condições de trabalho costuradas pelo binômio inovação tecnológica e científica e novos modelos de produção. Porém, é necessário destacar que a substância da forma capital de mediação e controle do trabalho não foi suprimida, ao contrário, se

¹⁰⁶ - Autores como Offe (1989) e Gorz (2003, 2005) apontam que as mudanças procedidas no âmbito da produção e das estruturas jurídico-políticas e sociais operadas no final do século XX derrogaram o lugar central do trabalho na estruturação da sociedade e das subjetividades das pessoas, produzindo uma mudança revolucionária nas condições da vida social. Outros, como Kern e Schumann (1988), observaram que as alterações no universo da técnica e da ciência estavam a produzir um revolucionamento na produção, fazendo desaparecer a divisão vertical do trabalho. Entretanto, tais diagnósticos e análises não se confirmam diante das evidências de que nem o trabalho feneceu (nem o pode, em razão do seu caráter ontológico na constituição do ser social e do seu caráter estrutural nas condições de

aprofunda. Nesse sentido, não se pode debitar nas mudanças formais, jurídicas e efêmeras das reformas produtivas e políticas do capital em condições de crise estrutural, transformações substanciais da ordem social vigente, que só podem realmente se efetivar com uma transformação radical de toda ordem social (MÉSZÁROS, 2007).

Nesse contexto, a exploração do trabalho vivo coexiste com a expansão do trabalho morto e materializa-se uma subsunção cada vez maior da classe trabalhadora ao capital, por meio do desenvolvimento técnico-científico estranho ao trabalhador coletivo; a tecnologia empregada na produção subordina e controla os trabalhadores sob a aparência da neutralidade dos dispositivos tecnológicos, que comparecem na produção como resultantes de um progresso científico natural e inevitável. Tal qual o fetichismo na mercadoria, expande-se atualmente o fetichismo tecnológico, que se oculta no necessário uso de ciência e tecnologia e na produção de que o capital historicamente sempre lançou mão da estruturação do poder, da presença das classes e sua organização e desigualdade estrutural (DIAS, 1998). No plano social, desenvolve-se uma interpenetração intra e intersetorial nos ramos da economia (agroindústria, indústria de serviços, serviços para indústrias, agronegócio, etc¹⁰⁷), expandindo as formas de trabalho simples e a classe trabalhadora, de modo a alterar sua composição, cada vez mais heterogênea, complexa e fragmentada (ANTUNES, 2002, 2003, 2005).

Nesse quadro, o que é chamado de “trabalho enriquecido” e “polivalência” como expressão da intelectualização, qualificação e melhoria das condições de realização do trabalho, e também o uso de novas tecnologias de informação e comunicação, ao contrário de qualificar os trabalhadores, têm ampliado as formas de sua exploração e controle por meio de: formas de organização do trabalho *by stress* (ALVES, 2011a); intensificação dos ritmos e velocidade da produção para atender à demanda do mercado por meio da gestão do fluxo tensionado

produção capitalista), tampouco a divisão hierárquica do trabalho teve fim, senão se deslocou e se expandiu (ANTUNES, 2003; AMORIM, 2006).

¹⁰⁷ - Ianni (1999, p. 14) chama a atenção de que, ao contrário do tão afirmado fim do modelo de produção industrial, há uma expansão deste para todas as esferas da economia e, também, da vida social nas condições do capitalismo globalizado. Nessa perspectiva, “[...] ocorre a reestruturação de empresas, grandes, médias e pequenas em conformidade com as exigências da produtividade, agilidade e capacidade de inovação abertas pela ampliação dos mercados, em âmbito nacional, regional e mundial. O fordismo, como padrão de organização do trabalho e da produção, passa a combinar-se com ou ser substituído pela flexibilização dos processos de trabalho e produção, um padrão mais sensível às novas exigências do mercado mundial, combinando produtividade, capacidade de inovação e competitividade. Sob todos os aspectos, a nova divisão transnacional do trabalho e produção implica outras e novas formas de organização social e técnica do trabalho, de mobilização da força de trabalho, quando se combinam trabalhadores de distintas categorias e especialidades, de modo a formar-se o trabalhador coletivo desterritorializado. Nesse sentido é que *o mundo parece ter-se transformado em uma imensa fábrica.*” (Grifos nossos)

(DURAND, 2013); das técnicas e tecnologias de poder refletidas nos procedimentos de gestão que individualizam, responsabilizam, pressionam e exigem o envolvimento afetivo-intelectual dos trabalhadores (LINHART, 2014; 2000); além de atribuir uma multiplicidade de tarefas aos trabalhadores. Os efeitos desses processos sobre os trabalhadores manifestam-se na intensificação do trabalho (ROSSO, 2006), em sofrimento e precariedade subjetiva (DEJOURS, 1992; LINHART, 2014), além das múltiplas manifestações de adoecimento laboral (NAVARRO, 2006; PIGNATI, 2013; GOLLAC; VOLKOFF, 1996).

O revolucionamento aparente da qualificação do trabalho e dos trabalhadores em função das mudanças operadas na base técnica e nas formas de organização do processo de produção pela dinâmica da reestruturação produtiva nas últimas quatro décadas tem sido fortemente criticado. Tais críticas se expressam tanto pela reação sindical¹⁰⁸ ante o processo de subproletarização da força de trabalho composta pela articulação entre precarização das relações de trabalho e pelo crescente aumento das taxas de desemprego, bem como pelas investigações acadêmicas que têm frequentemente identificado – na realidade do chão de fábrica reestruturado, nos setores de serviço informatizados, na produção agrícola mecanizada e nas organizações públicas –, apenas ilhas ou pequenos agrupamentos de trabalhadores hiperqualificados e uma massa de trabalhadores em processo de desqualificação. Os trabalhadores são submetidos ao seguinte quadro: exigências de polivalências e policompetências (GORGEU; MATHIEU, 2003); alteração do seu perfil técnico, atitudinal e político, basicamente sustentado pela polivalência não qualificante, pela exigência do envolvimento pessoal e afetivo com a “filosofia” da empresa, por formas sofisticadas de controle do trabalho e dos trabalhadores e pela quebra dos coletivos autônomos dos trabalhadores e ataque às suas formas clássicas de organização (INVERNIZZI, 2000). Reúne-se a esse quadro o apelo ideológico à noção de empregabilidade e competências como formas de mediação do conflito entre trabalho e capital nas condições da reestruturação produtiva (FRIGOTTO, 1995), que se traduzem em políticas educacionais, de emprego e renda e de produção científico-tecnológica.

Os aspectos que caracterizam o conteúdo da formação da força de trabalho hoje se constituem, segundo Souza (2009), Amaral (2001) e Frigotto (1995), como respostas do capital à

¹⁰⁸ - Ainda que a reação sindical seja retraída em razão: da redução das taxas de sindicalização; do enfraquecimento das ações e políticas sindicais devido ao processo de transformismo que sofre nas condições da crise estrutural do capital; e pelos ataques constantes que estas organizações passam a sofrer a partir da difusão do programa neoliberal pelo mundo (ANTUNES, 2002, 2003; ANDERSON, 1995; MASCARENHAS, 2002).

crise de caráter estrutural, estabelecidas pelo complexo orgânico de reestruturação produtiva (ALVES, 2000), pela hegemonia das políticas neoliberais no âmbito do Estado e pelo reordenamento da sociabilidade burguesa. Esse quadro exige a formação de um “trabalhador de novo tipo”, adaptado às condições reordenadas da produção e a um tipo de sociabilidade condicionada por categorias sociais distintas daquelas estabelecidas no período de acumulação fordista. Reativam-se, desse modo, relações e mecanismos de dominação, de controle e de conformação psicofísica e ético-política da classe trabalhadora, necessárias às condições de reordenação da produção e do modo de vida capitalista de modo a garantir ambiência social e política para reacionar as taxas de acumulação e renovar a hegemonia em crise (DIAS, 1998; SOUZA, 2009), de modo semelhante ao processo ocorrido na transição do século XIX para o século XX (GRAMSCI, 2001).

A recorrência ao processo de reordenamento da produção e das bases da hegemonia de classe é, segundo Dias (1998), própria ao capitalismo, como parte do seu movimento de negação da identidade de classe dos trabalhadores, modo concreto pelo qual as classes dominantes recusam a sociabilidade e a subjetividade dos subalternos e buscam substituí-las pelas do capital. Afirma o autor que

A história do capitalismo é a história da “reestruturação produtiva”. O capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe. (DIAS, 1998, p. 46)

O reordenamento da produção põe na ordem do dia da luta de classes o problema da hegemonia e, portanto, da pedagogia do capital produzida pelas classes dominantes, isto é, de formas intencionais e sistemáticas de adaptação psicofísica somada à direção intelectual e moral (ético-política) das classes subalternas. As formas históricas de gestão e organização da produção constituem, assim, não um conjunto de técnicas somente, mas um modo de vida, exigindo, pois, um processo de “[...] elabora[ção] de um novo tipo humano [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 248).

A formação de um “novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”, é observada naquilo que Gramsci (2001, p. 248) caracterizou como o bloco histórico hegemônico cimentado na concepção do mundo, denominada por ele como “americanismo e

fordismo”. A chamada civilização industrial¹⁰⁹ do século XX exemplifica o modo como são articuladas as esferas da produção e do Estado na regulação das relações e processos produtivos, bem como as condições de reprodução da força de trabalho necessárias, com implicações sobre o modo de vida das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, sobre a formação de individualidades pessoais de classe.

Além de um mercado ampliado e dinâmico, com o desenvolvimento do consumo de massa como modo de realizar a solvência da produção, a sociedade caracterizada pela dominância da moderna indústria monopolista sobre as relações sociais de produção do capital estava assentada em circunstâncias históricas que exigiam também um grau de ação coletiva desenvolvido por um Estado moderno e ampliado capaz de compensar as falhas do mercado, evitar excessivas concentrações de poder ou combater o abuso do monopólio, fornecer bens coletivos (mormente aqueles necessários à reprodução de força de trabalho e de infraestrutura para o capital) e impedir o desenvolvimento de crises ampliadas em razão do descontrole do capital (HARVEY, 2003). Ou seja, para cimentar a hegemonia do bloco histórico monopolista do capital era necessário um Estado capaz de garantir as condições gerais de produção e de acumulação e, ao mesmo tempo, estabelecer mecanismos de hegemonia. Trata-se de um processo de amoldamento da trajetória e da forma do desenvolvimento capitalista, que transcende os mecanismos e dinâmicas do mercado livre de regulação.

Esse processo implica ainda uma dinâmica de (con)formação dos indivíduos sociais de acordo com o tipo de sociabilidade exigida pelo industrialismo. Harvey (2003, p. 118) assim expõe a questão da constituição da formação do “tipo humano” nas condições do capitalismo monopolista do século XX:

[...] as propensões sociais e psicológicas, como individualismo e o impulso de realização pessoal por meio da autoexpressão, a busca de segurança e identidade coletiva, a

¹⁰⁹ - Compreende-se por “civilização industrial” a noção de “industrialismo”, conforme as reflexões gramscianas. De acordo com Souza (2009, p. 29-30), entende-se “‘industrialismo’ como um equilíbrio entre as esferas estrutural e superestrutural da sociedade que conforma um tipo determinado de metabolismo social que garante a reprodução social da vida material. O industrialismo é um estágio da vida em sociedade determinado pelo seu patamar de desenvolvimento científico e tecnológico e pelo seu nível de complexificação das relações de poder na sociedade civil. No contexto do conflito de classe, o industrialismo pressupõe, em sua dimensão estrutural, as condições objetivas e subjetivas para a sustentabilidade da acumulação de capital e, em sua dimensão superestrutural, a efetividade dos mecanismos de mediação do conflito capital/trabalho, de modo a sustentar a hegemonia da concepção de mundo burguesa, obtida por meio do consentimento ativo das camadas subalternas e de seus dirigentes, como modo de vida socialmente aceito”.

necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, têm um papel na plasmação de modos de consumo e estilos de vida. Basta considerar todo o complexo de forças implicadas na proliferação da produção, da propriedade e do uso em massa do automóvel para reconhecer a vasta gama de significados sociais, psicológicos, políticos, bem como mais propriamente econômicos, que estão associados a um dos principais setores de crescimento do capitalismo no século XX.

Todo estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista¹¹⁰ implica na constituição de “[...] complexas inter-relações, hábitos, práticas políticas e formas culturais que permitem que um sistema capitalista altamente dinâmico e, em consequência, instável adquira suficiente semelhança de ordem para funcionar de modo coerente ao menos por um dado período de tempo” (HARVEY, 2003, p. 117). Para que funcione de modo coerente, o sistema capitalista precisa criar seus próprios mecanismos de conversão da capacidade de homens e mulheres em realizar trabalho produtivo. Para isso, é preciso constituir processos educativos e amplas relações de socialização dos trabalhadores de acordo com os propósitos de acumulação do capital.

O controle da força de trabalho, desde a produção até as esferas mais amplas da vida social, é o meio pelo qual tal processo de formação e socialização se apresenta de modo mais efetivo sob as condições do capitalismo monopolista. O controle é constituído não apenas de dominação e, portanto, de coerção e força, mas também de hegemonia entendida como direção intelectual e moral, capaz de produção de consenso ativo. Desde essa perspectiva, o controle e a disciplina desenvolvidos no interior das empresas e organizações se efetivam como fundamento das demais formas de dominação social na ordem social do capital, especialmente porque é no processo de alienação do trabalho, de subsunção do trabalho às necessidades da produção da mercadoria e da acumulação do capital que tem origem as demais formas de alienação e subsunção na vida social (MÉSZÁROS, 2006).¹¹¹

¹¹⁰ - Harvey (2003) lança mão da escola da regulação francesa para discutir a composição dos estágios de desenvolvimento do modo de produção capitalista próprios ao período de predominância da indústria moderna e o do capitalismo flexível. Para tanto, sua análise se situa em torno dos conceitos de *regime de acumulação* e de *modos de regulamentação social e política*. Embora o pensamento desse autor seja tomado como referência para reflexão, aqui manter-se-á a heurística da categoria modo de produção tal como desenvolvida por Marx e Engels (2007), porque ela mesma já apanha as características da organização societária capitalista que a escola de regulação quer destacar em seu quadro conceitual. Para uma crítica consistente dos pressupostos teóricos e políticos da escola de regulação, ver Braga (2003).

¹¹¹ - Em sua análise sobre a teoria marxiana da alienação, Mézáros assinala que Marx foi quem conseguiu tornar racional e identificar o “ponto arquimediano” das formas de alienação e estranhamento existentes. Tal análise se materializa na identificação da *raiz*, do momento predominante, de todas as formas de alienação na constituição da atividade produtiva humana em trabalho alienado pelas mediações da propriedade privada, do mercado e da divisão do trabalho que tomam lugar na estrutura societal do capital. Para Mézáros (2006, p. 23), “[...] as mais variadas

Se Marx e Engels (2007) expõem em profundidade que a forma da organização social e técnica do trabalho, que o desenvolvimento da divisão do trabalho e que os tipos de instrumentos, ferramentas e máquinas empregadas no processo de produção correspondem ao modo como os homens são, Gramsci (2008; 2001), por outro lado, demonstra esta tese analisando a emergência de um novo estágio no modo de organização das relações sociais de produção do capital. Este é um tipo de sociabilidade que tem sua gênese no solo da produção fabril e que se espraia para o conjunto da vida social, penetrando até a alma dos trabalhadores e transformando o núcleo do nexos psicofísico de homens e mulheres pertencentes à classe trabalhadora. O significado histórico da compreensão da fábrica como tempo e espaço da gênese da hegemonia tem como seu corolário o fato de que “[...] os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 266).

Os novos métodos de trabalho, ancorados ao desenvolvimento da empresa monopolista, da produção em massa, do crescimento dos mercados mundiais, da ampliação do Estado e de sua intervenção nos planos da produção e da reprodução, exigiram, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, um processo de “renovação” da familiarização dos assalariados com a disciplina requerida, com os novos instrumentos e matérias-primas empregados na produção. Esse complexo e complicado processo exigira então mecanismos muito variados de formação da força de trabalho num quadro diferente de sociabilidade. Uma nova disciplina e variados mecanismos de controle do trabalho têm sua origem nestas circunstâncias:

A disciplina da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital – um processo a que vou me referir, de modo geral, como “controle do trabalho” – é uma questão muito complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. *A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais.* A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (HARVEY, 2003, p. 119; grifos nossos)

formas de alienação [...] podem ser reunidas sob um denominador comum, no campo da *prática social*, por

A hegemonia nascida na fábrica tem como seu corolário um processo complexo, dinâmico e imbricado de reprodução da força de trabalho, que envolve dinâmicas muito variadas nos níveis econômicos, políticos e culturais. Isso significa que a reprodução da força de trabalho passa a se constituir como objeto de preocupação intrínseca aos objetivos da produção de mercadorias, envolvendo, desse modo, políticas de formação que têm sua origem no interior da produção por meio dos mecanismos de organização do trabalho. Isso significa que a formação da força de trabalho passa a ser objeto de intervenção sistemática e intencional, baseada em teorias, proposições e métodos que constituem a pedagogia capitalista. Formar os trabalhadores passa a ser objeto de intervenção do capital, o que até então era determinado, sobretudo, pelas corporações de ofício e pelas próprias tradições de formação e qualificação dos trabalhadores que dominavam seu ofício e os socializavam na relação entre mestres e companheiros¹¹².

É no mesmo sentido de compreender a hegemonia nas condições históricas do industrialismo que Burawoy (1990) elabora o conceito de *política de produção* para compreender as relações sociais na produção, preenchida de elementos políticos e ideológicos em disputa no interior dos *aparelhos ideológicos da produção*, que constituem o conceito de *regime fabril*. A noção de política de produção visa superar, segundo o autor, a compreensão comum em investigações sobre o processo de trabalho que frequentemente separam o processo de produção das relações e ações políticas, subpolitizando o processo de trabalho e sobrepolitizando o Estado. Para tanto, ele busca analisar as conexões internas e externas da organização do trabalho no interior das organizações empresariais, relacionando-as às políticas de regulação do Estado.

Burawoy (1990) estabelece uma argumentação contrária às teses de subpolitização da produção encontrada na sociologia do trabalho¹¹³ e procura demonstrar, em sua investigação, as

intermédio do conceito tangivelmente concreto e estrategicamente crucial de ‘trabalho alienado’ [...]”.

¹¹² - Para uma análise consistente da pedagogia do trabalho de ofício, as correspondentes relações de socialização presentes no interior das oficinas do trabalho artesanal, bem como a transição desta para o trabalho industrial, com as consequentes mudanças no processo de formação e socialização da classe trabalhadora, ver Trindade (2012), especialmente o capítulo 1. Braverman (1987) também expõe traços da particularidade do processo de formação para o trabalho ainda dominada pelas corporações de ofício nas condições históricas da predominância da produção organizada pela cooperação simples e pela manufatura inicial, demonstrando que a transição para o processo de integração do trabalho ao mecanismo da manufatura organizada e da maquinaria industrial, assentada na relação entre organização científica do trabalho e de automação das linhas de montagem, tem como seu corolário a transferência do expertise (o saber, o saber fazer, o saber sobre o fazer, o domínio da forma e do conteúdo do trabalho) da produção do domínio dos trabalhadores para as gerências, departamentos de planejamento e direções, criando as condições em que capital domina os modos de realizar o trabalho produtivo e, também, o processo de formação para a realização do trabalho.

¹¹³ - O autor identifica tal subpolitização em pesquisas de recorte funcionalista (sociologia industrial), naquelas que se fundamentam na articulação entre sociologia do trabalho e teorias da organização fundamentadas no conceito e

dimensões políticas desenvolvidas no âmbito da produção e a determinação recíproca que aquelas estabelecem com a política do Estado. Para isso, o autor articula uma leitura relacional entre Estado e produção, identificando, no conceito de regime fabril, elementos para estabelecer uma análise concreta da periodização do desenvolvimento do sistema do capital. Nessa perspectiva, o processo de produção, além da sua natureza econômica, possui determinações políticas e ideológicas.

A *política de produção* é o que determina a intervenção do Estado na criação de políticas sociais e regulação social do trabalho, de acordo com as necessidades de produção de hegemonia de uma determinada conformação histórica do capital. Nesse sentido, a *regulação dos conflitos* constitui o papel dos aparelhos políticos na produção, responsáveis pela reprodução da força de trabalho em regimes chamados de despóticos.

O processo de produção contém tantos elementos políticos e ideológicos quanto uma dimensão puramente econômica. Em outras palavras, o processo de produção não se restringe ao *processo de trabalho* – as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, à medida que transformam matérias-primas em bens úteis, fazendo uso de instrumento de fabricação. A produção inclui, também, *aparelhos políticos* que reproduzem as relações do processo de trabalho através da regulação dos conflitos. Denomino esses aparelhos de *regime fabril* e os conflitos que lhe são associados de *política de produção*. (BURAWOY, 1990, p. 1)

Os aparelhos políticos de produção se distinguem das políticas de produção. Já os aparelhos de produção conformam as políticas de produção, influenciando não apenas o processo de trabalho em cada organização empresarial, mas também a ação do Estado nesse campo¹¹⁴ e no conjunto da reprodução social. Conforme observa Burawoy (1990, p. 8), a “política estatal não

análise das burocracias de matiz weberiana, bem como nas análises marxistas de matiz estruturalista. Em sua perspectiva, tais análises partem da noção de consenso e de controle como fatos dados, porém, não os explicam. Tendem também a negar ou subordinar o conflito e isolar o processo de trabalho da organização mais geral da produção capitalista. Nessa perspectiva, as disputas políticas internas ao processo de produção, quando não esquecidas ou negadas, são subordinadas ao desenvolvimento tecnológico, à predominância da finalidade econômica ou à estrutura da luta de classes no âmbito sindical, subpolitizando assim o local de trabalho nas análises.

¹¹⁴ - Exemplo disso é que, na década de 1990, o realinhamento da produção promovido no parque industrial do Brasil para se adequar à nova divisão internacional do trabalho e às exigências internacionais de produtividade e qualidade que passaram a orientar a competição intercapitalista exigiu das empresas a incorporação de novas tecnologias, de alternativas nas políticas de gestão da força de trabalho e de novas estratégias de competitividade que exigiram do Estado uma recomposição do ordenamento jurídico, político, administrativo, econômico e educativo. Inúmeras políticas de Estado foram desenvolvidas no período, iniciando no governo Collor com a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior e os programas de apoio à competitividade da indústria brasileira, como, por exemplo, o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) e o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica (PACTI) e se estendendo aos governos sucessores com a Reforma Administrativa do Aparelho do Estado e políticas

está suspensa nas nuvens; ela nasce do chão e, quando este treme, ela também é abalada. Em resumo: se a política de produção pode não ter uma presença diretamente observável no Estado, ela, no entanto, estabelece limites e precipita suas intervenções.” “Assim se explica por que as ondas de greves nos Estados Unidos, durante os anos 30, e na Suécia, França, Itália e Inglaterra, entre o final dos anos 60 e o início dos 70, levaram às tentativas do Estado de reconstruir os aparelhos fabris” (BURAWOY, 1990, p. 8).

É no plano da produção que se definem os interesses e capacidades das classes em presença. Nesse processo, as formas de intervenção do Estado são condicionadas pelos conflitos entre as classes sociais que se manifestam no âmbito da produção, seja para regular a política de produção ou para reproduzir as condições gerais de produção. Nesse sentido, tanto o Estado fixa limites aos aparelhos fabris como estes estabelecem condições e limites às formas de intervenção estatais.

Os aparelhos políticos de produção são distintos e independentes do processo de trabalho. Esses aparelhos funcionam como base da periodização da produção capitalista¹¹⁵. A centralidade da reflexão de Burawoy (1990) é a seguinte: O aspecto central do processo de caracterização dos regimes fabris está diretamente articulado à *dependência dos trabalhadores em relação à venda de sua força de trabalho*, isto é, a consolidação dos trabalhadores como assalariados. Nesse sentido, é necessário sempre examinar as formas de intervenção estatal que rompem os elos da ligação entre *reprodução da força de trabalho* e a *atividade produtiva no local de trabalho*.

Hoje em dia, as gerências não podem mais confiar exclusivamente na coação econômica do mercado, nem podem impor um despotismo arbitrário. Os operários devem ser *persuadidos* a cooperar. Os interesses dos trabalhadores devem ser coordenados com os do capital. Os *regimes despóticos* dos primeiros anos do capitalismo, nos quais

setoriais, como o Novo Regime Automotivo, sob a gestão de FHC e, mais recentemente, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior lançada em 2004, no governo de Lula da Silva.

¹¹⁵ - Burawoy (1990) estabelece uma periodização do capitalismo com base nas mudanças desenvolvidas no plano da produção e nas intervenções estatais sob esse âmbito, relação essa conceituada como regime fabril. De acordo com os princípios do que o autor denomina de *dependência dos trabalhadores em relação à venda de sua força de trabalho, reprodução da força de trabalho e atividade produtiva no local de trabalho*, ele identifica três regimes: regime despótico, cuja reprodução da força de trabalho é dependente da sua venda no mercado, gerando assim formas de organização do trabalho disciplinares e despóticas; regime hegemônico, quando a reprodução da força e trabalho é mediada também pela intervenção estatal via políticas sociais, exigindo assim relações e organização do trabalho hegemônicas, que associam persuasão e coerção no cotidiano fabril; e o regime despótico hegemônico, que aciona novas formas de despotismo no interior das empresas, mas sob a herança de um regime hegemônico. O regime despótico hegemônico caracterizaria as respostas do capitalismo no contexto da crise estrutural, por meio da redução da intervenção estatal na esfera da reprodução da força de trabalho, e a recriação das condições de dependência dos trabalhadores em relação à venda de sua força de trabalho no mercado como forma determinante de reprodução da vida.

prevalecia a coerção sobre o consentimento, têm que ser substituídos por *regimes hegemônicos*, em que o consenso predomina, embora não se exclua totalmente a coerção. Não é só que o recurso à coerção esteja limitado e regularizado; a própria aplicação da disciplina e da punição torna-se objeto de consentimento. A natureza *genérica* do regime fabril é, portanto, determinada de modo independente das formas do processo de trabalho e das pressões da concorrência empresarial. Na realidade, ela se determina pela dependência dos trabalhadores em relação ao emprego assalariado e pelo atrelamento deste último ao desempenho nos locais de trabalho. A previdência social reduz a primeira dependência; a legislação trabalhista limita a segunda. (BURAWOY, 1990, p. 2-3)

Portanto, historicamente, duas formas de legislação rompem com os elos de ligação entre a reprodução da força de trabalho e as atividades produtivas nos locais de trabalho. Primeiro, a garantia previdenciária de reprodução da força de trabalho em um nível mínimo que independe da produção. O estabelecimento de um salário mínimo como política de Estado também é parte da intervenção estatal. Segundo, o Estado limita os métodos de dominação gerencial que exploram a dependência salarial dos trabalhadores por meio do reconhecimento compulsório dos sindicatos como um sujeito de negociação coletiva; do sistema de formação de resolução de reclamações e de negociação coletiva com função de proteger os trabalhadores contra demissões, multas, cortes de salário. Essas formas de intervenção reforçam a autonomia da reprodução da força de trabalho em relação ao processo produtivo (BURAWOY, 1990).

O desenvolvimento dos direitos sociais e políticos determinam consequências sobre a regulação da produção. As gerências já não podem confiar na coação econômica do mercado nem impor despotismo arbitrário quando da existência de mecanismos de intervenção estatal nos processos de reprodução da força de trabalho e na regulação dos processos de trabalho. “Os operários devem ser persuadidos a cooperar. Os interesses dos trabalhadores devem ser coordenados com os do capital” (BURAWOY, 1990, p. 2).

As análises de Burawoy acompanham, desse modo, a compreensão de Gramsci (2001, p. 247) de que “a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”. Seu ponto de partida é o de que, nas condições do modo de produção capitalista hegemônico pelo industrialismo, a organicidade estabelecida entre produção econômica, institucionalidade política e jurídica, sociabilidade marcada pela produção de mercadorias e pela venabilidade universal e concepção do mundo estabelecida com a finalidade de dirigir intelectual e moralmente as classes subalternas e, conseqüentemente, capaz de mediar o conflito de classes, tem sua gênese no universo mesmo da produção. Como fora sublinhado acima, as técnicas, as formas de

organização da produção, as estruturas das relações sociais de produção engendram, além de eficiência, eficácia e capacidade de manufaturar mercadorias e produzir bens e serviços, um modo de vida adequado a essas condições.

A política de produção é entendida como uma política de caráter ampla, cujo conteúdo é determinado pela técnica, tecnologia, cultura e educação com a finalidade de mediar o conflito entre capital e trabalho no interior das relações *na* produção (BURAWOY, 1990; ESTANQUE, 2000). Isso com o sentido de definir não apenas o controle sobre o processo e o produto do trabalho, mas também as identidades e práticas que a experiência na produção produz sobre os trabalhadores. De acordo com Burawoy (1990), as políticas de produção, sobretudo aquelas que se tomam forma no contexto de monopolização do capital e que caracterizam o regime fabril hegemônico, são determinadas por racionalização da organização do processo de trabalho; sistemas de remuneração condicionados à produção; estratégias salariais diversas; fixação de taxas salariais, mercado interno de trabalho tangenciado pelas disputas e conflitos em torno das qualificações, definição dos postos de trabalho e das tarefas, bônus e punições; sistemas individuais e coletivos de remuneração. Essas relações, no âmbito da produção, constituem-se pelas “[...] relações que os trabalhadores estabelecem na oficina entre si e com os membros da direção” (BURAWOY, 1989, p. 36).

No processo mesmo de expropriação do trabalho, de realização de mais trabalho e expropriação do mais-valor, afirma Burawoy (1989), define-se uma série de condições necessárias para assegurar a manutenção do modo de produção, ou seja, a reprodução das relações sociais que o caracteriza. A garantia da reprodução das relações de produção passa, portanto, pela instituição e manutenção de uma série de mecanismos que consiste em estruturas políticas. Em consequência disto, “[...] a produção de coisas não constitui apenas um processo de reprodução de relações sociais, mas também de produção de uma *experiência* dessas relações. Ao participar da produção, os homens e mulheres geram um mundo de aparências [...]” (BURAWOY, 1989, p. 37).

As experiências das relações de produção, vivenciadas durante os processos de trabalho organizados e direcionados social, econômica, técnica e politicamente, estruturam formas de socialização que efetivam, no momento mesmo da produção, o caráter fetichista da mercadoria. Se é no processo inteiro de produção e realização da mercadoria que a fetichização da mercadoria se efetiva, dando o caráter de aparente personalidade às mercadorias que se “encontram” e se

“intercambiam” no mercado (MARX, 2013), por outro lado, o caráter coisal, reificado, do homem e da mulher que produzem, se materializa no processo mesmo do trabalho, onde sua condição de potencial objetividade mercantil (força de trabalho) é ativada e realiza trabalho estranhado.

A política de produção age, então, como uma política cultural. A estruturação de uma cultura de fábrica (BURAWOY, 1990, 1989) implica em uma disputa, um jogo que põe em conflito: o modo de trabalhar; a organização do trabalho; o tempo de trabalho; as taxas salariais etc.

A política de produção, quando se expressa também como “política cultural”¹¹⁶, se efetiva como “reprocessamento da percepção do espaço produtivo”, conforme Heloani (2011). Objetiva, pois, deslocar os interesses, motivações, disposições emocional-afetivas, conhecimentos e saberes dos trabalhadores para as metas de rendimento, qualidade e competitividade da organização empresarial.

É necessário entender, portanto, que as organizações não são apenas locais onde se processa a produção de modo técnico, impessoal e racional, em que as análises podem se esgotar num panorama de microrrelações ou numa orientação sistêmico-funcionalista na qual se vislumbram os chamados “impactos” de relações exteriores no interior da empresa. É preciso considerar a empresa não apenas como lugar de produção de bens e serviços, mas também como um conjunto de relações sociais dotado de potencial criativo no plano econômico, sociocultural, identitário e político, o que constitui a noção de “cultura de empresa” na linguagem dos gestores (ESTANQUE, 2012).

De acordo com Faria (2003a, p. 16), é preciso apreender as organizações empresariais em suas múltiplas determinações no sentido de compreender os mecanismos e práticas de poder e controle social existentes em seu interior, pois elas se refletem na vida cotidiana dos sujeitos das formas mais variadas. Segundo esse autor, “organizações não são entes abstratos, sujeitos absolutos, entidades plenamente autônomas, unidades totalizadoras e independentes, mas

¹¹⁶ - Toma-se como referência, neste trabalho, a noção de política cultural conforme a elaboração de Apple (1999). De acordo com esse autor, política cultural se materializa através de relações de poder utilizadas na educação, em particular, e na sociedade, em geral. A categoria de fundamentação da noção de política cultural é a de hegemonia, conforme a compreensão gramsciana. Portanto, as políticas culturais constituem-se como mecanismos de produção do consentimento ativo no quadro de um determinado bloco hegemônico. Obviamente que, pautando-se numa leitura dialética proposta pelo autor, as políticas culturais não podem ser abstraídas nas relações econômicas e sociais e também podem (e são) empregadas como ações de contra-hegemonia.

construções sociais dinâmicas e contraditórias, nas quais convivem estruturas formais e culturais, manifestas e ocultas, concretas e imaginárias”.

Desse modo, as relações e os processos de produção que ocorrem no interior das organizações empresariais não se constituem apenas como estruturas de produção econômica, mas também como um complexo de relações sociais que, numa sociedade de classes, manifesta-se a partir das clivagens e conflitos em torno de relações de poder e de dominação. Essa noção de “cultura de empresa” configura-se como um importante aspecto quando se pretende analisar e compreender a formação que ocorre no interior do processo de produção, sobretudo porque ela revela as estratégias de envolvimento e de fabricação do consentimento junto aos trabalhadores.

Como observa Gramsci (2001, p. 398-399), nos seus vários níveis, a cultura unifica “uma maior ou menor quantidade de indivíduos em estratos numerosos, mais ou menos em contato expressivo, que se entendem entre si em diversos graus, etc”. Portanto, a formação do trabalhador coletivo *pelo/para* o capital possui, no “momento cultural”, um modo de cimentar a “unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção do mundo”. É nesse sentido que Gramsci afirma que toda relação de hegemonia é, necessariamente, uma relação pedagógica.

Ao incorporar as narrativas e os registros antropológicos para criar a noção de “cultura de empresa”¹¹⁷, as teorias e práticas da gestão do trabalho desenvolvem políticas culturais¹¹⁸ no

¹¹⁷ - Ao apontar, entre aspas, a noção de cultura de empresa, busca-se aqui ressaltar não somente os aspectos simbólicos e ritualísticos existentes no interior das organizações, nem tampouco corroborar uma leitura que apreende uma determinada singularidade organizacional como portadora de uma cultura autônoma em relação ao conjunto das relações sociais, mas de destacar que, no seio das chamadas relações *na* produção (BURAWOY, 1990), há determinações que agem pelo universo da cultura. Nesse sentido, não há a intenção de deslocar a reflexão da centralidade da relação capital e trabalho para o campo do simbólico, dos ritos e costumes, dos valores e crenças compartilhados, dos indivíduos e culturas grupais, mas de destacar que a cultura age no local de trabalho associada às instâncias da política econômica e social, da organização do processo de trabalho e das políticas de recursos humanos (FLEURY, 1987), determinadas pela dinâmica socioeconômica da produção do valor e reprodução da relação societal do capital.

¹¹⁸ - Ao chamar atenção sobre o fato de que as organizações empresariais se utilizam também de políticas culturais, busca-se elucidar que não são apenas as novas técnicas de organização do trabalho que concorrem para a produção do consentimento ativo dos trabalhadores, mas também um conjunto de produção de outra ordem, que não a produtiva, que pode ser identificado como parte do universo cultural. São iniciativas que se desenvolvem nas diferentes políticas de administração e gestão dos “recursos humanos”, baseadas na linguagem, na comunicação e no desenvolvimento de atividades de caráter integrativo, sociocultural e educativas. São exemplos: estratégias internas de comunicação entre empresa, trabalhadores e suas famílias; promoção de ação social envolvendo os trabalhadores (hoje denominada de responsabilidade social da empresa); escolas corporativas; ações no âmbito do tempo livre, como promoção de esporte e de lazer para os trabalhadores e suas famílias; programas de promoção da saúde e de qualidade de vida no trabalho etc.

interior da organização de modo a unificar as noções de “cultura” e “identidade” capazes de mobilizar o envolvimento da força de trabalho com a marca, os objetivos e as metas de produção, competitividade e qualidade com base na produção e disseminação de códigos, comportamentos e gestos, cujo simbolismo se constitui como a base de uma coesão e sentido coletivo (ESTANQUE, 2012). Esse investimento da gestão dos processos de trabalho, com base na criação de uma “cultura de empresa”, constitui-se como instrumento pelo qual o capital busca, não sem resistência, a conjugação de flexibilidade com coesão e de mudança com identificação e autoestima.

As formas de organização e gestão do trabalho desenvolvem-se no interior da dinâmica das chamadas “práticas corporativas empresariais”, que se constituem a partir da mobilização variada e diversa de dispositivos de controle laboral responsáveis por veicular “os sentidos oficiais corporativos” (FIGARI, 2009, s.p). Nesse ínterim, os problemas relativos à cooperação e à produção do consentimento entre os trabalhadores constituem-se como “[...] um campo de disputa de saberes e práticas sociais/culturais [...]”, isto é, “[...] relações sociais pedagógicas inerentes às relações sociais de produção [...]” em disputa no interior da correlação de forças entre trabalhadores e patrões.

As formas de gestão do trabalho, na perspectiva ampla de aparelhos ideológicos da produção, produzem um conjunto de “dispositivos pedagógicos empresariais” como parte da arquitetura empresarial e de sua correspondente política de produção. De acordo com Figari (2009, s.p.), “A pedagogia empresarial e os dispositivos que se dinamizam se constituem em potentes codificadores dos sentidos legitimados, pois proveem suportes materiais e simbólicos para transpor de modo eficaz o *conhecimento oficial corporativo*.” As organizações empresariais dispõem, nesse quadro, de um conjunto de agências e agentes que dinamizam a “pedagogização do espaço de trabalho”, gerando e gerenciando mecanismos particulares com a finalidade de avaliar os comportamentos esperados.

Esse quadro analítico é propício à recuperação do conceito de “relações *na* produção”, de Burawoy (1990) face ao conceito de relações *de* produção. Esse conceito pode ser caracterizado do seguinte modo: “todo um conjunto dinâmico de processos de estruturação identitária entre

grupos distintos, de diferentes gerações, culturas, categorias profissionais, sexos, etc.” (ESTANQUE, 2005, p. 134).

O conceito de relações *na* produção permite captar a emergência de uma pluralidade de práticas organizativas e ideológicas, formas de ação de natureza distinta, redes de relações de poder advindas de diferentes espaços e relações e com quadros hierárquicos verticais e horizontais, autocráticos e despóticos, rebeldias tácitas, formas de consentimento e aceitação que são forjadas pela “cultura de empresa”, ou mesmo contra ela.

A organização e a gestão do processo de trabalho, entendidas como relações sociais que ocorrem *na* produção, são mediadas por mecanismos e ações educativas intencionais, institucionalizadas e difundidas pelos termos de racionalização (SILVA, 2004) e modernização da produção (LINHART, 2000).

Portanto, no espaço das relações *na* produção, processam-se acordos, disputas e conflitos entre capital e trabalho em torno do projeto de formação que ali se processa, dentre outras questões. Os conflitos relacionados à direção do projeto de formação são difíceis de serem percebidos na superfície do cotidiano do trabalho fabril. O fenômeno da “fuga do trabalho” como enfrentamento dos trabalhadores ao modelo fordista-taylorista de organização do trabalho na década de 1960 (HELOANI, 2011) e ainda as formas de absentéismo, *turnover*, sabotagem, descumprimento das diretrizes determinadas pelo quadro técnico-científico, ou seja, as “táticas de resistência e de farsa” (ESTANQUE, 2005) produzidas no interior da produção, podem ser compreendidos como expressões da luta das forças do trabalho em relação às formas despóticas, violentas e totalitárias de regime de trabalho impostas pelo capital. Os motivos desses conflitos não ocorrem apenas em função da espoliação e do sentimento de injustiça diante da troca desigual da mercadoria força de trabalho, mas também em razão do conteúdo desumanizante presente na processualidade produtiva de conversão do trabalho vivo em mercadoria força de trabalho.

Diante das formas de resistência e de conflito que as forças *do* trabalho materializaram frente às formas crescentes de exploração do trabalho – especialmente por meio das organizações sindicais e das inúmeras tentativas históricas de criação de meios de controle do trabalho na fábrica¹¹⁹ –, o capital buscou responder com a alteração na política de produção, articulada a mudanças na regulação salarial por meio da intervenção do Estado, criando meios de evitar os

¹¹⁹ - Sobre a luta dos trabalhadores pelo controle do trabalho, ver o didático livro de Antunes e Nogueira (1982).

conflitos e submeter a força de trabalho a formas mais intensivas e extensivas de extração do valor (SILVA, 2004; SOUZA, 2009; HELOANI, 1994).

No plano da produção, que nos interessa neste momento mais de perto, o capital lança mão de estratégias, mecanismos e práticas gerenciais que materializam a organização como espaço pedagógico, cuja finalidade é modelizar a subjetividade do trabalhador (HELOANI, 1994).

De acordo com Segnini (1988), a organização busca antecipar e controlar os conflitos e, para isso, organiza diferentes práticas e saberes de poder. Por meio do chamado “poder organizacional”, as organizações desenvolvem mecanismos disciplinares com a finalidade de maximizar a produtividade e minimizar a resistência dos trabalhadores. Para isso, a organização estabelece uma rede de ações e poder disciplinar para formar homens dóceis e úteis.

Para a organização, “o processo educacional é entendido como ‘valioso instrumento’ a serviço do capital. Por esta razão, a educação torna-se investimento: objetiva a formação de trabalhadores docilizados, não questionadores da realidade por eles vivenciada, produtivos e de baixo custo” (SEGNINI, 1988, p. 56). Ao atuar no sentido de formar a força de trabalho adaptada e adequada às finalidades internas e externas à organização, ao seu *modus operandi*, aos signos e símbolos e, até mesmo, a um modo de vida pensado a partir da matriz corporativa, as empresas materializam a pedagogia no espaço de trabalho para cristalizar entre os trabalhadores os sentidos e conhecimentos oficiais do capital.

O processo educacional “a serviço do capital” materializa-se de diversos modos: desde os cursos de treinamento *on the job*, cursos de qualificação, programas de alfabetização e escolarização promovidos pela empresa (seja no ambiente de trabalho ou desenvolvendo suas escolas e até universidades), até *workshops* e semanas de segurança e saúde do trabalhador, projetos de promoção de saúde nas empresas¹²⁰, atividades de lazer desenvolvidas pelas empresas ou por suas organizações (SESI, SESC, SEST, etc), festas e atividades de integração e, mais recentemente, a mobilização dos trabalhadores para ações de solidariedade comunitária como parte das políticas de “responsabilidade social da empresa”. São mecanismos, agências e agentes

¹²⁰ - Nesse âmbito, é importante observar as conexões e redes que os grupos empresariais estabelecem para desenvolver produtos que se referem à saúde dos trabalhadores para as empresas incorporarem em seus programas de gestão da força de trabalho. Exemplo disso são os chamados programas de “saúde corporativa” vendida pelos planos de saúde como serviço de promoção de saúde nas empresas, que pode ser identificado no autointitulado “movimento saúde corporativa”, no site: <http://www.movimentosauddecorporativa.com.br/>.

diversos, mobilizados no cotidiano da produção para construir e consolidar a hegemonia empresarial.

Essas práticas educativas constituem-se como elementos que compõem a política de produção do capital. Elas se manifestam como formas de controle da força de trabalho cujo desdobramento principal é a maximização da produção.

Embora a questão do controle e do poder nas organizações empresariais (e estatais também) não seja uma questão nova no âmbito da teoria social e da literatura organizacional, este é um tema menos recorrente na educação. Porém, para se apreender os processos educativos que constituem parte da política na produção, é necessário compreender o desenvolvimento histórico das práticas e discursos das chamadas teorias da administração. Conforme Faria (2003a, p. 17), “a assim chamada teoria da administração, desde Taylor, Fayol e Ford, até as novas abordagens denominadas de pós-fordismo, dedica-se a estabelecer efetivos mecanismos de controle sobre os sujeitos e os grupos nas organizações”.

Os processos de controle inerentes a estes *modos de pensar e fazer a organização e gestão dos processos de trabalho* baseiam-se então em três ordens de finalidade: manter a ordem para produzir, isto é, coordenar e integrar processos, sistemas, máquinas, matéria-prima e trabalhadores; impedir a transgressão que tem origem nas contradições presentes na produção; e controlar para produzir. Por isso, uma organização empresarial não produz apenas bens, serviços e mercadorias, mas determinados “tipos humanos”:

A organização vai produzir mercadorias e serviços e, para tanto, vai desenvolver processos ou linhas de produção e distribuição e, ao mesmo tempo, mecanismos de controle sobre os resultados destes processos que venham a garantir o desenvolvimento ou a manutenção dos padrões exigidos, seja pela competição a qual está submetida, seja pela demanda social da qualidade de sua atividade. A qualidade das mercadorias e serviços produzidos decorre em larga medida de sua eficiência, a qual exige um componente fundamental, em maior ou menor grau dependendo do tipo de produção, que é a repetição, pois esta se constitui em um mecanismo que diminui as possibilidades de erro, de desperdício, de incremento dos custos, de não cumprimento de prazos, entre outras. Mas, igualmente, a organização vai produzir comportamentos e atitudes dos sujeitos e, para tanto, desenvolverá mecanismos de controle direto e indireto, objetivo e (inter)subjetivo. Deste modo, para obter comportamentos padronizados, a organização, através da vigilância permanente, insistirá na repetição dos comportamentos esperados e na punição dos comportamentos desviantes. (FARIA, 2003a, p. 18)

Pode-se verificar isso ao longo do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, especialmente nas primeiras décadas do século XX, quando foram elaboradas inúmeras escolas e teorias de organização e gestão do processo de trabalho que expressam diferentes políticas de produção e arranjos de aparelhos produtivos que caracterizam os regimes fabris (BURAWOY, 1990; ESTANQUE, 2000).

Nos diferentes regimes fabris constituídos ao longo da história do capitalismo, desenvolveram-se formas necessárias de educar as individualidades pessoais de classe para a composição da ordem produtiva e socio-reprodutiva do metabolismo social do capital.

O exemplo mais significativo disso são os experimentos e a elaboração dos princípios que fundamentam a racionalização dos processos de trabalho elaborados por Taylor (1966), que se pretende científica¹²¹. Baseada nos procedimentos de sistematização orientados por um procedimento de racionalidade própria ao positivismo por meio da noção de experimentação, descrição, matematização e generalização, a chamada “administração científica” proposta por Taylor apresentou um conjunto de princípios que se constituiu na *filosofia da produção* sob a égide do capitalismo monopolista.

É importante observar que, embora não seja possível identificar, nos diferentes tempos e espaços em que ocorre a produção de mercadorias, uma similitude absoluta com o método de administração do trabalho preconizado por Taylor - nem tampouco por outros modelos produtivos, conforme observa Linhart (1997) -, isso não invalida a efetividade que teve (e ainda tem) a concepção racionalizada do trabalho para o desenvolvimento do capitalismo monopolista no século XX. Aliás, o próprio Taylor chamava a atenção de que não se devia confundir a “filosofia” que estava a propor com os mecanismos que pudessem ser utilizados para realizá-la.

Taylor (1966, p. 84) afirmava então que

A administração científica, em sua essência, consiste em certa filosofia que resulta, como foi antes explanado, em uma combinação dos quatro grandes princípios fundamentais da administração: PRIMEIRO — Desenvolvimento duma verdadeira ciência. SEGUNDO — Seleção científica do trabalhador. TERCEIRO — Sua instrução

¹²¹ - Embora o próprio Taylor reivindicasse a noção de ciência como forma de legitimar seu método de organizar e fazer a gestão do trabalho, Vatin (1999) observa que o uso da experimentação, dos métodos de notação e de matematização e mesmo o emprego de uma linguagem que se pretendia generalizante não constitui, no caso da elaboração teórica de Taylor, o rigor necessário para que ali pudesse ter originado uma teoria científica da administração do trabalho. Tratava-se muito mais da apropriação do corpus teórico e de metodologias científicas de outras áreas, como as da física, engenharia e mesmo da psicologia nascente, para organizar uma estrutura de coordenação e integração de processos produtivos.

e treinamento científico. QUARTO — Cooperação íntima e cordial entre a direção e os trabalhadores.

A questão central apresentada pelos representantes da racionalização do trabalho para as políticas de gestão e organização do processo de trabalho foi a eficiência da produção e controle dos trabalhadores. Como observam Rago e Moreira (1984, p. 10), o taylorismo se configura como

Método de racionalizar a produção, logo, de possibilitar o aumento da produtividade do trabalho “economizando tempo”, suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo, o sistema Taylor aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica, assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalhador pela classe dominante.

Mas o aspecto que se tornou hegemônico na política de produção inerente ao taylorismo foi a busca de mudança nos comportamentos, hábitos e atitudes das classes em presença na produção.

O taylorismo se apresentou como um método de organização “científica” do trabalho e assim ficou conhecido, acreditamos que seu alcance foi muito amplo, a despeito das lutas de resistência travadas pelas classes trabalhadoras em todos os países onde foi introduzido. Com isto queremos afirmar que este método de intensificação da produção em um menor espaço de tempo acabou por penetrar e determinar até mesmo atividades que se realizam fora dos muros da fábrica. Talvez aí esteja seu principal êxito. Afinal, em múltiplos campos da sociedade, no esporte ou no trabalho doméstico, procura-se obter o máximo rendimento do tempo não raro obedecendo às regras e instruções ditadas por bulas e guias “científicos” de racionalização do agir, do sentir e do pensar. (RAGO; MOREIRA, 1984, p. 10-11)

De fato, a efetividade dos mecanismos e práticas associadas aos princípios da chamada administração científica era a eliminação dos conflitos e tensões e o vínculo ideológico e político entre eficiência industrial e a promessa de generalização de uma vida melhor para trabalhadores e empregadores.

O uso que Taylor faz do termo *filosofia* não é um preciosismo linguístico, tampouco um equívoco de exposição. Com a sistematização de uma longa ancestralidade, que partiu dos experimentos de Gilbreth no final do século XIX e das obras de Ure e Babbage, Taylor colaborou decisivamente para o estabelecimento de uma influente *concepção do mundo* “que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de

cada processo de trabalho, fragmentada segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento” (HARVEY, 2003, p. 121). É factível que a noção de *filosofia* que Taylor atribuía às suas propostas representa, concretamente, a concepção do mundo do capital em sua fase monopolista. E por filosofia, ou concepção de mundo, é preciso entender todo um movimento cultural

que produziu uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como “premissa” teórica implícita (uma “ideologia”, pode-se dizer, desde que se dê ao termo “ideologia” o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) – isto é, o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia. (GRAMSCI, 2004, p. 98-99)

No seio do contexto de consolidação da fase monopolista do capital, foi necessário engendrar uma nova fase de hegemonia burguesa adequada a uma condição de produção distinta daquela da fase concorrencial (BRAVERMAN, 1987), isto é, a unidade ideológica do bloco social assentada na produção e consumo de massa, no monopólio empresarial e na organização produtiva racionalizada. A exigência de recomposição hegemônica exigira um “novo tipo humano” e, portanto, ações pedagógicas para educar para o consentimento que tiveram sua origem desde as políticas de produção e se estenderam para as ações no âmbito do Estado e da sociedade civil.

No caso brasileiro, pode-se observar parte dessa processualidade nas considerações desenvolvidas por Kuenzer (2002b) a respeito da pedagogia do trabalho capitalista (pedagogia industrial), no interior da fábrica taylorista-fordista:

Em função de novo tipo de produção racionalizada surgiu a necessidade de elaborar um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos novos métodos da produção, para o que eram insuficientes os mecanismos de coerção social. Por isto, ela deve ser combinada com a persuasão e com o consentimento, o que se dá, entre outras coisas, pela remuneração mais alta da força de trabalho que lhe permita alcançar o nível de vida adequado aos novos modos de produção que exigem uma forma particular de dispêndio de energias musculares e nervosas. (KUENZER, 2002b, p. 51)

O caráter educativo dos processos de organização e gestão do trabalho determina-se não apenas pelo desenvolvimento de habilidades técnicas e de conhecimentos que tornem o operário

capaz de desempenhar sua tarefa na produção, mas significa a conformação do homem inteiro ao processo de produção do capital, isto é, ao processo de valorização.

Além do conhecimento do trabalho, todo o comportamento compatível com o processo produtivo industrial precisa ser ensinado: organização, disciplina, cuidados com a saúde física e mental, utilização correta dos instrumentos de trabalho e equipamentos de segurança e trabalho com qualidade. (KUENZER, 2002b, p. 61)

Nesse sentido, o ritmo maquinal das linhas de montagem e as normas de produção desenhadas pela gerência têm como projeto pedagógico a transformação do homem em máquina. Segundo Canguilhem (2001, p. 111),

A racionalização, tal qual a concebeu primeiramente Taylor, seria finalmente o homem subjugado pela razão e não o reino da razão no homem. E de fato, deve-se ao mesmo tempo, para justificar o empreendimento do taylorismo, *conceber o homem como uma máquina a engatar corretamente com outras máquinas, e como ser vivo simplificado nos seus interesses e reações* em consideração com o meio até não conhecer outros estimulantes atrativos e repulsivos senão "o afago e o chicote". Aqui como acolá está o absurdo do pleno poder da lógica. (Grifos nossos)

O fordismo-taylorismo, considerado como um regime fabril de caráter hegemônico (BURAWOY, 1990), porque baseado predominantemente no consenso e não na coerção, como foram os chamados regimes despóticos, pressupõe que seu quadro técnico-científico gerencial atue no sentido de persuadir os operários a cooperarem, coordenando os interesses de capital e trabalho. Um regime fabril baseia-se na articulação entre formas do processo de trabalho, concorrência entre empresas e intervenção estatal e possui variações¹²² que estão relacionadas com a formação socioeconômica onde a empresa se localiza, às características e peculiaridades do setor produtivo e ao inter-relacionamento com o Estado, no que diz respeito à reprodução da força de trabalho.

¹²² Burawoy (1990), por exemplo, chama atenção sobre como determinadas peculiaridades sociais, culturais, econômicas e geográficas geram regimes de produção marcados pelo despotismo patriarcal e paternalista. Um exemplo bastante elucidativo disso é o estudo de Elísio Estanque sobre os trabalhadores do setor calçadista de São João da Madeira em Portugal. O autor identifica que a conjugação entre região, tradição socioeconômica rural, comunidade e formas de regulação do trabalho industrial criou as condições de efetivação de um regime despótico paternalista, no caso da organização estudada. (ESTANQUE, 2000, 2005)

O fordismo-taylorismo resulta então na

forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. *Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século.* (ANTUNES, 2003, p. 25; Grifos nossos)

O fordismo-taylorismo não se constitui como um uma nova estrutura societal em relação ao capital, senão que um modo de organização das relações de produção e circulação da mercadoria ajustado às condições do capital monopolista, como também explicou Braverman (1987). A essa afirmação associa-se a prerrogativa analítica, proposta por Burawoy (1990), de que o processo de produção contém elementos políticos e ideológicos e inclui, também, *aparelhos políticos* que reproduzem as relações de trabalho através da regulação dos conflitos, isto é, a política de produção. Portanto, além de forma de organização do processo de trabalho, o fordismo-taylorismo caracteriza-se como uma política de produção própria dos regimes hegemônicos.

A contradição entre domínio, controle, resistência e luta no interior da produção revela que o processo de formação que aí se desenrola apanha essas clivagens. A educação na organização, seja fabril ou não, manifesta-se como qualificação e desqualificação do trabalhador.

A fábrica capitalista é lugar de qualificação e de desqualificação. O indivíduo educa-se, faz-se homem, na produção e nas relações de produção, por meio de um processo contraditório em que estão sempre presentes, e em confronto, momentos de educação e de deseducação e, portanto, de humanização e de desumanização. A pedagogia capitalista, ao mesmo tempo em que objetiva a educação do trabalhador como força de trabalho submetida à dominação exercida pelo capital, educa-o também para enfrentar a dominação. (PARANHOS, 2005, p. 268)

A constatação de que as formas de organização e gestão do trabalho no interior do processo produtivo fabril engendram uma atividade educativa expressa a problemática de que as

mudanças das formas de organização e controle do trabalho determinadas pelo sociometabolismo do capital alteram também o conteúdo e a forma da educação que acontece no trabalho. Isso significa que cada novo complexo de reestruturação produtiva tende a significar mudanças na objetividade e na subjetividade do trabalho e, portanto, dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Por isso, em momentos de crise de capacidade de acumulação e de manutenção da hegemonia, o sistema do capital produz modificações no interior da política de produção, tais como as diversas formas de reestruturação produtiva, de inovação tecnológica na produção, de reengenharia organizacional etc. Tais modificações, por sua vez, exigem novas formas de regulação social do trabalho e da própria alteração do modo de vida da classe trabalhadora. Conforme observa Souza (2009), ao buscar recompor suas bases de acumulação e de hegemonia, o capital produz novas culturas de trabalho e da produção no sentido de recriar a conformação psicofísica do trabalhador e, ao mesmo tempo, reconfigura os mecanismos de mediação do conflito entre trabalho e capital, propondo mecanismos de amoldamento ético-político da classe trabalhadora.

Cumprem um papel importante na política de produção os quadros técnico-científicos¹²³ envolvidos na produção de ideias, noções e representações, bem como em práticas, métodos e desenhos de gerenciamento e organização da produção. Embora não sejam desprezíveis os investimentos em tecnologia produtiva (mecânica, elétrica, eletrônica, microeletrônica, biogenética, etc) ao longo do desenvolvimento do capital, o cerne dos processos denominados de racionalização e modernização do trabalho se constitui em um complexo diversificado e multiforme de tecnologias de controle social do trabalho, com o objetivo de ampliar o domínio do capital sobre os trabalhadores e ampliar as formas de extração de valor (SILVA, 2004; HELOANI, 2011; SEGNINI, 1988).

Daí a necessidade permanente de revolucionar as forças produtivas, do investimento em tecno-ciência produtiva e organizacional (diria formativa/educativa, também) capaz de disciplinar, controlar e submeter o trabalhador às necessidades do capital, “capturando” a

¹²³ - Zilbovicius (1999), ao analisar o processo de gênese, estruturação e difusão do chamado “modelo japonês” de organização do trabalho, identifica os engenheiros que atuam na produção como responsáveis pelo desenvolvimento e propagação da concepção de mundo do “pensamento *management*”, elemento ideológico este fundamental para a adoção de novos modelos produtivos. Embora esse autor não utilize essa base conceitual, penso que, ao identificar o papel técnico e político de direção que os engenheiros assumem nos processos de reestruturação produtiva, suas considerações nos permitem destacar a categoria “intelectual orgânico” como sujeito fundamental no estabelecimento de uma política de produção.

subjetividade do trabalho (ALVES, 2000; 2005) ou a manipulando, conforme os registros de Heloani (2011) e Silva (2004).

Para Heloani (2011, p. 13), as históricas abordagens de racionalização do trabalho se manifestam como “reordenamento da subjetividade no interior do processo produtivo”, ou seja, “um projeto de poder, ou manipulação da subjetividade da classe trabalhadora, pelo que denominamos ‘reprocessamento da percepção do espaço produtivo’”. Para isso, ao longo da história, torna-se necessário ao capital ora fragmentar, ora tentar reatar o nexos psicofísico que compõe o trabalho (ALVES, 2005).

Nesse sentido, a fábrica (e mesmo as demais organizações, como bancos, comércios, escolas, hospitais) constitui-se como agência educativa (SILVA, 2004), cuja organização e gestão do processo de trabalho expressam modos intencionais de conformar hábitos, valores, habilidades e identidades, ou seja, uma pedagogia industrial.

Como o capital se impõe sobre o trabalho vivo, efetivando-se numa relação social de poder e dominação, a forma como esse processo se concretiza envolve não apenas uma dinâmica de coerção, mas também de persuasão e, portanto, de consentimento; isto é, de gestação de um tipo de individualidade, constituída no interior da sociabilidade do metabolismo social do capital.

O trabalho vivo é degradado em função da exploração do trabalho e dos mecanismos de extração de trabalho excedente¹²⁴. Ou seja, as condições de realização do trabalho sobre as determinações da sua forma abstrata, “com suas condições e exigências, rotiniza e amortece o sentido da vida, deixando no corpo do trabalhador marcas de sofrimento que se manifestam em variadas doenças ocupacionais, podendo, até mesmo, atentar contra sua saúde mental” (HELOANI, 2005, p. 20). Esse sempre foi um fator evidente da exploração da força viva de trabalho, na qual o trabalhador tomava uma consciência primária de sua espoliação dada a fadiga, esgotamento e mesmo morte no trabalho.

Até mesmo o avanço das forças produtivas, por meio do desenvolvimento científico e tecnológico investido na produção, significou a maquinização (coisificação) dos trabalhadores, como aconteceu na vigência do fordismo-taylorismo como momento predominante do modelo de

¹²⁴ - Se apoiarmos apenas em Marx e Engels, podem-se verificar dados sobre a questão da exploração e esgotamento do homem que trabalha nos processos produtivos capitalistas nos *Manuscritos de Paris* (MARX, 2004), em *O Capital* (MARX, 2013), sobretudo os capítulos sobre a *Jornada de Trabalho*, a *Divisão do Trabalho e Manufatura* e a *Maquinaria e Indústria Moderna*. De Engels, é clássica a investigação criteriosa e denunciadora no *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2009).

acumulação capitalista. Ainda, assim, os trabalhadores sentiam, pensavam e criticavam¹²⁵, teórica e socialmente, esse estado de coisas.

Os recentes processos de reestruturação produtiva evidenciam que as mudanças dos padrões produtivos e as alterações nas formas de gestão do trabalho investem, sobretudo, na expropriação da dimensão intelectual do trabalho vivo, em virtude da aparente intelectualização do trabalho operada pela incorporação da microeletrônica e das tecnologias da informação e comunicação no processo produtivo, conforme apontam Antunes (2003) e Kuenzer (2002a).

Wolff (1998, p. 3) descreve a promessa de um mundo produtivo mais inteligente, criativo e democrático para os trabalhadores:

O argumento mais fundamental de que os novos métodos de gestão do trabalho utilizam para conquistar a adesão, cada vez mais imprescindível, dos trabalhadores às mudanças tecnológicas e organizacionais é seu caráter humanizador. No entender de seus adeptos, a ênfase no “consenso” e na “colaboração”, bem como a flexibilidade e polivalência das atividades produtivas permitida pela nova maquinaria, tornariam o trabalho individual mais “enriquecido” e “pleno de sentido”. Os trabalhadores, agora, podem dar vazão a todo seu potencial criativo, o que lhes possibilitaria uma maior realização no e pelo trabalho. Diferente do trabalho fragmentado, mecanizado, rígido e despótico próprio do taylorismo-fordismo, o trabalho informatizado, portanto, seria “democrático”, “intelectualizado” e “criativo”. Democrático na medida em que supõe uma maior participação operária nas decisões sobre a produção, e intelectualizado dada a complexidade da nova tecnologia e de suas materializações, as quais exigem uma maior “criatividade”, “autonomia” e poder de abstração daqueles que as operam.

No entanto, isso não parece ter significado a redução do desgaste do trabalhador, nem tampouco a diminuição dos índices de acidentes, adoecimento e morte no trabalho. Inúmeros estudos têm destacado que as novas formas de organização do trabalho não apenas mantêm os velhos riscos de adoecimento no trabalho decorrentes da exploração intensiva das linhas de montagem taylor-fordistas, como também sujeitam os trabalhadores a novos e mais complexos riscos, expondo-os, inclusive, às novas patologias do trabalho (PIGNATI, 2013; LACAZ, 2013; RIBEIRO, 2014).

¹²⁵ - A observação de Gramsci (2008) de que o trabalhador, depois de adaptado ao ritmo maquinal do trabalho ficava livre para pensar, possui limites quando se remete à dinâmica mesma de trabalho. Os relatos dos diários de Simone Weil a respeito da condição operária na década de 1930, descrevendo sua própria experiência como operária, demonstra que o trabalho, mesmo após a difícil aprendizagem de gestos, habilidades e tarefas rotineiras e mecânicas, não faz nascer sentimentos de revolta, antes criara “Uma docilidade de besta de carga resignada” ou seja, o trabalho manual, conforme a organização da produção capitalista, configura-se pelo fato de que “A máquina dispensa o pensamento de intervir, *por pouco que seja*, até mesmo na mera consciência das operações realizadas; o ritmo

É em resposta à epidemia de adoecimentos e mortes decorrentes do “novo” mundo do trabalho e, conseqüentemente, das reações e resistência dos trabalhadores face a este quadro em que se evidencia o crescimento de estratégias empresariais materializadas em tecnologias de recursos humanos que envolvem ações visando promover a saúde e o bem-estar no trabalho. Isso é feito por um conjunto de investimentos em ciência e ideologia articulado a atividades formativas (ginástica laboral, ergonomia, ergologia, exigência de aparência corporal na seleção do emprego, etc) que se articulam na constituição de uma subjetividade subsumida e manipulada (ALVES, 2000; HELOANI, 2003). Seria então a vigência da formação do homem inteiro a serviço do capital, a omnilateralidade às avessas?

proíbe” (WEIL, 1996, p. 79 e 111). Semelhante questão pode ser identificada nos estudos de Burawoy (1989) e Estanque (2000).

CAPÍTULO IV

DO TAYLOR-FORDISMO AO TOYOTISMO: A PEDAGOGIA INDUSTRIAL E A (COM)FORMAÇÃO DA CORPORALIDADE DOS TRABALHADORES

4.1. A organização racional do processo de trabalho e a gênese da pedagogia do corpo no trabalho

Ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, as diferentes formas de organização do processo de trabalho produziram mecanismos, estratégias e diretrizes para a formação dos trabalhadores adequados à produção de mercadorias no interior do próprio trabalho. Essa dinâmica formativa fez emergir, no âmbito da produção, projetos político-pedagógicos que caracterizam as diferentes expressões da pedagogia industrial.

Este é um processo multifacetado e variado, exigindo pesquisas que identifiquem os diferentes modos pelos quais as personificações do capital procuraram formar a força de trabalho necessária à produção e reprodução do capital. As mudanças que ocorreram nas formas de organização e de gestão dos processos de produção, ao longo da história do capitalismo, procuraram sempre articular o aumento da eficiência produtiva por meio da elevação do rendimento do trabalho e, conseqüentemente, da maior extração de mais-valor e controle do processo de trabalho. E, para que isso se efetivasse, foram necessários intensos e amplos mecanismos de controle, disciplinarização e socialização da força de trabalho. Isso gerou diferentes pedagogias do trabalho capitalista como parte constitutiva da pedagogia industrial do capital. Tais pedagogias possuem características, fundamentos e práticas particulares nos contextos da cooperação simples, da manufatura, da grande indústria, no âmbito da racionalização produtiva taylor-fordista e, atualmente, nos modos de produção flexíveis.

Não se pretende tratar de todas essas mudanças, nem tampouco apresentar as diferentes nuances das pedagogias do trabalho capitalista ao longo da história do capitalismo neste trabalho, o que por si justificaria uma pesquisa bastante importante. O caminho traçado é outro. Trata-se de abordar, nas mudanças das formas de organização e gestão da produção pelo capital, o

desenvolvimento de diferentes expressões da “pedagogia do corpo no trabalho”, no interior da pedagogia industrial.

A “pedagogia do corpo no trabalho” se constituiria como uma categoria invisível nos processos e relações de trabalho, especialmente para as pesquisas sobre a relação entre trabalho e educação, tendo em vista que a questão da corporalidade dos trabalhadores comparece nos estudos sobre processos de trabalho, sobretudo como expressão do adoecimento, penosidade e sofrimento decorrentes da exploração (CODO; SAMPAIO; HITOMI, 1992; DEJOURS, 1992; COSTA, 1981; WEIL, 1996). Ou seja, trata-se do corpo penalizado pelas condições de trabalho e pelas exigências de produtividade e de rendimento.

Exemplo disso é o modo como Maria Inês Rosa (1990, p. 33) analisa a questão do corpo penalizado no trabalho, ao afirmar que

a penalização do corpo do trabalhador se materializa em condições e relações de trabalho (em práticas sociais), na instituição-empresa, que (re)produzem o fim da produção capitalista: processo de produção econômica do Valor e processo de produção de uma economia moral. Assim a pergunta: quais são os setores da produção que mais penalizam o corpo do trabalhador: creio que a resposta está no fato de que se o processo de produção capitalista tem este duplo aspecto, todo e qualquer setor da produção penaliza o corpo do trabalhador.

O outro modo como aparece a questão da corporalidade no trabalho, em estudos e pesquisas, aponta os traços daquilo que se denomina aqui de uma “pedagogia do corpo no trabalho” por tratar dos processos de assujeitamento do trabalhador por meio de tecnologias de poder e de disciplinamento. Esta é uma tendência de pesquisas amplamente ancorada nos estudos de Michel Foucault (1997, 2012), que busca identificar, nas formas de organização e gestão do trabalho, técnicas de poder que assujeitam os trabalhadores e formam, mediante uma economia política do corpo e da moral, um sujeito dócil politicamente, útil e produtivo economicamente (MOTTA; ALCADIPANI, 2004).

Seguindo essa perspectiva, Rosa (1994) investigou as representações de ex-operários demitidos de uma fábrica metalúrgica, elucidando como as relações de trabalho naquele lugar expressavam relações de poder e o modo como estas últimas forjavam um tipo de indivíduo útil, produtivo e dócil, apontando o corpo como objeto de uma economia política do corpo e da moral. No âmbito dos estudos históricos, também há trabalhos que buscam esclarecer como discursos e práticas de poder eram instituídos para disciplinar e moldar os trabalhadores por meio do

adestramento do seu corpo como forma de atingir sua “alma”, isto é, adequá-lo moralmente ao contexto dos processos de industrialização no país (RAGO, 2014; JOANILHO, 1996).

Os trabalhos de Rago (2014) e de Joanilho (1996), por exemplo, analisam os embates entre o capital e as frações anarquistas da classe trabalhadora em torno da construção de sentidos sociais e disciplinarização dos corpos dos trabalhadores como forma de forjar o novo tipo de trabalhador no alvorecer do século XX no Brasil.

Esse modo de tratar a questão do corpo no trabalho endossou certo repúdio de pesquisadores que investigam a relação entre trabalho e educação em aprofundar estudos a respeito dessa dimensão dos processos de formação humana, observa Herold Júnior (2006). Essa recusa se faz notar, sobretudo, naquelas abordagens que têm o materialismo histórico-dialético como orientação teórico-metodológica, em virtude de que predominam, nas investigações sobre corpo (e em menor medida, entre corpo e trabalho), vertentes estruturalistas ou pós-modernas. Por isso, a ideia de que a pedagogia industrial possui uma determinada dimensão corporal tem se caracterizado pela “invisibilidade”. O aspecto central das análises do campo educacional a respeito das ações educativas no interior dos processos de trabalho, nas organizações empresariais, remetem-se, predominantemente, à perda do conhecimento e dos saberes do trabalho expropriados dos trabalhadores pela divisão técnica e social do trabalho e pelas ondas de racionalização que acompanham o desenvolvimento do modo de produção capitalista ao longo de sua história. Desse modo, aquelas análises invisibilizam a existência de uma pedagogia do corpo no trabalho.

O que se chama aqui de pedagogia do corpo no trabalho é síntese das contribuições de Kuenzer (2002a), Soares (1998) e Herold Júnior (2006, 2012), no sentido de compreender o modo como as “práticas intencionais e sistematizadas de formação humana que ocorrem nas relações produtivas e sociais” (KUENZER, 2002b, p. 82), mais precisamente as múltiplas práticas, conhecimentos e técnicas que procuram socializar os trabalhadores no interior do processo de trabalho capitalista, isto é, de reproduzi-los como força de trabalho necessária à produção do capital.

Portanto, a pedagogia do corpo no trabalho refere-se, predominantemente, a uma educação do gesto e da vontade de caráter instrumental e disciplinador, que tem no processo de trabalho a sua origem, mas que se estende para outras esferas da vida social. Tal modo de educar de forma intencional e sistemática a corporalidade dos trabalhadores é mediado por um complexo

de práticas e saberes, tais como: os instrumentos metodológicos e teóricos da engenharia da produção; as práticas e os saberes médicos, especialmente aqueles relacionados aos campos da medicina do trabalho e da saúde ocupacional; as teorias e ações propostas pelas teorias da administração, da gestão e da organização; e a própria pedagogia como teoria da prática educativa e como modo intencional de realização da formação humana.

A articulação desses saberes e práticas se materializam em um projeto político e pedagógico de formação de um sujeito saudável, vigoroso, resistente e apto física e psicologicamente ao trabalho e aos hábitos de vida na sociedade urbano-industrial. Sob esse discurso aparente, a pedagogia do corpo no trabalho oculta sua finalidade determinante de formar indivíduos produtivos, capazes de rendimento, política e moralmente adaptados às exigências da produção de mercadorias e à sociabilidade do capitalismo. Ou seja, o que se coloca como elemento central para essa faceta da pedagogia industrial capitalista é a contribuição para a formação do trabalhador coletivo capaz de suportar na carne a extração de mais-valor.

Surgida entre os séculos XIX e XX, no âmbito das transformações do modo de produção capitalista, com o amadurecimento da chamada grande indústria, a pedagogia do corpo no trabalho significou o esforço da burguesia dominante em habituar os trabalhadores ao assalariamento, às suas longas jornadas de trabalho e às novas exigências sociais no que se refere à relação com a temporalidade, com as práticas de lazer, com a reprodução familiar, com o cuidado com a saúde etc. Como observa Soares (2001, p. 48),

a classe no poder, em meados do século XIX, tinha plena consciência da importância da força física do trabalhador. “Regenerar”, “revigorar” esse corpo debilitado e aviltado, devolver-lhe a “saúde física”, sem, entretanto, alterar substantivamente suas condições de vida e de trabalho, era o seu discurso nesta nova fase do capitalismo, na qual necessitava criar novos mecanismos jurídicos e institucionais para “controlar a liberdade”, para “garantir a igualdade” e para “assegurar a propriedade”.

Várias foram as técnicas sociais desenvolvidas no século XIX para educar o indivíduo, não apenas no que diz respeito à sua consciência e moral, mas também à sua corporalidade. As medidas da polícia médica (a medicina social do período) de higienizar cidades (corpo social) e corpos dos indivíduos (FOUCAULT, 2012) deram diretrizes a outros modos de educar o corpo nesse período. Nesse contexto surge, por exemplo, os fundamentos científicos da educação física na escola, mas também um complexo educativo que procurava educar as famílias, sobretudo as mulheres, para os cuidados com a saúde e a higiene como meio de reprodução de uma força de

trabalho apta às condições da produção na grande indústria e, também, o combate às práticas e costumes dos trabalhadores em seu tempo disponível, considerados imorais, indolentes e pervertidos.

Interessante observar que a educação física científica surgida nesse período, principalmente no início do século XX, produziu uma pedagogia do corpo fundamentada no seu esquadrinhamento analítico, na determinação das leis naturais do seu funcionamento e no papel funcional de educação como reprodução e adaptação dos indivíduos ao ordenamento social. Nesse contexto, a educação física deveria ser fundada numa análise racional das capacidades humanas de produzir rendimento com base em leis bioenergéticas. Era lógico, então, que as bases sobre as quais repousam a educação física moderna seriam aquelas que encontrassem eco no mundo laborioso. Dessa maneira, “O operário deve aprender pela Educação Física economizar sua ferramenta de trabalho (seu corpo). Desta economia resultará uma melhoria das relações sociais e da ambiência geral no mundo do trabalho” (GLEYSE; BUI-XUÂN; PIGEASSOU, 1999, p. 171).

Foi então estabelecida a fonte da economia do esforço: a análise científica do movimento. Esta, um elemento comum daquele que é considerado um dos princípios centrais, se desdobra em técnicas particulares da organização tayloriana do trabalho. Qual seja, a análise de tempos e movimentos. Desse modo, um dos objetivos essenciais das proposições da educação física racional e da organização científica do trabalho é o de transformar o corpo dos trabalhadores em uma máquina produtora de rendimento e energia. Assim,

[...] nas duas perspectivas, o homem e particularmente seu corpo não são percebidos como globalidades viventes e pensantes, mas como máquinas para produzir rendimento, instrumentos performáticos. O discurso [somado às práticas] sobre o movimento, seja ele industrial, educativo ou “gratuito”, visa cobrir a natureza corporal de *artefatos*, transformar o natural em artificial, o instrumentalizando sob o fundamento de uma concepção tecnocientífica de homem. (GLEYSE; BUI-XUÂN; PIGEASSOU, 1999, p. 183)

A partir dos preceitos positivistas que dão base ao projeto educativo da educação física, buscava-se formar corporalidades humanas matizadas pela metáfora da máquina, isto é, um corpo-máquina, um homem-motor. Coincidentemente, a concepção de ser humano como

máquina, que fundamentava o projeto de educação física para a sociedade moderna¹²⁶, era a mesma compartilhada por Taylor (1990, 1966) e pelos precursores da psicofisiologia do trabalho, como Amar (1923, 1917) e Lahy (1921). Esse quadro de identidade entre a proposta moderna de educação do corpo (educação física) e a organização científica do trabalho caracteriza-se por uma homologia estrutural (GLEYSE; BUI-XUÂN; PIGEASSOU, 1999).

Nesse sentido, há uma imbricação, uma unidade entre os objetivos da educação do corpo na escola, ou em outros ambientes educacionais, e no trabalho. A pedagogia do corpo seria fundamentalmente determinada pela lógica da produção industrial. No projeto de educação física racional de Demeny e de organização científica do trabalho de Taylor, havia uma identidade epistemológica, política, ideológica e política, embora ambos não se frequentassem e, possivelmente, até se desconhecessem. Os dois autores abordaram, em seus tratados, os seguintes aspectos: produção do consenso entre capital e trabalho pela mediação do conhecimento científico, supostamente neutro axiologicamente, e pela ação de cientistas, notadamente engenheiros; o uso de conhecimentos e medidas científicas, especialmente a mecânica, a física, a matemática e a fisiologia; a necessidade de encontrar medidas precisas das capacidades energéticas da produção dos operários.

Essas formas de intervir sobre o “corpo do indivíduo” e o “corpo social” tinham como premissa a compreensão do homem como coisa, cujas metáforas explicativas – ou conceitos – eram retiradas do âmbito das ciências naturais, seja a medicina e a biologia (SOARES, 2001) ou a física e a química (VATIN, 1999; RABINBACH, 1990). O trabalhador era reificado e reduzido à condição de instrumento ou de animal¹²⁷.

O corpo dos indivíduos, como mais um instrumento da produção, passava a constituir uma preocupação da classe no poder. Tornava-se necessário nele investir. Todavia, esse investimento deveria ser limitado para que o corpo nunca pudesse ir além de um corpo

¹²⁶ - A principal referência do projeto de educação física moderna racional, fundamentada no método científico, tem como seu precursor o educador radicado na França, Georges Demeny. De acordo com Soares (1998), a obra de Demeny inaugura, fundamenta e desenvolve a proposta de uma educação física racional com base nos estudos fisiológicos, anatômicos e mecânicos do movimento humano. Nessa perspectiva, o corpo humano é associado à noção de máquina capaz de rendimento e de uso racional de acordo com as necessidades de uma sociedade também racional, produtiva e em desenvolvimento. Sobre as bases científicas da educação física, conforme essa concepção, ver Demeny (1911, 1904).

¹²⁷ - Não por acaso essa representação do ser humano como *força animal* pode ser identificada nas propostas da chamada *administração científica* elaboradas por Frederick Taylor (1966), quando este descreve seus “tipos ideais” de operários: o “homem tipo boi” e o “gorila amestrado”. As representações do homem como máquina também se estendem do século XIX aos dias atuais, ainda que sob conceitos pertinentes à engenharia industrial, como, por exemplo, a noção de “fator humano” como parte dos recursos produtivos. Mais do que um equívoco epistemológico, estas formulações denotam um projeto de formação que reifica os trabalhadores e os tomam como coisas.

de um “bom animal”. Era preciso adestrá-lo, desenvolver-lhe o vigor físico desde cedo... discipliná-lo, enfim, para sua função na produção e reprodução do capital. (SOARES, 2001, p. 33)

No universo das máquinas mecânicas do século XIX, o corpo dos trabalhadores é entendido, também, como uma máquina. Ou seja, as máquinas que vão sendo inventadas e produzidas para acelerar os ritmos, intensidades e volumes da produção se tornam, também, modelos para o ser humano no trabalho, um modelo para o funcionamento do seu corpo:

A técnica física supõe o vigor. Os resultados presumem o esforço. As “classificações do trabalho profissional” distinguem, entre outras, a “ação das pernas e dos braços”, os deslocamentos “ascendentes ou descendentes”, as posições “eretas ou curvadas”, as “marchas ou cargas”, os golpes, as polidas, as pisadas, as alavancadas, as trações... O corpo é, antes de tudo, uma “máquina”. (VIGARELLO, 2007, p. 18)

O resultado desse processo no interior da grande indústria de finais do século XIX foi a resistência e as lutas pelo direito à vida (ou à sobrevivência) e pela liberdade de organização, como observa Dejours (1992). É no interior dessas lutas que o proletariado conquista as primeiras legislações de redução da jornada de trabalho, de controle da exploração do trabalho infantil e feminino e da elaboração de políticas que assegurassem higiene e segurança no trabalho, ainda que tais conquistas fossem sempre proteladas na disputa de forças entre trabalho e capital sob a mediação do Estado.

Aliás, bem mais do que proteladas, no confronto histórico entre trabalho e capital em torno das relações e processos de trabalho, a *conquista* de proteção social e das relações laborais, na contradição estabelecida com a *concessão* das classes dominantes, constituiu-se na normatização e no estabelecimento de direitos mínimos em torno da produção econômica e da reprodução social como uma necessidade para o desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista. Não por acaso a transição da degradada *condição operária* para a normatizada *sociedade salarial*, analisada por Robert Castel (2008), demonstra o papel que as conquistas de direitos do trabalho e sociais cumpriram para a possibilidade histórica do esmaecimento da alternativa revolucionária em razão da integração da classe operária permitida pela conjunção da ação do Estado em associação com as políticas de produção do capital.

Os desdobramentos desses processos no nascente século XX, com o complexo de contradições sociais que marcou esse período, manifestaram-se no processo de construção de formas de organização científica do trabalho com a finalidade de aumentar a produtividade e,

consequentemente, a acumulação de capital num contexto de crises e guerras mundiais. Nas primeiras décadas do século XX, o esforço de racionalização científica dos processos de trabalho e produção é sintetizado por Taylor nos Estados Unidos. O chamado taylorismo, incorporado e desenvolvido mais tarde por Henry Ford em suas fábricas de automóveis, constituir-se-á no modelo de produção hegemônico e ideologia orgânica da produção do breve século XX (HOBSBAWN, 1995).

4.1.1. Ciência, racionalização de tempos e movimentos, motor-humano e controle dos hábitos: conteúdo taylor-fordista da pedagogia do corpo no trabalho

A ascensão das ciências mecânicas em razão da sua aplicação cada vez mais frequente e avançada no universo da produção industrial criou as condições sociais de expansão do ideário relacionado às metáforas mecânicas para muitas esferas da vida social. Os progressos econômicos e sociais produzidos em virtude das mediações da aplicação da ciência e da tecnologia promoveram um entusiasmo em torno da racionalidade científica como eixo de desenvolvimento e promessa de um mundo pleno de riquezas com menores custos humanos.

O maquinismo industrial, mais do que expressão do conhecimento e domínio dos seres humanos sobre a natureza, tornou-se ele mesmo uma força social fetichizada. Nesse sentido, não apenas a produção deveria ser lugar do emprego de máquinas e técnicas avançadas, mas toda a sociedade deveria ser submetida ao exame, prognóstico e medidas de controle racionais. Os seres humanos não escapam dessa relação, especialmente a classe trabalhadora.

O caráter maquinal atribuído ao trabalho humano pode ser identificado no conjunto da obra do autor que sistematiza os mais importantes estudos sobre fisiologia do trabalho no início do século XX. A obra do francês Jules Amar vai fundamentar, em larga medida, o que mais tarde vai ser conhecido como psicofisiologia do trabalho. Seus esforços científicos tinham como premissa racionalizar o trabalho industrial, sempre com o objetivo declarado de aumentar o rendimento da máquina humana, porém, procurando criar condições técnicas que permitissem a superação do desgaste e da fadiga¹²⁸.

¹²⁸ - Esta é uma questão que também merece uma investigação aprofundada e que, porém, não foi possível resolvê-la no interior deste trabalho. Conforme aponta Rabinbach (1990), ao longo do século XX, a fadiga se tornou um mal a ser superado pela ação científica e política de cientistas envolvidos com a organização do trabalho, reformadores políticos, empresários defensores da modernização da produção, filantropos etc. No entanto, sob o discurso de um trabalho sem fadiga e humanizado, se esconde uma resposta do capital à luta dos trabalhadores por condições de

Le Chatelier (1923, p. VII), engenheiro entusiasta, tradutor e divulgador da obra de Taylor na França, em prefácio à obra de sugestivo título de Jules Amar (“*O motor humano e as bases científicas do trabalho profissional*”), explicita o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho, reduzindo o desgaste operário por meio da racionalização do trabalho. Demonstrando as semelhanças entre os escritos de Amar e a obra de Taylor, Le Chatelier afirma que: “Os métodos são idênticos para resolver problemas recíprocos: mínimo de fadiga para uma produção igual ou máximo de produção para uma fadiga igual.”

A crueza das palavras de Le Chatelier demonstra o fundamento da ideologia da harmonia social e da paz na indústria, base da concepção do mundo dos industriais. Nesse quadro, preconizava-se que, ao economizar o corpo dos trabalhadores mantendo a produtividade, estariam superadas as bases do questionamento da classe operária aos regimes de trabalho a que era submetida na indústria capitalista. Por isso, era necessário atribuir cuidados à “máquina humana” semelhante àqueles endereçados à maquinaria. “O interesse é o mesmo para os operários e para os patrões de reduzir ao mínimo o desgaste da máquina humana. Não podemos recusar à máquina humana os cuidados que são dados às máquinas a vapor após longo tempo de uso” (LE CHATELIER, 1923, p. VII).

O caráter aparentemente humanista da proposta era comum aos reformadores da indústria, tal como Taylor e seus continuadores. No entanto, é bastante elucidativa a concepção de homem como máquina de produção de rendimento industrial. De acordo com Amar (1910, p. 1),

O trabalho operário é um dos mais interessantes problemas da Mecânica aplicada às ciências naturais. Após a época em que a admirável doutrina da Energética iluminou a necessidade de que todo trabalho deve ser tomado como uma fonte muito abundante de realização com menos gasto, se tornou possível estudar os motores animados pelos mesmos métodos que estudamos os motores inanimados.

Nessa perspectiva, os trabalhadores *funcionariam* como qualquer outra máquina. O consumo de alimento é visto como combustível, a ação e o gesto humano como atividade

trabalho e de vida justas e, conseqüentemente, à elaboração de um projeto societário autônomo do bloco subalterno. Além disso, a busca de melhoria de condições de trabalho e de redução dos níveis desumanos de extração de mais-trabalho levava uma parte muito significativa de trabalhadores organizados sindicalmente a avaliar, positivamente, as medidas de racionalização taylorista do trabalho. As ponderações de Linhart (2015) sobre o desenvolvimento do taylorismo na Europa e de Wenstein (2000) e sobre a adoção da organização científica do trabalho no Brasil apontam esses aspectos. É exatamente desse caráter de “revolução passiva” no interior da produção, atendendo, de modo subordinado, as demandas dos trabalhadores na produção, que se pode analisar as razões da legitimidade e longevidade do taylorismo como forma hegemônica de organização do trabalho no século XX.

mecânica, a produção como dispêndio. Desse modo, seria possível, para Amar (1910, 1917; 1923), determinar cientificamente a quantidade de alimento necessário em relação à quantidade de energia dispensada pelo trabalhador em uma tarefa específica. A humanidade é abstraída do trabalhador, sobrando-lhe apenas a feição de máquina capaz de rendimento: “A máquina humana é, assim, do mesmo modo que outras, um agente de transformação de Energia que a atravessa sob a forma de alimento e sai, em parte sob a forma de trabalho, em parte sob a forma de calor” (AMAR, 1910, p. 1).

Ressalta-se que Amar (1923) estabelece certas críticas aos métodos de Taylor, como era comum à época. No entanto, suas críticas são desenvolvidas no sentido de preencher as lacunas daquela que foi a iniciativa de racionalização do trabalho que se tornou hegemônica no capitalismo do século XX. De acordo com Amar (1923), a ausência do conhecimento científico, desenvolvido em pesquisas laboratoriais de controle dos efeitos fisiológicos do rendimento e da fadiga no trabalho, seria a principal lacuna da obra de Taylor. Para o autor francês, na medida em que o movimento taylorista adquirisse os ensinamentos dos estudos da psico-fisiologia, concluiria assim a síntese daquilo que havia de mais sólido na organização do trabalho humano¹²⁹.

Os modelos científicos da mecânica e da energética forneceram, para o movimento de racionalização do trabalho, os conceitos, metáforas, argumentos e métodos de determinação “científica” do rendimento humano. Esse deveria ser encontrado pelo estudo sistemático e metódico, buscando, na capacidade de ação dos músculos humanos, as variáveis de determinação das medidas quantitativas do trabalho humano. O dever da ciência é, então, determinar o rendimento científico da máquina humana, não importando onde: nas minas, fábricas, oficinas ou escritórios.

Vatin (1999) observa que os conceitos de trabalho desenvolvidos no campo da economia como forma de analisar a produção e a distribuição de mercadorias, entre os séculos XVIII e XIX, estavam diretamente vinculados a noções, conceitos e medidas das ciências naturais, notadamente da física. Para a economia, assim como para a física, o trabalho era compreendido como uma atividade baseada numa dupla característica: produção de efeito útil, isto é, ação cujos

¹²⁹ - Esta crítica acompanha toda a análise posterior do taylorismo. Do ponto de vista das relações industriais, Mayo (1972) também apontava, como uma falha do taylorismo, a ausência de um esforço dessa corrente teórica para compreender os motivos e a subjetividade dos trabalhadores. Tal incompreensão levava à sua ineficiência. E esta é a questão-chave das críticas que partem do ponto de vista da economia política. A crítica tem a função de reorientar, redirecionar, tornar mais eficiente a organização do trabalho e dos trabalhadores de modo a fazer o empreendimento capitalista mais lucrativo.

resultados realizam necessidades; e dispêndio e desgaste de energia. O modelo explicativo da dinâmica entre efeito útil do trabalho e seu dispêndio é o da máquina (primeiro mecânica, depois termodinâmica). E é essa a mesma compreensão que se passa a construir dos trabalhadores, entendidos como “fator de produção”, ainda que humano (“fator humano”).

O debate científico do período, acompanhado do desenvolvimento das ciências mecânicas, termodinâmicas e, posteriormente, fisiológicas, busca apreender o trabalho e os seres humanos que trabalham a partir dos conceitos e leis da natureza. Conforme aponta Vatin (1999, p. 46),

[...] a primeira máquina conhecida, tanto pelos mecanicistas como pelos defensores da termodinâmica, é o próprio homem e que, no que lhe diz respeito, existe até certo ponto não apenas semelhança mas também identidade entre “trabalho” físico e “trabalho” econômico. O conceito de trabalho surge, então, como um ponto de articulação efetivo e não meramente epistêmico entre teoria econômica e teoria física.

Os estudos de cientistas, sobretudo físicos, biólogos e engenheiros, como Lavoisier, Joule, Coulomb, Mayer, Helmholtz, Bernard e outros (RABINBACH, 1990; VATIN, 1999; PILLON; VATIN, 2007), vão criar as bases científicas e, portanto, conceituais e metodológicas de racionalização do trabalho humano, sistematizado no início do século XX pelos movimentos da Organização/Administração Científica do Trabalho e das chamadas Ciências do Trabalho europeias.

As bases fundamentais que vão orientar esses movimentos são sistematizadas na teoria da mecânica industrial, da qual o cientista francês Charles Coulomb é um representante importante (VATIN, 1999; PILLON; VATIN, 2007).

Para Coulomb, conforme a tradição clássica da “ciência das máquinas”, o “efeito” de um trabalho humano (no sentido ordinário do termo) pode se medir naquilo que posteriormente será chamado o “trabalho”, e que, então, é chamado de “quantidade de ação”. Todo “efeito” corresponde a uma resistência superada e pode, então, ser medido pelo produto de uma força por uma distância. (PILLON; VATIN, 2007, p. 21)

Os estudos da mecânica industrial desenvolverão um conceito fundamental tanto para a física quanto, posteriormente, para a psicofisiologia, sociologia e economia do trabalho: o de rendimento. “A maximização do rendimento, isto é, da relação do produto face ao dispêndio (do efeito à fadiga) será, pois, o objetivo de toda ciência prática do trabalho. Um século mais tarde

esta temática se encarnará no projeto de ‘organização científica do trabalho’ de Frederick Wislow Taylor” (PILLON; VATIN, 2007, p. 21).

Importa considerar que havia, então, o intento de aplicação da ciência como meio fundamental de aumentar o rendimento de homens e máquinas. De fato, esse movimento já expressava a dinâmica interna da produção capitalista de fazer ampliar a margem de trabalho excedente face ao trabalho necessário, isto é, aumentar a extração do mais-valor por intermédio do investimento em meios técnicos de aumento da produtividade do trabalho. Nesse sentido, o saber científico deveria ser aplicado em máquinas e em seres humanos como forma de aumentar a exploração da força de trabalho, procurando mecanismos de redução de custos.

O cálculo racional da economia de recursos, constitutivo da racionalização da produção capitalista, tomava tudo como seu objeto. Era necessário economizar meios de produção, matérias-primas, transporte, tempo e capital. Mas também era uma necessidade da produção capitalista economizar seu principal instrumento de produção de valor, o trabalho humano. A economia do desperdício humano torna-se uma necessidade da organização eficiente da produção.

O ser humano, compreendido como uma máquina ao lado de outras máquinas, deveria ser esquadrihado, analisado, mensurado, reorganizado em suas estruturas e submetido a uma ação econômica racional. A compreensão do ser humano como máquina é a concepção reificada de humanidade que fundamenta uma pedagogia que dá forma ao corpo, o esquadriha e o submete às normas da produção de modo mais eficaz e seguro do que somente a manipulação do pensamento. Gestos induzem, silenciosamente, a posições e comportamentos desejados pelo capital. O corpo dos trabalhadores é um espaço atravessado pela política de hegemonia do capital na produção.

Nas palavras de Amar (1923, p. 64), o “[...] corpo possui então o poder de fornecer uma quantidade determinada de energia [...]; esse poder é análogo à *fortuna* de um homem [...]. O motor humano, no caso, é formado por uma arquitetura biológica que se adapta, age e reage, provoca ação sobre o ambiente a partir de respostas dos seus sentidos.

A máquina humana, seguramente a mais antiga, é assimilável, pelo cálculo de seus efeitos, a uma máquina usual. Ela se compõe, de fato, de pequenos motores que há nos músculos, que funcionam harmonicamente. Seus efeitos são coordenados; a desigualdade daqueles são obtidos sobre a grandeza de seus rendimentos individuais. Assim, não é possível atribuir à máquina humana, senão pelo seu conjunto, o rendimento fornecido por tal ou qual músculo [...]. (AMAR, 1910, p. 10)

A pedagogia industrial de feição taylorista e fordista tem seus fundamentos na adequação do trabalhador às condições de trabalho que exigem um trabalho simplificado para os produtores diretos e uma atividade mais qualificada para os dirigentes da produção, uma adequação a hábitos de tempos e movimentos monótonos, rotineiros e de ritmos intensos, uma “qualificação” determinada pelo posto de trabalho (trabalho prescrito) e o envolvimento marcado pelas possibilidades de ganho em função do aumento da produtividade.

O fordismo caracteriza-se como um modo de regulação mais amplo do que apenas a organização técnico-científica dos processos de produção e do trabalho. Se é verdade que as contribuições de Henry Ford para a organização do trabalho, de acordo com parâmetros racionais, deram maior eficiência produtiva aos princípios e mecanismos oriundos do trabalho de Taylor; por outro lado, sua proposição não se resume à articulação de técnicas operacionais produtivas, determinação de metodologias de pagamento ou uma discussão ideológica e política de unidade de interesses entre empregadores e trabalhadores.

De fato, além da *linha de montagem*, como técnica transferida dos frigoríficos para a produção de automóveis, que impediria o trabalhador de se deslocar no espaço de trabalho levando o trabalho até o mesmo, Ford instaurou um modelo de pagamento (dia de 5 dólares), uma estrutura de crédito ao consumo e também um projeto de regulação do modo de vida de seus trabalhadores. De acordo com Ford (1995), não apenas a organização do trabalho deveria ser racional, mas a vida toda deveria ser racionalizada e o trabalho produtivo deveria se constituir como um *ethos* moral a ser disseminado em todo o tecido social. Seu projeto não se circunscrevia à organização do trabalho, visto que antes se constituía como uma proposta de reforma social.

Toda a propaganda em torno de seus feitos teve como premissa a noção de que a vida e os empreendimentos do próprio Ford deveriam ser expressão do testemunho de uma trajetória assentada no trabalho dedicado e asceta. Somam-se a isso as conhecidas estratégias de Ford de controle da vida dos trabalhadores, a ponto de regular a vida sexual, os hábitos de consumo alimentares, o uso de bebida alcoólica, incentivar o cuidado com a saúde e com o corpo etc. Todos esses aspectos constituem-se como estratégias de hegemonia, de uma educação política de formação do tipo humano adequado à produção e ao consumo em massa. De acordo com Linhart (1995, p. 96), tratava-se, antes, de “modelar, formar os assalariados para que estejam bem

adaptados às exigências da produção e até mesmo ao consumo.” O fordismo era, conforme Gramsci (2004), um complexo de relações de hegemonia que nascia diretamente da produção.

O debate a respeito da organização do trabalho não é consensual sobre a compreensão de que o fordismo desenvolveria a organização científica do trabalho, conforme proposto por Taylor. Sabe-se também que nem mesmo o taylorismo, entendido como movimento de racionalização dos processos de produção e de trabalho, tornou-se uma estrutura padronizada em todas as esferas da produção, em todas as realidades de trabalho, pelo menos no que diz respeito às singulares técnicas produtivas (LINHART, 1997). Contudo, se as técnicas de organização do trabalho e de controle sistematizado da produção e dos trabalhadores propostas por Taylor não foram generalizadas, por outro lado, sua “filosofia” ou sua revolução mental – como o próprio Taylor denominava seus métodos (RODRÍGUEZ-CARRASCO, 2014; VATIN, 1990) – de aumento de produtividade, com base na divisão técnica do trabalho e na unidade dos interesses de patrões e trabalhadores, moveu todas as propostas de organização e gestão da produção até o momento.

As proposições de organização racional do trabalho, emanadas da obra de Taylor nos Estados Unidos e de um conjunto de engenheiros, empresários e reformadores políticos na Europa no início do século XX, significaram uma dupla resposta do capital no plano da produção: primeiramente, uma resposta ao acúmulo de forças do proletariado como classe organizada desde a metade do século XIX, com as tentativas de revolução na Europa, especialmente a Comuna de Paris e também a força dos movimentos sindicais nos Estados Unidos. O temor em relação à possibilidade revolucionária instaurou, entre os capitalistas, a necessidade de reformar as condições de trabalho e criar suportes sociais que resultassem em relações que mediassem as contradições internas à exploração capitalista; em segundo lugar, e não menos importante, os capitais privados precisavam investir maciçamente nas forças produtivas para fazer face com a expansão industrial pelo mundo, o desenvolvimento dos monopólios empresariais, da concorrência mundial acrescida e, conseqüentemente, uma flutuação significativa nas taxas de lucro¹³⁰.

A sociabilidade capitalista engendrada nos Estados Unidos do início do século XX estava condicionada pelas formas de produção e de regulação social taylor-fordistas. Essas formas

¹³⁰ - Sobre essa conjuntura, ver especialmente o capítulo 2, que trata da economia da era dos impérios (HOSBSBAWN, 2003).

estabeleceram um novo tipo de relação dos trabalhadores com sua corporalidade. Esse movimento, que foi analisado em profundidade por Gramsci (2004) ainda em sua gênese, constituiu o movimento de hegemonia do bloco histórico do capitalismo monopolista em desenvolvimento no final do século XIX e início do século XX.

De maneira desigual e combinado, o taylor-fordismo se generalizou pelo mundo juntamente com a expansão da industrialização em massa, como demonstram as diferentes análises apresentadas no colóquio internacional realizado em 1983, em Paris, sobre o taylorismo (MONTMOLLIN; PASTRÉ, 1984). Os “esforços de guerra” durante a Primeira Guerra Mundial criaram as condições de adoção dos princípios e técnicas tayloristas na Europa no decorrer das primeiras duas décadas do século XX (MOUTET, 1984; BOYER, 1984; RODRÍGUEZ-CARRASCO, 2014).

É esse o contexto de generalização da industrialização em que se constitui o *industrialismo* como expressão histórica do bloco histórico hegemônico do capital monopolista. Nessas condições, estabeleceu-se um processo de transição, de recomposição da classe trabalhadora a partir da constituição do que Gramsci (2004) denominou de nexos psicofísico adequado às condições da produção intensiva e em escala ampliada, nexos característicos do novo tipo humano exigido pelas condições de uma sociabilidade do capital assentada na produção industrial, na urbanização e na socialização da política. Diante da necessidade de formação de um novo nexos psicofísico, distinto daquele próprio aos trabalhadores de ofício, “[...] o capital não se descuidou de uma pedagogia do corpo” (MELO, 2012, p. 448).

O cuidado com o corpo (principal, quando não única, ferramenta do trabalhador), a repressão sexual, o proibicionismo em relação ao uso de álcool, a difusão de aparelhos privados de hegemonia com a função de educar a corporalidade dos sujeitos, como, por exemplo, as Associações Cristãs de Moços (ACMs), foram formas materializadas da pedagogia industrial do capitalismo no século XX. Os trabalhadores deveriam ser ensinados a cuidarem de si, de sua corporalidade, a partir de normas de manutenção do corpo, entendido este como mercadoria força de trabalho. Para isso, concorreu a ação de diversas esferas do Estado ampliado para educar politicamente corpo e mente dos trabalhadores.

O desenvolvimento do novo tipo de trabalhador exigido nas condições de organização da produção no contexto da monopolização do capital exigia a formação de comportamentos

maquinais e automatizados, como parte da quebra do nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado.

As diversas intervenções na vida social, buscando conformar uma sociabilidade às novas necessidades do capital, tiveram frentes distintas. Esse processo teve certamente uma dimensão corporal. O debate, longe de refletir-se em qualquer fragmentação entre corpo e mente, busca indicar uma pedagogia social da ordem burguesa que procura abarcar o trabalhador em sua totalidade. A forja desses novos homens e mulheres teve certamente uma preocupação simbólica, sentimental e até racional. Contudo, a expressão concreta desse processo reverberava no corpo. (MELO, 2012, p. 462)

Ressalta-se, contudo, que os comportamentos maquinais e automatizados eram apreendidos no processo mesmo de trabalho. Os próprios princípios da concepção racional de organização da produção proposta por Taylor previam a educação dos gestos e sentidos dos trabalhadores na produção: a divisão técnica do trabalho transferia a concepção e o desenho do processo de trabalho para os engenheiros e administradores dos departamentos de planejamento e estabelecia a imposição de tarefas simples, repetitivas, monótonas, porém, ágeis, rápidas e eficientes, aos trabalhadores; a cronometragem constrangia os trabalhadores a acelerarem a produção em razão dos objetivos determinados pela direção; o estudo sistemático de tempos e movimentos esquadrihava, quantificava, enumerava, delineava e determinava os gestos e ações a serem realizadas numa determinada tarefa, sob a imposição de um tempo e de um espaço específicos (TAYLOR, 1966, 1990). Todo esse arsenal de mecanismos de estudo, sistematização e direcionamento da atividade do trabalho operário consolidou uma pedagogia do corpo, cuja característica central era a mecanização da corporalidade, logo, da personalidade viva dos trabalhadores no ambiente industrial.

Nesse processo, que ocorre durante todo o século XX, Gramsci (2008) pôde identificar que a hegemonia social do bloco histórico emergente – aquele expresso na articulação do modo de vida americano (americanismo) com as formas sociais e técnicas de organização da produção de caráter fordista – tinha sua gênese na fábrica, isto é, na produção, estendendo-se para a vida social. A intensificação dos ritmos de produção nas linhas de montagem, a divisão do trabalho que expropriara do trabalhador o controle do seu ofício e do próprio trabalho, pode-se dizer, do domínio de si, como analisou Lukács (2013), e o emblemático “cronômetro” utilizado para o controle dos tempos e movimentos seriam elementos constitutivos da pedagogia do corpo no trabalho capitalista com origem no processo de trabalho. No entanto, tal pedagogia se reproduzia

em outros âmbitos da vida social, como, por exemplo: a regulação da vida sexual; o uso de álcool; o controle dos passatempos da classe operária; o cuidado destinado às crianças proferido por técnicas higienistas de puericultura; e, também, a educação do corpo na escola por meio da educação física.

A medida e o controle de tempos e movimentos, a divisão entre trabalho intelectual e manual, a expropriação do saber operário e a sua incorporação pela maquinaria e pelos setores de gerência e de engenharia, o controle do processo de trabalho, os salários determinados pela produção, a busca pela consolidação de um consenso entre os interesses de empregados e empregadores e a intensificação da produção constituem o modo como o processo de trabalho passa a ser organizado nas empresas modernas do século XX. Estes são, em termos gerais, os princípios da organização científica do trabalho elaborados por Taylor (1990, 1966). Esse modelo de organização do processo de trabalho seria associado à massificação da produção e do consumo, instituindo não apenas uma maneira específica de produção, mas um novo modo de organização da vida, um modo de vida, como afirma Gramsci (2008).

4.1.2. Racionalização do trabalho e da vida: a formação do nexos psicofísico dos trabalhadores nas condições do taylor-fordismo

O capital buscou mediar então o conflito com o trabalho, atendendo parcialmente as bandeiras de luta do século anterior – como, por exemplo, redução da jornada de trabalho para oito horas e descanso semanal remunerado – e racionalizando os processos de trabalho sob o signo da aparente neutralidade da técnica e da tecnologia. Alteraram-se as noções de tempo e de medida de trabalho, pois o aperfeiçoamento do gesto e da habilidade dos trabalhadores é adicionado ao tempo socialmente necessário de dispêndio de força de trabalho para produzir mercadorias, buscando-se produzir mais rápido e em menos tempo e, contraditoriamente, reduzindo a fadiga.

É o fim das charretes movidas a força braçal, das manivelas, dos talhadores ou operários de alavancas, dos “levantadores” ou dos “carregadores”, mas o início do ajustamento das peças dispostas sobre a cadeia produtiva, a montagem dos objetos organizados na mesma bancada, a sincronização de pequenos movimentos realizados na posição sentada diante de um posto claramente organizado. O universo gestual do trabalho industrial oscilou tanto no período entre-guerras como a maneira de estudá-lo. As grandes categorias que diferenciam os movimentos de esforço sucederam aquelas dos movimentos de precisão. O estudo realizado sobre a gestão das cargas de peso deu lugar àquele sobre a gestão das coordenações motoras; enquanto que o estudo sobre a

“quantidade” de energia foi substituído pela “quantidade” dos cuidados. (VIGARELLO, 2007, p. 20)

As máquinas eletromecânicas e a racionalização do trabalho reduziram, aparentemente, o esforço muscular no trabalho, que passaria a exigir mais habilidades manuais, destrezas motoras e motricidade fina na manipulação de pequenas partes do processo de montagem de uma mercadoria que fora estudada e desmembrada em funções simplificadas que exigiam pouca qualificação e mais velocidade de realização de uma atividade produtiva determinada.

Nesse período, também foi criado o conceito de posto de trabalho, de tarefas e suas particularidades no processo de simplificação do trabalho, como meio de expropriar o trabalhador do saber-fazer inerente ao ofício, mas também de aumentar a extração de mais-trabalho.

A noção de “posto de trabalho”, em compensação, com seus gestos limitados e precisos; a evocação de uma vigilância específica de gestos restritos imposta ao trabalhador; os “micromovimentos”; a coordenação das mãos e o posicionamento dos dedos, todos esses dispositivos, bem como suas análises, surgem a partir do período entre-guerras. (VIGARELLO, 2007, p. 20)

A tendência histórica do capital em simplificar a atividade de trabalho, tornando-a uma ação indiferenciada, sem qualidade singular, uma abstração necessária à materialização do valor, isto é, “dispêndio da força de trabalho simples que, em média, toda pessoa comum, sem qualquer desenvolvimento especial, possui em seu organismo corpóreo” (MARX, 2013, p. 122). Essa atividade foi desenvolvida e aprofundada pelo movimento de racionalização do trabalho, identificada como “Administração Científica do Trabalho”.

A atividade complexa do trabalho foi esquadrihada e o gesto do trabalho passou a ser estudado de forma minuciosa de maneira a torná-lo correto, eficiente e produtivo. Os métodos sofreram mudanças na medida em que novos equipamentos tecnológicos foram integrados à investigação dos movimentos e dos tempos no trabalho. A câmera fotográfica e depois a máquina de filmar em movimento permitiram que o gesto e a habilidade manual fossem controlados, medidos e coordenados de acordo com a noção de correção e eficiência. Nesse contexto, surge a metáfora do motor humano como fonte de produção de riqueza e a própria corporalidade humana passa a ser compreendida como parte do maquinário produtivo.

Através desta metáfora, cientistas e reformadores sociais puderam articular seu materialismo apaixonado, envolvendo a natureza, a indústria e atividade humana em um

conceito único e abrangente - força de trabalho. Sua visão de uma sociedade alimentada pela energia universal ofertada no continente Europeu, passando por sua revolução industrial, uma excitante explicação para a sua produtividade surpreendente. Nessa visão, o corpo trabalhador era apenas um exemplar do processo universal pelo qual a energia foi convertida em trabalho mecânico, uma variante dos grandes motores e dínamos gerados pela era industrial. A força da natureza protéica, a força produtiva de máquinas industriais e o corpo em movimento eram todas instâncias das mesmas leis dinâmicas, sujeitas a mensuração. A metáfora do motor humano traduzia as revolucionárias descobertas científicas sobre a natureza física em uma nova visão da modernidade social¹³¹. (RABINBACH, 1990, p. 1)

Cientistas europeus conceberam técnicas sofisticadas para medir a energia física e mental despendidas durante o trabalho mecanizado. A cronofotografia, instrumento de captura de imagens do movimento, criada pelo pesquisador francês Étienne Jules-Marey, tornou-se uma das técnicas mais utilizadas para o estudo sistemático do movimento. Continuadores da organização científica do trabalho de Taylor, como o casal Frank e Lillian Gilbreth, utilizaram-se largamente de instrumentos técnicos criados por Marey para aperfeiçoar os dispositivos e medidas de análise do movimento humano em situações de trabalho.

Ao considerar o corpo do trabalhador como um *motor* (a metáfora do *motor humano*), estabelecia-se o propósito de eliminar a permanente resistência em distinguir corpo humano e máquina (RABINBACH, 1990). O corpo dos trabalhadores era então concebido como uma força produtiva e como um instrumento político cuja energia seria sujeitada aos sistemas científicos de organização do trabalho.

No período de vigência do taylorismo-fordismo como modelo hegemônico de organização do trabalho e da produção, aparece a equação - sem solução nestes termos - entre a imposição do máximo de rendimento e de produtividade e a prevenção e redução da fadiga e do cansaço dos trabalhadores. A “luta” contra a fadiga, o esforço físico e o desgaste humano no trabalho tornou-se, nesse período, uma aparente obsessão¹³² de intelectuais, dirigentes, técnicos e empresários (RABINBACH, 1990; VATIN, 1999; VIGARELLO, 2007). De fato, resultou desse processo a degradação do trabalhador, não apenas na sua qualificação, conforme analisou Braverman (1987), mas, sobretudo, na sua condição de existência humana. Os relatos de Simone Weil (1996) sobre a sua experiência no trabalho organizado mediante as condições da racionalização

¹³¹ - A tradução dessa passagem, assim como de todos os demais textos publicados em outra língua que não o português, é de nossa responsabilidade.

¹³² - Diz-se aparente porque o que estava em causa não era a redução do sofrimento da classe trabalhadora com a exploração do trabalho, mas a busca pela eficiência produtiva por meio da economia do uso da força de trabalho por parte do capital intermediada por máquinas, equipamentos e ferramentas tecnologicamente modernas.

científica do trabalho e as análises de Georges Friedmann (1983) expressam a condição do trabalho e do trabalhador em “migalhas”.

Além disso, entre o final do século XIX e o início do século XX, está situada a origem das primeiras iniciativas sistemáticas de investigação minuciosa dos gestos, habilidades e comportamentos da atividade produtiva de trabalhadores com base no procedimento da razão científica e nos recursos metodológicos da fisiologia e da psicologia - no campo do que mais tarde seria chamado de “ciências do trabalho” – com a finalidade de aumentar o rendimento produtivo para o capital com redução da fadiga dos indivíduos que trabalhavam (WEBER, 1988; VATIN, 1999; VIGARELLO, 2007; RABINBACH, 1990).

A Segunda Revolução Industrial colocou na ordem do dia a questão do investimento técnico na produção baseada na tecnologia física de caráter eletromecânico e, também, a utilização da racionalidade científica como elemento determinante da organização e administração de homens e mulheres no processo de trabalho, ou, nos dizeres de Simone Weil (1996, p.135), como a utilização instrumental da “ciência não mais apenas na utilização das forças da natureza, mas no emprego da força de trabalho”.

No entanto, a questão mais determinante para a reorganização da produção, fundada na ideia de melhoria das condições de trabalho e na busca de identificação entre os interesses antagônicos entre trabalhadores e burguesia, seria a mediação dos conflitos de classe. A travessia do século XIX para o século XX esteve marcada pelo fato de que a classe trabalhadora busca se organizar politicamente, no sentido de resistir à dinâmica da exploração exponencial do período de transição entre capitalismo concorrencial e monopolista, bem como se esforçava para se constituir como classe portadora de um projeto societário autônomo em relação à burguesia (MARX; ENGELS, 1998).

Essas são as bases históricas daquilo que, a partir da publicação dos *Princípios de Administração Científica*, em 1911, por Frederick Winslow Taylor, ficou conhecido como o movimento de “racionalização do trabalho” ou “organização científica do trabalho”. A suposta busca da inter-relação entre aumento de produtividade e bem-estar dos trabalhadores são também elementos constitutivos do fordismo como “projeto social de ‘melhoria das condições de vida do trabalhador’” (HELOANI, 2011), assim como da chamada Escola de Relações Humanas que tem sua gênese nos trabalhos de Elton Mayo (SILVA, 2004), ainda no primeiro quarto do século XX.

Ao contrário da realização do propagado bem-estar para os trabalhadores e trabalhadoras por meio de processos de racionalização do trabalho, tais métodos de organização da produção caracterizaram-se na história como instrumentos necessários, para o capital, de controle do trabalho vivo no âmbito da produção para que o processo de valorização e acumulação de capital se efetivasse. Nesse sentido, “o que se define como ‘Segunda Revolução Industrial’ é, na realidade, o taylorismo-fordismo, um método de racionalização da produção – técnica social de controle – que é aplicado na matéria viva, ou seja, no ser humano em si mesmo” (SILVA, 2004, p. 10).

A fábrica, entendida como símbolo e metáfora do conjunto das organizações empresariais capitalistas¹³³, caracterizar-se-ia como uma “agência educativa” e os métodos de organização e gestão do processo de trabalho constituir-se-iam, além da coordenação e direção da produção de bens e serviços, em uma prática pedagógica desencadeada pelas gerências e departamentos de planejamento e engenharia sobre trabalhadores e trabalhadoras a partir de instrumentos, tais como: fragmentação das tarefas; separação entre trabalho manual e intelectual; estudo e controle dos tempos e movimentos; instrução baseada no estabelecimento da maneira correta de realizar uma tarefa, o *one best way*; incentivos monetários; linhas de produção automatizadas; ideologia de colaboração de classe; harmonia administrativa. Tratava-se, segundo Heloani (2011), de estabelecer um espaço pedagógico com a finalidade de aprimorar as capacidades físicas e mentais dos trabalhadores para a continuidade e eficiência na produção.

Essas técnicas sociais de controle manifestam-se como mecanismos disciplinares e relações de dominação política que buscam moldar a individualidade do trabalhador de modo que este assimile os princípios de cooperação de classe e de elevação da produtividade. Para isso, investem na “individualização dos corpos” e na “abertura do corpo a mecanismos de comparação, avaliação e controle” (HELOANI, 2011, p. 24). Conforme observa esse autor, o discurso de cientificidade desses métodos de organização do trabalho constitui-se em enunciados de poder que se materializam num “espaço pedagógico de adestramento dos corpos no interior da empresa” (*Ibidem*, p. 28).

Cria-se então uma pedagogia do corpo no trabalho como momento necessário à pedagogia industrial do capital, tendo em vista que “[...] a vida na indústria demanda um tirocínio

¹³³ - A análise de Braverman (1987) sobre a reorganização do trabalho nas condições do capitalismo monopolista no século XX demonstra o modo como a lógica da produção fabril racionalizada se espalhou por todos os setores da economia, em especial o setor de serviços.

generalizado, um processo de adaptação psicofísico a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de hábitos etc, que não é inato, *natural*, mas que deve ser adquirido” (GRAMSCI, 2008, p. 44). E, embora Gramsci enfatize que a determinação central da hegemonia possua sua origem na fábrica, ele afirma que toda a sociedade passara por um processo de racionalização naquele estágio do sistema do capital na medida em que “a *estrutura* domina de maneira mais imediata as superestruturas, que são *racionalizadas*, isto é, simplificadas e reduzidas numericamente” (GRAMSCI, 2008, p. 39).

Portanto, a racionalização do trabalho instaura uma determinada forma de sociabilidade e torna necessário um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho e processo produtivo. Nesse quadro, é necessário um conjunto de práticas educativas que constitua no trabalhador um novo *nexo psicofísico* adequado à estrutura emergente da indústria. Tais práticas têm origem no processo de trabalho e dele se estende para as demais esferas sociais.

Exemplo bastante elucidativo do desdobramento da organização da esfera do trabalho para as demais relações sociais são as experiências taylorista-fordistas na Europa, especialmente na Alemanha, com a criação do Departamento de Beleza do Trabalho. Tal experiência tinha a finalidade de “docilizar o trabalhador suprimindo o tradicional conflito capital/trabalho através da higienização das condições de trabalho” (RAGO; MOREIRA, 1984, p. 76). Essa prática sustentava a noção de que a limpeza do local de trabalho seria o corolário da limpeza moral do espírito do trabalhador. A organização dessa proposta desenvolvida na Alemanha nazista da década de 1930 era de estetizar as condições de trabalho e organizar o lazer operário.

Algo semelhante ocorrera no final da década de 1920 na Itália fascista. Para combater as iniciativas de organização da classe operária italiana, o governo fascista buscou criar uma política de controle do tempo livre por meio da organização da Opera Nazionale Dopolavoro (OND).

A partir de então, a OND amplia progressivamente sua rede organizacional para incluir os clubes operários, arrancados dos socialistas, assim como as associações recreativas de origem patronal. No programa da OND incluíam-se serviços sociais que abrangiam educação, cultura popular, organização do lazer, assim como assistência social, considerados “sólidas contribuições à eficácia econômica e produtiva, exatamente como os métodos da gerência científica”, segundo um dirigente fascista. (RAGO; MOREIRA, 1984, p. 59)

Mesmo no Brasil, as expressões da racionalização da produção com desdobramentos para as demais esferas da vida social, especialmente para a experiência da classe trabalhadora, foram

sistematizadas na década de 1940, com, entre outras ações, a criação do Serviço Social da Indústria (SESI). Instituição fundada na relação entre público e privado, atuava baseada na “ideologia confessa” de suplantar o conflito entre trabalho e capital e desenvolver uma ordem social harmônica baseada na noção de “paz social” (SÁ, 2005), com o objetivo de “conformar ‘moral e civicamente’ a força de trabalho, funcionando como indutor da ‘solidariedade de classes’” (RODRIGUES, 1998, p. 22), ou seja, (con)formar novo tipo de trabalhador necessário ao processo de industrialização emergente no país (WEINSTEIN, 2000). De caráter eminentemente social e educacional, o SESI ofereceria então serviços de alimentação, saúde, higiene, educação e lazer para os trabalhadores da indústria, no sentido de difundir a noção de boa vontade dos industriais para com o bem-estar de todos e o progresso do país e produzir o consentimento ativo entre a classe trabalhadora.

Em síntese, a emergência das novas condições de produção e reprodução do capital no contexto de sua monopolização, do industrialismo moderno, buscou romper com todo e qualquer obstáculo à completa mecanização do trabalho humano, impondo novos métodos de trabalho e formas complexas de controle da vida, hábitos e costumes da classe trabalhadora. Materializou-se a forma amadurecida da pedagogia industrial do capital. Nessas condições teve gênese a pedagogia do corpo no trabalho. A formação de um novo nexos psicofísico assentado no trabalho simplificado, dividido e desprovido de criação, desdobrou-se, em larga medida, na mutilação da personalidade viva dos trabalhadores.

A relação entre os seres humanos e seu trabalho se alterou profundamente. A racionalização taylorista do trabalho busca, permanentemente, despersonalizar a atividade do trabalho e, conseqüentemente, os homens e mulheres que o realizam. Wallon (2010), em artigo publicado em 1947, criticava exatamente o fato de que o resultado da forma taylorista de racionalização da atividade produtiva mutilava e demolia a individualidade dos trabalhadores.

Ao estabelecer uma relação imediata entre gesto humano e instrumento técnico, desconsiderar as condições ambientais do trabalho (ventilação, iluminação, higiene etc.), ignorar ou instrumentalizar a fisiologia dos trabalhadores, o taylorismo considerava o movimento humano tal qual os movimentos de um torno. Os gestos humanos deveriam ser submetidos aos mesmos mecanismos de precisão e economia aplicados ao uso das máquinas. “A qualquer trabalho devem responder certos movimentos particularmente bem adaptados e que é preciso reconhecer, seleccionar, ensinar e impor” (WALLON, 2010, p. 46).

Os trabalhadores precisavam ser reificados não apenas na dinâmica mesma da produção, mas nas formas de selecioná-los, instruí-los e educá-los. A análise, cronometragem, recomposição e afinamento de uma determinada tarefa constituem-se assim como base metodológica que fundamenta a posterior regulação das atitudes e gestos dos trabalhadores.

A pedagogia do corpo no trabalho de matiz taylor-fordista dissocia gesto e vontade. Impõe aos trabalhadores uma superposição de gestos artificiais e intermitentes e uma tarefa restritiva de vigilância de máquinas. Esse processo expressa o nível elevado da alienação que as formas racionalizadas de organização da produção e do trabalho geram, tendo em vista que o trabalhador se aliena de si mesmo, sendo sua corporalidade objetivada como parte componente da maquinaria produtiva. Materializa-se uma pedagogia do gesto artificial e da vigilância desprovida da ação consciente,

Porque ao invés de deixar o homem agir com todo seu organismo, com os movimentos que tem sua razão de ser em seu organismo, em sua musculatura, em seus centros nervosos, se dissocia sua atividade e não demanda dele senão um certo gesto artificial ou uma vigilância uniforme e sem gesto. (WALLON, 1932, p. 247)

E mais, além da alienação da sua atividade, é alienada também a própria vida, pois o trabalho intensificado no ritmo imposto pelos gestores ou pela cadência da linha de montagem tende ao desgaste, acidentes e morte. De acordo com Wallon (1932, p. 247), “[...] privar o homem de sua iniciativa, amputar de sua iniciativa durante sua jornada de trabalho, durante suas oito ou dez horas de trabalho, leva ao esforço mais dissociado, mais fatigante, mais exaustivo que se possa encontrar.”

4.2. Toyotismo e a “nova” pedagogia do corpo no trabalho: traços da formação de um novo nexó psicofísico dos trabalhadores

Neste tópico, pretende-se sumariar o estágio atual daquilo que se pode considerar como emergência de uma “nova” pedagogia do corpo no trabalho. Como já foi observado em outros momentos deste trabalho, a crise estrutural que afetou o capitalismo, no final do século XX, levou o capitalismo a construir respostas no sentido de recompor suas taxas de lucro e sua hegemonia. As formas mais agudas da resposta do capital caracterizam-se pelo binômio neoliberalismo/reestruturação produtiva. Embora não se possa explicar, conseqüentemente, os processos de reestruturação produtiva sem remeter às políticas neoliberais, sobretudo à reforma

do aparelho do Estado a partir da pragmática neoliberal, enfatiza-se, nesta parte do trabalho, a ofensiva do capital sobre a produção por meio da criação de novas tecnologias gerenciais sintetizadas pelo toyotismo.

A perspectiva então é expor uma tendência e não um processo concluído. O complexo de reestruturação produtiva, como já foi aventado, altera substancialmente a pedagogia industrial do capital. Associa-se ao emprego da microeletrônica, engenharia genética, microengenharia, telemática, etc, uma multiplicação de novos métodos, técnicas e estratégias gerenciais. A forma toyotista de organização da produção e do trabalho enfatiza suas ações no campo do reordenamento da subjetividade dos trabalhadores. A principal mudança na cultura empresarial é renovar as estratégias de produção do consentimento ativo, readequando a pedagogia do trabalho a partir de uma “revolução passiva” na produção. Atende-se a uma série de expectativas dos trabalhadores, de modo a manter as condições de exploração do trabalho.

No interior desse campo estratégico renovado de reordenamento da subjetividade do trabalho na produção, destacam-se as seguintes ações: a quebra dos coletivos tradicionais dos assalariados e o reforço dos mecanismos de individualização do trabalho; a mudança no léxico empresarial, buscando alterar a percepção dos trabalhadores sobre a dinâmica da exploração do trabalho. Nesse contexto, noções como conflito, luta, operário, trabalhador e patrão são substituídos por integração, inclusão, colaborador, associado, gestor etc; processa-se a incorporação de demandas da classe trabalhadora reorganizando seus sentidos de acordo com as metas da empresa. Características disso são, para além das estruturais técnicas do *Kanban*, *Just in Time*, Círculos de Controle de Qualidade, *downsizing* e outras, as estratégias de Responsabilidade Social da Empresa, a adoção de escolas por parte das empresas, a criação de políticas de promoção de saúde interna e externa, a criação de universidades e escolas corporativas etc. No espaço da empresa, saúde, educação e previdência estão diretamente associadas ao seu marketing (social. sic!), às exigências de padronização da qualidade para efeito da concorrência por mercados e às metas de produtividade. Daí todos esses aspectos constitutivos da formação humana assumem o adjetivo de gestão: gestão da saúde, gestão da formação, gestão social.

Importa, aqui, destacar então apenas alguns dos traços da “nova” pedagogia do corpo no trabalho e do seu lugar na produção de um novo nexos psicofísico da classe trabalhadora, buscando identificar a permanência em relação àquela de feição taylor-fordista e, também, as

mudanças na sua estrutura e composição. E como se trata de um movimento em processo, não é possível senão indicar seus traços mais gerais.

As recentes mudanças operadas pelos processos de reestruturação produtiva lançam mão de uma pedagogia menos rígida ou flexível, na qual o nexó psicofísico tenderia para as dimensões cognitivas e comportamentais dos trabalhadores, em contraposição às exigências de força física e habilidades manuais predominantes na vigência do modelo de acumulação taylorista-fordista. Como aponta Kuenzer (2002b, p. 80),

No âmbito da pedagogia toyotista, as capacidades mudam e são chamadas de “competências”. Ao invés de habilidades psicofísicas, fala-se em desenvolvimento de competências cognitivas complexas, mas sempre com o objetivo de atender às exigências do processo de valorização do capital.

De acordo com essa leitura, nas condições da produção reestruturada estariam reduzidas as exigências de grandes esforços físicos e habilidades manuais. Estaria em vigor um quadro de organização da produção e do trabalho cujo predomínio seria determinado pelo predomínio dos componentes intelectuais da força de trabalho. Essa seria uma condição muito presente nos países mais dinâmicos da economia mundial.

Uma leitura que corrobora essa análise é feita por Bruno (1996, p. 92):

Esse deslocamento do foco de exploração, do componente muscular para o componente intelectual do trabalho, constitui o elemento fundamental do processo de reestruturação do trabalho, encontrando viabilidade técnico-operacional na chamada Tecnologia da Informação (microeletrônica, informática e outras técnicas afins), que tem a virtude de possibilitar processos de trabalho mais integrados e flexíveis, e nas formas sistêmicas de organização do trabalho, que pressupõe competências antes desprezadas, como facilidade de comunicação, de compreensão de textos, de raciocínio abstrato, enfim, de competências sociais, como as denominam os alemães.

A perspectiva de que as novas bases técnicas da produção exigem uma exploração maior do componente intelectual do que a atividade manual, em razão do predomínio da produção intermediada pelo trabalho imaterial¹³⁴, teria, então, como seu corolário, a exigência de novas

¹³⁴ - Só num estágio muito avançado dessa investigação foi possível identificar que o debate contemporâneo em torno da materialidade ou imaterialidade do trabalho é um aspecto que exige um esforço intelectual de análise e compreensão para se apreender a concretude histórica da corporalidade dos trabalhadores. Isso implica, inclusive, um debate a respeito do caráter carnal, corporal, da determinação do valor (BIDET, 2012; HUWS, 2011), na medida em que é sobre esse caráter incontornável da produção (que ele exige a mediação do trabalho vivo) que se manifesta a dimensão fundamental do capital: a exploração da força de trabalho como forma necessária da produção de mais-valor.

formas de controle e disciplina da força de trabalho. Essas novas formas seriam mais manipulativas, capazes de produzir um maior envolvimento e engajamento dos trabalhadores.

Sendo o cérebro do trabalhador, ou seja, sua capacidade de raciocínio e sua estrutura psíquica, o elemento a ser explorado no processo de trabalho, as técnicas e controle e disciplina convencionais que incidiam primordialmente sobre o corpo do trabalhador estão sendo substituídas pelas técnicas gerenciais participativas. Tais técnicas apresentam grande carga simbólica que tem dupla função: a de se constituir em canais formais de apropriação da capacidade de raciocínio dos trabalhadores e a de controlar e disciplinar sua estrutura psíquica, já que responsabilidade, envolvimento, interesse pelo trabalho e capacidade de inovar são, hoje, importantes fatores de produção. (BRUNO, 1996, p. 96)

Apesar da correção da análise quanto ao investimento mais sofisticado técnica e politicamente da política de produção toyotista, a autora incorre num equívoco de análise ao supor o indivíduo clivado entre corpo (como músculo) e mente (como psiquismo). Tanto antes, nas condições do taylor-fordismo, quanto hoje com a hegemonia dos modelos flexíveis de organização do trabalho e da produção, o capital busca conformar os trabalhadores na sua individualidade social inteira, isto é, no seu nexos psicofísico e ético-político. A afirmação de que os novos métodos produtivos exigem maior atividade intelectual não se sustenta ante uma análise materialista e histórica da realidade. Numa tal perspectiva de análise, tanto o trabalho manual possui sempre atividade criadora, pensamento, afeto, enfim, subjetividade, quanto o trabalho intelectual só pode ser efetivado na sua condição de *carnalidade*.

No entanto, não se pode desconsiderar que as bases e fundamentos de uma pedagogia do corpo no trabalho estariam sendo alteradas. Os modelos de produção flexíveis apresentam a promessa de um trabalho sem esforço físico, intelectualizado e “limpo”. O corpo do trabalhador seria então o “portador” de informação e de comunicação, um *corpo inteligente e informacional*.

De acordo com as análises de Herold Júnior (2006), a partir de meados da década de 1950 e, de forma mais aguda, a partir da década de 1970, o corpo do trabalhador perde a centralidade nos processos de trabalho na medida em que o avanço da ciência e tecnologia investidas como base física da produção coloca a informação como elemento central nos processos produtivos, ou como um aspecto muito significativo deste.

Essa centralidade do corpo nos processos de trabalho é abalada na medida que a sociedade e a economia vão adquirindo novas configurações. Assumindo um ritmo realmente intenso após a década de 70, notamos que é a partir da década de 50 que transformações sociais e mudanças qualitativas nas áreas científicas e tecnológicas

fazem com que um novo entendimento sobre a relação entre corpo e trabalho tenha algumas das condições para ser construído. Um dos resultados mais proeminentes desse processo é a importância que as ciências que lidam com o manuseio e produção da informação alcançaram. Cibernética, Computação, Inteligência Artificial tornam-se áreas do conhecimento das quais uma grande transformação nos hábitos e nas concepções de homem, corpo e inteligência foi a consequência mais visível. (HEROLD JÚNIOR, 2006, p. 61-62)

Nas análises de Herold Júnior (2006, 2009a, 2009b, 2009c), o deslocamento da racionalização do trabalho do corpo para a cognição aparece já com o surgimento da psicologia industrial e o desenvolvimento da escola de Relações Humanas. Essas abordagens sobre a organização e administração do trabalho, surgidas como respostas aos efeitos do taylorismo sobre a relação de conflito entre capital e trabalho, em uma determinada perspectiva de análise, seriam o indício da gênese de mudanças na organização do trabalho que tornaria questão secundária o corpo dos trabalhadores como objeto de intervenção, tal como ocorrera nos primórdios da racionalização do trabalho.

A partir da década de 1930 começa haver uma mudança na forma taylorista de enfatizar o corpo como o principal ponto de disciplina com o surgimento de estudos e preocupações com a questão do trabalho mental. Essa mudança pode ser vista no surgimento da psicologia industrial e na influência que as obras de Maslow (1987) e Herzberg (1993) tiveram. Com isso, começa a crescer a tendência de ignorar o estudo do corpo, tal qual era feito pelas ciências do trabalho no seu início. Depois da Segunda Guerra, a antiga preocupação com os estudos sobre fadiga foi cedendo espaço para os estudos sobre o processamento da informação, trabalho cognitivo, processamento de informação e ruído. Ou seja, a preocupação com o corpo, ou com o motor humano, foi ofuscada pelo “novo instrumento de trabalho – a mente” (MANOVICH, 1993, s.p.). Na realidade, a solução de problemas, a percepção, a atenção e a memória tornam-se focos das ciências cognitivas que amparam o trabalho, da mesma forma que a física e a fisiologia o sustentaram na época de Taylor e Marey. (HEROLD JÚNIOR, 2009, p. 113)

Esse autor considera, portanto, que, já após a Segunda Guerra Mundial, a preocupação taylorista com os estudos sobre a fadiga cedeu espaço para o desenvolvimento da informação e da comunicação como técnicas de gestão do processo de trabalho, sobretudo da escola humanista de relações humanas. No âmbito dos processos de trabalho, tornaram-se centrais os estudos sobre trabalho cognitivo, processamento de informações e ruídos. Isso pode ser verificado também, por exemplo, nos estudos emergentes da abordagem sócio-técnica das organizações e ainda no campo da Ergonomia, que buscam investigar e intervir nas relações ou interfaces estabelecidas entre os homens e o sistema de produção (MÁSCULO; VIDAL, 2011).

O desdobramento dessas mudanças no campo da organização da produção corresponde ao que, a partir da década de 1970, vem sendo descrito e compreendido como “crise do fordismo” (HARVEY, 2003; ANTUNES, 2002; GOUNET, 1999).

A leitura baseada no determinismo tecnológico analisa que a “crise do fordismo” constituiu-se como o esgotamento de sua capacidade de manter taxas crescentes de produção e crescimento econômico, exigindo então o surgimento de um novo modo de organizar a produção, baseado não no modelo industrial mecânico e rígido do taylorismo e fordismo, mas fundamentado, primeiramente, num paradigma energético (RABINBACH, 1990), comunicativo e informacional, em rede (SCHAFF, 1990; PIORE; SABEL, 1993) da produção capitalista. Nessa perspectiva, o que explicaria a crise do fordismo, e de suas formas de organização da produção, seria o descompasso entre uma base técnica em crescente avanço e um modelo de organização e relações de trabalho atrasado.

Diferentemente dessa concepção que compreende a emergência das abordagens organizacionais da escola de relações humanas, sócio-técnicas, da ergonomia como oposição ao taylorismo e fordismo, compreende-se, neste trabalho, que estas se configuram como parte constitutiva de um processo de desenvolvimento do movimento de racionalização técnica e política do processo de trabalho no século XX. Trata-se de uma racionalização de caráter técnico e político porque visa, de um lado, ampliar as margens de extração de mais-valor por meio de sua relativização técnico-científica; e de outra parte, sofisticar os mecanismos e técnicas de controle dos trabalhadores por meio da educação para o consentimento.

Esse caráter de educação para o consentimento é manifestamente visível na chamada Escola de Elton Mayo ou Relações Humanas. Baseado na lógica da cooperação, na comunicação como técnica principal e na psicologização dos conflitos que ocorrem no interior da produção, as estratégias das políticas de recursos humanos surgiram como resposta do capital ao fortalecimento dos grandes sindicatos nos Estados Unidos (TRAGTENBERG, 2006, p. 245).

Na empresa norte-americana na qual a acumulação e reprodução ampliada do capital foram realizadas, o *fator humano* começa a ter *status*. Tem-se o surgimento da Escola de Relações Humanas de Mayo, como resposta intelectual a um sistema industrial em que a alta concentração do capital fora traduzida na formação de grandes *corporations*, em que as formas de regulamentação da força de trabalho do operário efetuadas por via autoritária direta (esquema Taylor-Fayol) *cedem lugar à sua exploração* de forma indireta: *pela manipulação do operário por especialistas*, os quais, por sua vez, são *instrumentos manipulados pela direção das empresas*, sendo a força de trabalho recrutada pelos chamados *conselheiros psicológicos*, especialistas em *relações humanas*

e *relações industriais*. Da mesma forma que os meios de produção no contexto capitalista *usam* o trabalho operário, em nível administrativo, usam o saber especializado do *human-relations*; geralmente formado por *Business School* reproduz no nível pedagógico os conceitos e as relações de dominação do sistema econômico-político, formando *agentes* desta reprodução em contato com a mão de obra *livre* no interior da empresa.

Para Tragtenberg (2006), a abordagem sociopsicológica de racionalização do trabalho é efetivada a partir de uma lógica pedagógica e manipulatória promovida pela empresa capitalista sobre seus trabalhadores, por meio de seus especialistas. A manipulação de símbolos e as expectativas de prestígio e salários entre os trabalhadores são somadas às estratégias comportamentalistas de adaptação artificial do indivíduo às empresas. Táticas como negação do conflito de classes na organização, testes psicológicos, redes de serviços sociais, forte política de comunicação interna, assistência personalizada, cursos e treinamentos de caráter comportamental e difusão ideológica de modelos de sucesso são parte do repertório da pedagogia manipulatória da racionalização do trabalho da escola de relações humanas. Nessa perspectiva, os “especialistas” em relações humanas e industriais buscam forjar no cotidiano do trabalho, por meio daquelas ações, a noção de que “os conflitos da empresa [se conformam como] *desajustes individuais*, quando atrás disso se esconde a oposição de duas lógicas: a do *empresário* que procura maximizar *lucros* e a do *trabalhador* que procura maximizar seu *salário*” (TRAGTENBERG, 2006, p. 246).

Se as técnicas fazem com que apareçam, de forma imediata, as diferenças em relação ao rígido controle dos tempos e movimentos, à emulação pelo pagamento por peça e à divisão técnica e hierárquica do trabalho taylorista ou à linha de montagem fordista e seus benefícios salariais, por outro lado, a “filosofia” engendrada por Taylor e Ford, isto é, a concepção de mundo orgânica, baseada na noção de conciliação dos interesses de classe, progresso e produtividade, permanece como diretriz fundamental das “novas” tecnologias de organização do trabalho.

Como destaca Montmollin (1984, p. 16), a *escola humanista de relações humanas* considera a necessidade de opor aos métodos gerenciais mecanicistas, grosseiros e brutais tayloristas outra concepção que atendesse aos trabalhadores a partir de sua personalidade psicológica, carente de comunicação e atenção, consumidor de motivações e preocupado em investir em seu trabalho e participar de sua organização. Porém, embora tenha fundamentado

“[...] raras e fugazes ‘experiências’ de ‘novas formas de organização’ (enriquecimento de tarefas, grupos de produção, etc) [...]”, a escola humanista de relações humanas perdeu sua audiência e credibilidade entre dirigentes e empresários porque, em primeiro lugar, não modificava realmente a organização do trabalho e, em segundo, essa corrente teórica e prática da gestão do trabalho procurava atacar o taylorismo, permanecendo, ela mesma, profundamente tayloriana.

Isto não é muito diferente em relação à abordagem sócio-técnica e à ergonomia, como o demonstra Montmollin (1984, p. 17) ao identificar essas correntes de organização do processo de trabalho como herdeiras direta de Taylor e do taylorismo, “[...] na medida em que todos seus esforços tendem a constituir uma ciência do trabalho.”

Nas concepções humanistas de organização do trabalho, o corpo parece ser substituído pela emoção, pelo comportamento e pelo psiquismo dos indivíduos. Emerge com certa força entre os anos de 1950 e 1970 a necessidade de envolver os trabalhadores subjetivamente com a empresa e seus objetivos. O corpo, nessas abordagens, aparece mais como expressão do sofrimento causado pela lógica intensiva do “trabalho em cadeia” taylor-fordista. Em razão disso, é promovido um conjunto de técnicas e tecnologias que, baseado na necessidade dos trabalhadores, compensasse o desgaste do trabalho.

Na esteira da abordagem humanista de recursos humanos em todo o mundo, as empresas passam a desenvolver, além da perspectiva da saúde ocupacional que ampliava as ações da antiga medicina do trabalho, a promoção de práticas esportivas, de ginástica e de recreação por parte das empresas durante a jornada de trabalho ou em outros momentos. A publicação organizada pela Secretaria de Educação Física e Desporto do Ministério da Educação, na década de 1990 (BRASIL/ME/SEED, 1990), sob o financiamento do governo militar no Brasil, faz um inventário dessas práticas, denominadas de “esporte na empresa”.

Portanto, o corpo dos trabalhadores e trabalhadoras não sofre um processo de secundarização pelas novas formas de organização do trabalho. Na verdade, ocorre um processo de ampliação da “pedagogia do corpo no trabalho”, por meio de múltiplas ferramentas, estratégias, técnicas e valores veiculados pelos departamentos de pessoal. Na atualidade, teorias e práticas organizacionais tratam a questão do corpo dos trabalhadores como uma “presença-ausente”.

A “presença-ausente” do corpo no trabalho é marcada pelo fato de que ele é expressão da concretude dos indivíduos que trabalham, que tornam manifestas as marcas da disciplina

organizacional. Essa presença incontornável do corpo no trabalho é invisibilizada pelo aparente valor hierárquico atribuído hoje ao conhecimento e à comunicação, para os quais o corpo é apenas o portador material (HEROLD JÚNIOR, 2009c). Na interface com os sistemas de informação, surge o *humanware*, em substituição ao *human motor* do final do século XIX e início do século XX.

A questão é que o *humanware* precisa ser envolvido com o trabalho e as finalidades da empresa, na medida em que os conhecimentos e habilidades que portam são necessários para a utilização adequada de sistemas tecnológicos, informacionais e comunicacionais complexos.

Uma das manifestações desse processo é a execução, por parte das empresas, de treinamentos fora do local de trabalho, envolvendo acampamentos, esportes radicais, culturismo corporal, atividades esportivas coletivas, tudo no sentido de arregimentar e desenvolver o *humanware* de uma determinada organização. Os autores terminam clamando para a necessidade de buscar formas realmente efetivas de focalizar o trabalhador e seu corpo. (HEROLD JÚNIOR, 2009c, p. 115)

Também é preciso considerar que não parece factível a generalização de um processo de *intelectualização* do corpo, integrando corpo e mente nos novos fluxos e processos de trabalho determinados pelos avanços tecnológicos e pelas técnicas organizacionais renovadas.

De acordo com Herold Júnior (2009c), a ideia de intelectualização do corpo é analisada pelos autores que problematizam a questão dos saberes tácitos empregados pelos trabalhadores em suas atividades. Essa perspectiva de análise encara o corpo como base dos processos de análise e tomada de decisão que ocorre na produção. Trata-se da inteligência prática ou tácita dos trabalhadores, apreendidos no próprio processo de trabalho ao habituar seus sentidos ao funcionamento das rotinas, dos ritmos e das máquinas. Dejours (1993) e Wood e Jones (1984) caracterizam os saberes tácitos como esses conhecimentos, habilidades e comportamentos adquiridos na experiência produtiva do trabalho que, hoje, se tornam objetos de requerimento das empresas no processo de organização do trabalho.

Pode-se perceber que, entre o desenvolvimento da escola humanista de recursos humanos e os atuais modelos flexíveis de organização do processo de trabalho, há uma dinâmica de permanência e de mudanças em relação ao taylorismo e ao fordismo que precisa ser melhor delimitada e analisada. Se há setores da economia que automatizam demasiadamente a produção, tornando a sobrecarga física de trabalho praticamente inexistente (como é o caso das indústrias de processo contínuo ou os setores informatizados), por outro lado o conjunto de novas exigências

que surge da automatização tecnológica intensifica o trabalho, aumenta a exigência de habilidades, como atenção, percepção, sensações e estado de vigília, que são profundamente enraizados na corporalidade humana.

Portanto, é verdade que muitos setores produtivos já não necessitam mais de um modelo de trabalhador forte e resistente, como o operário Schmidt, que, na experiência de racionalização de Taylor (1966), passou a carregar 47,5 toneladas de barras de ferro por dia ao invés das 12,5 toneladas. Porém, dos trabalhadores de hoje exigem-se performances quase que “esportivizadas” de trabalho dada sua intensidade, velocidade e exigência de qualidade, conforme provocação de Golac e Volkoff (1996).

Na aparência, as novas formas de organização do processo de trabalho partem de uma prerrogativa de que seu conteúdo contém a promessa de superação da divisão entre trabalho intelectual e manual e o estabelecimento de um novo nexos psicofísico que superaria a clivagem produzida pela racionalização científica do trabalho taylor-fordista sobre os seres humanos. Entretanto, a realidade mais evidente é que a corporalidade do trabalhador vem sendo degradada pelas novas formas de gestão que o capital desenvolve sobre a força de trabalho.

4.2.1. Forma e conteúdo da pedagogia industrial toyotista

No decorrer da exposição, procurou-se demonstrar a organização taylor-fordista do trabalho como um conjunto de mecanismos, processos e ações que, além de organizar a produção de modo mais eficiente do ponto de vista da economia política do capital, constitui também a pedagogia industrial capitalista cuja função primordial é a produção de quadros tecnicamente produtivos e sujeitos que consentem ativamente as relações de produção e sociais capitalistas. A divisão técnica hierárquica do trabalho, o posto de trabalho simplificado, a seleção e o recrutamento “científico” dos trabalhadores, as políticas de recursos humanos e salarial, bem como o controle da vida do trabalhador fora da jornada de trabalho, são elementos significativos não apenas das relações sociais ali presentes, mas também de um projeto educativo que visa formar um “tipo de trabalhador” adaptado em seu nexos psicofísico.

Como se observou anteriormente, a educação dos trabalhadores nas relações sociais de produção levanta a questão do processo de trabalho como formação, isto é, o *trabalho como processo educativo*. Embora a sociologia do trabalho empregue esforços na compreensão dos

processos de socialização que ocorrem no interior das organizações empresariais ou decorrentes de suas demandas por qualificação, ainda, assim, é nos estudos no âmbito da educação que se torna possível apreender o “núcleo pedagógico” presente nas formas de organização da produção. Daí a necessidade de articular as análises da sociologia do trabalho, da ciência política, da economia do trabalho com as análises desenvolvidas no campo da educação, sobretudo aquelas nucleadas pela relação trabalho-educação como modo de apreender os projetos e práticas educativos no interior das diferentes formas de trabalho.

Percebe-se, na literatura, que os recentes processos de mudanças no mundo do trabalho alteraram não somente a objetividade dos processos de produção, as dinâmicas de emprego e desemprego e as relações salariais, mas também reverberaram sobre o projeto político-pedagógico taylor-fordista. Isso significou implicações sobre o controle do trabalho vivo, da individualidade do trabalhador, dados os mecanismos internos à lógica consensual, envolvente, participativa e manipulatória do toyotismo¹³⁵ e de suas regras, valores e dispositivos organizacionais (ALVES, 2000; ANTUNES, 2002, 2003). Tais processos não correspondem apenas às dinâmicas de controle ou disciplinarização por intermédio da pressão, ameaça ou imposição de modos de ser dos trabalhadores e de fazer o trabalho, mas uma pedagogia sistemática, intencional, metódica, que busca ensinar conteúdos, hábitos, valores, técnicas e ideais, que construam o envolvimento da personalidade viva dos trabalhadores com a empresa. Isso significa uma reformulação da pedagogia industrial com o objetivo de conformar o novo nexos psicofísico dos trabalhadores necessário às condições da produção reestruturada.

Sob as condições de crise de acumulação do capital, opera-se uma nova ofensiva na política de produção, procurando alterar a cultura organizacional, os arranjos produtivos e as formas de uso da força de trabalho. Na busca de aumento de produtividade e de competitividade no mercado mundializado do atual estágio de desenvolvimento do capital, procura-se eliminar tempos mortos, porosidade na produção, por meio do uso intensivo de ciência e tecnologia microeletrônica e telemática no processo produtivo e de mudanças nas suas formas organizacionais. Porém, o elemento central na política de produção continua sendo a mobilização

¹³⁵ Os regimes flexíveis de organização do processo de trabalho não se esgotam na particularidade do toyotismo como experiência ligada aos arranjos produtivos da empresa japonesa Toyota. Em que pese a polêmica que possa ter a generalização do conceito de toyotismo como expressão da reestruturação produtiva assentada na flexibilização produtiva e do trabalho, compreende-se esse conceito como momento predominante da reestruturação produtiva no contexto de crise estrutural do capital e ofensiva política e ideológica do capital na produção, conforme elaboração de Alves (2000).

do “fator humano”. O avanço científico não se caracteriza, portanto, pela substituição da força de trabalho por robôs e máquinas em absoluto e em todos os ramos da produção ou em setores particulares de trabalho numa fábrica ou organização empresarial determinada. Embora seja um elemento estrutural do capital a busca do capital em eliminar ou diminuir os custos de produção com a racionalização do uso de trabalho vivo, tal prerrogativa não pode se consolidar senão sob o pressuposto mesmo de eliminar as condições de existência da produção e reprodução do capital.

Nesse sentido, junto ao significativo refinamento científico e tecnológico – por meio das modernas tecnologias da informática, robótica, microbiologia, microtecnologia, tecnologias de comunicação, entre outras – produz-se, necessariamente, um acréscimo importante no processo de “racionalização” da atividade de trabalho com o objetivo de ampliar e refinar os mecanismos de controle e de educação para o consentimento ativo da força de trabalho, atualizando o sentido de racionalização elaborado por Weil (1996, p. 136), qual seja, o de “[...] utilização científica da matéria viva, isto é, dos homens.”

Concretamente, o processo de reordenamento da produção desencadeado pelo capital constitui-se como um complexo multideterminado de alterações que ocorre desde a produção até as diferentes esferas da vida social. O próprio modo de vida encontra-se em mudança. No entanto, de acordo com Alves (2000), é no momento da produção que esse complexo de reestruturação produtiva tem sua gênese. O reordenamento da organização dos processos e das relações de trabalho, o desenvolvimento de um conjunto muito plural de princípios e ideologias vinculados à produção de mercadorias (flexibilização, polivalência, competências, empreendedorismo, participação, empresa solidária e socialmente responsável etc), os processos de desestruturação dos coletivos organizados dos trabalhadores e a recomposição desses coletivos de modo heterônomo e subsumidos às finalidades do capital constituem um processo de recomposição da hegemonia do capital na produção.

Do ponto de vista dos processos e da organização do trabalho, o complexo de reestruturação produtiva acumula os seguintes aspectos:

O que denominamos “complexo de reestruturação produtiva” envolve um sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista – por exemplo, a robótica e a automação microeletrônica aplicada à produção; as novas modalidades de gestão da produção tais como os CCQs e os Programas de Qualidade Total; a série de racionalizações da produção, tais como os “downsizing” e a reengenharia (muitas racionalizações produtivas decorreram de novos patamares de centralização e concentração do capital, por meio de fusões, aquisições e diversificações

corporativas, que implicaram – e ainda implicam – demissões em massa). Além disso, é um importante componente do complexo de reestruturação produtiva, dos vários tipos de descentralização produtiva, tais como a terceirização ou as realocações industriais, que implicam fechamento de fábricas num local e abertura em outro, ou ainda a instauração de novas legislações trabalhistas de cariz flexível, que criam nova regulação institucional do trabalho assalariado, adaptando-o às necessidades imperiosas do capital em processo. (ALVES, 2000, p. 11)

Nesse sentido, a reestruturação da produção não pode ser compreendida pelo reducionismo do determinismo tecnológico. Ao contrário, a organização da produção e do trabalho como um conjunto de relações e determinações sociais em movimento no interior da correlação de forças estabelecida entre trabalho e capital, no contexto de crise estrutural e da mundialização do capital, constitui o núcleo fundamental desse processo. Não apenas a estrutura, mecanismos, cadeias e lógicas da produção de mercadorias se modificam, mas também se processa um “[...] incremento da própria manipulação do ‘trabalho vivo’, da imposição da captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital em processo” (ALVES, 2000, p. 11).

As mudanças operadas na produção pelo capital constituem-se, desse modo, em alterações importantes no tecido social, nas relações de classe, nas configurações teóricas e posturas (e, também, imposturas) ideológicas, na sociabilidade e nas individualidades. Há uma conexão orgânica entre as metamorfoses desenvolvidas no mundo do trabalho e nas superestruturas políticas, jurídicas, ideológicas e teóricas, sobretudo na esfera do Estado. A manipulação gerada no âmbito da produção se estende para as diversas esferas da vida social¹³⁶, implicando em reflexos sobre o próprio modo de ser da classe trabalhadora. O “[...] novo complexo de reestruturação produtiva surge, em sua dimensão contingente, como uma ofensiva do capital na produção, (re)criando novos mundos do trabalho, instaurando novas provocações sócio-históricas para a classe dos trabalhadores assalariados” (ALVES, 2000, p. 21).

¹³⁶ - Alves (2000) não desenvolve a análise sobre como as novas bases de organização da produção se manifestam em diferentes esferas da vida social, como o fizera Gramsci (2001) em sua análise sobre o fordismo e o taylorismo nas condições históricas da ascensão do capitalismo monopolista, quando este último autor desdobrou da hegemonia que nasce no chão de fábrica o controle sobre a sexualidade, sobre o tempo livre e os hábitos e costumes dos trabalhadores e trabalhadoras, das relações entre homens e mulheres, da cultura literária e da atuação do Estado nessas condições. Claro está que o primeiro autor não objetivava uma análise de tal monta, mas, sobretudo, buscava compreender as bases históricas e ontológicas da reestruturação produtiva e seus reflexos sobre a organização político-sindical da classe trabalhadora no Brasil, principalmente as frações operárias de recorte industrial. Não obstante a isso, o autor dá importantes indícios de uma análise mais ampla em seus trabalhos posteriores. Destaca-se, nesse sentido, sua análise em relação a trabalho e subjetividade sob as condições da hegemonia toyotista e as reflexões desenvolvidas acerca dos desdobramentos da reestruturação sobre a personalidade dos trabalhadores, expectativas de consumo, valores-fetiche, compressão psicocorporal, entre outras (ALVES, 2011a).

Para Alves (2000), o complexo de reestruturação produtiva tem, na ideologia orgânica do toyotismo, o seu momento predominante, isto é, a determinação que dá diretriz à dinâmica de metamorfose do trabalho, sob as condições históricas da crise estrutural do capital. Esse novo complexo de reestruturação produtiva é conduzido pelas empresas, corporações, conglomerados transnacionais que passam a se configurarem como os agentes principais do capital. Nesse mesmo contexto, surgem diversos experimentos produtivos de novo tipo, como, por exemplo, a especialização flexível na terceira Itália e o kalmarianismo na Suécia. Mas foi o toyotismo que conseguiu expressar as necessidades do capitalismo em sua fase de mundialização, apresentando os traços de um novo padrão de acumulação de capital¹³⁷.

Por ideologia orgânica, compreende-se um conjunto amplo de valores e regras de organização da produção, que fundamenta, legitima e sustenta toda uma série de mecanismos, protocolos e formas de organização do trabalho e da produção. Esse conjunto formal de ideias, técnicas e procedimentos, que determina a organização do trabalho e da produção, atinge os empreendimentos do capital, buscando “[...] articular, no plano da organização *subjetiva* da produção capitalista *latu sensu*, um novo regime de acumulação centrado no *princípio da flexibilidade*, que se considera a categoria dominante da acumulação capitalista num cenário de crise” (ALVES, 2001, p. 179).

Além de configurar uma ideologia orgânica capaz de cimentar as relações entre base produtiva assentada em tecnologias de novo porte, relações de trabalho concertadas pela flexibilização e pela superestrutura jurídica, política, cultural, ideológica e educacional, o modelo de produção toyotista apresentou uma capacidade de atender, com eficiência, um mercado restrito e diversificado, de criar condições, na produção, de suprir um ambiente comercial de crescente competitividade e ajustar seu “espírito” ao capitalismo de recorte neoliberal. Essas características compõem as condições objetivas e subjetivas que condicionaram o seu processo de “universalização” como modelo de organização da produção (ANTUNES, 2003; ALVES, 2000).

¹³⁷ - Gounet (2000) observa que, assim como o fordismo, o chamado toyotismo tornou-se um sistema de produção em processo de generalização a nível internacional em razão da capacidade de estabelecer padrões de organização do trabalho capazes de responder às seguintes condições: demanda de produção em quantidade e qualidade em um mercado cujas regras se alteram em função da financeirização e mundialização do capital; capacidade de adequação às mudanças impostas à base física da produção pelos avanços tecnológicos; redução de custos com materiais, fornecedores e força de trabalho; competitividade em nível de concorrência internacional. Na medida em que a indústria automobilística japonesa assinalou altos índices de competitividade no mercado internacional em relação às indústrias automotivas dos Estados Unidos e da Europa em retração, a partir da década de 1970, o toyotismo foi se configurando como um sistema de produção de caráter hegemônico, como o fora o fordismo entre o final da Segunda Guerra e o final da década de 1970.

Somam-se às mudanças no plano da organização do trabalho e da produção - técnicas de gestão como o *kanban*, *just in time*, CCQs, PQTs, entre outros - os seguintes traços constitutivos do toyotismo: a combinação de repressão e cooptação como forma de ofensiva sobre o sindicalismo combativo e a consolidação do sindicalismo de empresa subordinado à empresa; ganhos limitados no âmbito das carreiras (emprego vitalício para uma parcela restrita de trabalhadores) e trajetórias profissionais; desespecialização e polivalência, transformando operários profissionais e qualificados em trabalhadores multifuncionais; flexibilização interna e externa, com mobilidade de funções e subcontratação de fornecedores; intensificação da exploração do trabalho; investimento em treinamento, envolvimento e participação na melhoria de processos e produtos; elevação da morte e adoecimento no trabalho em razão da sua intensificação cujos exemplos mais agudos são os suicídios no trabalho e o *karoshi*¹³⁸ (ANTUNES, 2003).

A universalização do toyotismo como modelo hegemônico de organização de processos de produção foi articulada por uma intensa propaganda¹³⁹ (midiática, empresarial e acadêmica) dos seus princípios e métodos (MALAGUTI, 1996) em países ocidentais. Na década de 1980, sua constituição como valor universal do capital, no âmbito da produção, se deu a partir das formulações do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) sobre o *lean production*, a produção enxuta (WOMACK; JONES; ROOS, 2004). A lógica da produção enxuta vincula-se então à avaliação de que a crise de capacidade de acumulação do capital estaria centrada na

¹³⁸ - Trata-se de um fenômeno surgido no contexto das empresas japonesas, que corresponde à morte de trabalhadores em serviço em razão do trabalho extenuante provocado pela intensificação dos ritmos da produção envidados pelos princípios, técnicas e mecanismos toyotistas (SILVA *et al.*, 2006). Tal fenômeno tem sido recorrente no trabalho de corte de cana no Brasil, constituindo o que SILVA *et al.* (2006, p. 76) chamam de birôla, isto é, “[...] morte pelo esforço excessivo no trabalho.” Para Antunes (2005), seria a expressão tropical do *karoshi*: “Recentemente, nove trabalhadores rurais vinculados à cana de açúcar na região de Ribeirão Preto (SP) morreram provavelmente pelo trabalho extenuante, brutal, desumano que realizam, laborando nos agronegócios que tanto encantam o lulismo. Os ‘boias-frias’ são obrigados a cortar, em média, 12 toneladas diárias de cana, recebendo em média R\$ 2,20 por tonelada, precisando desferir cerca de 9.700 golpes diários de ‘podão’, instrumento usado no corte da cana, o que aniquila seu corpo, levando-os ao padecimento, envelhecimento precoce, adoecimento e mesmo à morte. É o que poderíamos chamar de *karoshi* tropical. (*Karoshi* é a morte do trabalhador japonês sob o ritmo e a intensidade do toyotismo, que, aliás, não aparece nos manuais de apoloquia empresarial).”

¹³⁹ - Interessante observar que essa ação midiática, baseada num aparato que envolve tanto aparelhos privados de hegemonia, como universidades, laboratórios de pesquisa, associações profissionais e acadêmicas, quanto a mídia especializada empresarial e também o Estado no sentido restrito, e ainda o modo pelo qual o taylorismo se difundiu como *one best way* da organização do trabalho durante quase todo o século XX, sobretudo no período entreguerras e no imediato pós Segunda Guerra Mundial. Sobre isso, ver Vatin (1990), Littler (1984) e Moutet (1984). Vatin (1990) chega mesmo a afirmar que o taylorismo, como forma hegemônica de organização do trabalho, seria mais um efeito ideológico da divulgação de seus princípios, objetivos e lógica, do que uma efetividade unânime no uso de suas técnicas no universo dos empreendimentos capitalistas.

incapacidade resultante da obsolescência do modelo de produção em massa (taylor-fordismo), face à potencialidade produtiva da produção enxuta. A produção enxuta seria então compreendida, desenvolvida e difundida como uma nova forma de produção de caráter universal: “[...] a adoção da produção enxuta, na medida em que inevitavelmente se expanda para além da indústria automobilística, resultará em mudanças globais em quase todas as indústrias: nas alternativas para os consumidores, na natureza do trabalho, no destino das companhias e – em última instância – no destino das nações” (WOMACK; JONES; ROOS, 2004, p. 2).

Como “nova” ideologia orgânica do capital, o toyotismo não se limita à experiência nacional de organização e gestão do trabalho e da produção¹⁴⁰. Este se universalizou como expressão da flexibilização da força de trabalho sob as condições da mundialização capitalista, ou melhor, sob as condições do capital em crise. De acordo com Alves (2000, p. 30),

[...] o novo método de gestão da produção impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota, conseguiu assumir valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70. Isso significa dizer que o toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese, tornando-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas a nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção – o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital –, mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução, em que está colocada a perspectiva de “mercados restritos” (apesar da mundialização do capital, principalmente na indústria automobilística).

Nessa perspectiva, a compreensão do toyotismo nem pode ser localizado nas experiências de inovação na indústria japonesa, tampouco coincidiria com a noção de um novo modo de regulação social da produção. Trata-se, antes, de uma nova lógica de produção de mercadorias, novos princípios de administração da produção capitalista e de gestão da força de trabalho. O valor universal nessa nova lógica de organização e gestão do trabalho e da produção é constituído pela produção de uma nova hegemonia do capital na produção, mediante busca constante de aperfeiçoamento dos mecanismos, ferramentas e instrumentos de gestão da força de trabalho com a finalidade de “capturar” e manipular a subjetividade dos trabalhadores pela lógica do capital. É necessário enfatizar que captura ou manipulação da subjetividade não elimina as contradições, as tensões e resistências do trabalho face à ofensiva do capital; não obstante a isso, captura e

manipulação da subjetividade constituem-se como momento predominantemente político da pedagogia industrial que o capital produz e promove no interior dos processos de produção.

É necessário compreender que o toyotismo (assim como os demais modelos flexíveis de organização do trabalho e da produção) corresponde a um estágio superior da racionalização do trabalho que não rompe com a lógica do taylor-fordismo (MONTMOLLIN, 1984; ANTUNES, 2003; LUCAS, 2012), porém, se materializa como um salto qualitativo nos processos de desenvolvimento da pedagogia industrial e, conseqüentemente, das formas de mediação do conflito entre capital e trabalho por meio da busca constante, variada e sofisticada de produção do consentimento ativo da classe trabalhadora. Tal mediação do conflito emprega um conjunto de ferramentas “utilizadas para formação do trabalhador dentro de uma nova configuração no sistema de produção e as tecnologias [...] gerenciais desenvolvidas para o controle e a racionalização da força de trabalho” (MUELLER, 2013, p. 740).

Trata-se de um estágio superior de racionalização do trabalho que não estabelece ruptura com a lógica do taylor-fordismo. Nesse quadro, Linhart (1997) identifica correntes de análises que interpretarão esse movimento como neofordismo ou pós-fordismo¹⁴¹. O fato é que somente estudos concretos, com sólida base teórica e materiais empíricos consistentes no interior de empresas reestruturadas, podem esclarecer se de fato rompe-se com o taylor-fordismo como forma de organização do trabalho e da produção, como observa Linhart (1997). Nesse sentido, estudos¹⁴² com essa característica têm demonstrado uma dinâmica de rupturas e continuidades entre taylorismo, fordismo e toyotismo (MALAGUTI, 1996; ANTUNES, 2003); dinâmica essa determinada por um conjunto de questões como a formação socioeconômica de país e o seu lugar

¹⁴⁰ - A respeito das interpretações em torno da identificação do modelo japonês como inerente ou não às condições sociais particulares da formação socioeconômica do Japão, ver coletânea *Sobre o modelo japonês*, organizada por Hirata (1993). São particularmente elucidativos os textos polêmicos de Wood (1993) e Coriat (1993).

¹⁴¹ - Exemplo dessa interpretação são as análises da chamada escola da regulação. A partir desse ponto de vista teórico-metodológico, Boyer e Freyssenet (2000) elaboram análises que fazem um balanço a respeito da multiplicidade de modos de organização da produção correspondentes ao que classificam como período pós-fordista, demonstrando os limites, na leitura desses autores, de uma generalização teórica indevida e equivocada dos modelos japoneses. Para demonstrar o que consideram equívoco, os autores analisam os cenários diversificados das empresas automobilísticas que possuem uma realidade múltipla, variada e criativa e que, por isso, constroem seus modelos de produção a partir dos seguintes critérios: política distributiva dos Estados nacionais; características de mercados internos e capacidade de participação em mercados externos; estratégias de mercado das empresas; capacidade de inovação competitiva no mercado; ambiente conflitivo ou integrado.

¹⁴² - Estudos empíricos que retratam as mudanças em curso no mundo do trabalho no Brasil, realizados em diversos setores, como a indústria automobilística, bancos, escolas, orquestras, setor de serviços, agronegócio e outros, demonstram esse processo de rupturas e continuidades entre modelos de organização do trabalho taylor-fordista e os novos modelos organizacionais assentados no toyotismo. Ver os três volumes de *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (ANTUNES, 2006, 2013, 2014).

na divisão internacional do trabalho, a dinâmica econômica de definição de produtos, padrões de concorrência do empreendimento capitalista e suas estratégias de negócio, o conflito das classes em presença e a intervenção do Estado.

A partir das análises de Antunes (2003) e Tenório (2011), é possível inferir que as mudanças na organização do trabalho mantêm elementos do taylor-fordismo no interior dos chamados movimentos pós-fordistas. Ou seja, o pós-fordismo contém, em seu interior, o fordismo como pressuposto negado e, como tal, não necessariamente suprime o polo negado, mas o suprassume, elevando-o a um estágio mais avançado, incorporando e desenvolvendo seus traços mais eficazes na consecução de maior extração de mais-valor e composição de hegemonia. A manutenção de aspectos fundantes do modelo clássico de racionalização do trabalho produzido, no início do século XX, por parte do chamado modelo toyotista, pode ser verificado, por exemplo, na identidade de princípios estabelecidos por Taylor (1966), Ford (1995) e Ohno (1997), especialmente o de redução de custos por meio da racionalização dos materiais, dos meios de produção, do trabalho e da força de trabalho. Mas também busca por interpor, no conflito entre capital e trabalho, mediações técnicas, tecnológicas e políticas, com o objetivo de criar consensos entre os interesses antagônicos das duas classes sociais.

Embora Alves (2004, p. 3-4) desenvolva uma análise que busca determinar o caráter de novidade do toyotismo em relação ao taylor-fordismo, expõe também seu caráter de continuidade descontínua. Tal reflexão sintetiza o entendimento supracitado e localiza o elemento que se pretende enfatizar nesta reflexão, qual seja, a de formação de um trabalhador de novo tipo por meio de formas mais sofisticadas, envolventes e mobilizadoras de sua subjetividade, uma nova pedagogia industrial:

Por ter surgido num momento de crise da organização taylorista-fordista, o toyotismo tende a ser considerado um modo de organização pós-fordista. Mas, tanto o taylorismo/fordismo, como o toyotismo, são partes da Segunda Revolução Industrial (que se caracterizou pela utilização científica da matéria viva, o trabalho vivo). *Todos eles, em maior ou menor proporção, estariam preocupados com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista. Apesar do toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito ao taylorismo/fordismo, ele tenderia, nesse caso, a surgir como um controle de novo tipo do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital – o que seria, portanto, uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo (é o que Fausto denominou subordinação formal-intelectual – ou espiritual – do trabalho ao capital). Por isso, é a introdução da nova maquinaria, vinculada à III Revolução Tecnológica e Científica, o novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, que exige, como pressuposto formal ineliminável, os princípios do toyotismo, onde a captura da*

subjetividade do trabalho é uma das pré-condições do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital. As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, portanto, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista. (Grifos nossos)

Antunes (2003) também destaca esse aspecto de continuidade descontínua entre os modelos de organização do trabalho e da produção, acentuando que a continuidade se materializa na manutenção das relações entre capital e trabalho no interior da produção e reprodução do capital:

[...] julgamos pertinente afirmar que a “substituição” do fordismo pelo toyotismo não deve ser entendida, o que nos parece óbvio, como um *novo modo de organização societária*, livre das mazelas do sistema produtor de mercadorias e, o que é menos evidente e mais polêmico, mas também nos parece claro, não deve nem mesmo ser concebido como um avanço em relação ao capitalismo da era fordista e taylorista. Neste universo, a questão que nos parece mais pertinente é aquela que interroga em que medida a produção capitalista realizada pelo modelo toyotista se diferencia essencialmente ou não das *várias formas* existentes de fordismo. Queremos aqui tão-somente enfatizar que a referida diminuição entre *elaboração* e *execução*, entre *concepção* e *produção*, que constantemente se atribui ao toyotismo, *só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias, do processo de criação e valorização do capital.* (ANTUNES, 2003, p. 41)

A continuidade descontínua entre o toyotismo e as *várias formas* do fordismo e do taylorismo constituem-se como importante aquisição do capital contra o trabalho, instituindo novas formas de estranhamento do trabalho no interior das novas estratégias de hegemonia na produção. Como observa Dias (1998, p. 51), as expressões históricas de gestão do processo produtivo são formas condensadas da política dos dominantes. O complexo de reestruturação produtiva representado no toyotismo não é uma necessidade inexorável para além da luta de classes, mas uma “[...] nova face da dominação capitalista [em que] é preciso liquidar as antigas identidades de classe e as vigentes relações de trabalho.”

Entre as estratégias de hegemonia constitutivas do processo de reordenamento da produção sob as condições da crise estrutural do capitalismo, as personificações do capital, sobretudo os quadros técnicos e dirigentes que cumprem o papel de intelectuais na produção, desenvolvem dispositivos de poder e produção de subjetividades adequadas e adaptadas a essa fase do capitalismo. O sentido de tais dispositivos é a atualização dos mecanismos de controle e disciplinarização, sendo modos de consolidação da ordem hegemônica empresarial.

A política de produção torna mais complexa e sofisticada os elementos da luta cultural implicada na produção, que passa a ter um papel estratégico na busca de adesões e colaboração para as regras corporativas imperantes.

Uma pedagogia política empresarial, ou pedagogia industrial, para ser mais preciso, estabelece padrões normalizadores, especializando e mobilizando os trabalhadores no ato de trabalho por meio do que os autores chamam de *práticas hegemônicas empresariais*. A modernização toyotista e o gerenciamento do sistema de melhoria contínuas constituem-se como princípio normalizador que unifica as práticas empresariais. “Assim, se busca conformar novas subjetividades, dinamizando variados dispositivos de disciplinamento social e laboral, que se articulam sistematicamente e se transpõem no ato de trabalho” (FIGARI; NEWMAN, 2013, p. 57).

O toyotismo constitui-se então como uma tecnologia de gestão do trabalho com sofisticados dispositivos de intervenção, no espaço fabril e na sua organização técnica, sobre os trabalhadores e sobre os sindicatos. Assemelha-se ao taylor-fordismo a medida que busca eliminar tempos e ações improdutivas mediante o controle de tempos e ritmos dos trabalhadores que operam na produção. No entanto, assentado na *filosofia Toyota*, a organização de caráter flexível busca: adaptar a produção à demanda; alinhar os trabalhadores aos objetivos da empresa, com a sua implicação na produtividade e qualidade do produto; e implica na colaboração sindical para o sistema de produção.

Os múltiplos dispositivos que vêm sendo desenvolvidos desde o período de hegemonia toyotista têm sido transpostos para diferentes formas de organização do trabalho, buscando o controle social e técnico na produção. “O STP busca a adaptação social às formas flexíveis de produção mediante a subcontratação, especificamente dos fornecedores e seus trabalhadores, através da polivalência dos trabalhadores ‘próprios’ e mediante os dispositivos de implicação nos objetivos da empresa” (FIGARI; NEWMAN, 2013, p. 58).

O toyotismo e a toyotização constroem vínculos orgânicos entre o processo de trabalho e o controle político-cultural baseados na sofisticação dos dispositivos de controle.

Se põe em jogo diferentes técnicas de normalização, no sentido de adequar o comportamento laboral à forma de produção. A submissão direta da força de trabalho, por meio da imposição dos tempos e ritmos de produção, se combina com dispositivos pedagógicos e comunicacionais que intervêm na construção de valores assentados na melhoria contínua e buscam efeitos de implicação na produção. [...] O toyotismo é muito mais que uma forma de organizar o trabalho, já que supõe uma maneira de relação entre

capital e trabalho onde a dimensão político-cultural assume particular importância. (FIGARI; NEWMAN, 2013, p. 58)

As organizações empresariais reestruturadas a partir dos princípios e métodos toyotistas supõem uma determinada maneira de estabelecer a relação entre capital e trabalho, dando centralidade a uma dimensão político-cultural que se manifesta como um *currículo oficial* da empresa, buscando educar intelectual, moral, técnica e corporalmente os trabalhadores, isto é, formar um novo nexos psicofísico. As doutrinas corporativas consolidam um tipo de currículo oficial empresarial, derivado de temas inerentes às finalidades da empresa (melhora contínua, flexibilização, produção enxuta, qualidade, eficiência e produtividade). Dessas doutrinas corporativas são dinamizados dispositivos de controle político-cultural, transpostos para a organização do trabalho.

A gestão flexível é acompanhada de uma base filosófico-gerencial, que impõe, no terreno da produção, princípios culturais:

Se a fábrica fordista standardizava mediante rígidos postos de trabalho as *maneiras de fazer o trabalho*, a flexibilização toyotista ao tempo que flexibiliza essas *maneiras de fazer*, forma outras *maneiras de ser* no trabalho. Precisamente, a importância técnico-política do toyotismo radica no fato de que põe no centro da cena a produção de sujeitos trabalhadores com um perfil determinado culturalmente pelo alinhamento com os objetivos da empresa e a implicação na melhoria contínua. (FIGARI; NEWMAN, 2013, p. 59)

O perfil de trabalhadores alinhados aos objetivos das empresas exigirá a mobilização de processos de formação no espaço de trabalho, tais como: a socialização nas células de trabalho; noção de liderança com o papel de transmissão de princípios, valores e metas; transmissão de saberes corporativos necessários à produção e ao controle simbólico; incentivo à competitividade entre equipes e trabalhadores; *kaizen* técnica de mobilização e captura de ideias dos trabalhadores sob o objetivo de melhoria contínua; controle de processos; avaliações individualizadas de desempenho; variabilidade e individualização dos salários e benefícios.

Portanto, além de um modo de organização eficiente, rentável e produtivo do trabalho e da produção, o toyotismo constitui-se como uma importante face da pedagogia política do capital dirigida ao ambiente de produção no sentido de recompor a hegemonia do capital nesse âmbito.

O toyotismo enquanto tecnologia social assume traços globais baseados na filosofia de melhoria contínua. No entanto, se especializa em relação com as particularidades de cada empresa em que se aplica. Esta tecnologia social estrutura um processo de

homogeneização global consolidando doutrinas e práticas empresariais que, para lograr efetividade, se dinamizam nos espaços concretos de trabalho empregando variados dispositivos de controle e disciplinarização laboral. É nesse sentido que falamos de toyotização, isto é, de práticas hegemônicas empresariais que vão se configurando sobre a matriz teórico-prática do Sistema Toyota de Produção. As ferramentas colocadas em marcha pelas administrações possibilitam sua transposição através de uma agência formadora que cobra protagonismo. Assim, buscam-se efeitos de implicação nos trabalhadores em diversos espaços que se constituem em estratégicos, tais como as células de trabalho, o kaizen e as avaliações de desempenho. (FIGARI; NEWMAN, 2013, p. 61)

Na gestão do trabalho, o toyotismo opera um salto qualitativo na “captura” da subjetividade operária pela lógica do capital. Esse é o ponto pelo qual se distingue do taylor-fordismo. Os aspectos centrais desse modelo de racionalização são: “seus protocolos organizacionais (e institucionais), voltados para realizar uma nova ofensiva sobre a subjetividade da classe trabalhadora pela lógica do capital – que possuem valor heurístico, capaz de esclarecer seu verdadeiro significado nas novas condições de mundialização do capital” (ALVES, 2000, p. 30-31).

De acordo com Souza (2005), a recomposição da capacidade de acumulação do capital, associada ao reordenamento da sua hegemonia, articula tanto as esferas da reestruturação da base produtiva quanto os mecanismos de mediação do conflito.

Assim, para aumentar a produtividade do trabalho em seu estágio atual de desenvolvimento, o capital tem procurado eliminar os tempos mortos, por meio da inserção cada vez mais intensa de ciência e tecnologia nos processos produtivos, e resgatar a velha disciplina fabril, por meio de novos mecanismos de gestão do trabalho. Obviamente, a formação de um trabalho coletivo de novo tipo torna-se imprescindível. O avanço científico e tecnológico, principal instrumento de obtenção da disciplina e da incorporação ativa do trabalho vivo ao trabalho morto, constitui, ele mesmo, a materialidade do novo tipo de subordinação do trabalho ao capital, conseguindo por meio de ações educativas desenvolvidas no ambiente de trabalho e no cotidiano da vida em sociedade. (SOUZA, 2005, p. 116-117)

Uma nova ofensiva do capital sobre a subjetividade dos trabalhadores caracteriza-se por dispositivos de controle e de mobilização dos trabalhadores para o compromisso de melhoria dos processos e produtos e garantir metas da empresa (ALVES, 2000, 2011a; LUCAS, 2012; FIGARI; NEWMAN, 2013). Não se pode concordar com afirmações de que a parcelização das tarefas e postos de trabalho inerentes ao taylor-fordismo prescinde em absoluto dos elementos intelectuais e afetivos dos trabalhadores no processo de produção, como sugerem Alves (2000), Lucas (2012) e Bruno (1996), e que a noção de compromisso, envolvimento e

multifuncionalidade fosse elementos exclusivos do toyotismo como política de organização do trabalho. Isso porque é possível identificar o cruzamento desses aspectos em ambas as formas de organização e mesmo em outras tecnologias gerenciais que vão sendo criadas ao longo do século XX, com posições teórico-metodológicas, políticas e ideológicas contrárias ou complementares em relação ao taylor-fordismo. Porém, é inegável que as ferramentas e mecanismos organizacionais das tecnologias gerenciais toyotistas sofisticam, elaboram, desenvolvem e inovam os processos de produção do consentimento na produção, reformando, desse modo, a pedagogia industrial do capital.

A racionalização toyotista, assim como a taylor-fordista, além de incrementar o processo de extração de mais-valor aumentando a intensidade do trabalho, reduzindo a porosidade da jornada, ampliando a automação e usando de forma variada e multiplicada a força de trabalho, também processa uma “nova e original qualificação psicotécnica” e busca obter “hegemonia espiritual” (GRAMSCI, 2001, p. 291). Trata-se, pois, de uma via de racionalização que soluciona, de modo distinto, os limites das estratégias de Ford e de Taylor¹⁴³ sobre um dos problemas centrais para a produção capitalista: o consentimento operário no plano da produção (ALVES, 2000).

4.2.2. O processo saúde-trabalho-doença na centralidade da nova pedagogia do corpo no trabalho

As transformações no âmbito da organização do trabalho e da produção expressas pelo toyotismo estruturam uma “nova cultura organizacional do trabalho” como seu fundamento

¹⁴³ - É preciso ressaltar que os limites das estratégias taylor-fordistas não são inerentes aos princípios e técnicas dos modos de racionalização do trabalho implicados nesses modelos. Historicamente, os limites das estratégias taylor-fordistas em produzir o consentimento da classe trabalhadora passaram por diversos estágios que vão desde a resistência de trabalhadores, sindicatos e também dos empresários num primeiro momento (MOUTET, 1984; WEINSTEIN, 2000; RODRÍGUEZ-CARRASCO, 2014) até a adesão organizada pelo Estado como um “esforço de guerra” nas condições da Primeira Guerra Mundial, passando pelo “pacto fordista” pós Segunda Guerra, quando empresas, sindicatos e Estados estabelecem padrões de produtividade, repasse salarial, estruturação de políticas sociais como forma de concertação do conflito entre capital e trabalho dentro dos marcos sociais da relação social do capital, em franca resposta às possibilidades revolucionárias vindas do Leste Europeu ou das reações anticolonialistas e anti-imperialistas nas insurreições nos países dependentes (DIAS, 1998). No nível imediato da produção, são muitas as manifestações de resistência coletivas e individuais em relação aos ritmos e cadências da linha de montagem e ao controle dos tempos e movimentos, como, por exemplo: coletivamente, as operações de lentidão nas linhas de produção, paradas em setores importantes na continuidade da produção, greves, luta pelo controle da produção (conselhos operários); individualmente, o absenteísmo, os macetes e pequenos subterfúgios para “roubar” tempo, a quebra de máquinas, o acelerar das ações para ganhar tempo, a fuga do trabalho e as formas

ideológico e político. Conceitos e práticas no plano da administração do capital são desenvolvidos, criados, renovados e inovados com a finalidade de integrar aumento de produtividade e consentimento ativo do trabalho vivo (SOUZA, 2005). Nessa perspectiva, os mecanismos engendrados pelas tecnologias gerenciais renovadas constituem-se em políticas de produção que, além de renovarem os mecanismos disciplinares e de controle da força de trabalho, estabelecem parâmetros renovados da “conformação psicofísica” dos trabalhadores.

Portanto, não é apenas a subjetividade do trabalho que se torna um objeto privilegiado pela pedagogia industrial reordenada, no contexto de crise estrutural do capital e, conseqüentemente, de reestruturação produtiva com base nos princípios toyotistas de racionalização da produção pela lógica do capital. A ofensiva do capital mobiliza o aparelho político de produção no sentido de atualizar a pedagogia hegemônica do capital, buscando conformar os trabalhadores não apenas em suas dimensões psíquicas e afetivo-emocionais, mas na sua inteira personalidade viva, isto é, em sua corporalidade como elemento imanente da individualidade; “sob a produção toyotista, mente e corpo são mobilizados pelo capital para se integrarem à produção do valor” (ALVES, 2011a, p. 146).

Nas condições da produção reestruturada persiste a busca da conformação do homem e da mulher inteiros às necessidades e demandas de produção da empresa e da sociabilidade necessária à reprodução das relações sociais do capital. No interior mesmo do processo de trabalho, a pedagogia industrial preconiza uma *omnilateralidade* às avessas, uma vez que “[...] nas fábricas nas quais persiste o elo entre motivação e produtividade do trabalho manual, em especial na indústria automobilística, a gestão dos recursos humanos busca, das formas mais diversas, o engajamento físico-mental dos operários ao processo de produção” (SILVA, 2004, p. 13).

Nesse sentido, tanto as exigências prévias de “competências” estabelecidas como condição de “empregabilidade”, como aquelas que são formadas no interior das organizações, preconizam projetos e ações pedagógicas que educam os trabalhadores em todas as dimensões de sua personalidade adequadas ao ordenamento do trabalho e da produção. Isso significa que tanto

não conscientes de resistência, quando o corpo adoece face aos ritmos infernais da produção de mercadorias (LINHART, 1978; DEJOURS, 1992; HELOANI, 2011).

o psiquismo e os afetos quanto as emoções e a corporalidade dos trabalhadores são objeto da pedagogia industrial¹⁴⁴.

O sistema Toyota busca a elevação da velocidade da produção e a melhoria da qualidade das mercadorias por meio da perfeita sincronização dos gestos manuais (*just-in-time/kanban*), dito de outra forma, o perfeito nexo das ações e reações do corpo físico e mental, além dos círculos de trabalho, contribui para a construção do “homem coisa”, a introdução da pedagogia dos “cinco porquês” e a redução dos estoques amortecedores. (SILVA, 2004, p. 14)

E esta questão fica mais evidenciada no modo como as empresas e o Estado atuam no interior da questão da relação entre saúde-trabalho-doença.

De acordo com Padilha e Navarro (2007, p. 14), os processos de reestruturação produtiva, muitas vezes projetados como modernização da produção, não significaram o alívio da labuta humana no trabalho. “Em realidade, tais mudanças no conjunto da economia e da sociedade resultantes da reestruturação produtiva, que ganhou maior visibilidade a partir dos anos 1990, acabaram por intensificar a exploração da força de trabalho e precarizar o emprego”.

O quadro sociolaboral no contexto da onda de reestruturação produtiva estruturada como resposta do capital às condições de sua crise de caráter estrutural estabelece um pêndulo perverso sobre as condições e relações de trabalho penalizando a classe trabalhadora, ora com a falta de trabalho, ora com o seu excesso (ANTUNES, 2007; PADILHA; NAVARRO, 2007). Nesse sentido, além “[...] da precarização das condições de trabalho, da informalização do emprego, do recuo da ação sindical, crescem, em variadas atividades, os problemas de saúde, tanto físicos quanto psíquicos, relacionados ao trabalho” (PADILHA; NAVARRO, 2007, p. 14).

A perspectiva de que os modelos flexíveis e enxutos de produção tornariam melhores as condições de trabalho, ampliando a qualificação das tarefas e funções e dos próprios trabalhadores, não se efetiva concretamente. De acordo com Invernizzi (2000), os setores mais avançados na produção, como as indústrias de processo contínuo (setor químico e petrolífero, por exemplo) já há muito qualificam seus processos de trabalho com base no uso de avançadas tecnologias, o que ocorre de modo distinto e desigual nos setores mais tradicionais, como a

¹⁴⁴ - O modo como a classe trabalhadora interpõe a sua própria pedagogia - isto é, a pedagogia do trabalho ou as vertentes da pedagogia socialista e comunista - como mediação da formação cultural, técnica, moral e política da classe de maneira autônoma em relação ao capital foge ao escopo deste trabalho. Não obstante a isso, de fato, há uma tensão permanente entre a pedagogia industrial e a pedagogia do trabalho, tanto no âmbito dos processos de trabalho (KUENZER, 2002a, 2002b; MACHADO, 1995) como nas esferas mais ampliadas do Estado e da sociedade civil (SOUZA, 2005).

indústria metal-mecânica, têxtil e de mineração. Esses reúnem, no seu interior, processos de trabalho altamente qualificados com o emprego de robótica, tecnologias e ferramentas da informática e pessoal com níveis de escolarização e de instrução profissional elevados, associados a tarefas degradantes, repetitivas, desgastantes e com pouca exigência de atividades de concepção e de elaboração intelectual. O logro da promessa toyotista de um trabalhador altamente qualificado é contradito pelas evidências empíricas de pesquisas que demonstram que, na prática, “[...] estas mudanças, de forma geral, ao invés de qualificar o trabalhador o sobrecarrega com mais trabalho” (PADILHA; NAVARRO, 2007, p. 18).

Em nome da flexibilidade e da modernização dos processos e relações de trabalho, formas antigas de violência físicas e simbólicas são desenvolvidas no interior dos processos de trabalho, justificadas pelo capital por serem metodologias e técnicas gerenciais de motivação e instrução dos trabalhadores. Uma das formas mais características de pressão sobre os trabalhadores assentada na tecnologia gerencial toyotista é a chamada *gestão by stress*. As estratégias gerenciais de economia de custos materializam uma “luta patronal contra o ócio operário”. A utilização de ferramentas gerenciais, como o *kanban* e o *just in time*, cria uma produção determinada pelo fluxo tensionado pela demanda do mercado. Gounet (2002, p. 29-30) ilustra uma situação comum de gerenciamento *by stress*:

Em toda cadeia de produção há sinais luminosos com três luzes: verde, tudo em ordem; laranja, há superaquecimento, a cadeia avança em velocidade excessiva; vermelha, há um problema, é preciso parar a produção e resolver a dificuldade. Alguém poderia acreditar que o objetivo fosse ascender em todos os setores um verde tranquilizador. Nada disso! Se a luz estiver verde, é sinal de que existem problemas latentes, que não aparecem. É preciso então acelerar o fluxo. Assim a cadeira estará no limite da ruptura. Os problemas aparecerão. A empresa poderá remediá-los e elevar a produtividade, o desempenho, a capacidade de fabricação de carros de qualidade. É preciso, portanto, que os sinais oscilem permanentemente entre o verde e o laranja, o que significa uma elevação constante do ritmo da produção.

A *gestão by stress* constitui-se, então, como “[...] modelo de gestão da produção [que] impõe um ambiente de tensão contínua e exige uma capacidade de dar respostas rápidas a situações diversas, em um contexto marcado pela flexibilidade e pela fluidez das inversões” (LUCAS, 2012, p. 46). A principal ferramenta gerencial que caracteriza o tensionamento na produção é o chamado *just in time*, que consiste no fato de que a demanda é o elemento acionador da produção, mediante uma organização e um ordenamento sucessivos de modo a garantir, no interior da produção, o momento adequado, o lugar adequado e o conteúdo do fornecimento ajustado ao atendimento do produto já vendido.

Outro aspecto difundido pelas teorias da administração e da gestão, bem como por análises econômicas, é o de que a flexibilização interna constituiria um processo de elevação da qualificação dos trabalhadores por intermédio da necessidade de compreensão de um circuito inteiro de produção e, portanto, uma suposta aproximação entre *concepção* e *execução* do trabalho. Ao contrário de uma dinâmica de ampliação das qualificações e da formação, ocorre a exigência de que os trabalhadores executem uma multiplicidade de funções, que vão da atividade operacional, ao controle de qualidade, manutenção das máquinas, transporte de materiais, até a limpeza do ambiente de trabalho. Isso significa, antes, uma *polivalência não qualificante* (INVERNIZZI, 2000), que atribui e exige performance, responsabilidade e maior intensidade nos processos de produção para cada trabalhador.

As tecnologias gerenciais de caráter flexível têm sido consideradas não como redutoras da carga de trabalho e das exigências aos trabalhadores. Ao contrário, têm corroborado a produção de condições mais insalubres de trabalho. A organização do trabalho é instaurada como uma forma de violência, gerando adoecimento físico e mental dos trabalhadores. As formas de organização do trabalho, baseadas nas metas de produtividade, no fluxo tensionado, na gestão *by stress*, flexibilização interna e responsabilização, têm provocado sofrimento e adoecimento entre os trabalhadores de todo o mundo. Desse modo, antigas formas de penosidade no trabalho são cada vez mais associadas a novos tipos de adoecimentos resultantes das relações laborais.

A expansão dos acidentes de trabalho, do adoecimento e mortes laborais resultantes dos novos modelos flexíveis de organização e gestão do trabalho constituiu-se como um limite às estratégias de envolvimento via participação, atribuição da palavra aos trabalhadores, novas formas de organização coletiva, participação nos lucros e resultados, carreiras baseadas na meritocracia individual. A polivalência, a multiplicação das tarefas, a responsabilização dos trabalhadores, as políticas de metas, os processos de precarização das relações salariais, terceirizações, gestão *by stress*, todas essas questões vêm provocando o adoecimento e morte de trabalhadores em todo o mundo.

Alguns exemplos da evidência que a questão saúde-trabalho-doença assume para a pedagogia industrial toyotista, no cotidiano dos processos produtivos, são os investimentos científicos, ideológicos e educacionais da empresa em torno dessa questão. Trata-se de um conjunto de tecnologias gerenciais com a finalidade de estabelecer a *gestão* da saúde no interior do ambiente de trabalho.

Para Appay (1997) e Thebaud-Mony (1993), a saúde no trabalho constitui-se como dimensão reveladora de contradições sociais e políticas, sendo uma questão que torna públicos os processos de degradação e precarização social do trabalho. Segundo Thébaud-Mony (1993, s.p.), “A saúde é reveladora das formas de violência e de destruição, individual e social, geradas pela organização do trabalho associada à nova divisão do trabalho.”

Compreende-se aqui que a questão da saúde no trabalho torna-se também reveladora das contradições educacionais, na medida em que o modo como o capital intervém sobre o problema, através da mediação da ciência, técnica, tecnologia e campos de saberes (medicina, engenharia, administração e educação), envolve ações, intervenções e políticas de formação da força de trabalho fundamentadas em medidas socioeducativas que se apresentam sob o mote de promoção da saúde e bem-estar dos trabalhadores.

Essa situação traz ao debate a questão das condições de trabalho e seus desdobramentos sobre o indivíduo que trabalha. Do ponto de vista do trabalho,

A saúde enquanto negação radical da violência, que ameaça a vida e conduz à morte física, psíquica e social, é, inquestionavelmente, desmistificadora da ideologia do crescimento e do progresso por si só. A saúde coloca radicalmente em questão a racionalidade econômica, em nome da qual são legitimadas esta violência e as formas de exploração ou exclusão que a acompanham. (THÉBAUD-MONY, 1993, s.p.)

Portanto, para a classe trabalhadora, a concepção de saúde do trabalhador opõe-se ao modo como o capital trata da questão da relação que se estabelece entre trabalho e adoecimento. A concepção de saúde do trabalhador resulta da ação articulada entre movimento operário organizado, geralmente por meio da ação sindical, e a constituição da luta pela saúde como parte constitutiva do enfrentamento em relação à exploração capitalista na produção. Desse modo, intelectuais, técnicos e profissionais da área da saúde analisam e intervêm sobre as problemáticas da área da saúde, a partir dos parâmetros teórico-metodológicos da medicina social latino-americana e, posteriormente, da área da saúde coletiva¹⁴⁵. Nessa perspectiva, a questão do adoecimento e morte no trabalho para os movimentos de resistência articulados em torno da concepção de saúde do trabalhador é entendida como uma questão de poder político e econômico

¹⁴⁵ - De acordo com Laurell e Noriega (1989), a corrente latino-americana de medicina social ou a saúde coletiva constituem-se como campos teóricos e políticos que se contrapõem criticamente ao pensamento sanitário dominante no chamado modelo biomédico. Desde a perspectiva da saúde coletiva, busca-se abordar a problemática da relação saúde-doença como um processo social e político. Incorporam-se, assim, as ciências sociais como elemento explicativo central do campo sanitário.

engendrado pelas condições da produção e reprodução do capital e não uma questão técnica ou ambiental (LAURELL, 1981).

De acordo com a perspectiva da classe trabalhadora, quando o trabalho é a categoria central de análise, a compreensão de saúde e doença remete à situação social e coletiva articulada à formação social. O trabalho é uma categoria social e deve ser tratada em suas determinações múltiplas e não só como fator de risco ambiental. “Dado o lugar central que o trabalho ocupa em qualquer sociedade, parece inevitável que tem que ser um conceito-chave em qualquer tentativa estruturada de explicar as origens sociais da doença” (LAURELL, 1981, p. 9).

Numa perspectiva mais ampla, pôr o trabalho no centro da análise do processo social de produção da relação saúde-doença significa historicizar esse fenômeno. Significa também compreender as problemáticas relacionadas à saúde humana no interior dos processos históricos de constituição do ser social determinado pelo metabolismo estabelecido entre ser humano e natureza pela mediação do trabalho. Esse último ponto é fundamental, na medida em que esclarece que tanto a saúde como o adoecimento não podem ser compreendidos apenas por seus agentes etiológicos determinados pela condição biológica do organismo humano. Isso porque o processo de constituição do ser social se desenvolve pelo afastamento constante das barreiras naturais.

O afastamento das barreiras naturais tem como momento predominante a dinâmica histórica de constituição social da corporalidade humana, isto é, do processo de humanização do organismo, das funções e sentidos presentes na organização corporal dos seres humanos mediante leis sociais e históricas. Nesse sentido, “[...] o social não é externo ao biológico humano, mas este biológico está submetido ao social e, portanto, assume formas históricas específicas e diversas” (LAURELL; NORIEGA, 1989, p. 35). Ao tomar o trabalho como relação mediadora do processo social saúde-adoecimento, altera-se toda a compreensão necessária em relação à problemática da saúde, tornando o *processo biopsíquico humano*, ou o processo de desgaste-reprodução, o eixo central da análise a respeito dos momentos identificáveis como adoecimento.

Daí que a categoria processo de produção se torna uma das categorias centrais para se analisar a problemática da saúde dos trabalhadores sob a ótica da classe trabalhadora. Para Laurell e Noriega (1989, p. 36),

Chega-se a esta categoria ao se considerar que, na sociedade capitalista, o processo de produção organiza toda a vida social e porque é, simultaneamente, o processo de

valorização do capital e modos específicos de trabalhar – processo de trabalho. Esta categoria permite, então, estudar sob uma realidade concreta a lógica de acumulação (processo de valorização) e seu meio – o processo de trabalho – como um modo específico de trabalhar-desgastar-se e como enfrentamento de classe em termos de estratégias de exploração e resistência, que, por sua vez, determinam padrões específicos de reprodução. A combinação especial entre os processos de desgaste e de reprodução origina o nexo biopsíquico humano, historicamente específico. Nesta concepção, não há uma separação entre o social e o biopsíquico, que logo se unem por um vínculo de mediação externo, pois o processo de trabalho é ao mesmo tempo social e biopsíquico. Dentre os elementos críticos para o desgaste, certamente estão os mecanismos fisiológicos etc.; mas são de ordem particular e variável e não mediações gerais entre um social externo e um biológico interno.

Nessa perspectiva, o adoecimento é compreendido a partir de suas *determinações sociais*. A determinação social dos processos de saúde e doença caracteriza-se, na sociedade produtora de mercadorias, pelo modo mesmo em que essa forma de organização societária controla e direciona o trabalho.

Os elementos importantes para a determinação social de quais são as necessidades em uma formação social, desta forma, derivam-se principalmente do processo do trabalho, e muito menos dos processos biológicos. De fato, a biologia não pode determinar mais que algumas necessidades fisiológicas básicas e ainda assim existem alguns problemas muito complicados para determinar o que é “normal” na reprodução da vida humana. Esta situação mostra por que, ao analisar a saúde, é inconveniente dissociar a esfera do consumo da esfera da produção e porque é incorreto reduzir o trabalho a um simples gerador de bens. (LAURELL, 1981, p. 9)

Tal perspectiva desnaturaliza e desmistifica os processos de adoecimento fora e dentro do trabalho, na medida em que se busca desnudar os modos pelos quais a produção capitalista determina e controla o trabalho, convertendo os meios de produção em objetos perigosos para a saúde. Nesse sentido, demonstra que a organização e a divisão do trabalho não são resultantes do desenvolvimento técnico necessário do trabalho, tampouco existem trabalhos que, por sua natureza, possuem uma essência marcada pela teoria do risco. Ao contrário, a decisão sobre o como, o quanto, o modo, a carga e a intensidade de trabalho exigida para se produzir mais trabalho é socialmente determinada.

Essa característica pode ser verificada, por exemplo, no modo como se compreendem os instrumentos de trabalho:

Os instrumentos de trabalho criados sob o capitalismo, por exemplo, têm como característica impor ao trabalhador uma forma especial de trabalhar. Isto significa, como já mencionamos, que a máquina determina o ritmo de trabalho e limita o poder relativo à decisão do operário. O primeiro fato está relacionado com o que parece ser o maior risco

ocupacional sob o capitalismo avançado, o “stress”, e o segundo aumenta em certas condições a probabilidade de acidentes. (LAURELL, 1981, p. 10)

De acordo com Navarro (1988, p. 104), uma outra noção, que se opõe teórica e politicamente à concepção de saúde do trabalhador, é aquela que compreende os processos sociais (entre os quais a saúde) como parte das relações de troca de mercadorias. Nessa perspectiva, o trabalho é considerado como uma fonte de recursos – rendas, por exemplo – que permite aos trabalhadores a satisfação de suas necessidades e expectativas. É desse ponto de vista que se desenvolvem os estudos e mecanismos políticos de intervenção que buscam alterar os *estilos de vida* dos trabalhadores, pois seriam estes e seus hábitos os fatores que ocasionariam o adoecimento e a morte. “Isto explica a grande abundância de estudos destinados a entender a saúde da população a partir de análises de sua dieta, sua forma de consumo, seus níveis de expectativas, seus estilos de vida, a sua utilização dos serviços sanitários, seus padrões residenciais, etc.”

Ao partir da categoria processo de trabalho, conforme elaboração de Marx (2013), busca-se compreender seus elementos-componentes como condição para também se compreender, do ponto de vista do trabalho, a relação entre saúde, trabalho e adoecimento. Nesse sentido, Navarro (1988) analisa os elementos do processo de trabalho e procura identificar de que modo estes afetam a saúde dos trabalhadores, sob condições determinadas de organização.

O objeto de trabalho precisa então ser compreendido em suas propriedades físicas, químicas, biológicas e, hoje, cibernéticas, tendo em vista que essas características podem produzir agravos à saúde de quem os manipula no trabalho. “Matérias-primas como o mineral de ferro, ou materiais primários como as milhares de substâncias químicas que se empregam na indústria podem afetar a saúde dos produtores” (NAVARRO, 1988, p. 105).

Os chamados meios de trabalho constituem-se a partir da sua sofisticação técnica, porém, compreendidos como expressão de relações sociais. Do ponto de vista do caráter técnico dos meios de produção, identificam-se nestes o esforço físico demandado para execução de operações e tarefas; e a interação entre trabalhadores e entre estes e o sistema de máquinas e de produção além do nível e grau de controle que os trabalhadores possuem sobre os meios e processos de trabalho. Entretanto, os diferentes elementos do processo de trabalho constituem-se como expressão das relações sociais que o criaram.

Por exemplo, os instrumentos de trabalho criados sob o capitalismo industrial impõem ao trabalhador uma maneira específica de trabalhar. Os instrumentos de trabalho, como as máquinas, ditam o ritmo de trabalho e limitam a tomada de decisão dos trabalhadores. Ambas as coisas aumentam, sob certas condições, o risco de acidentes inerentes não ao trabalhador, mas ao instrumento de trabalho. (NAVARRO, 1988, p. 106)

A atividade, isto é, o trabalho mesmo, é expressa tanto pelos seus resultados como também implica um gasto de certa quantidade de energia humana. Tal energia compõe a potencialidade das faculdades intelectuais e corporais da capacidade ou força de trabalho¹⁴⁶.

Do ponto de vista do capital, além das clássicas medidas de controle dos riscos por meio de tecnologias de segurança e higiene do trabalho e das medidas de prevenção de acidentes, por meio de ações de instrumentalização direcionadas ao “fator humano”, soma-se a recente noção de gestão da saúde na empresa.

Em um livro lançado pelo SESI, com contribuições de consultores da instituição na área de promoção de saúde no trabalho, é elucidada a base conceitual que vai orientar as ações do empresariado brasileiro em torno da problemática do adoecimento laboral que emerge das novas condições de trabalho. O ideário gerencial é o fundamento da estratégia de ação empresarial nesse campo.

A gestão da saúde de uma população no ambiente de trabalho pode ser definida como o conjunto de processos estratégicos e operacionais utilizados para buscar resultados positivos no nível de saúde de um específico grupo de trabalhadores, que está alinhado com os esforços coletivos de promoção da saúde em uma determinada companhia. Os desfechos de interesse desses esforços incluem o estado de saúde ideal de trabalhadores, bem como de grupos (como os familiares), redução dos custos relacionados à produtividade (absenteísmo, presenteísmo, doenças ocupacionais etc.) e custos em assistência médica. (PRONK, 2012, p. XI)

Essa forma de conceber e intervir sobre a relação saúde-trabalho-doença do ponto de vista do capital tem se deslocado recentemente das históricas formulações da medicina do trabalho e da saúde ocupacional para o âmbito das teorias da gestão do trabalho. Enquanto as concepções de medicina do trabalho e de saúde ocupacional entendem os agravos à saúde do trabalhador,

¹⁴⁶ - Esta é a interpretação que toma o trabalho a partir de um modelo energético, concepção essa hegemônica entre o final do século XIX e início do século XX. Parte-se do modelo conceitual da física para compreender o trabalho, apreendendo-o como atividade de dispêndio de força e energia e, ao mesmo tempo, ação útil que produz resultado. O debate econômico, social, político e ideológico que permeou o último terço do século XIX e quase todo o século XX foi influenciado por essa compreensão do trabalho humano. No plano da organização do trabalho, essa teoria orientou a perspectiva de otimização do efeito útil do trabalho e da economia do desgaste do agente que realiza trabalho (seja uma máquina ou o ser humano entendido como máquina). Sobre isso, ver Vatin (1999) e Rabinbach (1992).

respectivamente, como resultado da história natural da doença e dos riscos ambientais (LACAZ, 2013), a gestão da saúde no trabalho compreende essa questão como um problema de coordenação e direção do comportamento individual em relação ao seu estilo de vida.

Essa concepção é adequada às orientações de organismos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Esta última vem desenvolvendo eventos e sistematizando documentos que fundamentam uma política internacional de efetivação de “ambientes de trabalho saudáveis”, em razão dos dados alarmantes do adoecimento e morte laborais em escala mundial. No entanto, os princípios dessas políticas devem ser adequados ao ambiente competitivo do mercado mundial, julgando ser possível articular aumento de índices de produtividade e ambientes de trabalho saudáveis.

O lema das campanhas da OMS por ambientes de trabalho saudáveis revela a face cínica, embora absolutamente verdadeira para o capital: “Não há riqueza nos negócios sem a saúde dos trabalhadores”. E a saúde dos trabalhadores deve ser objeto de gestão das próprias empresas, com a colaboração ativa dos trabalhadores e do Estado.

Um ambiente de trabalho saudável é aquele em que os trabalhadores e gestores colaborem para o uso de um processo de melhoria contínua de proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos os trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho, considerando os itens seguintes, baseado nas necessidades identificadas: questões de segurança e saúde no ambiente físico de trabalho; questões de segurança, saúde e bem-estar no ambiente psicossocial de trabalho, incluindo a organização do trabalho e a cultura do ambiente de trabalho; recursos pessoais para a saúde no ambiente de trabalho (apoio e incentivo do empregador para a adoção de estilo de vida saudável); maneiras de participar na comunidade para melhorar a saúde dos trabalhadores, de suas famílias e de membros da comunidade. (OMS, 2011, s.p.)

Concretamente, as estratégias empresariais têm se materializado em inúmeras tecnologias de gestão de “recursos humanos”, cujas formas mais evidentes na atualidade são: o emprego da ergonomia na avaliação do ambiente, dos postos de trabalho, da relação homem-máquina, da comunicação, das posturas corporais, entre outras; a atividade física e o lazer ativo promovidos durante as jornadas de trabalho nas próprias empresas e no tempo disponível dos trabalhadores e de suas famílias; as ferramentas de qualidade de vida no trabalho que procuram aliar bem-estar, satisfação dos trabalhadores e eficiência produtiva.

Além dessas novas técnicas gerenciais, antigas atividades continuam sendo operacionalizadas no âmbito das empresas, como, por exemplo: os *workshops* de “saúde do

trabalhador” promovidos pelos recursos humanos, centrados em pedagogias higienistas e de responsabilização individualizante; semanas de saúde e segurança no trabalho; medidas de prevenção, como os mapas de risco; a exigência prévia de um *status* de saúde e, agora, de aparência corporal como requisitos a serem contabilizados na contratação de novos trabalhadores.

A ergonomia surge na década de 1940 na Inglaterra, Estados Unidos e na França e se constitui como um campo de projeção e pretensão científica de caráter interdisciplinar que busca compreender o homem, o meio e a atividade de trabalho, por intermédio da integração dos conhecimentos de áreas como fisiologia, psicologia, engenharia, medicina, administração e outros. Embora existam diferentes escolas, com diferentes concepções, abordagens e métodos, a prerrogativa central dessa tecnologia de gestão do trabalho é evidenciada pelo princípio de “adaptar o trabalho ao homem”, em suposta oposição ao princípio taylorista de adaptar o homem ao posto de trabalho (LAVILLE, 1977; WISNER, 1987; MONTMOLLIN; DARSESES, 2011).

A ginástica, os esportes e o lazer na empresa constituem-se como um conjunto de atividades educativas que acontece durante a jornada de trabalho e visa combater a fadiga, compensar o esforço físico e mental no trabalho, desenvolver relações de socialização entre trabalhadores, integrar o trabalhador na empresa e educar os mesmos para um estilo de vida em que o autocuidado com a saúde seja compreendido como parte de seu capital humano.

Aquelas atividades podem ser compreendidas como um conjunto de práticas físicas elaboradas a partir da atividade profissional exercida durante o expediente, visando compensar as estruturas mais utilizadas no trabalho, relaxando e tonificando-as, e ainda ativar as que não são requeridas. Essas práticas podem ser complementadas com ações educativas que possibilitem um maior acesso a informações sobre promoção de saúde, dinâmicas lúdicas e de integração, visando promover maior descontração e resgate do equilíbrio e bem-estar do trabalhador (LIMA, 2008, p. 28).

A qualidade de vida no trabalho, compreendida como estratégia de “gestão de recursos humanos” (SANT’ANNA; KILIMNIK; MORAES, 2011) ou como “competência gerencial” (LIMONGI-FRANÇA, 2014), é uma tecnologia mais complexa que geralmente envolve as duas anteriores. Esta reúne um conjunto de ferramentas diretamente desenvolvido no ambiente de trabalho que tem como pressupostos articular motivação para o trabalho, envolvimento com o trabalho, ambiente de trabalho saudável, saúde ocupacional, prevenção de acidentes e formação de competências. Embora possuam diferentes escolas e métodos, as estratégias gerenciais de

qualidade de vida no trabalho buscam envolver a relação entre pessoa, trabalho e organização em torno de duas questões-chave: 1) preocupação com o bem-estar do trabalhador e com a eficiência organizacional; 2) a participação dos trabalhadores nas decisões e problemas do trabalho.

De acordo com Sant’anna, Kilimnik e Moraes (2011, p. 9), qualidade de vida no trabalho é “um movimento de reação ao rigor dos métodos tayloristas e, conseqüentemente, como um instrumento que tem por objetivo propiciar uma maior humanização do trabalho, o aumento do bem-estar dos trabalhadores e uma maior participação dos mesmos nas decisões e problemas do trabalho”.

As três estratégias têm os seguintes elementos em comum: 1) o contexto que permite que elas se tornem usuais nas empresas é o quadro histórico do reordenamento do mundo do trabalho com base nos modelos de acumulação flexíveis como resposta do capital à sua crise de caráter estrutural; 2) as três apresentam, em seu discurso, a oposição ao modelo fordista-taylorista de organização e gestão do trabalho, atribuindo-lhe um caráter desumanizador e degradante. Apontam então para um modelo mais humanizado de empresa, baseado na participação, envolvimento e integração do trabalhador com a empresa; 3) todas elas estão baseadas na noção de promoção da saúde e de bem-estar do trabalhador; 4) embora objetivem desenvolver saúde e bem-estar no trabalho e fora dele, todas as estratégias têm como corolário o aumento da produtividade e a redução de custos.

Essas estratégias de intervenção, no interior do processo de trabalho, são aqui consideradas como políticas da produção com vistas a produzir consentimento ativo, baseadas em tecnologias de gestão de recursos humanos e tomando a problemática da relação saúde-trabalho-doença como eixo de sua intervenção. Um número elevado de pesquisas¹⁴⁷ em nível acadêmico

¹⁴⁷ - Nesta pesquisa, essas políticas de produção envolvendo a relação saúde, trabalho e doença no cotidiano das empresas estão sendo analisadas em relatórios de pesquisas científicas vinculadas aos “campos de conhecimento” da Educação Física, Atividade Física e Saúde, Administração, Psicologia, Ergonomia, Medicina do Trabalho e Engenharia de Produção. O levantamento do material foi feito por meio do acesso ao Banco de Teses da Capes e à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com base em três palavras-chave fundamentais (ergonomia; qualidade de vida no trabalho; ginástica laboral), com variações em torno destes termos-chave (ergologia, ginástica na empresa, lazer na empresa, promoção de saúde no trabalho, saúde ocupacional, medicina do trabalho, saúde do trabalhador, estilo de vida do trabalhador, bem-estar no trabalho). No banco de teses da CAPES, foram localizados 322 trabalhos por meio da palavra-chave ergonomia (mestrado acadêmico 207; doutorado 62; mestrado profissional 53), distribuídos em várias áreas do conhecimento. Nessa mesma fonte, foram localizados 64 trabalhos sobre qualidade de vida no trabalho (36 mestrados acadêmicos; 21 mestrados profissionais; 7 doutorados). Doze (12) registros foram encontrados sobre ginástica laboral (9 mestrados acadêmicos; 2 mestrados profissionais, 1 doutorado). Tanto os trabalhos sobre qualidade de vida quanto aqueles sobre ginástica laboral resultam de programas de pós-graduação em diferentes áreas. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, foram encontrados 1134 registros para ergonomia, sendo 891 dissertações e 243 teses. Sobre qualidade de vida no trabalho, foram

vem sendo produzido no sentido de fortalecer proposições como estas. Um levantamento preliminar demonstra não apenas a extensão, o volume, a natureza multidisciplinar e também a inserção em setores diversos da produção, como também explicita a organicidade do desenvolvimento de uma pedagogia industrial capitalista mais complexa, dinâmica e orgânica. Não por acaso, cumprem um papel significativo nesse processo os intelectuais oriundos de várias áreas com a finalidade de fazer a mediação entre a produção e os níveis de consciência dos trabalhadores em torno da economia política do capital¹⁴⁸.

Trata-se de uma “nova” pedagogia do corpo no trabalho visando conformar a corporalidade do trabalhador, isto é, sua personalidade viva às condições de um trabalho flexibilizado e exaustivo física e emocionalmente. Seus componentes, profundamente ideológicos, prometem a saúde por meio de artifícios morais, pedagógicos e psicológicos, ao mesmo tempo que exaurem os trabalhadores por meio da intensificação do trabalho, da insegurança no emprego e do sofrimento, precarizando-os objetiva e subjetivamente.

Sob o discurso de modernização e humanização da empresa, instituem-se, no interior dos processos produtivos, durante as jornadas de trabalho, intervenções com o objetivo de desenvolver saúde ocupacional. É preciso observar que tais ações contêm um conteúdo individualizante, biologicista e moral. Ações como estas, sejam por meio do desenvolvimento de exercícios físicos no ambiente corporativo, ou pela inserção de tecnologias de gestão de recursos humanos, tais como ergonomia e qualidade de vida no trabalho, descontextualizam os processos de trabalho do conjunto das relações sociais, econômicas, políticas e ideológicas do capitalismo flexível, mundializado e em crise. Elas responsabilizam os indivíduos (o chamado fator humano)

encontrados 393 registros, 326 dissertações e 67 teses. A respeito da ginástica laboral, foram encontrados, nesta base de dados, 44 registros, 39 dissertações e 5 teses. Todos os três temas têm produção em diversas áreas.

Desse universo de relatórios de pesquisa, numa primeira filtragem estabeleceu-se um recorte dos trabalhos passíveis de serem analisados a partir da correlação entre ergonomia, qualidade de vida no trabalho, ginástica laboral e as questões-problema desta pesquisa: saúde do trabalhador, saúde ocupacional, saúde no trabalho, bem-estar do trabalhador, estilo de vida do trabalhador, gestão do trabalho, organização do trabalho, controle do trabalho.

A partir da leitura dos resumos do material levantado, foram selecionados, em números, os seguintes trabalhos: Ergonomia (9 teses; 30 dissertações); Qualidade de vida no trabalho (8 teses; 20 dissertações); Ginástica laboral (2 teses; 24 dissertações).

¹⁴⁸ - Embora tenha feito o levantamento, organização, arquivamento e sistematização da produção do conhecimento supracitada no Brasil, não foi possível avançar na análise de todo o conteúdo desse material. Além de volumoso, é também um material complexo em razão das fontes diversas, dos métodos diferentes, dos objetos e problemas multifacetados. A leitura e a sistematização feitas dos seus resumos mostraram-se insuficientes para sua utilização neste trabalho. Fica então a proposição de avançar em suas análises mais vertical no desenvolvimento de estudos posteriores.

pela sua saúde e manutenção da capacidade de trabalho e reproduzem a imagem de uma empresa “amiga” do trabalhador.

Não por acaso, as finalidades do desenvolvimento de análises ergonômicas do trabalho, de ferramentas de qualidade de vida no trabalho e de práticas de exercícios físicos e atividades de recreação no interior das organizações empresariais estão relacionadas à associação entre elevados níveis de produtividade e prevenção e redução de acidentes e doenças no trabalho. São essas ideias e práticas desenvolvidas como políticas de produção caracterizadas como “o exercício da gestão da força de trabalho que tenta reduzir a força útil, produtiva e dócil” (ROSA, 1990, p. 33).

A questão a ser problematizada não é a eficácia ou funcionalidade dessas tecnologias de gestão, mas, sob a lógica do capital, é possível fazer coincidir maximização da produção e desenvolvimento pleno das capacidades corporais e intelectuais dos trabalhadores? E mais: no contexto de um processo de precarização social do trabalho, que associa níveis elevados de desemprego, subcontratação, redução de direitos trabalhistas e sociais e um alto grau de intensificação dos processos de trabalho, as tecnologias de gestão de recursos humanos modernizantes, próprias da ideologia orgânica do toyotismo, teriam a finalidade de diminuir a penosidade e o sofrimento no trabalho e promover o desenvolvimento humano dos trabalhadores?

Destaca-se que, ao assumir a questão da relação saúde-trabalho-doença como algo importante nos processos de reestruturação produtiva, o capital procura reproduzir a hegemonia no interior da fábrica no sentido de elevar a produtividade e os mecanismos de extração de mais-valia a níveis insustentáveis do ponto de vista do trabalhador. Isso significa que o trabalho vivo apresenta-se na produção de uma dupla forma: positivamente, para o capital, como força de trabalho integrada aos processos de elevação da produtividade; e, negativamente, para o trabalhador, como corpo desgastado, adoecido e destruído.

No processo imediato de trabalho se efetiva o processo de assujeitamento do trabalhador, a construção de seu modo de ser moral, ou seja, a fabricação constante de sua identidade na condição de trabalhador assalariado. Neste processo, o trabalhador tem penalizado o seu corpo na e por meio das condições de trabalho. (ROSA, 1990, p. 33)

Os resultados dessa processualidade se expressam nos casos recorrentes de adoecimento laboral, com consequências drásticas sobre a organização da vida pessoal do trabalhador (ALVES, 2012). As promessas de um trabalho mais intelectualizado e a possibilidade de mais

tempo livre e de redução do desgaste físico e mental do trabalhador, envidadas pela chamada Terceira Revolução Industrial e pelas formas hodiernas de organização do trabalho, vêm sendo frustradas, em função do limite estrutural inerente ao próprio modo de ser do metabolismo social do capital. O que caracteriza o mundo do trabalho, nessas condições, é sua hiperprecarização mediada pelas formas atípicas e flexibilizadas de emprego, pelo desemprego crônico/estrutural e pela intensificação da exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2002, 2003, 2005; ALVES, 2000, 2009).

O novo padrão de acumulação do capital é marcado, pois, pela intensificação da exploração da força de trabalho obtida através de inovações tecnológicas incorporadas aos processos produtivos, de novas formas de organização e controle dos processos de trabalho e da desregulamentação das relações de trabalho que se tornaram mais “flexíveis” e “elásticas”. (NAVARRO, 2006, p. 55)

O aumento, bem como a diversificação, das formas de exploração do trabalho tem se constituído como parte do processo de destruição da força viva do trabalho, significando não apenas a precarização do mundo do trabalho, mas, fundamentalmente, a “precarização do homem-que-trabalha” (ALVES, 2009).

A intensificação do trabalho e o aumento da jornada, observados no período [desde a década de 1970 H.L.], repercutem nas condições de trabalho e na saúde dos trabalhadores: as LERs (lesões por esforços repetitivos), que tomaram proporções epidêmicas nas últimas décadas, são exemplos emblemáticos dessa situação. A precarização do trabalho criou condições para o incremento da probabilidade de acidentes causadores de incapacidade temporária, permanente ou morte de trabalhadores. Neste contexto cresceu também a incidência, entre os trabalhadores, de doenças como a depressão, a síndrome do pânico, o estresse, a hipertensão arterial, as doenças cardiovasculares e o alcoolismo que apresentam comprovada relação com as precárias condições de trabalho. (NAVARRO, 2006, p. 56)

A precarização da pessoa humana, conforme se pode observar na passagem supracitada, caracteriza-se pela degradação da corporalidade do trabalhador. Pode-se objetar que essa degradação esteja presente desde as origens do sistema do capital, especialmente quando observamos as análises de Marx (2013) a respeito da jornada de trabalho e da produção de mais-valor em *O Capital*. De fato, como observa o autor, o modo de produção capitalista significa “o horror civilizado do sobretrabalho” (*Ibidem*, p. 261).

Para Marx (2013, p. 284), “em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de

trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo”. Nesse sentido, é verdade que o metabolismo social do capital, por sua lógica imanente de acumulação e autoexpansão, não tem preocupação com a duração da vida da força de trabalho, mas apenas a extração do máximo de trabalho excedente. O trabalhador é apenas meio de produção, sua individualidade é apagada pela mediação do trabalho abstrato.

A novidade presente no estágio atual de mundialização do capital e do modo de organização e gestão de trabalho toyotista é que a intensificação da exploração do trabalho está associada a mecanismos estruturais e ideológicos de captura da subjetividade do trabalho pelo capital, a tal ponto que, mesmo sendo degradado a condições desumanas, o trabalhador tende a se sentir parceiro, colaborador ou associado de sua empresa. E um dos mecanismos de captura da subjetividade do trabalhador pela lógica do capital é a promessa (frustrada pela lógica do sociometabolismo do capital) da “compressão psicocorporal”, isto é, a unidade objetividade-subjetividade, trabalho intelectual-trabalho manual, corpo-mente, fragmentada pelo modelo de acumulação taylorista-fordista (ALVES, 2005).

O contexto da crise estrutural do capital e da sua mundialização criou as condições de materialização do padrão de acumulação flexível, instaurando assim o sistema toyotista como momento predominante do novo complexo de reestruturação produtiva, nova ofensiva do capital na produção e valor universal da produção e reprodução do capital (ALVES, 2000).

Como nova ofensiva do capital na produção, o toyotismo significa, para o sociometabolismo do capital, a busca pela efetivação de uma nova forma (mais complexa e completa) de subsunção real do trabalho vivo à sua lógica.

O que surge é um “estranhamento pós-fordista” sob o toyotismo, que possui uma densidade manipulatória maior que em outros períodos do capitalismo monopolista. Não apenas o “fazer” e o “saber” operário são capturados pela lógica do capital, mas também sua disposição intelectual e afetiva é constituída para cooperar com a lógica da valorização do valor. O operário é encorajado a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo). Cria-se, deste modo, um ambiente de desafio contínuo, onde o capital não dispensa, como fez o fordismo, o “espírito” operário. (ALVES, 2005, p. 416-417)

Com a constituição do toyotismo como ofensiva do capital na produção, tem-se a captura da subjetividade do trabalho vivo como seu nexos essencial. Isso significa, nos termos da análise

de Alves (2005), a composição de um novo tráfico entre corpo e mente não caracterizada pela rígida divisão do padrão de acumulação fordista-taylorista, mas, sim, uma nova relação psicocorporal demarcada pela flexibilidade toyotista. O problema é que essa mudança é caracterizada por esse autor como uma promessa frustrada de compressão psicocorporal, porque preserva um componente essencial das sociedades do capital: a formação no processo produtivo de um corpo útil, produtivo e submisso.

O novo nexos psicofísico exigido pelas mediações da forma toyotista de organização da produção e do trabalho e, conseqüentemente, forjado por intermédio de suas tecnologias gerenciais determina então a efetivação de um novo estágio da pedagogia industrial do capital com implicações importantes sobre a pedagogia do corpo no trabalho. As exigências não são mais apenas de um sujeito capaz de suportar a produção, mas de registrar, em sua corporalidade, a marca da empresa. Trata-se, pois, de encarnar metas, objetivos e valores da empresa. Nesse sentido, a hegemonia permanece tendo sua gênese na produção e o capital procurando engendrar o trabalhador total do capital por meio de um projeto político-pedagógico de omnilateralidade às avessas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O amor à servidão não pode ser instituído senão como fruto de uma profunda revolução pessoal nas mentes e corpos. (HUXLEY, 2009, p. 21)

A cômica e mítica imagem do processo de produção tipicamente baseada nos pressupostos da organização racional do trabalho¹⁴⁹, expressa pelo clássico do cinema *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin (1936), expõe uma crítica estética do processo de reificação do ser humano na dinâmica mesma do trabalho controlado pelo capital, no alvorecer do século XX. Os ritmos alucinantes, o trabalho intensificado e monótono, a sobrecarga e a fadiga no trabalho, a hierarquia das tarefas e funções, o poder e o controle despótico associado ao domínio da tecnologia caracterizam a produção infernal das ritmadas linhas de montagem taylor-fordistas. Todos esses elementos que acontecem no interior da produção fabril manifestam-se na catarse risível proposta pelo gênio de Carlitos, ao debochar teimosamente daquilo que, na sua aparência de racionalidade, deixa escapar seu caráter irracional.

O filme *Metrópolis*, de Fritz Lang (1927), também registra cinematograficamente uma crítica à indústria capitalista do século XX. As cenas que registram os corpos dos trabalhadores *funcionando* como máquinas inanimadas, seguindo como uma massa amorfa para o trabalho e se integrando à engrenagem industrial, contrastam, logo no início da película, com a vida dedicada aos jogos ao ar livre, às brincadeiras sexuais, à atividade esportiva, enfim, à liberdade de cultivo da saúde física, da cultura e do prazer por parte dos donos da indústria. É um mundo de fruição, prazer e cultivo da personalidade viva da burguesia, sustentado pelo despojo e degradação da corporalidade dos trabalhadores.

Ambos os filmes têm uma dupla característica: o espanto diante de um ordenamento social determinado pela racionalidade industrial, pela exploração das potencialidades e capacidades de homens e mulheres, pelo obnubilamento dos sentidos humanos resultante do maquinismo industrial; constituem-se também como resposta crítica ao espanto em relação a esse quadro social, uma crítica estética do estranhamento a que são submetidos os trabalhadores nos processos de produção maquinais.

¹⁴⁹ - Expressão que condensa as formas metódicas, racionalizadas e sistematizadas de organização e gestão do processo de trabalho nomeadas como taylorismo, fordismo, fayolismo, ou escola clássica da administração.

Todas essas expressões estéticas continham, a sua maneira, uma denúncia ética sobre o modo como a produção industrial, o maquinismo industrial e a sociabilidade dominada pela técnica e pela administração reifica o ser humano no interior daquilo que deveria se constituir como mediação fundamental do processo de humanização, o trabalho. O trabalhador (a literatura utilizava-se da expressão generalizante de “o homem”) tornado coisa é representado como máquina, ferramenta humana, fator da produção ou mesmo um animal. Sua condição de portador de força, potência, capacidade de trabalhar, e tão somente isto, faz transparecer que, mais do que embrutecido, o ser humano que vende sua força de trabalho para produzir sua existência imediata é, verdadeiramente, degradado nos seus saberes, na sua cultura e na sua saúde. Enfim, sua personalidade viva, isto é, sua corporalidade é destituída de qualidades humanas.

Trazer à memória esses dois filmes na conclusão deste trabalho também tem dois objetivos: o primeiro diz respeito à identificação da racionalização do trabalho e da produção produzida no alvorecer da monopolização do capitalismo como elemento necessário da composição da hegemonia burguesa nas condições do moderno industrialismo. Esse processo exigiu não apenas o domínio das forças produtivas por parte da burguesia, mas um amplo projeto de educação das classes subalternas para adequá-las intelectual, moral e corporalmente às novas condições de organização da produção e do trabalho modernas; em segundo lugar, identificar a natureza pedagógica do projeto educativo do industrialismo e localizar os elementos constitutivos da parte-componente desse projeto dedicado à educação do corpo dos trabalhadores. Tratou-se de encontrar a gênese e o desenvolvimento de uma pedagogia orientada para a reificação da corporalidade dos trabalhadores, uma pedagogia do corpo no trabalho.

No processo de desenvolvimento da produção capitalista, diferentes formas de organização da produção foram articuladas pelas personificações do capital como meio fundamental de aumentar as margens de extração do mais-valor. Fundamentalmente, o capital fez as forças produtivas se desenvolverem a partir de uma dupla exigência: superar a dependência em relação à porção variável do capital, isto é, o trabalho vivo; e estabelecer métodos que reduzem sensivelmente o trabalho necessário para elevar de forma substancial o trabalho excedente.

Nos primórdios do capitalismo, isso foi realizado pelo prolongamento da jornada de trabalho, constituindo, assim, as formas deletérias de extração de mais-valor absoluto. No entanto, o prolongamento da jornada de trabalho encontrava seus limites nas necessidades orgânicas, morais e intelectuais dos trabalhadores. A extração de mais-valor absoluto revelava a

faceta *vampiresca* da exploração capitalista, que exigia a produção até o nível do esgotamento da vitalidade presente na corporalidade dos trabalhadores.

Essa condição gerou dois desafios para o capital: o primeiro, constituído pelo fato de que a exploração desmedida da força de trabalho estabeleceu uma tendência ao esgotamento daquela que é a principal força produtiva do capital, o trabalho vivo. Essa condição exigiria uma resposta do capital, pois a condição de trabalho e de vida da classe trabalhadora esgotava consideravelmente suas energias (quando não as ceifavam), destruindo, desse modo, o potencial humano de geração de mais-valor para o capital; por outro lado, a questão mais significativa foi o fato de que aquelas condições absolutamente desumanas levaram os trabalhadores a se organizarem como classe e a reagirem à exploração econômica no universo político.

Fazer avançar a produção, aumentar o rendimento do trabalho sem esgotar fisicamente a força de trabalho e, ao mesmo tempo, conter a luta de classes foi o *leitmotiv* da constituição de um movimento de racionalização da organização da produção, do trabalho e do modo de vida das classes trabalhadoras, a partir da segunda metade do século XIX. Esse movimento de racionalização foi empregado, primeiramente, pelo revolucionamento do modo de produção, na medida em que o capital procurou empregar e controlar um conjunto de trabalhadores reunido sob seu comando.

A cooperação simples e depois a manufatura se constituíram como os primeiros movimentos de racionalização do trabalho. A primeira reuniu diferentes trabalhadores de ofício numa mesma oficina, distribuindo funções e trabalhos particulares. No entanto, os operários artesãos dominavam seus ofícios e a produção dependia do modo como eles determinavam o trabalho. A manufatura busca romper com esse processo, na medida em que o capital organiza um conjunto de mecanismos de fragmentação do trabalho em partículas simples de tarefas. Os trabalhadores já não precisariam ser qualificados, pois as tarefas simplificadas seriam de fácil aprendizagem.

No interior da manufatura, o trabalhador se torna apenas um órgão acessório do corpo produtivo. O trabalhador coletivo, controlado e organizado pelo capital, é quem realiza a produção. O trabalhador passa a depender diretamente do capital para realizar trabalho e, conseqüentemente, produzir sua vida material. É na manufatura que inicia o processo de clivagem do ser humano, criando um trabalhador mutilado e reduzido à condição de “músculos, mãos e estômago”.

A maquinaria e a grande indústria eleva o nível de subsunção do trabalhador em relação ao capital. A ciência e a técnica empregada na produção como máquina representam o despojo da humanidade constituída na atividade do trabalho. As faculdades humanas presentes na subjetividade e na corporalidade dos trabalhadores são transferidas, alienadas, para a máquina e para o capital. Expropriados dos meios de produção e das capacidades humanas do trabalho (saberes, habilidades, hábitos, conhecimentos etc.), os trabalhadores concretamente se coisificam, tornam-se uma abstração face à produção de capital. Seus corpos são *maquinificados*.

Não obstante, ainda que o capital abstraia toda a humanidade dos trabalhadores no interior da produção, como observa Gramsci (2001), eles continuam humanos, continuam pensando e, geralmente, pensam coisas nada convenientes ao capital. O avanço da subsunção do trabalho ao capital e o desenvolvimento das formas relativas de extração de mais-valor geraram, como não poderia deixar de ser, resistência das classes subalternas.

As experiências protorrevolucionárias na Europa, mormente a Comuna de Paris, e a força de organização e luta dos sindicatos de trabalhadores nos Estados Unidos implicaram numa nova onda de racionalização. Dessa feita, era necessário não apenas aumentar o rendimento na produção, mas também conquistar corações e mentes dos trabalhadores. A racionalização do trabalho do século XX não poderia mais ser particularizada na eficiência produtiva, porque exigia que esta viesse acompanhada da conformação da classe trabalhadora às condições da produção e da sociabilidade capitalista. Era necessário convencer os trabalhadores que entre eles e seus patrões havia uma unidade de interesses e esta unidade se materializaria no crescimento da produção, cujos frutos seriam maiores lucros para os patrões e maiores rendimentos para os trabalhadores.

Para isso se realizar, foi necessário um conjunto de mediações entre capital e trabalho. Até o final das duas guerras mundiais, essa mediação seria estabelecida pela ciência e pela técnica e pelos cientistas. A técnica e a ciência eram apresentadas pelo capital aos trabalhadores como uma concepção objetiva e neutra das relações de trabalho. Os cientistas, notadamente os engenheiros, seriam os intelectuais orgânicos responsáveis pela mediação. É nesse contexto que o taylorismo e o fordismo, nos Estados Unidos, e a Ciência do Trabalho, na Europa, foram criados.

O projeto de tornar mais eficaz o rendimento no trabalho com o uso de máquinas e equipamentos adequados e, principalmente, com a seleção, instrução e controle científico do trabalho determinariam assim as bases da pedagogia industrial do capital.

A pedagogia industrial do capital configurou-se então como uma mediação fundamental do projeto de hegemonia do capital, na medida em que tomava o tempo-espaço de produção como principal escola para o trabalho. O trabalho alienado se conforma, então, como processo educativo fundamental do capital. Nesse sentido, foram produzidas várias pedagogias do trabalho capitalista, dentre as quais um conjunto de ações pedagógicas destinado à educação do corpo dos trabalhadores. Essa pedagogia teve centralidade no processo de formação do novo nexos psicofísico da classe trabalhadora.

Tratava-se de um nexos psicofísico adequado às condições de produção e consumo em massa, do trabalho intensificado, da vida controlada, dos instintos disciplinarizados. Um verdadeiro tirocínio psicofísico que rompia de vez com a unidade psicofísica do trabalhador de ofício e o recompunha como trabalhador simplificado, não qualificado e extremamente estranhado.

As linhas de montagem consolidam o ser humano inteiro subsumido na produção. O tempo do corpo e do movimento é remetido à velocidade do cronômetro e à cadência da esteira. O trabalho se reduz a gestos simplificados, repetitivos, mimetizados, controlados, economizados, descerebrados. Os trabalhadores executam pequenos ciclos de ação repetitivamente, de modo que sua corporalidade inteira passa a se comportar de maneira maquinal. Efetivamente, o corpo se integra à máquina. Nessas condições, corpo-máquina não é mais uma metáfora ou um desejo do capital, mas uma realidade.

Além disso, a pedagogia do corpo no trabalho, que teve origem no chão de fábrica, foi disseminada para as outras esferas da vida da classe trabalhadora. A pedagogia industrial completa-se, assim, como pedagogia do trabalho mais pedagogia política. A educação política dos trabalhadores passa a ser desenvolvida também fora da produção, mas por ela determinada. O controle dos hábitos, do consumo, das atividades sexuais, do tempo livre, do lazer, a determinação funcional da escolarização etc, tudo isso amplia o universo da pedagogia industrial e, conseqüentemente, da pedagogia do corpo.

Ao longo do século XX, o modelo taylor-fordista aperfeiçoou a pedagogia do corpo no trabalho como parte da pedagogia industrial do capital. A necessidade de que os corpos-máquinas fossem atendidos em suas motivações e aspirações subjetivas constituíram-se como uma crítica da Escola de Relações Humanas ao taylorismo. No entanto, esta não se afastou dos princípios taylor-fordistas. O desenvolvimento de atividades esportivas e de ginástica nas empresas, sob a

influência das teorias de gestão de pessoal, apresentou novos dispositivos à pedagogia do corpo no trabalho. Esta já não seria apenas o controle e a instrução de tempos e movimentos econômicos, mas também o uso da cultura lúdica e esportiva como forma de adequar os trabalhadores na produção.

Esse quadro não chegou a eliminar a contradição de que a produção capitalista se processa por espoliação, exploração da força de trabalho. Na década de 1960, na eminência da crise estrutural do capital, os trabalhadores reagiram novamente ao trabalho encadeado. A fuga do trabalho, as elevadas taxas de absenteísmo e as estratégias de travagem da produção, juntamente com a luta pelo controle da produção (o surgimento dos movimentos de conselhistas), acentuaram o conflito entre capital e trabalho nos países mais desenvolvidos do capital. Nos países dependentes e subordinados, prevaleciam a superexploração, a morte e o adoecimento na produção, fazendo surgir novas expressões da luta de classes.

Ao estourar a crise estrutural do capital na década de 1970, foram criadas as condições de reação do capital. Neoliberalismo, reestruturação produtiva, reforma do Estado, mundialização do capital, predominância da esfera financeira foram algumas das respostas do capital no sentido de recompor suas taxas de lucro e sua hegemonia.

No interior da produção de mercadoria, processa-se uma nova ofensiva do capital no sentido de superar suas contradições com as forças do trabalho e reordenar a sua hegemonia. A reestruturação produtiva materializa um conjunto amplo e complexo de técnicas, dispositivos, mecanismos e ideologias que busca disputar a subjetividade da classe trabalhadora no próprio processo de trabalho.

O emprego de tecnologias microeletrônicas e telemáticas tornou a produção mais enxuta, com menor uso de força de trabalho e ampliou o quadro estrutural do desemprego. Aqueles que permaneceram empregados deveriam dar conta das demandas de um mercado cada vez mais competitivo internacionalmente e exigente do ponto de vista da qualidade e da capacidade de atender demandas. O trabalho intensificado, associado à precarização das relações de emprego, criou o ambiente propício à elevação dos níveis de acidentes e adoecimento no trabalho. O movimento pendular entre, de um lado, o alívio da atividade por meio da tecnologia e maior integração entre concepção e ação, e de outro, a degradação e a humilhação permitida pela gestão *by stress*, determina a corporalidade dos trabalhadores nas condições da acumulação flexível.

Diante desse quadro, os trabalhadores reagem novamente e um estopim fundamental, assim como o fora no século XIX, é a defesa da sua saúde, a luta pelo direito à vida. É nesse contexto que surgem, no interior da onda de racionalização flexível do trabalho (toyotismo), novas estratégias de educação para o consentimento. Uma pedagogia do corpo no trabalho renovada entra em processo de construção.

O emprego de técnicas e de ações educativas no processo de trabalho busca envolver os trabalhadores não apenas na sua subjetividade, como supõe parte considerável das análises críticas ao estágio atual do capitalismo, mas na integralidade de sua personalidade viva. O “objeto” da pedagogia industrial renovada é o indivíduo social na totalidade de seu ser. Nesse processo, a relação saúde-trabalho-doença torna-se um componente importante na disputa de hegemonias entre capital e trabalho.

O capital procura intervir nesse universo para educar os trabalhadores para o consentimento. A ergonomia participativa, estratégias de qualidade de vida no trabalho e a ginástica laboral constituem-se como o tripé da nova pedagogia do corpo no trabalho. A aparência de preocupação com a produção da saúde, de atendimento das demandas dos trabalhadores, de respeito às suas condições físicas e intelectuais se desmancha diante das condições objetivas e subjetivas de degradação, desgaste e sofrimento que afetam milhões de trabalhadores nas empresas reestruturadas no mundo todo.

Trata-se de uma pedagogia do corpo que ativa políticas higienistas no interior da produção. Sua face mais perversa é auferida pela caracterização que os *managers* fazem da saúde e da aparência dos trabalhadores como um componente necessário do seu “capital humano”, compondo assim a manutenção da sua condição de “empregabilidade”. O discurso e a prática da nova pedagogia do corpo no trabalho são de que o cuidado com o corpo e com a saúde é objeto da gestão que a organização e o próprio indivíduo devem fazer da corporalidade de cada trabalhador. Nesse caso, vem, em primeiro lugar, a “saúde” da empresa e a saúde dos trabalhadores só se efetiva na medida em que ela colabora para o robustecimento, desenvolvimento “saudável” e crescimento das organizações empresariais.

Um registro importante da nova pedagogia industrial e da pedagogia do corpo no trabalho renovada é a sua articulação em nível internacional. A Organização Internacional do Trabalho, a Organização Mundial da Saúde e o Fórum Econômico Mundial vêm, há pouco mais de uma década, se esforçando para estabelecer políticas de diálogo social entre trabalhadores, empresas e

Estados para que desenvolvam políticas de promoção de saúde e bem-estar nas empresas. A grandeza dessas mediações e conexões exige um investimento investigativo verticalizado, que não foi possível desenvolver nas condições deste trabalho.

Outra questão também identificada, e que merece um maior aprofundamento, é que o desenvolvimento de políticas de promoção de saúde nas empresas coincide com a retração do Estado no campo da saúde e da educação em conformidade com a pragmática neoliberal. Nesse conjunto, a pedagogia industrial torna-se mais ampla e invade todas as esferas da vida social.

Por fim, a crítica histórica da pedagogia do corpo no trabalho, para ser apreendida concretamente, exige a identificação e análise da ação política da classe trabalhadora em torno da determinação autônoma de sua corporalidade como parte de seu projeto educacional de classe. Neste trabalho, tal questão foi secundarizada em razão da opção por analisar as iniciativas do capital nesse campo. Contudo, é imprescindível localizar e refletir sobre a educação do corpo preconizada pela classe trabalhadora de maneira autônoma em relação à pedagogia do corpo no trabalho capitalista.

Os cuidados com o corpo e a saúde como parte de um projeto de humanização, o desenvolvimento de uma cultura corporal e esportiva no seio da classe trabalhadora, a produção cultural, o exercício do tempo livre com base em uma política cultural orientada por valores outros que não o consumo e o rendimento e a articulação do trabalho mesmo como espaço criador, de realização humana e de produção de saúde, são elementos históricos presentes na luta política e no modo de vida da classe trabalhadora. Em larga medida, essas questões compõem, de um modo ou de outro, como componentes do projeto de superação positiva da alienação, isto é, do projeto revolucionário da classe trabalhadora. Resta reconhecer os modos concretos pelos quais isso ocorre.

A formação humana, pautada pela noção de omnilateralidade autêntica, passa, necessariamente, pela chegada do ser humano a uma totalidade de capacidades produtivas, de consumo e de prazeres. A criação de condições históricas, nas quais o usufruto dos bens materiais e espirituais, da riqueza humana universal produzida pelos trabalhadores, significa a superação da forma capital de dominação do trabalho e de organização societária, que os alienam do conteúdo de sua humanidade. Somente sob as condições de uma humanidade emancipada, o trabalho pode se tornar pleno de sentido e a corporalidade humana a expressão viva e enriquecida da personalidade de indivíduos sociais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Tempo livre. In: _____. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Trad. Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antônio de Almeida. 26. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2013.

ALVES, Giovanni. Juventude e nova precariedade salarial no Brasil: elementos da condição de proletariado no século XXI. In: ALVES, G.; ESTANQUE, E. (Orgs.). **Trabalho, juventude e precariedade: Brasil e Portugal**. Bauru: Canal 6, 2012a. p. 11-32.

ALVES, Giovanni. O processo de hominização/humanização. **A precariedade do trabalho no capitalismo global: curso virtual, 2012b. (mimeo)**

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

ALVES, Giovanni. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: ALVES, Giovanni; VIZZACARO-AMARAL, André Luís; MOTA, Daniel Pestana (Org.). **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. São Paulo: LTr, 2011b, p. 39-55.

ALVES, Giovanni. **A condição de proletariado: a precariedade do trabalho no capitalismo global**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.

ALVES, Giovanni. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e as formas de precariedade no capitalismo global. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 409-428, 2005.

ALVES, Giovanni. Toyotismo. Rede de estudos do trabalho. 2004. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/artigo-giovanni-alves-toyotismo.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMAR, Jules. **Le moteur humain et les bases scientifiques du travail professionnel**. Paris: Dunod, 1923.

AMAR, Jules. **Organisation physiologique du travail**. Paris: Dunod et Pinat, 1917.

AMAR, Jules. **Le rendement de la machine humaine**: recherches sur le travail. Paris: Librairie Baillié et Fils, 1910.

AMARAL, Angela Santana do. Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, ed. 5, n. 2, 2001.

AMORIM, Henrique. **A valorização do capital e o desenvolvimento das forças produtivas**: uma discussão crítica sobre o trabalho imaterial. 2006. 210 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 9-23.

ANDRADE, Flávio Anício. Fábrica como aparelho privado de hegemonia: voluntariado corporativo e gestão capitalista do trabalho e da sociedade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 6., 2009, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/fabrica-como-aparelho-privado-de-hegemonia.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2016.

ANPED. **GT-09 – Trabalho e Educação**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho/gt09-trabalho-e-educa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.

ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. O karoshi tropical e a velha República. **Jornal do Brasil**, p. A11, 13 out. 2005a.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Edunicamp, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 1995.
- ANTUNES, Ricardo; NOGUEIRA, Arnaldo. **O que são comissões de fábrica**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- APPAY, Beatrice. Precarisation sociale et restructurations productives. In: APPAY, Beatrice; THÉBAUD-MONY, Annie. (Orgs.). **Precarisation sociale, travail et sante**. Paris: IRESCO, 1997. p. 509-554.
- APPLE, Michael Whitman. **Políticas culturais e educação**. Trad. João Menelau Paraskeva. Porto: Editora Porto, 1999.
- ARAUJO, Ronaldo. As novas “qualidades pessoais” requeridas pelo capital. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 5, jan/jun, p. 18-34, 1999.
- ARROYO, Miguel. Trabalho-educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Educação e crise do trabalho**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 138-165.
- ARROYO, Miguel. O direito do trabalhador à educação. In: GOMEZ, Carlos Minayo *et al.* **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 103-127.
- ARROYO, Miguel. Pedagogia das relações de trabalho. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 2, ago/dez, 1997.
- ARROYO, Miguel. Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: SILVA, T. T. **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 163-216.
- BADIOU, Alain. Corpos, linguagem, verdades: sobre a dialética materialista. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 16, p. 111-123, jun. 2011.
- BANDEIRA, Lílian Brandão. **Corpo, mercado e educação na perspectiva da teoria crítica**. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.
- BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. **A Educação do Corpo na Sociedade do Capital**. Curitiba: Appris, 2013.
- BARATA-MOURA, José. Prefácio. In: SÉRGIO, M. **Filosofia das actividades corporais**. Lisboa: Compendium, 1981.
- BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. Corpos-máquinas: trabalhadores na produção industrial em São Paulo (décadas de 1930 e 1940). In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 371-405.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **“Corpos-máquinas”**: em foco, os trabalhadores e a produção industrial na visão da medicina brasileira (décadas de 1930-1940). 2005. 220 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BERNARDO, Márcia Hespanhol. **Trabalho duro, discurso flexível**: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BERTRAND, Michèle. O homem clivado: a crença no imaginário. In: SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard. **Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989. p. 15-40

BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, Ricardo (Org). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 9-38.

BIANCHETTI, Lucídio. **Da chave de fenda ao laptop**: tecnologia digital e novas qualificações: desafios à educação. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

BIANCHI, Álvaro. Uma crítica à economia política da terceira via. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 23, nov. 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 fev. 2015.

BIDET, Jacques. Il corpo biopolítico nel Capitale di K. Marx. **Consecutio Temporum Rivista critica della postmodernità**, Roma, n. 2, p. 49-70, 2012. Disponível em:
<<http://www.consecutio.org/2012/02/il-corpo-biopolitico-nel-capitale-di-k-marx/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOURDIEU, Pierre. Notas provisionales sobre la percepcion social del cuerpo. In: ALVAREZ-URIA, Fernando; VARELA, Julia. (Org.) **Materiales de sociologia critica**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1986. p. 183-194.

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Trad. Regina A. Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

BOMFIM, Alexandre Maia do. **Desvendando a área de trabalho e educação**: estudo sobre a produção e os produtores do GT Trabalho e Educação da Anped. 2006. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BOYER, Robert. Présentation. MONTMOLLIN, Maurice de; PASTRÉ, Olivier. (Orgs.) **Le taylorisme**: actes du colloque international sur taylorisme organisé par l'Université de Paris-XIII. Paris: Éditions la Découverte, 1984. p. 35-50.

BOYER, Robert; FREYSSINET, Michel. **O mundo que mudou a máquina**: síntese dos trabalhos do GERPISA 1993-1999. Nexos Econômicos, Salvador, v. II, n. 1, p. 1-32, out., 2000.

BRACHT, Valter. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da educação física como componente curricular. In: CAPARROZ, Francisco Eduardo. (Org.). **Educação física escolar**: política, investigação e intervenção. v. 1. Vitória: PROTEORIA, 2001. p. 57-80.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 19, n. 48, p. 69-88, ago. 1999a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2016.

BRACHT, Valter. **Educação física & ciência**: cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí: Unijuí, 1999b.

BRACHT, Valter. **Educação física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1997a.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte**: uma introdução. Vitória: EDUFES, 1997b.

BRAGA, Ruy. **A nostalgia do fordismo**: modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.

BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE. 4ª Conferência Nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora: relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL/TST. Processo nº TST-RR – 701-05.2013.5.09.0656. Recurso de revista – Rede de Supermercados – Canto motivacional “Cheers” – constrangimento dos trabalhadores ao cantar e rebolar no ambiente de trabalho – assédio moral organizacional – reparação por danos morais. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/rede-wal-mart-indenizar-funcionario.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

BRASIL/ME/SEED. **Esporte e lazer na empresa**. Brasília: MEC/SEED, 1990.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRETON, David Le. **Sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BRIGHTON LABOUR PROCESS GROUP. O processo de trabalho capitalista. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Trabalho, educação e prática social**: por uma teoria da formação humana. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 15-43.

BROHM, Jean-Marie. “Depois de mim, o dilúvio!” Imagens da morte e da negação do corpo em Marx. In: NOVOA, J. (Org.). **Incontornável Marx**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: EDUNESP, 2007. p. 339-365.

BROHM, Jean-Marie. **Le corps analyseur**: essais de sociologie critique. Paris: Anthropos, 2001.

BROHM, Jean-Marie. **Corps et politique**. Paris: Jean-Pierre Delarge, 1975.

BRUNO, Lúcia. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: _____. (Org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**: leituras selecionadas. São Paulo: Atlas, 1996. p. 91-123.

BURAWOY, Michael. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 13, 1990. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_13/rbcs13_02.htm>. Acesso em: 8 dez. 2013.

BURAWOY, Michael. **El consentimiento en la produccion**: los cambios del proceso productivo en el capitalismo monopolista. Trad. Ramón Serratacó. Madrid: Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, 1989.

CAMPINO, Antônio Carlos Coelho; MACHADO, Flávia M. Sarti. **O papel da saúde na formação de capital humano e na promoção do crescimento econômico no Brasil**. São Paulo: FIPE, 2005 (Boletim de Informações FIPE 303). p. 12-17.

CAMPOS, Roselane Fátima. A organização de espaços de escolarização no interior de uma empresa do setor metalmeccânico. In: **IV ANPED SUL - Seminário de Pesquisa da Região Sul**, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<http://www.portalanpedsul.com.br/2002/?link=eixos>>. Acesso em: 15 out. 2015.

CAMPOS, Roselane Fátima. A nova pedagogia fabril - tecendo a educação do trabalhador. In: **19ª Reunião anual da ANPED**, Caxambu, 1996. Disponível em: <http://www.feis.unesp.br/Home/DSAA/DSAA/ProjetoGQT-SCM/documentos/educacao/educa%E7%E3o_fabril.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

CAÑETE, Ingrid. **Humanização**: desafio da empresa moderna: a ginástica laboral como um caminho. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2001.

CANGUILHEM, Georges. Meios e normas do homem no trabalho. **Pro-posições**, Campinas, v. 12, n. 2-3, p. 35-36, jul.-nov. 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

CASTRO, Ana Lúcia de. **Culto ao corpo e sociedade**: mídia, cultura de consumo e estilos de vida. 2001. 183 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Hitomi. **Indivíduo, trabalho e sofrimento**: uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1993.

CODO, Wanderley; SENNE, Wilson. **O que é corpolatria?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CORIAT, Benjamin. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto. HIRATA, Helena Sumiko. **Sobre o “modelo” japonês**: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. Trad. Rosaura Eichenberg; Maria de Lourdes Vigonli; Hedy Helena de Menezes Pereira. São Paulo: Edusp, 1993. p. 79 – 95.

CORREA, Beatriz Uribe. El cuerpo productivo, rentabilidad y exclusión. **Revista Ciencia, Tecnología y Sociedad**, n. 3, oct, p. 81-89, 2010.

COSTA, Maria Regina. **As vítimas do capital**: os acidentados do trabalho. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

CRUZ, Dulcinéia; BIANCHETTI, Lucídio. A formação do “total trabalhador Sadia”: estratégias de qualificação de trabalhadores em uma empresa agroindustrial. In: REUNIÃO ANUAL ANPED, 24., 2001, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2001. Disponível em: <<http://www.24reuniao.anped.org.br/T0900535170525.doc>>. Acesso em: 15 out 2013.

CUNHA, Daisy Moreira. Notas Conceituais sobre Atividade e Corpo-si na Abordagem Ergológica do Trabalho. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/notas-conceituais-sobre-atividade-e-corpo-si-na-abordagem-ergologica-do-trabalho>>. Acesso em: 29 out. 2015.

COCCO, Giuseppe. Introdução à 2ª edição e Introdução. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antônio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Trad. Mônica de Jesus Cesar. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 7-48.

DANÇA motivacional: empresa pagará R\$ 18 mil a empregado que tinha de rebolar na frente de clientes. Consultor Jurídico, 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-mar-22/empregado-rebolar-frente-clientes-indenizado>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Racionalização, poder e trabalho. **Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 46, p. 93-112 nov, 1996. Disponível em: <http://novos estudos.org.br/v1/files/uploads/contents/80/20080626_racionalizacao_poder_trabalho.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DEJOURS, Christophe. **O fator humano**. Trad. Maria Irene S. Betiol; Maria José Tonelli. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DEJOURS, Christophe. Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. In: HIRATA, Helena. Sumiko. **Sobre o “modelo” japonês**: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. Trad. Rosaura Eichenberg; Maria de Lourdes Vigonli; Hedy Helena de Menezes Pereira. São Paulo: Edusp, 1993. p. 281-310.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez: Oboré, 1992.

DELEULE, Didier; GUERY, Francois. **El cuerpo productivo**: teoria del cuerpo en el modo de producción capitalista. Buenos Aires: Tempo Contemporaneo, 1975.

DEMENY, Georges. **Les bases scientifiques de l'éducation physique**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1911.

DEMENY, Georges. **Mécanisme et éducation des mouvements**. Paris: Éditeur Félix Alcan, 1904.

DIAS, Edmundo Fernandes. “Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes. **Revista Outubro**, São Paulo, ed. 1, n. 1, p. 45-52, 1998.

DIEESE. **A saúde do trabalhador no processo de negociação coletiva no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2015.

DUARTE, Newton. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade alienada. In: DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 219-242.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

DURAND, Jean Pierre. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 139-158, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 abr. 2015.

DORAY, Bernard. Da produção à subjetividade: referências para uma dialética das formas. In: SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard. **Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989. p. 77-108.

DORIA, Carlos Alberto Considerações sobre um Marx “anti-darwinista”. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 24, 2005. p. 110-127.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 fev. 2015.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

DRUCK, Graça; THÉBAUD-MONY, Annie. Terceirização: erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.

EAGLETON, Terry. **Marx estava certo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. Introdução de F. Engels para a edição de 1891. In: MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 19-30.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. Vol. 1. São Paulo: Edições Sociais, 1977. p. 61-78.

ENQUITA, Mariano Fernández. **Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação**. Trad. Ernani Sousa. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

ESTANQUE, Elísio. **Entre a fábrica e a comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado**. Porto: Afrontamento, 2000.

ESTANQUE, Elísio. O despotismo fabril: violência e poder numa empresa industrial do calçado. **Revista Portuguesa de História**, FLUC - Coimbra, n. 37, p. 131-152, 2005.

ESTANQUE, Elísio. Transformação social, democracia e cultura de empresa: o caso português no contexto de crise europeia. **Revista FAE**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 6-23, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/192/120>>. Acesso em: 15 set. 2013.

FARIA, José Henrique. Economia Política do Poder: os fundamentos da Teoria Crítica nos Estudos Organizacionais. **Cadernos da Escola de Negócios da UniBrasil**, Curitiba, v. 1, p. 15-48, 2003a.

FARIA, José Henrique. Trabalho, tecnologia e sofrimento: as dimensões desprezadas do mundo do trabalho. **Revista Educação & Tecnologia**, Paraná, n. 6, p. 157-177, 2003b.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**. Trad. Irene de Bojano e Mário de Souza. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

FERRETTI, Celso João et al. Escola e fábrica: vozes de trabalhadores em uma indústria de ponta. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 118, mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742003000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2012.

FIEG/SENAI. **Futuro profissional**: revista de divulgação do Senai de Goiás. Goiânia, ano 5, n. 25, maio 2008.

FIGARI, Claudia. **Crítica de la pedagogía empresarial y saberes en disputa**: aportes para la formación política-sindical. 2009. Disponível em: <<http://www.ceilconicet.gov.ar/2009/11/critica-de-la-pedagogia-empresarial-y-saberes-en-disputa-aportes-para-la-formacion-politica-sindical-claudia-figari/>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

FIGARI, Claudia; NEWMAN, Diego Álvarez. Toyotización, control laboral y lógicas de formación corporativas. Buenos Aires. **Ciências Sociais: Revista de la Facultad de Ciencias Sociales/UBA**, n. 83, p. 56-61, mai 2013. Disponível em: <<http://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/2680/selection%20%281%29.pdf?sequence=4&isAllowed=y>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

FLEURY, Maria Tereza Leme. Estórias, mitos, heróis: cultura organizacional e relações do trabalho. **Rev. Adm. Empres.**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 7-18, Dec. 1987. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901987000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 3 fev. 2016.

FLORES-PEREIRA, Maria Tereza; DAVEL, Eduardo. ALMEIDA, Dóris Dornelles de. Desafios metodológicos da corporalidade na pesquisa em administração. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 37., 2013. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_EPQ2209.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015.

FREYSSENET, Michel. A divisão capitalista do trabalho. In: HIRATA, Helena. Divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-103, dec. 1989. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84767>>. Acesso em: 29 set. 2016.

FRIEDMANN, Georges. **O trabalho em migalhas**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, G. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 62-74.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 25-54.

FERNANDES, Sarah; NUZZI, Vitor. Onde a modernização não chega. A pressão no trabalho ainda fere e estressa. Rede Brasil Atual. **Revista do Brasil**, s. 1., 15 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/90/onde-a-modernizacao-nao-chega-5521.html>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

FONSECA, Vítor da. **Da filogênese à ontogênese da motricidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

FORD, Henry. **Henry Ford por ele mesmo**. São Paulo: Martin Claret, 1995.

FORSTER, Susan Christina. **Música e humilhação**: uma visão através das ações de indenização por dano moral. 2010. 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, M. A tecnologia política dos indivíduos. 1988. In: _____. **Ditos & Escritos**. V. Ética, sexualidade, política. Manoel Barros da Motta (Org.). Trad. Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 301-319.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRACCHIA, Joseph. Beyond the human-nature debate: human corporeal organisation as the First Fact of Historical Materialism. **Historical Materialism**, Leiden, v.13, n.1, p. 33-61, 2005.

FREYSSINET, Michel. A divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo. 1 (2), 74-82, 1989.

FRIEDMANN, G. **O trabalho em migalhas**: especialização e lazeres. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1983.

GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 45-60.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 76-99.

GIVENS, David. **A linguagem corporal no trabalho**. Trad. Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis: Vozes, 2011.

GLEYSE, Jacques. A carne e o verbo. In: SOARES, Carmen Lúcia. (Org.) **Pesquisas sobre o corpo: ciências humanas e educação**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 1-22.

GLEYSE, Jacques. Corps, techniques et sciences: quelques éléments d'archéologie de l'âge classique à la post-modernité. STAPS, p. 1-14, 10/1992

GLEYSE, Jacques; BUI-XUÂ, Gilles; PIGEASSOU, Charles. Demenÿ et Taylor: etude comparée de deux discours de la deuxième révolution industrielle. **Sport History Review**, v. 30, n. 2, p. 168-185, 1990.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, SC, v. 25, n. 1, jul. 2008. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/172>>. Acesso em: 12 set. 2015.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia?** São Paulo: Difel, 1980.

GOLLAC, Michel; VOLKOFF, Serge. Citius, altius, fortius: l'intensification du travail. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Paris. v. 114, set, p. 54-67, 1996.

GOMES, Carolina. Do nascimento à morte o que mais conta é a classe social. **O público**. Porto, Portugal. 4 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.forumscp.com/index.php?topic=44419.0>> Acesso em: 14 dez. 2013.

GONÇALVES, Aguinaldo; GUTIERREZ, Gustavo Luis; VILARTA, Roberto. (Orgs.). **Gestão da qualidade de vida na empresa**. Campinas: IPES Editorial, 2005.

GORGEU, Armelle; MATHIEU, René. Polyvalence, polycompétence ouvrières et intensité du travail: l'exemple de l'industrie automobile. 2003. Disponível em: <<http://www.utc.fr/oi2/Archives/Mathieu.doc>>. Acesso em: 27 mar. 2015. (mimeo)

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Trad. Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GORZ, A. **Misérias do presente, riqueza do possível**. São Paulo: Annablume, 2004.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

GORZ, A. (Org.). **Crítica da divisão do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

- GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. Trad. Gabriel Bogossian. São Paulo: Hedra, 2008.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.
- HABER, Stéphanie; BERNARD, Andrieu; MOLINIER, Pascale. Presentación. In: _____. **Cuerpos dominados, cuerpos em rutura**. Trad. Ricardo Figueira. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007. p. 5-7.
- HABER, Stéphanie; RENAULT; Emmanuel. ¿Un análisis marxista de los cuerpos? In: HABER, Stéphanie; BERNARD, Andrieu; MOLINIER, Pascale. **Cuerpos dominados, cuerpos em rutura**. Trad. Ricardo Figueira. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007. p. 9-26.
- HANDEFAS, Anita. A trajetória do GT Trabalho e Educação da Anped: alguns elementos de análise. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462007000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 2 nov. 2013.
- HARVEY, David. Dos corpos e das pessoas políticas no espaço global. In: _____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2004. p. 135-180.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HASSARD, John; HOLLIDAY, Ruth; WILLMOTT, Hugh. (Orgs.). **Body and organization**. Londres: Sage Publications, 2000.
- HEGEL, George Wilhelm Friedrich. **Enciclopédia das ciências filosóficas**: em compêndio (1830). v. I – A ciência da lógica. São Paulo: Loyola, 1995.
- HERMANN, Felipe Fehlberg *et al.* Análise do sistema Hyundai e do modelo Toyota de produção. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 32., 2012, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves, 2012. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2012_TN_STP_157_913_20180.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2016.
- HELOANI, Roberto. Corpo e trabalho: instrumento ou destino? **Psicol. Hosp. (São Paulo)**, São Paulo, v. 3, n. 2, ago. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092005000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2014.

HELOANI, R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.

HELOANI, R. **Organização do trabalho e administração**: uma visão multidisciplinar. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HEROLD JUNIOR, Carlos. Corpo no trabalho e corpo pelo trabalho: perspectivas no estudo da corporalidade e da educação no capitalismo contemporâneo. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jun. 2012.

HEROLD JUNIOR, Carlos. Os estudos sobre o corpo para além da apologia e da negação: contraposição crítica ao pós-modernismo. **Educar em revista**, Curitiba, n. 33, 2009a.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602009000100015&lng=pt&nr=iso>. Acesso em: 15 ago. 2012.

HEROLD JUNIOR, Carlos. Corpo, educação e hominização: possibilidades de análise a partir do materialismo histórico. **Educere et Educare**, v. 4, p. 1-22, 2009b.

HEROLD JÚNIOR, Carlos. Do corpo-motor ao corpo-informação: corporeidade e trabalho no capitalismo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, SC, v. 30, n. 2, fev. 2009c. Disponível em: <<http://www.revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/439>>. Acesso em: 15 maio 2016.

HEROLD JÚNIOR, Carlos. **A educação física na história do pensamento educacional**: apontamentos. Guarapuava: Unicentro, 2008.

HEROLD JÚNIOR, Carlos. **As relações entre corpo e trabalho**: contribuição crítica à educação. 2006. 143 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2006.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Trad. Maria Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos impérios**: 1875-1914. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

HONDURAS: trabalhadores obrigados a usar fraldas para evitar perda de tempo em idas ao banheiro. Disponível em: <<http://cut.org.br/noticias/honduras-trabalhadores-obrigados-a-usar-fraldas-para-evitar-perda-de-tempo-em-id-c8e5/>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

HÚNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana**: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer. 2008. 264 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

HUWS, Úrsula. Mundo material: o mito da economia imaterial. **Mediações**, Londrina, v. 16, n.1, p. 24-54, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9650/8486>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Trad. Vidal de Oliveira. São Paulo: Globo, 2009.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IMBRIZI, Jaqueline Maria. **A formação do indivíduo no capitalismo tardio: uma análise de estudos que vinculam a esfera subjetiva ao mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.

INÁCIO, Humberto Luís de Deus. **O lazer do trabalhador em um contexto de transformações tecnológicas**. 1997. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

INVERNIZZI, Noela. Qualificação e Novas Formas de Controle da Força de Trabalho no Processo de Reestruturação da Indústria Brasileira: tendências dos últimos vinte anos. In: REUNIÃO ANUAL ANPED, 23., 2000, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_09_09.pdf>. Acesso em: 22 out. 2013.

JOANILHO, André Luiz. **O corpo de quem trabalha: estratégias para a construção do trabalhador**. Londrina: EDUEL, 1996.

KERN, Horst.; SCHUMANN, Michael. **El fin de la division del trabajo: racionalizacion em la produccion industrial**. Trad. CELER. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1988.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Educação e crise do trabalho**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 55-75.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2002a.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002b. p. 77-96.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho: o estado da questão**. Brasília: INEP, Santiago: REDUC, 1991.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo da saúde do trabalhador: epistemologia, desafios e lacunas. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia. (Orgs.). **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 219-238.

LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 757-766, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 jul. 2015.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Trad. Teixeira Coelho. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

LAHY, Jean-Marie. **Le système Taylor et la physiologie du travail professionnel**. Paris: Gauthier-Villars & Cia., 1921.

LA METTRIE, Julien Offray de. **El hombre máquina**. Trad. Ángel Cappelletti. Buenos Aires: EUDEBA, 1962.

LAURELL, Asa Cristina. Processo de trabalho e saúde. **Saúde em Debate**, n. 11. Revista trimestral, p. 8-22, 1981.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. Trad. Amélia Cohn *et al.* São Paulo: Hucitec, 1989.

LAVILLE, Antoine. **Ergonomia**. Tradução: Márcia Maria Neves Teixeira. São Paulo: EPU, EDUSP, 1977.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antônio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Trad. Mônica de Jesus César. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LE CHATELIER, Henry. Préface de la 1re édition. In: AMAR, Jules. **Le moteur humain et les bases scientifiques du travail professionnel**. Paris: Dunod, 1923. p. V-XII.

LENIN, Vladimir Ilitch. Materialismo y empirocriticismo. In: _____. **Obras**. Tomo IV. Moscou: Progreso, 1973.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Valquíria de. **Ginástica laboral: atividade física no ambiente de trabalho**. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LINHART, Danièle. La grandeur du taylorisme et du fordisme: de la volonté de pouvoir au pouvoir de la volonté. In: _____. **La comédie humaine du travail**: de la déshumanisation taylorienne à la sur-humanisation managériale. Toulouse: Éres, 2015. p. 61-96.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 45-55.

LINHART, Danièle. **Uma abordagem sociológica das novas penosidades no trabalho**, 2012. (mimeo)

LINHART, Danièle. O indivíduo no centro da modernização das empresas: um reconhecimento esperado, mas perigoso. **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n. 7, jul./dez., p. 24-36, 2000.

LINHART, Danièle. **La modernización de las empresas**. Trad. Alicia Calvo. Buenos Aires: Asociación Trabajo y Sociedad/PIETTE del CONICET, 1997.

LINHART, Danièle. Les chemins de l'hégémonie. In: BIDEET, Jaques; TEXIER, Jacques. (Orgs.). **La crise du travail**. Paris: PUF, 1995. p. 95-106.

LINHART, Robert. **Greve na fábrica**. Trad. Miguel Arraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LITLER, Craig R. L'essor du taylorisme et de la rationalisation du travail dans l'industrie anglaise (1880-1939). MONTMOLLIN, Maurice de; PASTRÉ, Olivier. (Orgs.). **Le taylorisme**: actes du colloque international sur taylorisme organisé par l'Université de Paris-XIII. Paris: Éditions la Découverte, 1984. p. 83-98.

LEONTIEV. Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Modernização na fábrica segundo a ótica de operários e operárias**. 1999. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

LUCAS, Marcílio. Los principios toyotistas em el contexto de la reestructuración productiva: nuevos (y viejos) imperativos del capital y las transformaciones del mundo del trabajo. In: GARZA, Esthela Gutiérrez; VALENCIA, Adrián Sotelo; FERNÁNDEZ, Dídimo Castillo. (Orgs.). **Capital, trabajo y nueva organización obrera**. México D. F.: Miguél Ángel Porrua, 2012. p. 41-74.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, Gyorgy. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, Gyorgy. **O jovem Marx e outros escritos**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe**: ensaios sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, Gyorgy. Ser e consciência. In: ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo. **Conversando com Lukács**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Pedagogia fabril e qualificação do trabalho**: mediações educativas do realinhamento produtivo. 1995. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.

MALAGUTI, Manoel Luiz. A ideologia do modelo japonês de gestão. **Ensaio FE**, Porto Alegre, 17(1), 43-73, 1996.

MANACORDA, Mario Alighieri. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. Trad. Gaetano Lo Monaco. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MANACORDA, Mario Alighieri. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez; Campinas, Autores Associados, 1991.

MANOEL, Edison de Jesus; CARVALHO, Yara Maria de. Pós-Graduação na Educação Física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 389-406, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 fev. 2016.

MARKUS, Gyorgy. **Marxismo e “antropologia”**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, Rafael Moro. “Me sentia um lixo”, diz ex-vendedor obrigado pela Ambev a participar de eventos com prostitutas. **Uol Notícias**. 13 set. 2012. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/13/me-sentia-um-lixo-diz-ex-vendedor-obrigado-pela-ambev-a-participar-de-eventos-com-prostitutas.htm>>. Acesso em: 25 set. 2015.

MARTINS, Carolina de Oliveira. **Programa de Promoção da Saúde do Trabalhador - PPST**. Jundiaí: Fontoura, 2008.

MARTINS, Celina Ramalho; PASSANEZI, Paula Soares Meyer; SANTOS, Álvaro da Silva. Capital humano e saúde sustentável: o setor da saúde no Brasil e perspectivas para a América Latina e Caribe. **Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 5, n. 21, maio/jun., 2008, p. 86-93.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. v. 1, Livro 1. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. v. 2, Livro 1. Trad. Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. Instruções para os delegados do conselho geral provisório: as diferentes questões. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1983. p. 79-88.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém. **O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora**. Goiânia: Alternativa, 2002.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. 2005. 320 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MASCARENHAS, Fernando. Trabalho e educação física. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Dicionário crítico de educação física**. Ijuí: Adunijuí, 2005. p. 406-410.

MASCULO, Francisco Soares; VIDAL, Mario César. História da Ergonomia. In: _____. (Orgs.). **Ergonomia**: Trabalho adequado e eficiente. Rio de Janeiro: Elsevier: ABEPRO, 2011. p. 9-18. (recurso eletrônico)

MATSCHNIG, Monika. **O corpo fala no trabalho**: ilustrado: como vencer e cativar os outros. Trad. Fernanda Engel. Petrópolis: Vozes, 2015.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 399-422.

MARTINS, Jomar. Campanha de vendas: submeter empregado a situação vexatória gera danos. **Consultor Jurídico**, 2012. Disponível em: < <http://www.conjur.com.br/2012-jul-27/submeter-empregado-situacao-vexatoria-extrapola-poder-patrao>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1996.

- MAYO, Elton. **Problemas humanos de uma civilización industrial**. Trad. Ana Elguera. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1972.
- MAXIMO, Luciano. Mal estar no trabalho: balanço dos benefícios previdenciários e acidentários no Brasil. **Valor Econômico**, s. l., 14 jan. 2013. Disponível em: <http://www.idisa.org.br/site/documento_8589_0__-doencas-do-trabalho-oneram-mais-o-inss.html>. Acesso em: 12 mai. 2014.
- MELO, Marcelo Paula. Gramsci, americanismo e fordismo e a educação do corpo. **Pensar a Prática**, [S.l.], v. 15, n. 2, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/10739>>. Acesso em: 04 Set. 2015.
- MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, 25: 341-9, 1991.
- MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- METRÓPOLIS. Direção de Fritz Lang. Intérpretes: Alfred Abel, Gustav Fröhlich, Brigitte Helm e Rudolf Klein-Rogge. Roteiro de Thea von Harbou. Alemanha, 1927. 1 filme (127 min), p&b, mudo.
- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Trad. Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.
- MINAYO-GOMEZ, Carlos. Processo de trabalho e processo de conhecimento. In: MINAYO GOMEZ, Carlos *et al.* **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 59-82.
- MINAYO-GOMEZ, Carlos. Introdução – Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configurações e transformações. In: GOMEZ, Carlos Minayo; MACHADO, Jorge Mesquita Huet Machado; PENA, Paulo Gilvane Lopes. (Orgs.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. p. 24-35. (livro eletrônico)
- MONTEIRO, Bruno. A contestação pelo corpo: a realidade prosaica das políticas gestonárias numa fábrica de mobiliário. **E-cadernos CES**, 10, 2010, p. 11-36. Disponível em: <<http://eces.revues.org/600>>. Acesso em: 1 dez. 2015.
- MONTMOLLIN, Maurice de; DARSESES, Françoise. **A ergonomia**. Trad. Joaquim Nogueira Gil. 2. ed. Lisboa: Piaget, 2011.

MONTMOLLIN, Maurice de. Actualité du taylorisme. In: MONTMOLLIN, Maurice de; PASTRÉ, Olivier. (Orgs.). **Le taylorisme**: actes du colloque international sur taylorisme organisé par l'Université de Paris-XIII. Paris: Éditions la Découverte, 1984. p. 13-23.

MONTMOLLIN, Maurice de; PASTRÉ, Olivier. (Orgs.). **Le taylorisme**: actes du colloque international sur taylorisme organisé par l'Université de Paris-XIII. Paris: Éditions la Découverte, 1984.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. A relação educação e trabalho: desafios teóricos na construção de um pensamento crítico. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 35., 2012. Porto de Galinhas. **Anais eletrônicos...** Porto de Galinhas, 2012. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/relacao-educacao-e-trabalho-desafios-teoricos-na-construcao-de-um-pensamento-critico>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho**: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934. 1990. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - FFLCH, Universidade de São Paulo, 1990.

MORAES, João Quartim de. O humanismo e o homo sapiens. **Crítica Marxista**, n. 21, 2005. p. 28-51.

MORAES NETO, Benedito Rordrigues. **Marx, Taylor e Ford**: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOURÃO, Arminda Raquel Botelho. **A fábrica como espaço educativo**. São Paulo: Scortecci, 2006.

MOUTET, Aimée. La première guerre mondiale et le taylorisme. In: MONTMOLLIN, Maurice de; PASTRÉ, Olivier. (Orgs.). **Le taylorisme**: actes du colloque international sur taylorisme organisé par l'Université de Paris-XIII. Paris: Éditions la Découverte, 1984. p. 67-82.

MOTORISTAS de ônibus são obrigados a usar fraldas em Seattle, nos Estados Unidos. Extra, 25 novembro 2014. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/mundo/motoristas-de-onibus-sao-obrigados-usar-fraldas-em-seattle-nos-estados-unidos-14653168.html>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

MOTTA, Fernando Prestes.; ALCADIPANI, Rafael. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. **R. Adm.**, São Paulo, v. 39, n. 2, p.117-128, abr./maio/jun. 2004. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1129>. Acesso em: 18 jan. 2016.

MUELLER, Rafael Rodrigo. Tecnologias gerenciais, educação e capital. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 739-760, set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MULLER, Rafael Rodrigo. **Racionalidade para racionalização**: a gestão da produção e da força de trabalho enquanto tecnologia capitalista. 2010. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MÜLLER, Herrmann Vinícius de Oliveira. **Trabalho e educação física**: a ginástica laboral na forma social do capital. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MÜLLER, Ricardo Gaspar; MORAES, Maria Célia Marcondes. Pesquisa social e lógica histórica: a atualidade de E. P. Thompson. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA: MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS, 6., 2008, Lisboa-Portugal. **Anais eletrônicos...** Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2008. v. 1. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/623.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2015.

MUSSI, Maria Angela Tancredo. **Aparência física no trabalho**: uma questão contemporânea para a ergonomia. 2004. 180 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

NAHAS, Markus Vinicius. Lazer, estilo de vida e saúde do trabalhador da indústria. **Revista Educação Física**. Brasília. n. 29 – outubro de 2008. p. 19-21. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/revistaef/arquivos/2008/N29_outubro/08_lazer_estilo_saude.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2015

NAHAS, Markus Vinicius et al. Lazer ativo: um programa de promoção de estilos de vida ativos e saudáveis para o trabalhador da indústria. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**. Pelotas, v. 15, n. 4, 2010. p. 260--264. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/view/736/743>>. Acesso em: 23 jul. 2015

NAHAS, Markus Vinicius; BARROS, Mauro; FRANCALACCI, Vanessa. O pentágulo do bem-estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos ou grupos. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**. Pelotas, v. 5, n. 2, 2000. p. 48-58. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/article/view/1002/1156>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

NAVARRO, Vera Lúcia. Trabalho, saúde e tempo livre sob os domínios do capital. In: PADILHA, Valquíria (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 50-74.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. Trabalho e educação na atualidade: mediações com a educação física brasileira. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, p. 183-200, dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/13244>>. Acesso em: 22 out. 2016.

NUZZI, Vitor. Doença profissional mata 2 milhões de pessoas por ano em todo o mundo. **Rede Brasil Atual**, s. 1., 23 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/04/doenca-profissional-mata-2-milhoes-de-pessoas-por-ano-em-todo-o-mundo>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

OHNO, Taiichi. **O sistema toyota de produção:** além da produção em larga escala. Porto Alegre: Bookman, 1997.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, jun 1989. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_01.htm>. Acesso em: 9 ago. 2014.

OIT. Doenças profissionais são as principais causas de morte no trabalho. 2013a. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/doencas-profissionais-sao-principais-causas-de-mortes-no-trabalho>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

OIT. OIT pede ação mundial urgente para combater doenças relacionadas com o trabalho. 2013b. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-pede-acao-mundial-urgente-para-combater-doencas-relacionadas-com-o-trabalho>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Corpos saudáveis e corpos doentes na nova organização social do trabalho. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 237-256.

OMS. **Cinco chaves para ambientes de trabalho saudáveis:** não há riqueza nos negócios sem a saúde dos trabalhadores. 2011. Disponível em: <http://www.who.int/occupational_health/5keys_healthy_workplaces_portuguese.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2015.

PADILHA, Valquíria; NAVARRO, Vera Lúcia. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 14-20, 2007. **Psicol. Soc.** Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 14-20, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 mar. 2013.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. Formação operária: arte de ligar política e cultura. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 90, abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000100012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 nov. 2013.

PASTORE, José. **O custo dos acidentes e doenças do trabalho no Brasil**. Palestra no Tribunal Superior do Trabalho. 20/10/2011. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/rt/rt_320.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PELLEGRINI, Rosivaldo. **Discurso pedagógico da empresa**. 2010. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PERROT, Michelle. O problema da mão de obra industrial. In: DUARTE PIMENTEL, Fernando Costa *et al.* (Org.). **Sociologia do trabalho:** organização do trabalho industrial. Lisboa: A regra do jogo Edições, 1985. p. 7-56.

PIGNATI, Wandereli. Processo saúde-trabalho-doença, os sindicatos e os desafios para a vigilância em saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia. (Orgs.). **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 313-338.

PILLON, Thierry. Le travail au prisme du corps: l'exemple des ouvriers. **Tumultes**. n. 43, p. 95-105, 2014/2. Disponível em: < <http://www.cairn.info/revue-tumultes-2014-2-page-95.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

PILLON, Thierry; VATIN, François. **Traité de sociologie du travail**. 2. ed. Toulouse: Octares Éditions, 2007.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. **La segunda ruptura industrial**. Buenos Aires: Alianza, 1993.

PIRES, Giovani de Lorenzi; MATIELLO JR., Edgard; GONÇALVES, Aguinaldo. Alguns olhares sobre aplicações do conceito de qualidade de vida em educação física/ciências do esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 54-57, set. 1998.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRONK, Nicolas P. Apresentação. In: OGATA, Alberto. (Org.). **Profissionais saudáveis, empresas produtivas: como promover um estilo de vida saudável no ambiente de trabalho e criar oportunidades para trabalhadores e empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier: SESI, 2012. (livro eletrônico).

RABINBACH, Anson. **The human motor: energy, fatigue and the origins of modernity**. California: Basic Books, 1990.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil 1890-1930**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F. P. **O que é taylorismo?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

RANIERI, Jesus. Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo, 2011.

RAMALHO, Celina Martins; PASSANEZI, Paula Soares Meyer; SANTOS, Álvaro da Silva. Capital Humano e Saúde Sustentável: o setor da saúde no Brasil e perspectivas para a América Latina e Caribe. **Saúde Coletiva** (Barueri), v. 5, p. 86-93, 2008.

RESENDE, Anita Cristina Azevedo. **Para a crítica da subjetividade reificada**. Goiânia: Editora UFG, 2009.

RIGOTTO, Raquel Maria. **“Não somos máquinas”**: um estudo das ações sindicais em defesa da saúde do trabalhador na grande-BH. 1992. 223 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1992.

RIBEIRO, H. P. (Coord.). **De que adoecem e morrem os trabalhadores na era do monopólio (1980-2014)**. São Paulo: Cenpras, 2014.

RIBEIRO, H. P. **A violência oculta do trabalho**: as lesões por esforços repetitivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

RODRÍGUEZ-CARRASCO, José Manuel. **Taylorismo**: la revolución mental que llega a Europa. Madrid: Uned, 2014. (e-pub)

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial**: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional das Indústrias. São Paulo: Autores Associados, 1998.

ROPÉ, François; TANGUY, Lucie. (Orgs.). **Saberes e competências**: o uso de tais noções na escola e na empresa. São Paulo: Papyrus, 1997.

ROSA, Maria Inês. **Trabalho, subjetividade e poder**. São Paulo: Edusp; Letras & Letras, 1994.

ROSA, Maria Inês. A produção da violência no corpo do trabalhador. Pro-posições, Campinas, v. 3, n; 2 (8). p. 41-50, jul. 1992. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/8-artigos-rosami.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

ROSA, Maria Inês. Condições de trabalho e penalização do corpo. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 33-35, 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931990000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 jun. 2015.

ROSEN, George. Aspectos médicos de la controversia acerca de las condiciones de las fábricas em nueva Inglaterra. In: _____. **De la policía médica a la medicina social**: ensayos sobre la historia de la atención a la salud. 2ª. ed. Trad. Humberto Salas. México D.F.: Siglo XXI, 2005. p. 299-315.

ROSEN, George. O industrialismo e o movimento sanitário (1830-1875). In: _____. **Uma história da saúde pública**. Trad. Marcos Moreira; José Bonfim. 2. ed. São Paulo: Hucitec: Edunesp; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994. p. 151-217.

ROSSO, Sadi Dal. Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.anpocs.org/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt26-7/3510-srosso-intensidade/file.>>. Acesso em: 27 out. 2016.

ROZIRCHNER, Léo. Marx e Freud: a cooperação e o corpo produtivo – a expropriação histórica dos poderes do corpo. In: SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard. **Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989. p.109-146.

RUYLE, Eugene E. Labor, people, culture: a labor theory of human origins. **Yearbook of physical anthropology**, v. 20, p. 136-163, 1976.

SÁ, Ana Cristina da Mota. **A diretriz pedagógica do Serviço Social da Indústria**: mudanças institucionais (1997/2004). 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SALM, Cláudio L. **Escola e trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis**. Trad. María Encarnación Moya. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO; Expressão Popular, 2007.

SANT'ANNA, Anderson de Souza; KILIMNIK, Zélia Miranda; MORAES, Lúcio Flávio Renault. Antecedentes, origens e evolução do movimento em torno da Qualidade de Vida no Trabalho. In: SANT'ANNA, Anderson de Souza; KILIMNIK, Zélia Miranda (Orgs.). **Qualidade de vida no trabalho**: abordagens e fundamentos. Rio de Janeiro: Elsevier; Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral, 2011. p. 3-30.

SANTOS, Vinícius Oliveira. **Categorias marxianas fundamentais para o estudo do trabalho imaterial**. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SANTOS, Roger Carlos Ferreira Alves. **Reflexões sobre a educação do corpo no e pelo trabalho**: a ginástica laboral em questão. 2008. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João *et al.* (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 151-168.

SAVIANI, Dermeval. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 219-242.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**: as consequências sociais da segunda revolução industrial. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SCHAFF, Adam. **O marxismo e o indivíduo**. Trad. Heidrun Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa.** Trad. Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo Perspectiva.** São Paulo, v. 14, n. 2, p. 72-81, jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 abr. 2016.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **A liturgia do poder: trabalho e disciplina.** São Paulo: EDUC, 1988.

SÈVE, Lucien. A personalidade em gestação. In: SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard. **Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade.** São Paulo: Vértice, 1989. p.147-178.

SILVA, Hugo Leonardo Fonseca da. Notas sobre a relação entre corpo, trabalho e formação humana a partir da ontologia do ser social. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, 5., 2011, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://www.abem.pro.br/ebem/events/v-encontro-brasileiro-de-educacao-e-marxismo>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

SILVA, Ana Márcia. **Corpo, ciência e mercado: reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo de felicidade.** Florianópolis: EdUFSC; Campinas: Autores Associados, 2001.

SILVA, Maria Cecília de Paula. **Do corpo objeto ao sujeito histórico: perspectivas do corpo na história da educação brasileira.** Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Felipe Luiz Gomes e. **A fábrica como agência educativa.** São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2004.

SILVA, Maurício Roberto; PIRES, Giovani De Lorenzi; MELO, Marcelo de Paula. O corpo produtivo no mundo do trabalho da Educação Física, Esportes e Lazer **Motrivivência**, Florianópolis, n. 35, p. 7-17, jan. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2010v22n35p07>>. Acesso em: 25 set. 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes *et al.* Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado. **Revista Nera**, ano 9, n. 8, p. 74-108, jan/jun 2006.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Waldemar; SILVA, Eduardo Pinto e. Trabalho intensificado na universidade pública brasileira. In: OLIVEIRA, João Ferreira; CATANI, Afrânio Mendes; SILVA JÚNIOR, João dos Reis (Orgs.). **Educação superior no Brasil: tempos de internacionalização.** São Paulo: Xamã, 2010. p. 105-132.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FERRETTI, Celso João. **O institucional, a organização e a cultura da escola.** São Paulo: Xamã, 2004.

SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bernard. **Elementos para uma Teoria Marxista da Subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes europeias e Brasil**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

SOARES, Carmen Lúcia. Notas sobre a educação no corpo. **Educar em Revista**, [S.l.], n. 16, dez. 2000. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2036>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

SOARES, Carmen Lúcia. **Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SOUZA, José dos Santos. **O sindicalismo brasileiro e a qualificação do trabalhador**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, Educação e Luta de Classes na Sociabilidade do Capital. In: SOUZA, José dos Santos; ARAÚJO, Renan. (Org.). Trabalho, Educação e Sociabilidade. 1. ed. Maringá: Práxis; Massoni, 2010. v. 1, p. 133-157.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, qualificação e ação sindical no Brasil no limiar do século XXI: disputa de hegemonia ou consentimento ativo?** 2005. 364 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUZA, Katia Reis de; MENDONÇA, André Luis de Oliveira. Saúde do trabalhador e educação: reflexões a partir do modelo operário de conhecimento. **TrabalhoNecessário**, Niterói, Ano 11, Nº 17/2013. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1711%20Ensaio%20Katia.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2015.

SOUSA, Iracema Soares de. **Tempo livre com lazer do trabalhador e a promessa de felicidade**. 2002. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SPOSITO, Marília Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. **Revista USP**, Brasil, n. 57, p. 210-226, maio 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33843>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

STEIN, Edson Francisco. **Práticas educativas e comprometimento dos trabalhadores**. 2007. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) _ Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

STEWART, Paul; RAMALHO, José R.; DANFORD, Andy; PULIGNANO, Valeria; SANTANA, Marco A. Novas estratégias gerenciais e a qualidade de vida no trabalho na indústria automobilística (Grã-Bretanha, Brasil e Itália). **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo** • Año 10, n. 17, p. 165-188, 2005.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Educação do corpo na escola brasileira: teoria e história. In: Marcus Aurélio Taborda de Oliveira. (Org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 1-34.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Práticas pedagógicas da Educação Física nos tempos e espaços escolares: a corporalidade como tempo ausente? In: BRACHT, V. & CRISORIO, R. **A Educação Física no Brasil e na Argentina**: identidade, desafios e perspectivas. São Paulo: Autores Associados; Rio de Janeiro: PROSUL, 2003. p. 155- 177.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio; OLIVEIRA, Luciane Paiva A. Corporalidade, trabalho e técnica: reflexões a partir da filosofia da história de Herbert Marcuse. **Comunicações**. Piracicaba, ano 13, n. 1, jun. 2006.

TAYLOR, Frederick Winslow. Direction des ateliers. In: VATIN, François. (Org.). **Organisation du travail et économie des entreprises**: “directions des ateliers” et le débat sur le Taylorism em France entre 1910 et 1920. Paris: Les Éditions d’Organisation, 1990. p. 27-138.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. Trad. Arlindo Vieira Ramos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1966. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/>>. Acesso em: 22 out. 2014.

TEMPOS MODERNOS. Direção de Charles Chaplin. Roteiro de Charles Chaplin. Intérpretes: Charles Chaplin, Paulette Goddard, Henry Bergman. Estados Unidos: Continental, 1936. 1 filme (87 min), mudo, p&b.

TENÓRIO, Fernando G. A unidade dos contrários: fordismo e pós-fordismo. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 1141-1172, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2015.

TERTULIAN, N. Sobre o método ontológico-genético em Filosofia. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 375-408, out. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2009v27n2p375>>. Acesso em: 15 out. 2015.

THÉBAUD-MONY, A. Crítica da divisão do trabalho, saúde e contra-poderes. **Caderno CRH**, Brasília, v. 6, n.19, 1993. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=342>>. Acesso em: 5 out. 2014.

THOMPSON, Eward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Trad. Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TISSIÉ, PHILIPPE. **L’éducation physique et la race**: santé – travail – longevité. Paris: Ernest Flammarion, 1919.

TISSIE, PHILIPPE. **Une ouvre nationale par les normaliennes de Pau**. Le moteur humain; la mère l'institutrice – le témoignage dès faits. 1913.

TISSIE, PHILIPPE. **La fatigue et l'entraînement physique**. Paris: Éditeur Félix Alcan, 1897.

TOMIZAKI, Kimi Aparecida. **Gestão de trabalho e da vida: educação e poder**. 1999. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

TRABALHADORAS usam fraldas por não poderem ir ao banheiro no Chile. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u107000.shtml>>. Acesso em: 2 maio 2007.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Edunesp, 2006.

TREIN, Eunice; CIAVATTA, Maria. A historicidade do percurso do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, supl. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 fev. 2015.

TRINDADE, Gestine Cássia. **O trabalho de ofício no pensamento pedagógico contemporâneo**. 2012. 222f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

TURMINA, Adriana Cláudia. **Autoajuda nas relações de trabalho: a (con)formação de um trabalhador de novo tipo**. 2010. 377 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

TURNER, Bryan. **Corpo e sociedade: estudos em teoria social**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

URIBE, Beatriz. **La objetivación del cuerpo: un dispositivo de poder em las organizaciones**. Medellín: Fondo Editorial, 2006.

VATIN, François. **Epistemologia e sociologia do trabalho**. Trad. Marta João Batalha Reis. Lisboa: Piaget, 1999.

VATIN, François. Le taylorisme et les sciences de gestion hier et aujourd'hui. In: VATIN, François. (Org.). **Organisation du travail et économie des entreprises: "directions des ateliers" et le débat sur le Taylorism em France entre 1910 et 1920**. Paris: Les Éditions d'Organisation, 1990. p. 9-24.

VAZ, Alexandre Fernandez. Corporalidade e formação na obra de Theodor W. Adorno: questões para a reflexão crítica e para as práticas corporais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. especial, jun/dez. 2004.

VAZ, Alexandre Fernandez. Ensino e formação de professores e professoras no campo das práticas corporais. In: VAZ, Alexandre Fernandez; SAYÃO, Déborah Thomé; PINTO, Fábio Machado. **Educação do corpo e formação de professores**: reflexões sobre a prática de ensino de educação física. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. p. 85-108.

VEGA CANTOR, Renan. **Capitalismo y despojo**: perspectiva histórica sobre la expropiación universal de bienes y saberes. Bogotá: Impresol Ediciones, 2013.

VIEIRA, Elenir Honorato. **Práticas alternativas em gestão de pessoas**: astrologia, feng shui, grafologia, numerologia, radiestesia, shiatsu: ficção ou novas abordagens em administração? 2005. 219 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VIGARELLO, Georges. “Ciência do trabalho” e imaginário do corpo. Projeto História. São Paulo, **EDUC**, n. 34, p.17-26, 2007.

VILARTA; Roberto; CARVALHO, Teresa Helena Portela Freire de; GONÇALVES, Aguinaldo; GUTIERREZ, Gustavo Luis. (Orgs.). **Qualidade de vida e fadiga institucional**. Campinas: IPES Editorial, 2006.

VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis. (Orgs.) **Qualidade de vida no ambiente corporativo**. Campinas: IPES Editorial, 2008.

VILLERMÉ, Louis R. Reseña del estado físico y moral de los obreros de las industrias del algodón, la lana y la seda. In BUCK, Carol *et.al.* (Orgs.). **El desafío de la epidemiología**: problemas y lecturas seleccionadas. Washington, EUA: OPAS, 1988. p. 34-37.

VV.AA. **Processo de trabalho e estratégias de classe**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1982.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **A história do comportamento**: o macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WALLON, Henri. Taylorismo, racionalização, seleção, orientação. **Laboreal**. Porto. v. VI, n. 1, p. 45-47, p. 2010. Disponível em: < http://laboreal.up.pt/files/articles/2010_07/pt/45-47.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2016.

WALLON, Henri. Culture générale et orientation professionnelle. Por L'ère nouvelle. **Revue Internationale d'éducation nouvelle**. Paris, n. 81, octobre 1932, 245-252.

WEBER, Max. **Sociología del trabajo industrial**. Trad. Joaquín Abellán. Madrid: Editorial Trotta, 1994.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Trad. Therezinha Gomes Garcia Langlada. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez; CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

WISNER, A. **Por dentro do trabalho: ergonomia: método & técnica**. Trad. Flora Maria Gomide Vezzà. São Paulo: FTD/Oboré, 1987.

WOLFF, Simone. **Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total**. 1998. 221 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

WOOD, Elen Meiksins. O que é “agenda pós-moderna”? In: _____; FOSTER, John Bellamy (Orgs.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 7-22.

WOOD, Stephen. Toyotismo e/ou japonização. In: HIRATA, Helena. Sumiko. **Sobre o “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho**. Trad. Rosaura Eichenberg; Maria de Lourdes Vigonli; Hedy Helena de Menezes Pereira. São Paulo: Edusp, 1993. p. 49-78.

WOOD, Stephen; JONES, Bryn. Qualifications tacites, division du travail et nouvelles technologies. **Sociologie du travail**. Paris, n. 4, 1984.

WOMACK, James; JONES, Daniel; ROOS, Daniel. **A máquina que mudou o mundo**. Trad. Ivo Korytowski. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ZEYS, Paul. **La valeur du corps humain devant les tribunaux et les lois sur les accidents du travail em France**. Paris: Librairie de la Société di Recueil Sirey, 1912.

ZILBOVICIUS, M. **Modelos para a produção, produção de modelos: gênese, lógica e difusão do modelo japonês de organização da produção**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.

ANEXO

Sítios eletrônicos consultados

INSTITUIÇÕES	ENDEREÇOS ELETRÔNICOS
Confederação Nacional da Indústria	http://www.portaldaindustria.com.br/
Associação Brasileira de Qualidade de Vida	http://www.abqv.com.br/
Associação Paulista de Recursos Humanos e de Gestores de Pessoas	http://www.aapsa.com.br/
Revista Proteção	http://www.protecao.com.br/home/
European Agency for Safety and Health at Work	https://osha.europa.eu
Associação Brasileira de Ergonomia	http://www.abergo.org.br/
Organização Pan-Americana de Saúde	http://www.paho.org/bra
Organização Internacional do Trabalho	http://www.ilo.org/brasil/lang--pt/index.htm
ONG Repórter Brasil	http://reporterbrasil.org.br/
Rede Brasil Atual	http://www.redebrasilatual.com.br/